

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Rafael Antônio Malagón Oviedo

**GRAVIDEZ EM ADOLESCENTES: CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE E MUDANÇA
SOCIAL**

Rio de Janeiro

2015

RAFAEL ANTÔNIO MALAGON OVIEDO

GRAVIDEZ EM ADOLESCENTES: contextos de Vulnerabilidade e Mudança Social

Trabalho de Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, do Departamento de Epidemiologia, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientadora: Dina Czeresnia

Rio de Janeiro

2015

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

O96g Oviedo, Rafael Antônio Malagón
Gravidez em adolescentes: contextos de vulnerabilidade e
mudança social. / Rafael Antônio Malagón Oviedo. -- 2015.
ix,227 f. : tab. ; graf.

Orientador: Dina Czeresnia
Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio
Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

1. Gravidez na Adolescência. 2. Vulnerabilidade Social.
3. Condições Sociais. 4. Mudança Social. 5. Sexualidade.
6. Religião. 7. Família. I. Título.

CDD – 22.ed. – 618.24

Rafael Antônio Malagón Oviedo

GRAVIDEZ EM ADOLESCENTES: contextos de Vulnerabilidade e Mudança Social

Trabalho de Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, do Departamento de Epidemiologia, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovada em: 28 de maio de 2015

Banca Examinadora

Dr. José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres, USP

Dra. Maria Luiza Heilborn, UERJ

Dra. Eliane Portes Vargas, IOC-FIOCRUZ

Dra. Simone Monteiro, ENSP-FIOCRUZ

Dra. Dina Czeresnia, ENSP-FIOCRUZ

Dra. Elaine Reis Brandão, IESC;UFRJ

Dr. Carlos Otávio Fiúza Moreira, ENSP-FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2015

A minha filha Maria del Sol quem me deu a possibilidade de reconhecer uma parte da minha masculinidade que até sua chegada estava adormecida em mim.

AGRADECIMENTOS

Este, como qualquer outra produção intelectual tem um caráter coletivo e mantém, portanto, as dívidas com uma miríade de atores e instituições. O trabalho intelectual, pode ser dito, parafraseando o poeta colombiano Gonzalo Arango, é propriedade de alguém no sentido de que ele não pertence a ninguém; isso principalmente porque qualquer desenvolvimento deste tipo não se deve para si mesmo, nem na sua gênese, nem no seu destino. No entanto, quando uma tarefa árdua como esta termina, é impossível não mencionar as pessoas sem as quais dificilmente houvesse conseguido este produto ver a luz.

Estes incluem a Dina Czeresnia, minha orientadora, quem me acompanhou academicamente durante os anos que morei no Rio de Janeiro. Não só sua agudeza e generosidade intelectual, animada pelas trocas permanentes, mas também a sua amizade sincera, serviu de valor inestimável para o desenvolvimento desta empresa. Também os meus colegas com quem partilhei momentos significativos do Programa Doutoral e, especialmente, Vania Rocha, quem também se tornou minha amiga; sua companhia e solidariedade fez muito mais agradável a tarefa.

Uma linha também merece Maritza Dianey Morales Torres, assistente da pesquisa, pelo tempo de trabalho e os assombros compartilhados ante as narrações reveladoras dos parceiros da viagem: mães e pais adolescentes. Estes últimos com menção especial por abrir a porta de sua casa e de seus corações; dedicando horas de seu tempo em entrevistas, reuniões e outras atividades propostas durante a investigação.

Em outro nível, mas não menos importante, minha querida Luz Marina Salinas, quem me acompanhou diariamente, me incentivou permanentemente, fez tudo quanto humanamente possível para estar presente ainda que morando na Colômbia e, Maria del Sol, minha filha, por ser estímulo permanente na vida, inspiração destas reflexões sobre o próprio do mundo adolescente.

Por fim, a ENSP por me aceitar como aluno durante estes anos de trabalho acadêmico dando-me as condições necessárias para fazer este projeto viável; O CAPES pela bolsa que recebi prontamente, sem esse apoio a estadia no Rio houvesse se tornado difícil e, certamente, também na Universidade Nacional da Colômbia, a instituição onde eu trabalho, pela Comissão de Estudos que me deu para fazer avançar a minha formação de doutorado.

“Cuando se construyen explicaciones plausibles o adecuadas de fenómenos complejos, anunciar que se llegó a la formulación de una teoría a menudo conduce a la finalización prematura de la actividad científica, y por ende puede resultar contraproducente. Cuanto más complejo sea un fenómeno, mayor es la probabilidad de que esto suceda. En tales casos, muchas veces es mejor explorar la realidad empírica sobre la base de intuiciones teóricas pero sin que estas actúen como limitación”.
(Immanuel Wallestein, 2005. p. 75).

“ Y María se fue por el sendero que no lleva a parte alguna, como mujer a quien poco importa que se acaben los caminos, ya que conoce el modo de andar por los cielos”
(Margaret Yourcenar, 2010. P 254)

RESUMO

O principal objetivo do estudo foi analisar as trajetórias que conduzem adolescentes à gravidez em contextos de vulnerabilidade e mudança social. Foram indagados os seguintes aspectos: (i) configurações socioculturais que incidem na gravidez em adolescentes. (ii) regras sociais gerais e de regulação dos relacionamentos amorosos. (iii) compromissos bio-emocionais dos adolescentes (reflexividade, desejos, motivações, etc.) (iv) transformações socioculturais relativas à sexualidade e o corpo, examinando mudanças entre gerações.

Levando em conta a importância de abordar essa temática em contextos situados (um setor urbano-marginal da Cidade de Bogotá D.C-Colômbia), elaborou-se um estudo exploratório com aproximações quantitativas e qualitativas. Considerando a complexidade do objeto de estudo, com múltiplas dimensões e interferências envolvidas, o desenho metodológico integrou perspectivas sincrônicas e diacrônicas sob uma lógica processual.

Na análise foi privilegiada a compreensão da interface estrutura/agência dando destaque tanto para os dispositivos e mecanismos que explicam a reprodução de condições sociais com incidência na gravidez, quanto dimensões que exprimem mudança e transformação dessas condições.

Fontes teóricas de distintos campos foram consultadas, em especial: desenvolvimentos dos enfoques de vulnerabilidade na Saúde Pública, sociologias contemporâneas de Giddens, Bourdieu e Archer, em diálogo com outros campos como as teorias do Bem Estar, em particular o enfoque de capacidades, com o intuito de aprimorar um desenho analítico de vulnerabilidade em perspectiva processual.

A análise revelou que configurações socioculturais específicas, nas quais participam ativamente adultos e adolescentes dos locais estudados, têm poder explicativo sobre esses eventos. Foram captados *estilos amorosos* ligados a formas longínquas de domínio e apropriação territorial, entre outros múltiplos aspectos. É nessa complexidade que os dados adquirem sistematicidade, e a análise processual desvela achados relativamente convencionais na literatura, qualificando-os em alguns casos e trazendo também novidades em outros. Convivência de princípios e alteridades contraditórias relacionadas com a sexualidade foram também registrados.

Os achados do estudo destacam que um maior conhecimento sobre as características socioculturais dos ambientes de socialização dos adolescentes, é um caminho promissor para qualificar informações relacionadas com a gravidez. Os enfoques essencialistas/reducionistas, muito presentes nesta área, dão excessiva centralidade aos comportamentos juvenis, em sacrifício de outros aspectos, igualmente significativos na explicação. Em temporalidade histórica é possível especificar como aspectos da cultura se inter-relacionam sistemicamente com funcionamentos sociais relacionados com a precarização da vida, construindo em conjunto condições de possibilidade para que eventos de gravidez adotem um padrão singular, contrastante com outras territorialidades da Cidade.

Palavras Chave: Gravidez Adolescente; Vulnerabilidade.

RESUMEN

El principal objetivo del estudio fue analizar las trayectorias que conducen al embarazo en contextos de vulnerabilidad e cambio social. Fueron explorados los siguientes aspectos: (i) configuraciones socioculturales que inciden en el embarazo en adolescentes. (ii) reglas sociales generales y de regulación de los relacionamientos amorosos. (iii) compromisos bio-emocionales de los adolescentes (reflexividad, deseos, motivaciones, etc.). (iv) transformaciones socioculturales relativas a la sexualidad y el cuerpo, examinando transformaciones entre generaciones.

Teniendo en cuenta la importancia de abordar esa temática en contextos situados (un sector urbano-marginal de la Ciudad de Bogotá D.C - Colombia), se diseñó un estudio exploratorio con aproximaciones cuantitativas y cualitativas. En consideración a la complejidad del objeto de estudio, con múltiples dimensiones e interferencias involucradas, el diseño metodológico integró perspectivas sincrónicas e diacrónicas, apoyándose en una lógica procesual.

Se privilegió en el análisis la comprensión de la interface estructura/agencia, destacando tanto los dispositivos e mecanismos que explican la reproducción de condiciones sociales con incidencia en el embarazo, así como las dimensiones en que se apoyan cambios y transformaciones de esas condiciones.

Fueron tenidas en cuenta diversas fuentes teóricas, en especial: desarrollo de enfoques de Vulnerabilidad en Salud Pública, sociologías contemporáneas de Giddens, Bourdieu y Archer, en diálogo con otros campos como las teorías sobre el Bienestar, en particular el enfoque de capacidades, con el propósito de enriquecer un diseño analítico de Vulnerabilidad en perspectiva procesual.

El análisis reveló que configuraciones socioculturales específicas, en las que participan activamente adultos y adolescentes de los lugares estudiados, tienen poder explicativo sobre esos eventos. Fueron captados *estilos amorosos* vinculados a anteriores formas de dominio y apropiación territorial, entre otros múltiples aspectos. Esa complejidad confiere sistematicidad a los datos, y el análisis procesual desvela hallazgos relativamente convencionales en la literatura, enriqueciéndolos en algunos casos, e incorpora novedades en otros.

Los hallazgos del estudio destacan que un mayor conocimiento sobre las características socioculturales de los ambientes de socialización de los adolescentes, es un camino promisorio para mejorar informaciones relacionadas con el embarazo. Los enfoques esencialistas/reduccionistas, muy presentes en esta área, dan excesiva centralidad a los comportamientos juveniles, en sacrificio de otros aspectos, igualmente significativos en la explicación. En temporalidad histórica es posible especificar como aspectos culturales se interrelacionan sistemáticamente con funcionamientos sociales relacionados con la precarización de la vida, construyendo en conjunto condiciones de posibilidad para que eventos como el embarazo adopten un patrón singular, que contrasta con otras territorialidades de la Ciudad.

Palabras clave: Embarazo Adolescente; Vulnerabilidad.

ABSTRACT

The main goal of this study was the analysis of the paths leading to the pregnancy in an environment of vulnerability and social change. The following issues were considered:

(i) social-cultural configurations that influence teenager's pregnancy. (ii) general social and regulating ruling of the loving relationship. (iii) bio-emotional commitments of the adolescents (reflectivity, desires, motivation, and so on). (iv) social-cultural transformations regarding sexuality and the body, considering transformations through generations.

Considering the importance of dealing with the thematic under located contexts (a marginal-urban sector in Bogotá D.C. - Colombia), an explanatory study with quantitative and explanatory approaches was designed. Considering the complexity of the object studied, and the multiple dimensions and interferences involved, the methodological design integrated synchronous and diachronic perspectives, based on a processual logic procedure.

The understanding of the structure/agency interface was privileged in the analysis, highlighting as well the devices and mechanisms which explain the reproduction of the social factors occurring in the pregnancy as well as the dimensions on which the dimensions and changes were based, supporting the transformations of those conditions.

The diverse theoretical sources were also considered, specially: development of Vulnerability and Public Health focusing, contemporary sociology of Giddens, Bourdieu and Archer, under dialogue with other fields such as the Welfare theory, particularly focusing on abilities, with the purpose of enhancing an analytic design of Vulnerability on the processual perspective.

The analysis disclosed that social-cultural specific configurations, in which adults and adolescents of the studied places take part, have an explanatory capacity on those events. *Loving styles* linked to previous forms of domain and territorial appropriations were also picked up, among other multiple aspects. That complexity grants systematic occurrence to the data, and the processual analysis reveals relatively conventional findings of the literature, enriching it in times and involving novelties in others.

The findings of the study outstands that a greater knowledge over the social-cultural features in the adolescents socializing environments, is a promissory road to improve data related to pregnancy. The essentialist/reductionist focusing, very prevalent in this area, provide an excessive centrality to the juvenile behavior, which sacrifice other aspects equally significant to the explanation. Related to the historic temporality, it is possible to specify the way that cultural issues are systematically interrelated to social performances connected to the precarious condition of life, building on the whole conditions of possibility, so that events like the pregnancy adopt a singular pattern, contrasting with other territorialities of the City.

Key Word: Teenager pregnancy; Vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Lógica de construção de variáveis compostas na construção de de capacidades e habilidades psicossociais	73
Figura 2- Configuração social no território: relações diacrônico/sincrônicas	118
Figura 3- Trajetórias sociais e expectativas de formação.....	185

LISTA DE GRÁFICAS

Gráfico 1- Nascimentos em Adolescentes de 15-19 anos	53
Gráfico 2 - Capacidade Cultural.....	154
Gráfico 3 - Capacidade Econômica.....	155
Gráfico 4 - Capacidade Social	155
Gráfico 5 - Habilidade Moral	158
Gráfico 6 - Início da atividade sexual e a capacidade Econômica.....	187
Gráfico 7 - Início da atividade sexual e a capacidade social	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Habilidades psicossociais dos adolescentes	70
Tabela 2 - Conhecimentos e atitudes para a sexualidade dos adolescentes.....	131
Tabela 3 - Ocupação da chefia do lar.....	151
Tabela 4 - Nível Educativo da Mãe	151
Tabela 5 - Nível Educativo do Pai.....	152
Tabela 6 - Parceiros maiores (entre 1 e 3 anos) com relação à idade da adolescente.....	160
Tabela 7 - Expectativas sobre o futuro escolar	183
Tabela 8 - Sentimentos depois da primeira relação sexual.....	195
Tabela 9 - Frequência de relacionamentos sexuais	201

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAUW	Associação Americana de Mulheres Universitárias
A.L	América Latina
A.P.S	Atenção Primária em Saúde
BBC	British Broadcasting Corporation
BD	Bono Demográfico
BM	Banco Mundial
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIOM	Casa de Igualdade de Oportunidades para as Mulheres
DLE	Direção Local da Educação
EDA	Doença Diarreica Aguda
EDDS	Inquérito Distrital Demografia e Saúde
EEUU	Estados Unidos
ELN	Exército de Libertação Nacional
ENDS	Inquérito Nacional de Demografia e Saúde
EPL	Exército Popular de Libertação
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
GFs	Grupos Focais
IBM	International Business Machines
ICBF	Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar
J.A.C	Juntas de Acción Comunal
M-19	Movimento 19 de Abril
MEN	Ministério da Educação Nacional
NCPTUP	National Campaign to Prevent Teen and Unplanned Pregnancy
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SDM	Secretaria Distrital da Mulher
SENA	Serviço Nacional de Aprendizagem
SPDC	Secretaria de Planejamento do Distrito Capital
UK	United Kingdom (Reino Unido)
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
VIH	Vírus da Imunodeficiência Adquirida

SUMÁRIO

Capítulo 1

1. INTRODUÇÃO	23
2. PARA A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	26
2.1. CONFIGURAÇÕES DISCURSIVAS: EMERGÊNCIA DA GRAVIDEZ ADOLESCENTE COMO PROBLEMA SOCIAL.....	26
2.1.1 Referentes conceituais e metodológicos sobre a gravidez adolescente: entre teoria e ideologia.....	32
2.1.1.1 A gravidez como risco.....	36
2.1.1.2 A Gravidez adolescente como objeto de estudo.....	44
2.1.1.3 Considerações sobre a vulnerabilidade: aportes para o enfoque metodológico	47
2.1.1.4 A gravidez adolescente: qual vulnerabilidade?	49
2.1.2 Objetivos.....	53
2.1.2.1 Objetivo Geral:	53
2.1.2.2 Objetivos Específicos:	54

Capítulo 2

3 DESENHO METODOLÓGICO	55
3.1 A CAIXA DE FERRAMENTAS UTILIZADAS.....	57
3.1.1 Aproximação quantitativa da pesquisa	58
3.1.1.1 Referências teóricas do enfoque.....	59
3.1.1.1.1 Tratamento estatístico	71
3.1.1.1.2 Limites da aproximação quantitativa	76
3.1.2 Aproximação Qualitativa da pesquisa	77
3.1.2.1 Construção da amostra	82

3.1.2.2	Amostragem por saturação.....	82
3.1.2.3	Tratamento da informação qualitativa	83
3.1.2.4	Triangulação de métodos	87

Capítulo 3

4.	TERRITÓRIO E SEXUALIDADE.....	90
4.1	A SEXUALIDADE: DISCURSO E PRÁTICA.....	90
4.2	TERRITÓRIO E SEXUALIDADE: APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS.....	93
4.2.1	Sexualidade e o território: uma relação difusa.....	92
4.2.2	As relações território, corpo e sexualidade: a mediação da agência.....	105
4.3	HÁBITUS, CONTINUIDADE, REFLEXIVIDADE E MUDANÇA.....	109
4.4	NOVE PREMISSAS NORTEADORAS DA PERSPECTIVA ANALÍTICA.....	116

Capítulo 4

5.	SEXUALIDADE E GRAVIDEZ ADOLESCENTE EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE.....	119
5.1	SAN CRISTÓBAL.....	120
5.1.1	Escalando a montanha	120
5.1.2	San Cristóbal: traços histórico-sociais.....	127
5.1.3	O patriarcalismo: traços na socialização	131
5.1.4	Familismo, Familiarismo: ancoragem do patriarcalismo basilar.....	134
5.1.5	Segregação espacial e exclusão: homogeneização sociocultural como destino	147
5.1.6	Agências sociais presentes no território: história de inconsistências consistentes.....	166
5.1.6.1	A escola e os projetos adolescentes.....	167
5.1.6.2	A institucionalidade de saúde	169
5.1.6.3	Estado: a presença da mão visível	174
5.2	SEXUALIDADE ADOLESCENTE: CONTEXTOS DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL E EXCLUSÃO	186

5.2.1	Identidades difusas	202
5.2.2	A família	208
5.2.2.1	Religiosidade, família e corpo	212
5.2.2.2	Família, agência e gravidez	214
Capítulo 5		
5.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
5.2	CONCLUSÕES.....	225
Bibliografia		228

ANEXOS

SUMARIO ANEXOS

ANEXO 1 PRINCIPAIS FERRAMENTAS METODOLOGICAS UTILIZADAS

ANEXO 2 VARIÁVEIS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES
DOS LARES E ASPECTOS PSICOSOCIAIS

ANEXO 3 INFORMAÇÃO ENTREVISTAS ADOLESCENTES E CUIDADORES

Capítulo 1-

1. INTRODUÇÃO

Esta Tese é sobre a gravidez adolescente em situações de vulnerabilidade. Quando iniciava este estudo e compartilhava o tema com meus amigos e familiares tinha a sensação de estar provando “água de cântaro já servido”. Não trazia para eles nenhuma novidade e não faltou quem me dera, com certa indulgência, uma pequena aula sobre este assunto. Minha filha, uma adolescente, foi muito mais direta, como geralmente são as e os meninos nessa idade, e falou para mim assim: Pai você não acha que esse é um tema muito repetido?

Tinha, de um lado, esse olhar preconceituoso de meus próximos, olhar que depois pude compreender e situar com mais clareza, e por outro, um fato objetivo e evidente: inúmeras folhas têm sido escritas sobre a gravidez em adolescentes desde sua ascensão como problema social¹. Apesar disso, as vívidas trocas com minha orientadora me ajudaram a perseverar nesse tema. Também contribuiu uma intuição iluminada pela lembrança do conselho de um professor na sala de aula, - talvez inspirado em Bourdieu- ao falar assim: “não existem temas mais nobres do que outros, só a pergunta, como ela seja orientada e cuidadosamente colocada, é que confere nobreza... ou não”.

A imagem construída sobre gravidez adolescente tem o traço de uma conduta desviante e desafia a lógica do plausível e desejável. Uma boa parte da literatura científica, ancorada nos pressupostos da escolha racional, insiste na necessidade de aplicar mais e melhor o procedimento para mudar essa conduta: atuar nos comportamentos dos jovens mediante práticas educativas.

É quase senso comum que os fatores principais que explicam a gravidez em adolescentes são: falta de acesso aos métodos anticoncepcionais, deficiente informação e o início “precoce” das relações sexuais. Essas ideias nuclearam a maior parte das respostas institucionais ao nível internacional e nacional. Essa narrativa hegemônica sobre o fenômeno

1 Os países desenvolvidos, mas especialmente os EE.UU, experimentaram para finais dos anos 50 um crescimento sustentado nas taxas de fecundidade adolescente. Em América Latina o fenômeno começa ser considerado como problema social e de saúde pública a partir da década de 1980.

e suas mudanças, está difundida pelos dispositivos técnico-burocráticos materializados em agências internacionais e seus correlatos locais.

É possível descrever analiticamente pelo menos três ênfases distintas em relação ao modo de intervir² dos organismos internacionais ao longo do tempo.

- **Mudança de comportamentos.** Os jovens, com destaque para as meninas, são os principais responsáveis pela prevenção e, portanto, é preciso informação, acesso a métodos anticoncepcionais, aconselhamento individual e grupal, etc.
- **Mudanças nos padrões culturais.** A gravidez estaria vinculada a práticas patriarcais tradicionais, que constriam direitos sexuais e reprodutivos. Intervir nessa perspectiva é mudar ou “criar” o “projeto de vida” da adolescente.
- **Atuar sobre os determinantes sociais da gravidez.** Esses determinantes são pensados como “pressões sociais” que atuam em diferentes níveis sobre os adolescentes conduzindo à gravidez. Estes determinantes são difusamente compreendidos como decorrência da pobreza e iniquidades (UNFPA, 2013).

Neste último caso, a gravidez adolescente aparece como uma espécie de atraso cultural e social, mas possível de ser transformado, abrindo possibilidades para outras trajetórias acontecerem: “Os jovens modernos seriam capazes de retardar a gravidez”.

A gravidez precoce é considerada um flagelo humanitário pelo UNFPA (2013), entidade das Nações Unidas. Ela junto com o BM, empresas farmacêuticas e outras organizações privadas, faz coligação para financiar estudos, relatórios e campanhas sobre esse tema.

Agências internacionais participam na configuração de um discurso normativo que enfrenta a gravidez adolescente como um risco, gerador de pobreza e atraso. O B.M (2010) afirma:

“Quando os jovens adiam o casamento, a maternidade, o tamanho das famílias e o ritmo do crescimento da população diminuem. Combinado com

² Ao longo do tempo, observa-se um paulatino deslocamento do olhar desses organismos internacionais: de uma perspectiva comportamental para uma visão que prioriza as desigualdades sociais. Esse deslocamento reflete o limite da política pública para reverter tendências consideradas altas da gravidez e maternidade adolescente. No início os Programas de Saúde Sexual e reprodutiva não consideraram suficientemente o problema das iniquidades e deram todo crédito aos temas comportamentais e da sociabilidade, obscurecendo os assuntos políticos envolvidos.

investimentos em saúde e educação, essas mudanças contribuem para o crescimento econômico e para melhorar os ingressos dos lares”.

Na lógica de mobilizar a ação dos Estados para lutar contra essa situação aparecem dados sobre os consideráveis orçamentos aplicados anualmente na atenção e proteção das mães adolescentes e suas crianças³. A gravidez adolescente é referida como sério problema da gestão orçamentária dos Estados, índice traçador do chamado subdesenvolvimento.

Um pressuposto que dá suporte a essas afirmações é o estabelecimento de relações diretas entre o potencial desenvolvimento econômico e social e a gravidez, concebida como um obstáculo, tanto para o desenvolvimento individual, familiar e social. Nesse contexto, discursos morais que pregam a normatização dos relacionamentos sexuais são construídos como signo de modernização e civilização.

Uma leitura sistemática da produção teórica da última década⁴ mostra a existência de duas vertentes analíticas. Uma, dominante, com interesse em descrever fatores de risco associados aos comportamentos sexuais dos jovens que favorecem a gravidez e seus efeitos indesejados. Outra, com presença mais discreta, ancora-se em contextos socioculturais mais amplos, no intuito de procurar enquadres explicativos mais compreensivos para o evento.

Essas duas abordagens analíticas evidenciam distintas visões sobre a sociedade, as quais refletem diferentes posições sociais, políticas e morais ligadas à sexualidade. Elaboraões teóricas sobre a gravidez adolescente precisam ser avaliadas em um campo de tensões relativo a posicionamentos de origem diferente. Mesmo que se apresentem com um caráter de neutralidade e universalidade, essas elaborações procedem de visões de mundo particulares e em conflito.

³ Por exemplo, estimados dos EE.UU falam de 10,9 bilhões de dólares do gasto fiscal em 2008 (NCPTUP:2011). O jornal O Globo assinala que segundo um Relatório da ONU, O Brasil deixa de acrescentar mais de US\$ 3,5 bilhões (R\$ 7,6 bilhões) à sua riqueza nacional por ano em decorrência da gravidez de milhares de adolescentes (BBC-Brasil, 2013).

⁴ A análise da literatura baseada em uma revisão sistemática feita sobre a gravidez adolescente no contexto desta pesquisa, com 86 artigos publicados entre 1992 e 2012 e realizada em SCIELO, permite observar a diversidade de assuntos e um renovado interesse pela problemática nos últimos anos. Tem destaque, as preocupações pelos fatores de risco sobre a mãe e o recém-nascido (biológicos, psicológicos e sociais), e o conhecimento sobre as experiências da etapa de gravidez, principalmente centrada na mãe. Perguntas parecem quanto mais enfocadas no curso da experiência e suas consequências, do que na compreensão da emergência do fenômeno de gravidez e suas possíveis transformações no tempo. Novos temas também são colocados, tais como, os papéis dos familiares das adolescentes ao redor de evento da gravidez (rede de apoio). E por fim, é evidente a invisibilidade dos meninos adolescentes. Apenas considerados em 5% dos estudos revisados. Mas o que aparece como interessante é o predomínio descritivo de aspectos micro, na tentativa de conhecer as experiências individuais ou das adolescentes e suas famílias envolvidas na gravidez, e que nem sempre existe preocupação, pelo estudo dos contextos de vida dessa população.

Discussões ao redor deste evento ancoram-se em uma trama de relações ideológicas, de saberes sociais, poderes técnicos, burocracias consolidadas, que se entrecruzam, configurando um campo de tensões e arena de conflitos em função das visões contrastantes incorporadas.

O propósito desta primeira parte é descrever sinteticamente como poderes sociais e políticos convergem com a pesquisa na construção da concepção da gravidez adolescente como risco, que traria consequências indesejáveis, perturbações nas trajetórias de vida, com consequência na prole.

É importante advertir que precisa-se fugir do ambiente polarizado. Qualquer crítica não deve levar a uma postura complacente sobre este sério problema. A crítica tem sentido para evidenciar questões que ficam obscurecidas nos discursos dominantes. Além disso, esta crítica se faz necessária para delinear uma leitura alternativa sobre o tema da gravidez adolescente. Enfoques processuais podem contribuir para um maior entendimento desses aspectos.

2. PARA A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

2.1 CONFIGURAÇÕES DISCURSIVAS: EMERGÊNCIA DA GRAVIDEZ ADOLESCENTE COMO PROBLEMA SOCIAL

A questão da gravidez adolescente foi anunciada como problema há mais de quatro ou cinco décadas, produto de uma configuração complexa com a participação de distintos atores: agências internacionais, os Estados, os movimentos feministas, saberes técnico-científicos. Novos valores sobre o desenvolvimento pessoal e social emergiram ancorados nos processos de modernização.

Esse processo se conecta com dinâmicas de mais longa duração relacionada com a sexualidade humana e as estratégias de dominação, como assinala Foucault na História da sexualidade Vol. I. Pode-se afirmar que a postura habitual sobre a sexualidade adolescente está presente no que ele chama de “discurso interno” das instituições, desde o século XIX. A arquitetura dessas instituições, os manuais de comportamento e regulamentos internos que elas produzem se articulam em uma constatação fundamental: “... a sexualidade existe, precoce, ativa e permanente” (Foucault, 1993, p. 38).

A pretensão de administração e normalização dos processos reprodutivos é uma das características dos estados liberais modernos. Foucault (2006) descreve a racionalidade própria desses estados, caracterizando-os pelo desenvolvimento de técnicas, mecanismos e procedimentos de governo das populações.

Com o termo “biopolítica”, uma forma do poder emergida no século XVII e vinculada ao governo da sociedade, o autor refere um conjunto de previsões, estatísticas, ações afins à lógica de intervir, cujo objeto de ação é a espécie humana. A biopolítica é uma estratégia geral do poder: “... que leva em conta o fato biológico fundamental de que o homem constitui uma espécie humana” (Foucault, 2006, p. 15).

O desenvolvimento da biopolítica no mundo ocidental acompanhou, segundo o autor, a consolidação do estado liberal até seu estágio (neo) liberal, caracterizado pela exacerbação da economia de livre mercado e uma política social intervencionista, ativa e intensa. Esta última, relativa a mecanismos e procedimentos que visam o controle dos indivíduos mediante processos de subjetivação orientados para o autocontrole.

Este traço muito forte e generalíssimo traz alguns elementos substantivos para esta linha de reflexão. É na antessala da política populacional onde pode se entender melhor o papel dos enfoques dominantes relacionados com a gravidez nas camadas mais jovens. Nada parece mais substantivo para uma economia política da população, como aponta Foucault, que: “... as condutas sexuais, suas determinações e efeitos, no limite entre o biológico e o económico” (Foucault, 1993. Op. cit., p. 36).

Uma política sobre a normalização e regulação dos processos reprodutivos atua mediante lógicas de seguimento, advertência e previsão, consideradas necessárias como estratégias de segurança e controle. Da mesma forma atua no âmago da conduta sexual, por meio de processos capilares de governo com incidência na subjetividade.

Técnicas e procedimentos materializam relações de poder ao reproduzirem discursos razoáveis em nome do bem da sociedade. Estes discursos afetam a forma como os indivíduos conduzem sua sexualidade, salientando-se que essas técnicas nem sempre determinam na totalidade a agência dos indivíduos.

Formas de dominação se interceptam com condutas relativas ao cuidado de si (técnicas do eu). Essas formas de dominação são condições de possibilidade das condutas individuais.

Esta irredutibilidade entre técnicas de si e de dominação é problemática e nem sempre asseguram harmonia ou sinergia entre elas (Burchell, 1996).

Salientar este fato é importante para evitar uma leitura mecanicista do sistema do poder configurado ao redor da sexualidade adolescente. Porém, existe evidência da convergência das agências internacionais (CEPAL, UNFPA, BM, etc.), no que se refere às estratégias para lidar com a gravidez em adolescentes.

Essas agências elaboram discursos sobre as relações entre população e desenvolvimento com enfoques cuja característica principal é supor relações diretas entre valores económicos e mudanças demográficas. Por exemplo, o chamado Bono Demográfico-BD, definido como “aquela situação na qual a proporção de pessoas em idades produtivas cresce de maneira sustentada em relação à proporção de pessoas em idades potencialmente inativas (menores de 15 y maiores de 60 anos)” (CEPAL, 2008, p. 2) é promovido como uma condição ótima para a expansão das políticas sociais e aumento da produtividade na América Latina.

Essa referência, além de mecanicista, dá sentido à forma de encarar os jovens. Para UNFPA as ações com os jovens estariam orientadas para atingir o benefício do BD, com: “... a melhoria das capacidades, as oportunidades e a inserção no mercado de trabalho da população em idade produtiva e, em particular, para os e as jovens...” (UNFPA, 2014). Não se precisa de muita imaginação para entender que o controle da sexualidade dos jovens adquire um papel ativo nas estratégias institucionais, norteadas pelo pressuposto de qualificação do capital humano e inserção virtuosa na estrutura de trabalho moderno, alicerce do BD.

A principal teoria que vincula reprodução e desenvolvimento se refere à teoria da transição demográfica, sugerida nos anos 40 do século XX. Esta afirmava que mudanças nas taxas de fertilidade e de mortalidade associaram-se ao desenvolvimento económico, ao longo do tempo⁵. A mesma teoria entende o problema da fecundidade como um cálculo de custo/benefício das famílias que decidem racionalmente o número de filhos e assumem

⁵ Alguns modelos, com considerável influência na década de 1960 e 1970, explicaram o subdesenvolvimento das sociedades, na A.L, a partir da “chamada” explosão demográfica; um termo gráfico carregado de excessos ideológicos. A fecundidade foi a variável principal a considerar nos modelos explicativos.

precauções frente à gravidez. O crescimento da fecundidade é um fator adverso para o crescimento económico e o bem-estar das famílias (Medina, 2003).

Mudanças nas diretrizes da produtividade, urbanização e modernização seriam alicerce da queda na reprodução. Segundo essa conjectura, maior desenvolvimento econômico traz descenso nas taxas de fertilidade. Na América Latina este paradigma é certo nos grupos mais velhos, mas não nas camadas mais jovens, especialmente entre adolescentes⁶.

Críticas para essa perspectiva se orientaram em dois sentidos: primeiro pela suposição de uma linearidade temporal entre desenvolvimento económico e fecundidade, e segundo pela dificuldade desta perspectiva em analisar as mudanças socioculturais, principalmente das mulheres.

Por sua parte, estudos eco – epidemiológicos incluem, além de variáveis biológicas (a menarca ou a idade), aspectos socioculturais em seus modelos, tais como normas morais e culturais (uso de anticoncepcionais, padrões de nupcialidade, comportamentos sexuais, tamanho da família, etc.). Estes aspectos foram incorporados como determinantes proximais e intermediários da fecundidade⁷.

De outra parte, as relações entre sexualidade e desenvolvimento aparecem também na pauta das agências internacionais. A sistematização mais amadurecida das relações integrais entre população, desenvolvimento e sexualidade encontra-se na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo 1994). Nesta Conferência evidencia-se uma mudança na perspectiva demográfica, abrindo um tratamento diferencial de problemas populacionais e de grupos específicos. Desenvolvimento sustentável, meio ambiente, envelhecimento, direitos sobre saúde sexual e reprodutiva, etc., foram alguns dos temas tratados (CEPAL, 2005; Galdos Silva, 2013). Tem destaque a preocupação pelas inter-relações entre as condutas e decisões sócio demográficas e suas implicações para a vida das pessoas e das famílias, ou seja, o alinhamento das metas demográficas com a satisfação de

⁶ Diversos estudos mostram que junto com as dinâmicas de modernização nas sociedades latino-americanas, as que privilegiaram às mulheres nas últimas duas décadas, a taxa de fecundidade não desceu com a mesma rapidez nas adolescentes.

⁷ Este modelo, de determinantes proximais, tem sofrido mudanças ao longo do tempo, incorporando variáveis contextuais, como nível educativo, emprego feminino, renda da família, etc., e da ordem macro, como políticas educativas, provisão de serviços de saúde sexual e reprodutiva, por exemplo. Ver (C. E. Flórez, 2005, p. 390).

necessidades dos indivíduos. Este enfoque valida, com clareza, técnicas de governo que inclui práticas de autocontrole sobre a reprodução.

A Conferência do Cairo marcou uma mudança nas políticas de modernização de orientação liberal, que não significou simplesmente uma maior interferência na governabilidade dos setores sociais envolvidos. Esta Conferência teve influência importante na reafirmação dos direitos de saúde sexual e reprodutiva e uma valorização do papel da mulher no desenvolvimento econômico e social.

Outras Conferências posteriores como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995); a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995); Cúpula do Milênio (2005) reiteraram a mesma perspectiva. Foram incluídas na pauta a necessidade de considerar aos adolescentes y jovens como sujeitos de direitos reprodutivos (Morlachetti, 2007). As Metas do Milênio (2000-2015) exprimem esse ponto de vista propondo o acesso universal à saúde reprodutiva e a eliminação das desigualdades de gênero etc., (ONU, 2000).

É determinante aqui a convergência circunstancial, construída entre o movimento feminista e as agências internacionais de desenvolvimento, não isenta de contradições (Galdos Silva, 2013). As agências interessadas em um novo ciclo de ampliação do programa de modernização liberal, com maior inclusão das mulheres nos processos de formação e do trabalho, e o movimento feminista comprometido na luta pelos direitos de igualdade de gênero. Para as duas visões a regulação e controle da reprodução é patamar comum.

Essa mesma linha foi expressa recentemente na Primeira Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e o Caribe, feita em Montevideo, em 2013, que recomenda aos Estados:

“... desenhar programas de saúde sexual e reprodutiva... com perspectiva de gênero, direitos humanos, que garantem o acesso aos métodos anticoncepcionais modernos... para os adolescentes exercerem seus direitos sexuais e reprodutivos, adotarem uma vida sexual responsável, prazerosa e saudável; evitar a gravidez precoce e não desejada, a transmissão do VIH e outras infecções... que possibilitem decisões livres, informadas e responsáveis...”(CEPAL, 2013a, p. 11).

Na linguagem liberal adotada no relatório revela-se uma perspectiva esquiva e difusa sobre os controles da reprodução: a existência de um indivíduo racional governável por meio da liberdade (Foucault). O que resulta determinante aqui é a motivação da política: modelar,

na “conflitiva” identidade adolescente, um comportamento razoavelmente exemplar para a tomada de decisões livres, informadas, etc.,

Na experiência da gravidez adolescente precisar essa escolha racional é difícil. Palavras vinculadas ao (des) controle da gravidez, como “involuntário”, “não desejado”, “não planejado”, são comuns para descrever o que produz uma conduta designada como “desviante”. É evidente a existência de um limite na descrição de como decisões autônomas e livres podem-se apresentar problemáticas e confusas. Considera-se tradicionalmente limitadas as capacidades de controle da vontade e desenvolvimento moral nas camadas em questão.

As poucas vezes que a literatura leva em conta essa discussão sobre a escolha racional dos adolescentes (Menkes Catherine, 2013), os pobres parecem mais desejantes e propensos a engravidar que as camadas mais ricas.

Mas qual a distância entre um fato chamado de “involuntário” e outro considerado “voluntário”, segundo que contexto sociocultural, e por quê? Qual a relação entre o desejo de engravidar e a liberdade que garanta a qualidade de uma decisão considerada autônoma? Qual o umbral entre “o não desejado” e “o desejado” na menina ou menino no momento que percebe a possibilidade da gravidez? Respostas para essas perguntas são claramente duvidosas e só podem se manter dentro de um discurso de poder.

Na correlação entre mecanismos disciplinares e de segurança, ideias sobre sexualidade são postas a prova. Elas são reflexos das concepções dominantes sobre os adolescentes e das perspectivas normativas geradas.

Em síntese, a gravidez adolescente como fenômeno coletivo alcançou uma relevância particular na pauta pública. Por traz da extensa produção do tema configurou-se um poder disciplinar e de controle sobre a reprodução, exercido em todas as camadas da sociedade, especialmente, nas mais jovens. Agências internacionais de desenvolvimento e outros movimentos organizados, como o movimento feminista, tiveram papel importante nesse processo.

De acordo com Bourdieu (2000) é possível afirmar que essa convergência política foi dada pela construção de uma perspectiva moral compartilhada sobre a sexualidade e a gravidez adolescente ao longo do tempo. Em outras palavras, o sistema simbólico que atravessa o campo da sexualidade e o evento da gravidez na adolescência integra interesses dominantes expressos por agências internacionais de desenvolvimento, o agenciamento

feminista e saberes técnicos envolvidos na produção desse campo, mas que em ocasiões compartilham valores e visões de mundo.

De outra parte, há uma imbricação entre a pesquisa sobre gravidez adolescente e os discursos produzidos pela técnico-burocracia internacional relacionada. É importante a reflexão sobre a presença de elementos provenientes de outros campos de poder, que incidem na construção dos conteúdos discursivos e pragmáticos da pesquisa.

2.1.1 Referentes conceituais e metodológicos sobre a gravidez adolescente: entre teoria e ideologia

Com Bourdieu (2002) pode-se entender que um problema e um dado objeto de conhecimento emergem como resultado de dinâmicas e forças sociais. O que se conhece e como se conhece, responde às posições dos pesquisadores influenciadas por contextos mais amplos. Elaboraões conceituais não são simples produções mentais.

Levando em conta esta consideração, compreende-se a importância de discutir os pressupostos teórico/metodológicos que norteiam a pesquisa na área da reprodução. O propósito aqui é analisar as bases epistemológicas compartilhadas na literatura especializada, tanto científica quanto institucional⁸.

A pertinência desse esforço refere-se à duvidosa eficácia de controverter a legitimidade da gravidez adolescente como problema social. Discutir o tipo de saber produzido pelo sistema de poder, seus efeitos ideológicos e a natureza mesma desse objeto de estudo (construído) pode iluminar um caminho promissor. Uma crítica sobre a política epistemológico/ontológica mais do que negar o problema.

⁸ Para as análises do discurso institucional tomamos dois documentos recentes: o relatório: “Situação da População Mundial 2013: A maternidade na infância. Como enfrentar os desafios da gravidez adolescente”, do UNFPA e o resumo oficial em espanhol do relatório: “Teenage pregnancy and opportunities in Latin America and the Caribbean on early child bearing, poverty, and economic achievement” (Azevedo, 2013) elaborado por técnicos do B.M. Instituições estas de reconhecida incidência nos assuntos dos Estados e ativos nesses temas. Para análise dos supostos teórico/metodológicos da pesquisa, são considerados estudos segundo temas decorrentes na literatura: Fatores de risco e protetores da gravidez adolescente; efeitos ou consequências do evento; e, por fim, ações de prevenção da gravidez. Eles foram selecionados em distintas bases de dados (Capes, Pubmed, Scielo), segundo critério de afinidade temática. Estes informes de pesquisa foram especialmente influenciados pela epidemiologia (modelos ecológicos, análise de risco, etc.), mas também, por uma abordagem qualitativa, norteada por uma etnografia positivista (IDEA-UN, 2015) preocupada com o dado empírico objetivo, mas que tende a desconsiderar relações mais compreensivas da ordem contextua

Uma característica comum na literatura analisada, tanto institucional quanto científica, tem a ver com a ideia de que a adolescência é um dado existente, universal e determinado.

Uma **ontologia** da adolescência, justificada na forma mesma de nomeá-la, diz respeito a uma etapa marcada por aflições e conturbações, atrelada à emergência da sexualidade segundo Hall (1904), citado por Lima Paixão (2012). Adolescência e convulsão são palavras muito próximas em nosso ideário. Essa noção, na fronteira com a infância, apresenta-se definida por descrições ancoradas em um patamar biológico/ psicológico/moral, auxiliada pela psicologia evolutiva. Discursos específicos da ordem jurídica, sanitária e social têm também implicações na construção da subjetividade. Aspectos simbólicos e normativos são inextricáveis na construção social da adolescência.

Convenções universalistas reiteradas na literatura (Aláez, 2003), dividem essa etapa segundo três estágios bem definidos: adolescência inicial, média e tardia. Essa convenção diz respeito a mudanças físicas, emocionais, psicológicas e de comportamento, no intuito de captar um universal fundado em uma generalização. As críticas da suposta “base natural” da adolescência, independente de condicionamentos históricos, econômicos e culturais (Alpízar Lydia 2003) são ofuscadas pelo regime operativo da pesquisa dominante.

A pretensão de universalidade que se traduz no ímpeto totalizante da pesquisa, atua como regra operativa, mas também como regime político⁹. A generalização é metodologicamente conveniente, e também uma forma de legislar sobre a natureza do objeto. Embora exista uma inegável utilidade comunicacional nesse processo de generalização é importante chamar atenção sobre o artifício construído. Este fato obriga a contextualizar e relativizar o conceito de adolescência.

A defesa da ideia naturalizada da adolescência não derruba a crítica assinalada, principalmente por três aspectos: i. não se trata de desafiar a ordem de verdade implicada na descrição naturalizada da adolescência; constata-se que a etapa da adolescência é social e biológica. A crítica ao artifício criado pelo viés biologista se refere a uma regra operativa:

⁹ Refere-se ao sistema de poder e governo. No caso, a uma orientação específica da pesquisa determinada por decisões teórico/metodológicas.

generalizar e abstrair, do que a sua negação radical. ii. a adolescência é frequentemente conceituada como uma entidade independente do contexto e as suas circunstâncias. iii. contudo, na produção científica sobre a gravidez adolescente resulta paradoxal que a reconhecida adstrição da sexualidade humana a contextos socioculturais específicos (Heilborn ML, 2012, p. 59), seja obscurecida pelo característico ímpeto totalizante da visão biologista da adolescência.

As implicações da visão prevalente sobre a adolescência são variadas, mas vamos dar destaque a dois aspectos muito transversais nas narrativas estudadas.

O **“amor romântico”** aparece em inúmeros estudos como um fator de risco associado à gravidez (Cuesta Benjumea, 2001; León, Minassian, Borgoño, e Bustamante, 2008; Póo et al., 2005). Colocado na dimensão individual, associa-se a certas culturas e demandas afetivas, que conduzem ao início da atividade sexual. Déficits de reflexividade e ausência de ferramentas para lidar com a relação amor/sexo são imputados aos adolescentes nestes casos.

Correntes da psicologia são protagonistas na tarefa de desvendar o romance adolescente sobre modelos explicativos do desenvolvimento da personalidade, de acordo a contextos culturais e sociedades específicas. Uma leitura qualificada do amor adolescente diz respeito a sua função na construção da identidade social e de gênero, na mudança das relações familiares, desenvolvimento de relacionamentos entre pares e o desenvolvimento da sexualidade.

Independentemente da funcionalidade positiva ou negativa da influência do amor romântico no desenvolvimento psicoafectivo dos adolescentes, percebe-se nos trabalhos de aquelas correntes da psicologia, certo cuidado na elaboração teórica por salientar a importância dos contextos.

É evidente que quando o amor romântico constitui só uma variável discreta no nível individual (Baeza W, 2007); (González A Electra, 2007), se produz um efeito redutor, com apagamento das influências familiares e de forma mais ampla, da cultura. Esse apagamento é produto de uma representação construída sobre a adolescência, inscrita de maneira a priori em precárias formas de gestão das emoções e na ausência de identidade. Apreciações

sobre estes assuntos precisam ser analisadas em contextos, materializados nas famílias, redes de suporte, escola ou configurações socioculturais (Gracia, 2010); (Santander, 2008).

Outro “uso” significativo da representação construída sobre adolescência diz respeito às trajetórias que conduzem à gravidez: comportamentos sexuais inadequados; cultura patriarcal ou, pobreza e iniquidades. Essas descrições todas compartilham a ideia de a adolescente estar em desvantagem, respectivamente, com relação: à informação oportuna e suficiente; ao patriarcalismo opressor; à pressão de forças que atuam em diferentes níveis (levando para uma menor capacidade de atuação). Portanto reitera-se na resposta a necessidade de estabelecer estratégias “compensatórias” com diferente grau de amplitude, mas centrada na adolescente, para “corrigir aqueles déficits sociais”¹⁰.

O referente de sentido da prevenção nesses casos é redimir os adolescentes por meio de ações “para si” (educação específica, informação sobre anticoncepcionais, acesso aos serviços de saúde reprodutiva, aconselhamento individual e grupal); “desde si” (empoderamento, reflexividade sobre o gênero, projeto de vida); e “ante si” superação das forças opressoras da pobreza e da iniquidade, como se fosse possível, neste último caso, redimir os adolescentes sem redimir seu entorno. Por detrás dessas “pressões” há a história concreta de uma pessoa singular.

O déficit é antecipatório e está atrás das conjeturas sobre a gravidez nessas camadas. Aí o pressuposto é forte: o déficit se traduz em limitações para a capacidade de agência nas camadas mais jovens, independente do contexto sociocultural e da idade. Ver, por exemplo, (Azevedo, 2013, Op.cit). Este fato significa déficit de autocontrole, limitada capacidade de regulação e raciocínio.

Esse déficit opera como uma verdade imprecisa e opaca, mas que se ancora em um discurso produzido sobre a gravidez na adolescência, construindo-o como um “fato natural”. Esse suposto déficit se refere às rápidas mudanças e múltiplas dinâmicas adaptativas dos jovens no contexto de transformações físicas, de transformação das regras sociais, mas também das expectativas de inserção no mundo adulto, etc. Precisar-se-ia informar de que forma, em que circunstâncias, o adolescente aparece como carente da racionalidade reconhecida nos adultos.

¹⁰ Porém, o adolescente homem detenta certa marginalidade na literatura.

O carácter totalizante da pesquisa analisada é parte constitutiva de uma estratégia geral do poder e não simplesmente uma demanda imposta pelo método. O método não é indiferente, ele obedece a uma intencionalidade. Nesse caso generalizar e totalizar diz respeito da necessidade de conceituar a gravidez adolescente como risco (determinar é medir para o controle).

2.1.1.1. A gravidez como risco

Na perspectiva do risco, assinala-se a gravidez como um evento socialmente indesejado, que traz situações de risco maternal ou da criança, incide no crescimento demográfico, afeta o desenvolvimento da família, constitui uma causa de abandono escolar e “armadilha da pobreza”, especialmente nas mulheres, com efeitos intergeracionais. As representações construídas sobre o carácter perturbador da gravidez, tanto para a sociedade quanto para a menina e sua família, definem o patamar do olhar sobre o fenómeno. A produção sistemática e ampliada dessa perspectiva faz com que a gravidez na adolescência se constitua em uma ameaça. Quando UNFPA a chama de “flagelo humanitário”, isso tem a ver com a narrativa hegemônica, difundida pelo dispositivo técnico-burocrático.

A incorporação desse tema no discurso do risco não é um fato inócuo, apenas relativo à sua construção como objeto de estudo, nem uma exigência simplesmente metodológica vinculada à lógica da intervenção sanitária na esfera pública. Essa incorporação “naturaliza” certo tipo de práticas médicas, epidemiológicas e sanitárias¹¹; além disso, fornece os modos de integração com outros domínios como a demografia e a economia. Se esses discursos de origem diferente podem-se entrelaçar é porque compartilham uma epistemologia e uns pressupostos ontológicos.

Modelos desenvolvidos pela demografia, por exemplo, interessados nos determinantes próximos, intermediários e distais que influenciam a fecundidade, tem total afinidade com os desenhos ecológicos da epidemiologia, propostos na década de 1970. Trata-se aqui como ali de explorar certo tipo de relação causal (linear) entre as características

¹¹ Para uma ampla e qualificada análise das relações sócio-políticas e a epidemiologia do risco ver Ayres (2005).

individuais do comportamento sexual adolescente e os fenômenos ou dinâmicas coletivas e de contexto.

Esses enfoques de corte mais analítico, complementam-se com estudos da chamada *epidemiologia do risco* (Ayres, 2005), elaborados com o intuito de determinar as probabilidades das adolescentes ou da criança serem afetadas pela condição mesma na imaturidade da mãe; ou em vezes, determinar esses riscos com referência a outro conjunto de problemas, como interromper a trajetória educativa, ficar presa na pobreza ou criar desvantagem para sua descendência.

Trata-se de um exercício conceitual e metodológico maior: demonstrar o quanto é possível imputar à condição da maternidade em idade precoce os episódios adversos. Se eles derivam da situação de gravidez por si ou de desvantagens associadas. Essa é a principal dificuldade e desafio dos enfoques de risco, tanto nos estudos transversais quanto nas análises seriadas.

A intensa discussão técnica que suscita esse obstáculo é derivada tanto das chamadas variáveis de confusão e dos critérios de inclusão amostral, quanto dos pressupostos que suportam a análise. É evidente que se trata também de uma discussão ideológica e política. Estabelecer se a gravidez adolescente é potencial fonte de “transmissão da pobreza” e desvantagens para a menina grávida através das gerações é o propósito final de uma parte importante de estudos que levam em conta o olhar do risco.

No estudo dos efeitos intergeracionais da gravidez, o uso sofisticado e intensivo de técnicas estatísticas conduz a resultados insuspeitados: em um relatório de pesquisa M. Francesconi (2007), professor de economia da *University of Essex U.K*, descreve e valida resultados de outros pesquisadores sobre efeitos de longo prazo na descendência, atribuíveis às mães que engravidaram na adolescência:

“...encontra efeitos adversos significativos da gravidez na adolescência sobre as taxas de encarceramento masculino... Usando explicitamente o controle de variáveis sobre antecedentes familiares se encontra evidência de menor nível de escolaridade, maiores riscos de fertilidade mais cedo e resultados econômicos piores. Os filhos de mães adolescentes são mais propensos a iniciar mais cedo a atividade sexual e a apresentarem problemas de comportamento como o absenteísmo escolar e instabilidade...”(Francesconi, 2007, p. 4)

Com um desenho quase experimental de caso-controle e o propósito de incluir características observáveis e não observáveis das famílias, dá destaque para as diferenças entre irmãos usando diversos métodos de aproximação. O autor reitera e acrescenta achados negativos dos efeitos intergeracionais da gravidez na adolescência: os filhos de mães adolescentes têm prospectos econômicos mais limitados por conta dos déficits de capital humano acumulado das mães; têm 5% mais probabilidade de ficar economicamente inativos e perto de 3% de ficar embaixo do topo do decil da renda pessoal e 4 pontos mais de probabilidade de ficar nas rendas mais baixas. Tem também destaque, com forte associação, a “transmissão” da fertilidade de mãe para filha (ibid.,20). Estes achados se mantêm, ainda, na seguinte faixa etária, em mulheres jovens, menores de 24 anos.

É evidente nesta descrição o preciosismo metodológico com aferro à cifra. Essa postura técnico-pragmática (Ayres, 2005), obscurece pressupostos teóricos que precisam ser assumidos: Por exemplo, levando em conta que se trata de estabelecer diferenças entre irmãos quem compartilham muitas variáveis socioeconômicas: irmãos, de ambos os sexos, ou dos mais velhos aos mais jovens, se relacionam com o mundo nas mesmas condições e com as mesmas oportunidades? Em alguns casos, famílias com filhos de idades muito diferentes, tendem a fornecer melhores condições aos mais jovens. Além disso, no estudo a trajetória social e histórica das mães e seus filhos são subsumidos em uma representação linear de tempo.

Com resultados tão singulares, o autor se sente obrigado apenas ao debate metodológico e das cifras encontradas. É como se a realidade social pudesse ser sintetizada em fórmulas e cálculos. Existem dificuldades para estabelecer relações causais nos resultados encontrados na pesquisa dos adultos jovens, filhos de mães adolescentes. Ressaltam-se limitações decorrentes do isolamento das variáveis de exposição estudadas na tentativa de estabelecer associações causais em situações que sofrem a interferência de uma rede muito complexa de aspectos. Este fato não fica resolvido apenas com a convergência de distintos procedimentos estatísticos, como propõe o autor.

O interesse particular nessa descrição é seu carácter paradigmático. Na análise intergeracional aparece com mais clareza o que é problemático na pesquisa estudada: estabelecer os efeitos (riscos) de engravidar na idade adolescente por si mesmo. A pergunta pelos efeitos intergeracionais intensifica tanto o uso de ferramentas metodológicas

quanto da lógica operativa: o critério avaliador do risco evidencia uma forma particular de construir a gravidez adolescente como problema, com destaque de variáveis discretas que descrevem realidades muito complexas. Por ex. um baixo peso ao nascer do bebê pode ser imputado à condição de engravidar em qualquer momento da adolescência ou relaciona-se com desvantagens associadas à parturiente? No abandono escolar: qual o peso da gravidez e quais as condições prévias da ligação com o projeto educativo da adolescente? Qual a causa e qual o efeito? No déficit econômico “transmitido” pelas mães adolescentes, qual o efeito da preferência dos empregadores pelas jovens sem filhos? Por exemplo, no local onde foi desenvolvido o trabalho de campo da pesquisa que suporta esta elaboração, profissionais encarregados da formação para o trabalho assinalam ser esta uma das dificuldades no momento de procurar empregos para as jovens:

“...Mas sim notamos que a maior parte dos empregadores, mesmo que as regras digam que não se pode fazer exclusões, não gostam, na maioria dos casos, de meninas que cheguem grávidas...”(Entrevista Sena- San Camilo).

Discriminação laboral pela gravidez ou por ser mãe tem sido explorada em vários estudos (Frías, 2011), porém perspectivas analíticas do risco poderiam apagar experiências de exclusão sobrepostas à gravidez em adolescentes. Variáveis discretas relativas a processos complexos produzem reduções nas interpretações dos achados.

A gravidez adolescente é um objeto multidimensional com múltiplas inter-relações e interferências, portanto, como afirma Bachelard se referendo a objetos de essas características, diferentes graus de aproximação podem variar a sua natureza (Bachelard, 1993).

Isso pode explicar achados muito controversos na literatura: Alguns estudos asseguram, por exemplo, que a mortalidade materna é maior se comparadas com as parturientes mais velhas; prematuridade, crianças com baixo peso ao nascer e complicações no momento do parto, também são indicadas, (Baeza W, 2007 Op.cit.); (Conde, 2005); (Figueiredo, 2004); (Costa Souza, 2001); (Pelaez Mendoza, 1997).

Uma extensa literatura biomédica se mostra inquestionável a respeito desse tipo de achados. Além dos eventos assinalados, estudos destacam evidência sobre patologia cardíaca (congenita e funcional), infecção não associada ao parto, desnutrição da mãe,

mortalidade neonatal, etc.. Estas são as razões principais para considerar a gravidez adolescente como um problema de saúde pública.

O principal juízo crítico levantado é que essa evidência, mesmo sendo valiosa, não alcança desvendar problemas na orientação da associação, pois elas também podem ser o resultado das condições socioeconômicas das meninas e seus lares e não o resultado do “efeito idade” (Yazle, 2006); (Peña et al, 2003).

Além disso, outras pesquisas também apresentam evidência empírica de associações existentes entre óbitos fetais, mortalidade infantil e as condições socioeconômicas e raciais em adolescentes grávidas (Viellas; 2012); (Viellas, 2010).

Na mesma linha da análise, estudos preocupados pelas circunstâncias clínicas das adolescentes grávidas não reportam nenhuma evidência de maior risco quando comparados com grupos mais velhos, se existe atenção oportuna durante o decurso da gravidez e adequados cuidados no momento do parto (García Minuzzi et al, 2010). Podem-se observar ao longo da última década evidências empíricas controversas em vários desses assuntos.

Porém, o problema não é simplesmente metodológico. A principal questão não é rejeitar os modelos de pesquisa e seus achados. Tem todo interesse aqui o caráter construtivo e histórico da pesquisa científica (Corcuff, 1998): a construção de uma narrativa sobre a gravidez na adolescência que torna-a um fenômeno que acontece em um mundo que parece já não feito para ele, pelo menos não da maneira em que este acontecia há seis ou sete décadas. Todo esse processo de construção de objeto mudou completamente esta experiência.

O discurso dominante condiciona a forma como o evento acontece na atualidade e este não é um dado circunstancial. Nossa pesquisa encontrou situações paradoxais referidas por profissionais da saúde:

“... o fato das meninas sentirem-se culpadas quando engravidam e esconderem sua situação às famílias faz com que demorem o ingresso adequado às ajudas suplementares de alimentação, por exemplo...”. Esta afirmação foi confirmada nas histórias sobre as trajetórias de gravidez, feitas no contexto do estudo (Coordinadora geral, Territórios Saludables).

Há, por fim, um elemento a destacar: a lógica econômica da escolha racional presente nas análises. Nesse caso, a crítica tem a ver com o pressuposto em que se baseia esse enfoque: a transparência e domínio a priori do sujeito sobre as variáveis de seu entorno.

O pressuposto é trocar a realidade por um nível muito exigente de abstração. Refere-se à ideia de uma formalização abstrata do indivíduo disposto a maximizar o benefício frente a um leque transparente de alternativas de escolha. É dada importância à informação e há tendência a equacionar informação-escolha com liberdade, apagando a questão sobre as condições da escolha¹².

Conjeturas centrais sobre a gravidez adolescente ancoram-se nesse pressuposto: as expectativas de a gravidez adolescente diminuir estão apoiadas na ideia de melhorar a inserção da mulher no mercado de trabalho e ampliar sua participação na esfera educativa. Estes traços, expressão da modernização contemporânea, foram atingidos na maior parte dos países latino-americanos (CEPAL, 2013b), mas as taxas de gravidez adolescente em muitos países se mantiveram persistentemente altas nas últimas duas décadas.

Esses resultados estão na contramão dos supostos teóricos: a decisão racional de atrasar ou de não engravidar por conta de melhores condições de trabalho, produto de uma melhor qualificação educativa. Trabalho e educação constituir-se-iam nos melhores estímulos para atrasar a gravidez na lógica da escolha racional analisada.

Além dessas frustrantes constatações regionais, experiências particulares também mostram que nem sempre as decisões de engravidar nas camadas mais jovens respondem a uma escolha racional deste tipo. Por exemplo, na Colômbia nos últimos 15 anos a diferença entre as camadas mais pobres e as mais ricas diminuiu por conta da aceleração da gravidez adolescente nestas últimas (Galindo-Pardo, 2012), ainda que sempre os eventos sejam mais frequentes nas primeiras.

¹² É preciso diferenciar essa discussão da preocupação pelos condicionantes da escolha (ou seja, dos condicionantes da reflexividade dos sujeitos). Esses remetem a uma discussão sobre a liberdade, um terreno sempre espinhoso pelo compromisso do posicionamento moral envolvido na avaliação.

Subjaz, também, ao suposto da escolha racional a ideia da modernização chegar por igual para todos os grupos sociais. Porém, existe evidência das relações entre pobreza, educação e gravidez adolescente. Esta última se apresenta em maior medida nas jovens mais pobres e com menor nível educacional. De fato, na Colômbia 53,6% das mães adolescentes não registravam nenhum nível de escolaridade, segundo o Inquérito de Demografia e Saúde de 2010 (ENDS, Profamilia, 2010). Ademais, um estudo local (Departamento do Cauca-Colômbia), mostrou que a probabilidade de abandono escolar é 8 vezes mais alta nessa população, sendo a faixa etária de 12-15 anos a mais afetada (Osorio, 2011). Evidências nesse sentido foram reportadas também para a região (Rodríguez Vignoli, 2009, p. 34).

Então, a causa da gravidez seria produto de uma precária inserção na modernidade? Um conflito entre tradição e modernidade?

Com tudo, é possível que situações de vulnerabilidade preexistentes propiciem que a gravidez irrompa em contextos traçados pelas dificuldades, e não que esta seja a causa de ditos desenlaces. O balanço aqui é tênue e ambivalente, mas fútil desde uma perspectiva da ética da ação.

Aparece um acordo tácito, ainda que tímido e também um paradoxo: as camadas mais pobres, excluídas pelos processos da modernização capitalista, precisariam de uma maior e melhor inserção na modernização cultural negada.

Por outro lado, estratégias de intervenção aparecem também comprometidas com essa lógica da escolha racional. O curso de vida que conduz à gravidez poderia ser modificado, mostrando outras rotas de vida, apelando ao sentido de liberdade que reside em cada indivíduo para definir seu projeto de vida.

O “**projeto de vida**” é utilizado principalmente como mecanismo discursivo de intervenção preventiva. Ele é formulado com o intuito de transparecer por meio de uma intersecção reflexiva a possibilidade de promover cursos de vida diferente, abrir possibilidades de participação e a inserção dos jovens em projetos coletivos, laborais etc., a tempo de fornecer controles sobre a sexualidade.

Pode-se cair em uma pedagogia ingênua quando essas estratégias de intervenção não consultam as capacidades de os indivíduos agenciarem sua vida. Conquistar um estilo de vida

desejável, segundo os valores e expectativas de cada um, é resultado de um complexo entremado de desejos, representações, interações e agentes, muito mais do que a oferta de meios para atingi-lo. Em outras palavras, a oportunidade educativa, laboral, cultural, etc., está mediada pela oferta sim, mas só se faz efetiva quando existem capacidades na agência para seu acesso e usufruto. Este assunto será abordado em profundidade nos capítulos quatro e cinco.

Tomando ideias de A. Amartya Sen (2001a), pode-se afirmar que as capacidades sociais, culturais e econômicas básicas da família são fundamentais na hora de avaliar a possibilidade dos adolescentes procurarem um estilo de vida considerado favorável. Portanto, o “projeto de vida” aparece como uma expectativa complexa, interferida por arranjos de diferentes ordens, entre outros, pelas condições da própria reflexividade, ou seja, as condições concretas do exercício da liberdade positiva do indivíduo¹³; fato que desafia o modelo restrito da escolha racional.

Em síntese geral, os pressupostos analisados não invalidam o valor da pesquisa analisada. O interesse aqui é outro. É refletir sobre as lógicas de produção de esse saber hegemônico e assinalar seus limites; e principalmente também, sua participação na produção de sentido sobre a gravidez adolescente como risco social, em articulação com poderes afastados relativamente do campo científico.

Para finalizar, é importante resenhar a existência, no campo de produção de outros enfoques sobre o tema, de pesquisas norteadas pelas ciências sociais, mas com presença limitada.

São estudos principalmente da psicologia, da etnologia, ecologia sócio-ambiental e psicanálise. Essas pesquisas, em número bastante menor se comparadas com a pesquisa dominante, descortinam o que poderia ser chamado de ancoragem social da gravidez, pois apontam aspectos positivos do evento. Por exemplo, a reafirmação de projetos de mobilidade social; passaporte de entrada na vida adulta; noção de responsabilidade, seriedade e

¹³ As relações capacidade de agência e reflexividade são correlativas, portanto, condições que assegurem o exercício da liberdade contribuem ampliando e aprimorando o âmbito da reflexividade.

compromisso; uma melhor relação estabelecida com o trabalho remunerado; possibilidade de fugir de riscos socioambientais, ou também, como contingência própria dos processos contemporâneos de afirmação de identidade, etc. Ver (Heilborn: M.L: 2012, Op.cit.); (Heilborn: M.L: 2002); (Climent, 2009); (Oliveira R. C., 2008); (Ramacciotti, 2005); (Dadoorian, 2003); (Stern, 2004), entre outros.

Mostra-se nesses estudos uma tendência a considerar a maternidade em adolescentes como uma alternativa de vida ou como uma situação contingente ligada aos processos de construção das identidades sexuais, mas não como um risco. Do ponto de vista metodológico há marcada tendência de explorar as problemáticas da gravidez com apoio em um olhar fenomenológico, tomando como centro as experiências existenciais dos meninos e meninas ou, as vezes, assumem expressamente uma preocupação sobre a importância das relações socioculturais ou estruturais, na explicação do evento.

2.1.1.2 A Gravidez adolescente como objeto de estudo

Aspectos conceituais auxiliam a perspectiva de aproximação e contribuem na construção do objeto de estudo. Seguindo de novo a Bourdieu (2002, Op.cit.), entende-se essa construção como um processo inacabado ao longo da pesquisa, pois diferentes aproximações mudam a natureza do objeto e o pesquisador é impelido a mudar de posição, na medida em que entra em contato e cresce o conhecimento sobre o problema.

O objeto de estudo está determinado pelas suas condições de produção, pelo privilégio dado a determinado referencial conceitual/metodológico e pelo destaque de certos aspectos analíticos. Essas decisões vão além de considerações “restringidamente” acadêmicas e, portanto não deixam de se impregnar das referências (ou preferências) morais da época.

A perspectiva analisada sobre o risco da gravidez em adolescentes foca a relação causal entre fenômenos intrinsecamente complexos, introduzindo reduções e apagamentos das interações, as interferências ou a co-presença de aspectos significativos na compreensão do evento. Essa construção exprime razões apoiadas em recursos técnicos, mas ao preço de ofuscar motivações ideológicas e morais.

Como interatuam aspectos biológicos, existenciais e sociais nas trajetórias que conduzem à gravidez? Como aspectos culturais e oportunidades sociais concorrem na construção das identidades sociais e sexuais dos adolescentes? Estas perguntas são difíceis de responder fora da compreensão de um contexto social específico e a partir de um patamar generalizador como o oferecido por aquela perspectiva.

Ideias citadas de M.L Heilborn e Brandão sobre a importância dos cenários socioculturais na compreensão da sexualidade humana e sobre o papel da sexualidade como via privilegiada para a aquisição gradativa de liberdade e autonomia dos jovens (Brandão, 2006), são alicerce para buscar enfoques alternativos com prerrogativa dos contextos de produção dessas práticas sociais.

O percurso que conduz à gravidez em adolescentes apresenta-se multidimensional e complexo porque compromete dimensões psico-afetivas, relativas à sexualidade, e recursos da ordem material e simbólica, inseridos em contextos normativos (regulações morais), que modulam o agir dos adolescentes. Esta constatação reclama aproximações que reconheçam esse carácter complexo e dinâmico.

A complexidade referida é muito mais do que a quantidade de dimensões envolvidas. É porque o adolescente atua em um sistema de relações, dotado de reflexividade e sob o influxo de representações mais ou menos conscientes que o processo que conduz à gravidez, revela aquela natureza. Significados e sentidos é o produto do sistema de relações no qual o adolescente constrói sua identidade social e sexual.

Levando em conta essa realidade, uma perspectiva relacional e sistêmica, de base processual, apresenta-se como alternativa para dar conta dessa complexidade. Na lógica processual, segundo Dux, tem participação um conjunto de constelações (configuração de dimensões) organizadas sistemicamente que se influenciam mutuamente e só em seu atuar como conjunto faz surgir o desenlace (Dux, 2012, p. 21). É importante mencionar que essa “constelação de dimensões” é estruturante com relação ao indivíduo, mas também é estruturada e atualizada permanentemente por meio do atuar deste, dado que sua participação é constitutiva daquela configuração sistêmica.

Cabe ressaltar a diferença desse nível de abstração em relação ao do enfoque analítico de risco. Neste último, o tratamento isolado e independente de fatores e variáveis, conduz a uma descrição estática e fixa do fenômeno, apresentando limitações para compreender interdependências múltiplas e dinâmicas estabelecidas entre os adolescentes e seu entorno. Pensar outra perspectiva metodológica tem implicações em relação à construção de um posicionamento frente à tradição discursiva da gravidez em adolescentes. Essa diferença de ordem epistêmico/metodológica, permite estabelecer a porta de entrada para iniciar a construção do objeto de estudo.

O enfoque de risco, em geral, considera inicialmente o comportamento sexual dos adolescentes como fato dado, estudando em seguida os fatores que podem influenciá-lo. A tentativa deste enfoque é compreender esse comportamento no contexto de um mundo próprio, marcado por situações de exclusão e segregação. Para isso é preciso reconhecer que os comportamentos dos adolescentes são construções condicionadas por normas e instituições sociais.

Chamar atenção para o “mundo” adolescente possibilita entender os sentidos e significados da sexualidade no contexto de “totalidades” dinâmicas e sempre em aberto. Esta tentativa de análise fornece uma perspectiva mais integral e relativiza o papel do comportamento nas trajetórias que conduzem à gravidez, dando destaque para a influência de outras dimensões, não consideradas suficientemente na pesquisa dominante.

A expressão “mundo adolescente” é equivocada e imprecisa, mas é aqui utilizada para referir o sentido da aproximação teórico-metodológica elaborada. Esse mundo só é possível porque existe um mundo adulto, institucional e normativo, com capacidade para defini-lo. Tomar consciência deste limite é importante porque existe uma assimetria originária com relação a quem define o problema da gravidez adolescente, e sobre a maneira como este é colocado no âmbito coletivo. No capítulo quatro será analisada a diferença entre a forma como o evento é percebido pelos adultos e como é assumido pelos adolescentes e nessa análise está implicada também a diferença com a percepção inicial do pesquisador.

2.1.1.3 Considerações sobre a vulnerabilidade: aportes para o enfoque metodológico

Há mais de duas décadas que o enfoque de vulnerabilidade vem sendo discutido na área da saúde pública. Frente à hegemonia do enfoque de *Risco* originário da abordagem epidemiológica a *vulnerabilidade* foi considerada como uma alternativa mais abrangente para tratar complexos processos de saúde e enfermidade, e portanto, auxiliadora de respostas sociais mais efetivas e integrais.

O estudo da *vulnerabilidade* esteve associado à história da epidemia de VIH/SIDA, na década de 1990 (Mann, Tarantola, Netter, 1992), quando foram realizados desenhos de intervenção norteados por enfoques da atenção integral e processos de mobilização social fundamentados nos Direitos Humanos.

A perspectiva dominante sobre a *vulnerabilidade* refere-se ao estudo de “acontecimentos” que explicam as possibilidades de dar curso para um fato indesejável, um agravo, uma doença, etc., O interesse está em desvendar sob considerações *holísticas* fatores que incidem sobre comportamentos que desencadeiam “eventos críticos”.

O modelo analítico desenvolvido por Ayres e Cols (2011; 2009), descreve três componentes, articulando aspectos “micro” e “macro-ambientais”: componentes individual, social e programático. Esse giro deve ser entendido como a maior contribuição conceitual frente às análises de risco da epidemiologia clássica, basicamente por três motivos: i. inclui categorias gerais e abstratas, possíveis de serem associadas a eventos ou situações específicas. Por exemplo, articulações entre regras morais, estigma, discriminação e eventos infecto - contagiosos; ii. estuda a co-presença e interferência entre variáveis, na tentativa de uma leitura sintética, em contraposição à visão analítica do risco; iii procura certa universalidade a partir de estudos particulares norteados por métodos qualitativos e quantitativos (Malagón, R; Czeresnia, D: 2015).

A originalidade dessa perspectiva é considerar como unidade a dimensão indivíduo-coletivo ou indivíduo- âmbito social, levando em conta como interferências em diferentes níveis acrescentam tanto a exposição quanto a susceptibilidade ao contágio ou agravo. Desse

ponto de vista, o trabalho desenvolvido por Ayres e Cols está norteado por uma intencionalidade holística capaz de inter-relacionar variáveis em distintas direções. Por exemplo, aspectos da ação individual com normas e valores coletivos, a propósito das situações que conduzem ou explicam a transmissão pelo VIH.

O modelo comentado privilegia a análise sincrônico-estrutural. Porém, apesar de proporem a superação da dicotomia agente/estrutura, acabam por concretizá-la quando assumem a distinção dos componentes neles envolvidos; constroem uma “arquitetura” de níveis que separam o individual e o coletivo. Ou seja, de forma mais precisa, separam as práticas individuais das condições sociais de sua produção, mesmo que logo depois elas apareçam inter-relacionadas, graças às perspectivas interpretativo-pragmáticas, utilizadas na orientação da análise, atenuando essa dicotomia.

Nesse sentido, é possível interrogar (Malagón, R; Czeresnia, D: 2015, *ibid.*):

- Para além dos comportamentos, como a posição relativa dos indivíduos nos grupos sociais e entre os próprios grupos - identidades, configuração de vínculos, estratégias de ação - interfere na conformação de situações de vulnerabilidade?
- Resiliências são elementos coexistentes nas dinâmicas que constituem situações de vulnerabilidade. É possível construir um olhar processual capaz de apreender a complexidade das formas de agir envolvidas no enfrentamento das contingências que conduzem a essas situações?
- Considerando a diversidade e complexidade dos processos que conduzem à vulnerabilidade, como relativizar diretrizes programáticas e explorar outros possíveis desenvolvimentos para lidar com situações singulares?

Não há dúvida sobre como o encontro com essa elaboração teórico/metodológica contribuiu para a construção de nosso objeto de estudo. A tentativa holística centrada na compreensão de vulnerabilidades que propiciam eventos indesejados constitui uma orientação significativa. Interferências entre dimensões ajudam a compreender as distintas configurações sociais que explicam a trajetória que conduz à gravidez na adolescência. Se os enfoques de risco têm trabalhado para determinar relações causais independentes, o enfoque da *vulnerabilidade* estuda as condições que mediam possibilidades desse fato acontecer, ou seja,

procura compreender as interdependências entre dimensões ou fatores que modulam essas experiências.

A partir dessa linha de análise, é possível desenvolver uma nova perspectiva, procurando dar mais destaque aos aspectos diacrónico-processuais. O estudo da gravidez em adolescentes sob uma perspectiva processual, parafraseando a Fuentes e Alvarez, faz com que essa trajetória singular se amplie para envolver a relação com outros sujeitos, ao nível da família, do grupo de pares, do entorno e, as condições simbólicas e materiais do contexto, onde se afixa a cultura (Fuentes González et al, 2004).

Mesmo que se assuma com vários autores a perspectiva compreensiva/interpretativa (Parker, 2013); (Delor F, 2000); (Ayres, 2011 Op.cit., 2009, Op.cit.) um olhar processual demanda o reconhecimento de dispositivos ou mecanismos sociais mediante os quais é possível considerar uma relação sistêmica que vincula os diferentes aspectos envolvidos. Essa configuração sistêmica não é anterior nem externa aos indivíduos; pelo contrário, estes são considerados parte integrante e constituída desse tipo de relação.

Em palavras mais simples, a proposta é realizar o estudo das trajetórias que propiciam o evento da gravidez em adolescentes por meio de um olhar sistémico e dinâmico sobre as condições de vulnerabilidade em territórios de segregação espacial e exclusão social. Dar destaque a uma lógica processual pode contribuir na compreensão sócio histórica de distintas configurações sociais relativas à *vulnerabilidade*.

Outros elementos, analíticos também contribuíram no recorte da realidade e na definição das questões que norteiam este trabalho, como se verá mais adiante.

2.1.1.4 A gravidez adolescente: qual vulnerabilidade?

Na América Latina as cifras mostram um crescimento da gravidez entre mulheres menores de 20 anos em um período em que a tendência do evento é decrescente em outras camadas populacionais. Quando as comparações são feitas em períodos muito longos (50- 60 anos) a tendência de queda da fecundidade está presente também entre adolescentes. Porém neste grupo, nas últimas três décadas, a incidência se mantém em níveis considerados altos, com leves

variações. Na América Latina, as taxas de fecundidade são as mais altas, só superadas pela África Subsaariana, segundo cálculos de 2008 (Rodríguez: 2009, Op.cit.). Nesta parte do subcontinente a gravidez adolescente aparece como um fenômeno persistente e prolongado.

Cortes comparativos de inquéritos de 1985-1999 e 2005 - 2010 mostraram um aumento nos países da Região Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Perú), com destaque na Colômbia com incremento de 5,9 pontos percentuais nos últimos 25 anos (UNFPA: 2011). Na Colômbia, em 2010, foi estimado que 19% das adolescentes tinham estado grávidas (ENDS: 2010 Op.cit.), cifra próxima à do Brasil (DATASUS: 2010).

Os estudos mostram que o fenômeno se concentra principalmente nas camadas mais pobres da população com menor nível educativo e nas áreas rurais. Entre 1990 e 2001, o fenômeno cresceu nas camadas mais pobres das áreas urbanas em países como Brasil, República Bolivariana de Venezuela, Honduras e Panamá (Rodríguez: Op. Cit. 37).

As relações entre gravidez adolescente, pobreza e exclusão são frequentemente citadas na literatura (UNFPA, 2011). De fato, existe um consenso ampliado sobre essa relação, ainda que o fenômeno se apresente também em camadas com nível socioeconômico diferenciado. As aproximações são variadas, mas vale a pena destacar pelo menos duas conclusões examinados na literatura:

- É importante estudar os determinantes que conduzem à gravidez de acordo com níveis socioeconômicos diferenciados (Galindo-Pardo, 2012, 141, Op.cit.).
- O fenômeno da gravidez em adolescentes pode ser espacializado de acordo com as características socioeconômicas dos territórios. Essa é a linha de pensamento desenvolvido por Zangiacomi Martinez (2011) e Araújo Ferreira (2012). O primeiro compara características socioeconômicas dos municípios de São Paulo e mostra associações entre a gravidez adolescente e piores índices municipais relativos à vulnerabilidade, PIB, e níveis de pobreza. O segundo, usando mapas temáticos sobre educação, ocupação etc., descreve correlação espacial de aspectos relativos à vulnerabilidade social com a gestação na adolescência.

Os estudos citados guardam ideias inspiradoras e inovadoras. Mesmo que estudos sócio-demográficos e de risco têm incluído no passado aspectos de determinação social, o escopo e enfoques metodológicos ofuscam interferências entre as variáveis consideradas. Portanto levar em conta a existência de determinantes diferenciados socioeconomicamente para explicar as trajetórias que conduzem à gravidez em adolescentes, implica reconhecer essa diversidade e pensar em uma política mais compreensiva e plural; ou seja, fazer pertinente a pergunta: qual vulnerabilidade?; como? Quais as mediações?

De outra parte, voltar o foco de análise para o território, procurando descortinar aspectos da sexualidade, abre para uma nova linha de análise na compreensão da gravidez adolescente.

Esses elementos ajudam a vislumbrar explicações frente à evidente limitação das políticas públicas que se encarregam do tema e atuam em setores caracterizados pela segregação e a exclusão, nos quais o fenômeno é persistente.

A preocupação em apontar as limitações das políticas públicas em saúde mediante tentativas de modificar comportamentos em setores populares é expressa por alguns autores. Simone Monteiro (2003) afirma que a universalização das políticas preventivas hegemônicas no Brasil, caracterizadas por um tom generalizador e uníssono, apresenta dificuldades para reconhecer as diversidades culturais que resultam da: "... combinação das lógicas simbólicas, posições socioeconômicas e contextos de existência" (Monteiro, 2003, p. 253).

Os fracos resultados da política nesses cenários certamente influíram para o renovado interesse das agências internacionais em incluírem a pobreza e as iniquidades como temas de reflexão sobre o evento.

A configuração e dinâmica territorial são abordadas de acordo com: a forma como os jovens apropriam (experimentam) o território favorece o surgimento da gravidez: é possível diferenciar aspectos singulares que explicam mediações biológicas, bio-existenciais e sociais presentes nas trajetórias que conduzem à gravidez? Em outras palavras, como o território influi de modo plural e multidimensional, na ocorrência da gravidez? Essas perguntas nortearam o capítulo seguinte e toda a discussão de aqui para frente.

Em Bogotá uma situação foi determinante na elaboração do desenho da pesquisa empírica deste estudo. No inquérito de Demografia e Saúde feito na Cidade (EDDS, Profamilia, 2011) destacou-se o seguinte fenômeno: uma tendência de queda na proporção de adolescentes que engravidaram, de 22,6% em 2005 para 15,3% em 2011, mas também, a persistência do fenômeno em alguns locais, acima da média em 2005 e maior que a média nacional de 2010.

Nas Localidades ¹⁴de Bosa, Ciudad Bolívar, San Cristóbal e Usme, apresentaram-se porcentagens que oscilavam entre 20,1 e 26,8% em 2010 (EDDS-Bogotá: 2011). Estas Localidades têm uma altíssima concentração de população em difíceis situações socioeconômicas e são espaços de assentamento de famílias deslocadas pela violência política.

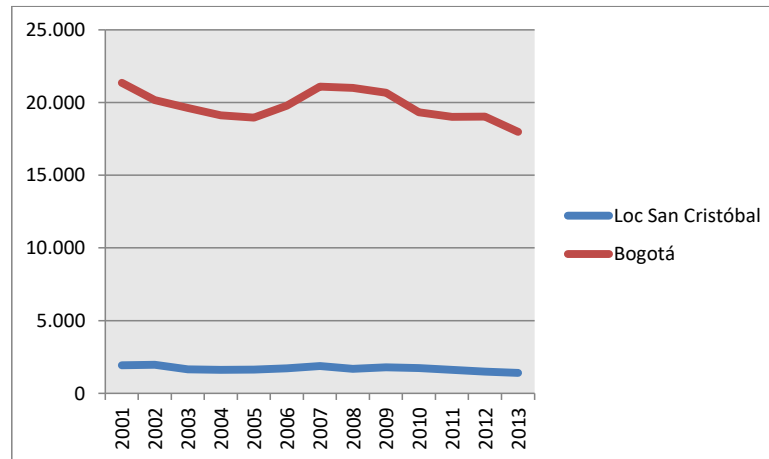
A polarização evidenciada na estatística é digna de atenção, porque essa persistência do fenômeno acontece em um momento no qual a política implementada cobra seus resultados: em várias localidades o efeito é nítido e a queda objetiva. Além disso, aspectos considerados cruciais na intervenção como os aprendizados sobre a sexualidade mostram uma alta incorporação: a participação dos meninos (as) em atividades de educação sexual nessas localidades oscila entre 81 e 90%, equiparando-se com as outras 16 localidades. O conhecimento de pelo menos um método anticoncepcional moderno independentemente da idade, estado conjugal, educação, riqueza, atividade econômica, atividade sexual e autonomia, é quase universal (EDDS, Profamilia, 2011. Op.cit., capítulos por Localidades). Conhecer e usar métodos modernos de planejamento familiar é um signo de modernização e as adolescentes dessas localidades estão inseridas no processo urbano, ainda que participem de forma desigual e diferenciada da modernização e das dinâmicas de globalização contemporâneas.

Em síntese, a evidência empírica reforça o interesse em conhecer porque o fenômeno da gravidez em adolescentes aparece persistente e elevado em territórios caracterizados pela exclusão social e segregação espacial, mesmo havendo uma ampla ação de política pública educativa com o objetivo de produzir mudanças de comportamentos nesses grupos populacionais.

¹⁴ A cidade de Bogotá está dividida em 20 territórios administrativos, chamados de “localidades” com governos e uma porcentagem limitada de pressuposto desconcentrado desde o nível central. As chefaturas desses territórios são desempenhadas por funcionários nomeados pelo Prefeito Maior da Cidade.

Essas considerações direcionaram a escolha para que a pesquisa empírica se realizasse na Localidade de *San Cristóbal*, ao sul-ocidente de Bogotá D.C. No inquérito de 2011 (EDDS, Profamilia: 2011) essa Localidade tinha a maior porcentagem de adolescentes grávidas (26,8%); e nascimentos em mães de 19 e 15 anos, entre 2001-2013, presentava mudanças muito pouco perceptíveis se comparada com a Cidade (Gráfico 1).

Gráfico 1. Nascimentos em Adolescentes de 15-19 anos



Fonte: Cálculos do autor com base em dados da S.P.D.

Esse gráfico demonstra que a contribuição de *San Cristóbal* na queda generalizada da gravidez em adolescentes, na Cidade e quase nula. Na janela de 12 anos, para *San Cristóbal* esse fenômeno é persistente e invariável.

As reflexões desenvolvidas acima norteiam o presente projeto e levando-se em conta as questões apresentadas, foram elaborados os seguintes objetivos:

2.1.2 Objetivos

2.1.2.1 Objetivo Geral:

Estudar a gravidez na adolescência em grupos envolvidos com situações sociais de vulnerabilidade e mudanças socioculturais, na Localidade de San Cristóbal, Bogotá-Colômbia.

2.1.2.2 Objetivos específicos:

- Caracterizar comportamentos relacionados com a sexualidade, o afeto, relações entre pares, o entorno familiar e social, em adolescentes da Localidade de *San Cristóbal*, Bogotá-Colômbia.
- Identificar, descrever e contrastar configurações características de situações de vulnerabilidade em adolescentes e que incidem em experiências que propiciam o evento da gravidez, na Localidade de *San Cristóbal*, Bogotá-Colômbia.
- Compreender como distintos processos de vulnerabilidade podem condicionar condutas, comportamentos sociais e trajetórias de vida vinculadas à gravidez em adolescentes. O estudo levará em conta: (i) regras sociais gerais e de regulação dos relacionamentos amorosos; (ii) compromissos bio- emocionais dos adolescentes (reflexividade, desejos, motivações, etc); (iii) transformações socioculturais relativas à sexualidade e o corpo; (iv) configurações de interdependências familiares e de amizade nos contextos de vida cotidiana.
- Tipificar e explicar trajetórias possíveis associadas ao evento da gravidez em adolescentes, segundo os contextos de vida explorados.

Capítulo 2-

3. Desenho Metodológico

O principal desafio da pesquisa era distinguir e compreender trajetórias que conduzem à gravidez adolescente em um contexto maior, referido às dinâmicas de sociabilidade, com destaque da sexualidade juvenil, e às configurações socioculturais características do território. Essas trajetórias resultam de decisões, de reflexões, de aspectos bio-emocionais, mas condicionadas por dinâmicas relativas à construção de identidades sociais e sexuais em entornos socioculturais específicos, onde se movimentam expectativas comunitárias e sociais sobre os adolescentes.

A pesquisa pautou-se em um estudo descritivo-interpretativo de carácter exploratório e teve como principal finalidade salientar aspectos relativos aos adolescentes e seus entornos familiares, comunitários e sociais, que podem explicar a persistência prolongada da ocorrência de gravidez em territórios caracterizados pela exclusão social e a segregação espacial.

Para atingir esse propósito foi preciso definir um micro espaço social, delimitado por quatro escolas da Localidade de São Cristóbal (Juana Escobar, José Joaquín Castro Martínez, José Félix Restrepo e Florentino González) com seus entornos de vizinhança. Análises de aspectos mais estruturantes tomaram por referência a Localidade de *San Cristóbal*, como unidade político/administrativa e o contexto maior da Cidade.

Este recorte respondeu a três propósitos:

- Estudar aspectos socioculturais e contextuais dos jovens dos setores mencionados visando entender como constroem suas identidades sociais e sexuais.
- Construir uma descrição densa dos processos que mediam as trajetórias que conduzem à gravidez em adolescentes daqueles locais. A escola foi pensada só como porta de entrada para o contato com a população vinculada à pesquisa: adolescentes com moradia

no setor com e sem experiência de gravidez; e suas famílias, através da vinculação das cuidadoras (es) ou representantes legais dos adolescentes envolvidos na gravidez.

- Vincular escolas com alto índice de gravidez adolescente nos últimos dois anos, mas localizadas em assentamentos diferenciados do ponto de vista socioeconômico e geográfico.

A Localidade *San Cristóbal* fica no limite sul oriental da Cidade, como já comentado, ocupando a maior parte o eixo montanhoso da cordilheira dos Andes que a circunscreve pelo oriente, com uma extensão de 4.816.32 hectares. Este dado é importante porque os assentamentos urbanos mais recentes (30 anos atrás) e com piores condições socioeconômicas, se colocam nas partes mais elevadas, onde ficam duas das escolas incluídas no estudo.

Ao contrário de outros, este estudo se propôs a compreender o fenômeno da gravidez considerando o “mundo adolescente”, com as ressalvas já feitas. A tentativa de apreender os mundos sociais dos adolescentes é sempre uma tarefa aberta e incompleta; é uma aproximação sempre inacabada e em permanente renovação. Mas é possível atender essa demanda abrangendo pelo menos três aspectos inter-relacionados:

- Identificação e análise de regimes institucionais (articulação a princípios estruturais tais como gênero, geração, identidade social, atitudes com relação à sexualidade, amizade, etc.).
- Desenvolvimento de uma perspectiva puramente fenomênica que indaga a historicidade da existência dos adolescentes naqueles contextos de vulnerabilidade.
- Perspectiva histórico-social dos espaços de vida cotidiana dos adolescentes e especialmente os envolvidos na experiência de gravidez. Neste ponto é preciso uma reconstrução cruzada a partir de narrativas. (ii e iii são irredutíveis. Ver Paul. Ricoeur, 2009, pp. 643-661).

Para atingir esse propósito foi preciso considerar enfoques quantitativos e qualitativos, o que se justifica por: i. exigência de cobrir um campo amplo de observação e análise. ii. garantir um equilíbrio adequado entre a natureza exploratória do estudo e a necessidade de dar fundamento apropriado às afirmações e conclusões elaboradas. Juízos informados são resultado

de leituras sobrepostas de dados que procedem de fontes diferentes desde o ponto de vista ontológico e epistemológico. iii. o objeto de estudo, multidimensional e complexo, atingido desde os enfoques de vulnerabilidade, exige tanto do conhecimento de aspectos objetivo-estruturais, quanto subjetivo-experienciais (Delor, 2000, Op.cit.); (Ayres, 2009, Op.cit.).

No anexo (Anexo.1, Tabela A1) são apresentadas as principais ferramentas metodológicas utilizadas, assim como os objetivos propostos para cada uma delas.

A triangulação sugerida será discutida ao final do Capítulo. Ela foi feita de forma sequencial, começando pela observação participante - desdobrada tanto nas escolas quanto nos microterritórios - e, as oficinas desenvolvidas nas quatro escolas. Esse contato ajudou logo depois no desenho do instrumento quantitativo e na definição das linhas de indagação que pareceram mais adequadas para o desenvolvimento das entrevistas. Os grupos focais foram resultando de interesses pragmáticos suscitados no decorrer da pesquisa. Por exemplo, a exigência, em determinado momento, de compreender como os adolescentes daqueles locais “administravam” os métodos anticoncepcionais de acordo com as diferenças de gênero. O trabalho de campo foi desenvolvido a partir do primeiro semestre de 2013.

3.1 A CAIXA DE FERRAMENTAS UTILIZADAS

Um objeto de estudo convida à elaboração de ferramentas, consideradas apropriadas e úteis para seus fins de inteligibilidade. Nesse sentido, o objeto também é afetado pelos desenvolvimentos metodológicos e as ferramentas pertinentes consideradas. Lembra-se aqui o caráter processual e construtivo do objeto de estudo.

Levando em conta que um dos aspectos de interesse tem a ver com o estudo de alguns comportamentos sociais e da sexualidade adolescente dos microterritórios envolvidos na pesquisa, foram incorporados estudantes de quatro escolas, tanto na aproximação quantitativa quanto qualitativa. Logo depois foram envolvidos outros adolescentes, segundo as exigências que foi criando o estudo como se explica na fase qualitativa. A seguir se apresenta a perspectiva quantitativa construída.

3.1.1 Aproximação quantitativa da pesquisa

Essa aproximação mostrou-se efetiva no intuito de obter um esboço sistemático e estruturado das concepções, representações e práticas declaradas pelas (os) adolescentes, com e sem experiência de gravidez, ao redor de sua dinâmica social e sexualidade. Foi o caminho escolhido para procurar explicações sobre o início da vida sexual e as atitudes com relação à sexualidade na população vinculada à pesquisa.

Trata-se esta parte, de um estudo transversal, descritivo, baseado em uma amostra não probabilística teórica por quotas. Considerações de viabilidade da pesquisa foram levadas em conta para tomar essa decisão. As associações (A) que se queriam explorar eram:

A1: O início da vida sexual e as atitudes com a sexualidade se associam com as capacidades econômicas, sociais e culturais dos lares dos adolescentes.

A2: O início da vida sexual e as atitudes com a sexualidade dos adolescentes estão associadas às habilidades emocionais, sociais, acadêmicas, morais e/ou religiosas.

As relações estudadas se apoiam em vários estudos (Zimmer-Gembeck, 2013); (Patrick LF, 2012); (Hing-Keung, 2012). A relação entre os comportamentos sexuais e características socioculturais do entorno é uma hipótese que reconhece a importância crucial dos cenários de socialização na construção da identidade dos adolescentes, como citado no capítulo anterior.

A exploração das mencionadas habilidades em sua relação com os comportamentos sexuais dos adolescentes, entre eles, as trajetórias que levam à gravidez, respondem a uma perspectiva que podemos chamar de psicossocial, na literatura preocupada com o desenvolvimento da personalidade do adolescente. Devemos advertir sobre o alcance dessa aproximação no contexto da pesquisa. É o seguinte: Os aspectos e variáveis escolhidas não respondem a uma avaliação abrangente nem “integral” sobre cada uma das habilidades

consultadas. O interesse era apenas recuperar algumas das características relacionadas com as dinâmicas de socialização e possíveis diferenças de gênero relativas ao contexto sociocultural; essa foi a motivação que fez com que esses aspectos fossem explorados.

De outra parte, o desenho do Formulário considerou conceitos e variáveis complexas colocadas pela literatura científica, (capacidades; habilidades psicossociais; início da vida sexual; atitudes com a sexualidade). Também foram adequadas e incluídas variáveis do contexto de exploração, estruturadas logo depois do primeiro estágio de aproximação aos microterritórios (serviços ou aparelhos usados no lar, razões para mudar de residência, ocupação da (o) chefia (e) do lar, entre outros). A incorporação destes aspectos esteve referida a características genuínas do local e a temas que poderiam fazer diferença entre os lares dos adolescentes.

3.1.1.1 Referências teóricas do enfoque das capacidades

Levando em conta a primeira relação (A1), o desafio do ponto de vista do enfoque quantitativo foi a relativa homogeneidade da população assentada nos microterritórios. Uma advertência é aqui pertinente: o fundamento de toda homogeneidade é sempre relativa às variáveis de comparação, portanto devemos considerar essa característica apenas como uma função que permite comparar pessoas que são diferentes em outros aspectos (Amartya Sen, 2004). Essa observação é importante porque no desenvolvimento das distintas aproximações metodológicas serão desvendadas diferenças importantes no grupo de estudo.

Essa homogeneidade pode ser suposta considerando-se os cálculos sobre segregação espacial e exclusão social para Bogotá e a Localidade de São Cristóbal (Jiménez-Barbosa, 2014) (esta matéria será desenvolvida no capítulo IV). Esses territórios reclamavam um enfoque sensível, capaz de refletir as posições sociais relativas dos lares e que possibilitasse mostrar distâncias entre eles.

Diferenças entre grupos podem ser exploradas de forma grossa, tomando como centro de análise a linha de pobreza, a diferença na renda dos lares ou o índice de desigualdade (Gini). Porém, essas medidas têm sido criticadas por vários aspectos: i. porque tomam como eixo só os

ingressos, com efeitos redutores na complexidade envolvida nas situações de pobreza. ii. ofuscam desigualdades importantes quando se avalia a qualidade de vida da pessoa, como ter uma saúde ruim, uma deficiência física, ou experimentar diversas formas de exclusão (Nussbaum, 2000; Sen A, 2004; Urquijo-Angarita, 2008) iii. mostram-se pouco sensíveis quando se avaliam espaços sociais similares em certos aspectos de interesse para a pesquisa.

- O enfoque de *capacidades* e as variações nos grupos

Apesar do Enfoque de Capacidades apontar para uma teoria da liberdade (Cejudo-Córdoba, 2007) com incidência na ética, a economia e a política, a referência aqui tem a ver apenas com aportes conceituais que visam arranjos metodológicos.

Esse enfoque desenvolvido há mais de três décadas pelo Prêmio Nobel Amartya Sen (1998), foi inspirado no contexto das preocupações relacionadas com o bem-estar. A consideração da pobreza como privação foi o fundamento para redefinir seu campo de avaliação e ampliar o foco de atenção além dos recursos econômicos.

O termo *capacidade* cunhado pelo autor tem relação com a palavra *dunamin*, empregada por Aristóteles, e que pode ser traduzida como potencialidade ou capacidade para existir ou atuar (Nussbaum, 2000). Desse ponto de vista, a *capacidade* informa sobre a combinação de alternativas efetivas para que uma pessoa possa fazer ou ser, ou seja, os distintos funcionamentos que pode efetivamente alcançar em um tempo e espaço determinados (Amartya Sen, 2000, pp. 54-60). O importante para o autor é avaliar a vida que podemos efetivamente levar e não os bens ou dinheiro que possuamos.

Em realidade o foco de análise da avaliação da qualidade de vida está tanto nos funcionamentos realizados (o que uma pessoa ou uma família é capaz de fazer (atingir) ou ser, por exemplo, morar em um lugar seguro sem ameaças ou riscos ambientais; ter consumos culturais ou participar na vida comunitária), quanto no conjunto de alternativas efetivas que possa ter, (Amartya Sen, 2001b) (oportunidades reais, como por exemplo, poder escolher entre frequentar a universidade privada ou pública, de alto nível). Esta alternativa depende de vários outros fatores além dos econômicos.

De acordo com o pensamento de Sen, são necessárias dotações básicas, segundo um contexto definido, para que o agente possa realizar uma vida que seja desejável e que vale a pena

viver. O característico do enfoque avaliativo é estabelecer as diferenças na capacidade do agente para transformar essas dotações em oportunidades efetivas.

Uma das tarefas cruciais nesta lógica de pensamento é conseguir estabelecer diferenças entre as pessoas ou famílias de acordo com essas capacidades ou dotações. Estas últimas correspondem a conjuntos de realizações (funcionamentos) como obter uma alimentação adequada, morar em um ambiente pacífico, ou sem riscos ambientais, etc., fato que introduz uma complexidade na comparação, devido à distribuição desigual dessas realizações. Por exemplo, uma pessoa ou família poderia ter mais renda do que outra, mas a primeira ter em seu grupo uma pessoa com deficiência física ou responder por pessoas velhas, com mais gastos em saúde, e então, ainda com um ingresso relativo maior, sua condição com relação à capacidade seria pior.

O Enfoque das Capacidades é inevitavelmente pluralista (Amartya Sen, 2001^a Op Cit.) com implicações morais e instrumentais importantes. O uso dessa perspectiva é valiosa no contexto do estudo porque ao contrário de outros enfoques, de medida mais grossa - como os já indicados -, a comparação entre as diferentes realizações (funcionamentos) auxilia o reconhecimento de diferenças interpessoais ou entre as famílias dos adolescentes nos microterritórios de referência com relação às capacidades, econômicas, sociais e culturais incluídas na análise. O propósito último desta parte é estudar a relação entre estes aspectos socioculturais e econômicas estruturantes, e as práticas ligadas à sexualidade adolescente, entre estas, as que conduzem à gravidez.

Algumas leituras críticas do Enfoque das Capacidades (Vethencourt, 2007) assinalam a existência de ambiguidades na hora de definir as dotações básicas, isto é, as realizações que são especialmente valiosos para levar a vida que se deseja e que vale a pena viver. O enfoque é esquivo para definir uma lista normativa de funcionamentos ou realizações básicas e confia essa competência aos contextos culturais específicos. Para Sen o contexto cultural é o determinante das capacidades.

Apesar disso, essa seleção de funcionamentos ou realizações efetivas deve ser precedida por convenções normativas e de uma teoria crítica, para evitar o perigo de comparar assuntos supérfluos ou ofuscar inequidades. Como fundamenta Williams, citado por Vethencourt (2007),

será preciso criticar antes de validar funcionamentos ou realizações reconhecidas no âmbito local. Essa ressalva é importante para não validar inequidades como, por exemplo, aceitar que segundo uma convenção cultural as mulheres tenham uma posição de submetimento frente aos homens. Mas de outra parte, o exercício de destacar realizações virtuosas supõe e exige levar em conta elementos do contexto local para que a comparação tenha sentido e seja consequente.

Em síntese, a escolha dos funcionamentos ou realizações dos lares que devem ser examinados na comparação é altamente significativa. Qual o espaço da análise? Que aspectos levar em conta? Para os fins deste estudo tomam-se em consideração aspectos econômicos, sociais e culturais, em reconhecimento tanto das dotações básicas necessárias para atingir os funcionamentos ou realizações próprias de uma vida boa, quanto das capacidades para exercer algum tipo de controle sobre o entorno e, em princípio, sobre o curso da própria existência.

- Uma ponte entre capacidades, capitais e a vulnerabilidade

O tema das dotações básicas é tratado em um clássico trabalho de James Meade (1985). Nesse texto o autor discute as dotações iniciais transmitidas de geração para geração, dando destaque a aspectos genéticos, econômicos (ingressos ou propriedades), educacionais e sociais. Estes dois últimos cobrem um amplo leque de aspectos muito diversos como os títulos atingidos pela pessoa e os contatos ou redes de apoio que ajudam promover posições sociais ou abrir oportunidades para o indivíduo. Essas dotações básicas são levadas em conta na pesquisa, mas com as particularidades do contexto de estudo. Porém, a dotação genética só teria sentido como uma variável que informa sobre aspectos relacionados com certas situações incapacitantes, portanto, é tomada como uma referência à margem.

Independentemente de seu enfoque de análise, Meade sustenta que cada pessoa dispõe de umas dotações iniciais que condicionam a sua trajetória de vida. Essas dotações bem podem ser consideradas como as capacidades globais que cada indivíduo dispõe, e que em primeira

instância define a sua capacidade de agência¹⁵ e, portanto, descrevem sua posição relativa no espaço social.

O interesse na descrição feita por Meade não acompanha sua visão sobre as relações de fortuna e sorte para explicar diferenças nas posições sociais, porque seu modelo faz apagamento de que condições estruturantes e não simplesmente as dotações iniciais, definem possibilidades objetivas para a agência de cada um. O caráter estruturante da posição de classe, por exemplo, condiciona a agência, mesmo que o indivíduo tenha o leque mais o menos aberto de possibilidades para atuar e nessa circunstância não qualquer funcionamento é esperável.

Apesar disso, a importância dada à capacidade das pessoas para modificar, acrescentar ou moldar essas dotações iniciais diz respeito do papel ativo dos indivíduos e seus lares, na possibilidade de atingir estilos de vida por eles valorizados. É importante não esquecer que essa agência reconhece uma dupla condicionante de tipo estrutural: da posição social e das dotações iniciais que são características naquela configuração. Porém, seguindo Giddens (2011) é possível discernir entre o condicionante estrutural que atua restringendo o indivíduo, dado pela posição social, mas também o caráter habilitador da agência dos indivíduos quando atuam sobre suas dotações. Estas últimas seriam ao mesmo tempo restringedoras e habilitadoras, no sentido, em que indivíduos podem molda-las de acordo com circunstâncias materiais e institucionais (Giddens, 2011).

Essa reflexão que tem aparência de fugir do escopo metodológico ajuda a entender o caráter interativo e interrelacional das dotações econômicas, culturais e sociais e, portanto, auxilia a demanda de definir qualitativamente¹⁶ como se apresentam as diferenças nos lares dos adolescentes envolvidos no estudo, além de distinguir as posições sociais relativas que estes ocupam no espaço analítico.

De outra parte, existe proximidade analítica e empírica entre o conceito de dotação enunciado na teoria das capacidades e o conceito de capital econômico, cultural e social defendido por Pierre Bourdieu (2001), no campo da sociologia. Essa proximidade é interessante

¹⁵ A capacidade de agência se refere às ações do agente encaminhadas a mobilizar seus recursos segundo metas e expectativas ligadas a um estilo de vida.

¹⁶ A expressão qualitativa se refere legitimamente às variáveis chamadas de atributos ou categorias, empregadas nos modelos de análise quantitativos.

porque salienta a natureza política da mencionada categoria de “posição social”; esta responde a configurações de poder no espaço social.

Três argumentos ajudam a entender o alcance dessa proximidade (Martínez- García, 1998): i. os capitais se correspondem com um tipo específico de recurso e, portanto, de poder capaz de produzir efeitos sociais (capacidade). ii. o capital não se limita simplesmente aos aspectos materiais, ele é uma elaboração social que opera quando algo é valorizado, apreciado e reconhecido pelos outros e pelo próprio agente, dada alguma propriedade ou finalidade (funcionamento). iii. o capital pode ser acumulado, e ainda que o capital econômico tenha possibilidades de intercâmbio, os outros, o capital cultural e social, operam como dons que apontam para a integração e a troca.

Considerando que a agência se refere, em termos operativos, à transformação de capacidades em oportunidades efetivas conquistadas pelos indivíduos, essa mesma é a preocupação presente na relação entre os capitais assinalados: por exemplo, como o capital econômico é reconstituído como capital cultural em função do tempo livre?

Ainda assim, a perspectiva analítica examinada não esquece que o enfoque de capacidades está inspirado na escolha individual e o capital, nas formas de diferenciação social e reprodução das classes sociais. Existem, portanto, pontos problemáticos ao relacionar as visões envolvidas. Apesar disso, tem todo valor como orientação metodológica e analítica.

Por fim, um aspecto a salientar tem a ver com as relações entre capacidade e vulnerabilidade. Em outro texto (Malagón, Czeresnia, 2015, Op.cit.) foi defendido que a capacidade do ponto de vista existencial é a forma do indivíduo se afirmar e atuar em seu mundo. A dialética entre capacidade e vulnerabilidade se apresenta como um paradoxo: aspectos da mesma realidade que assinalam também sua irredutibilidade. Vulnerabilidade/Capacidade são dimensões presentes em toda realidade humana.

Os funcionamentos ou realizações (capacidades) seriam arranjos pragmáticos que, como condição de possibilidade, afirmam e confirmam a existência, a tempo que permitem apreender um mundo já mediado pelas próprias realizações, em um contexto estruturado e estruturante. É a vulnerabilidade responsável de condicionar tais capacidades como seu oposto, mas também como seu complemento, dado que a capacidade é sempre “capacidade de um ser vulnerável” (Paul Ricoeur, 2008).

No nível social, definido um conjunto de realizações relevantes (campo de avaliação) as piores condições da qualidade de vida e a negação do exercício pleno de direitos, aspectos geralmente inter-relacionados, seriam a fonte de vulnerabilidade. Do ponto de vista formal, esta reflexão indicaria que as piores posições sociais corresponderiam a expressões de maior vulnerabilidade no espaço analítico do estudo.

Embora o desafio inicial fosse definir uma metodologia que permitisse construir uma organização ordinal na estrutura dos dados para diferenciar os lares, outros aspectos importantes do enfoque das capacidades foram incorporados: i. a avaliação global de cada lar segundo as capacidades econômicas, culturais e sociais (comparação de conjuntos de variáveis). ii. a consideração de realizações ou funções relevantes naqueles locais, como morar em lugares seguros ambientalmente; ter ou não emprego; perceber que a renda permite satisfazer ou não as necessidades básicas do lar; que os adultos participem no dia a dia nas tarefas escolares dos adolescentes ou atingir certo nível de formação escolar (capital cultural), etc. A compreensão das desigualdades naqueles locais relativamente homogêneos se enriqueceu.

- Considerações sobre as variáveis incluídas nas capacidades

A pergunta lógica uma vez que se operava com esse enfoque era: desigualdades entre os lares?; de que? Para responder em parte a esta questão foi preciso uma definição operativa de cada capacidade e de uma justificativa sobre a inclusão de certas variáveis. Como fazer uma descrição em detalhe seria cansativo, vamos concentrar a explicação nas capacidades culturais e sociais por serem menos familiares e estendidas. As variáveis consideradas em cada uma das capacidades e habilidades se mostram no anexo (Anexo. 2.Tabela A2).

A capacidade cultural

Foi definida como um conjunto de realizações que refletem a incorporação ativa de capital cultural acumulado pela família, expresso em títulos obtidos pelos pais ou a sua trajetória escolar; a inserção ativa em uma cultura letrada, fundamental no mundo urbano; o acesso a consumos

culturais diversos, que teoricamente dão abertura para por em questão formas de pensar, crenças, preconceitos, etc.¹⁷.

As variáveis incorporadas para a construção desta capacidade foram: número de livros no lar (Bourdieu) segundo intervalos; titulações acadêmicas atingidas pelos pais; consumos culturais nos últimos três meses, tais como frequentar cinemas, bibliotecas; apresentações de dança, teatro; ler livros; e selecionar o lixo antes de jogá-lo (expressa um nível qualificado de reflexividade no lar). Esta última variável foi incluída levando em conta que a administração da Cidade tem um programa de promoção dessas práticas.

É evidente que as variáveis consideradas podem aparecer como mais ou menos valiosas do ponto de vista da capacidade. Por exemplo, os títulos escolares expressam segundo Bourdieu, o capital cultural cumulado; mas também é expressão de um fato estruturado nas relações históricas do território com a Cidade, e simultaneamente estruturante de realizações culturais idiossincráticas.

Os consumos culturais são de outro nível e podem variar de lar para lar por distintas interferências, como, por exemplo, ter recursos em dinheiro e tempo, além do cultivo de um gosto particular (distinção).

Apesar disso, todas as realizações incluídas na construção da capacidade cultural podem ser consideradas mutuamente interativas e sinérgicas: conservar livros no lar diz respeito a uma cultura escolar, mas também à inserção em uma cultura letrada. É evidente que existe um viés na forma de valorizar a capacidade cultural com privilegio das habilidades necessárias para a vida na cidade.

A elaboração ao redor da **capacidade social** apresenta uma limitação em relação à fonte de informação. Captar de forma direta o nível de associatividade, confiança e redes de contato dos lares seria impreciso ao se consultar os adolescentes. Além disso, existia um interesse em

¹⁷ Castoriadis, descreve o fechamento, como próprio daquelas comunidades nas que o que é pensado não pode ser posto essencialmente em questão. Ver Castoriadis, Cornelius. *Ontología de la Creación* (Cornelius Castoriadis, 1997b).

conhecer algo mais sobre os vínculos familiares, dado que este é um núcleo de interesse na literatura sobre a gravidez adolescente.

A capacidade social é convencionalmente relacionada com vínculos ou contatos sociais a que a pessoa ou a família tem acesso. Para Robert Putman (2002) o capital social está caracterizado pelo apoio mútuo, cooperação, confiança institucional e eficácia e em esse sentido é um conceito oposto ao sectarismo, etnocentrismo e a corrupção (Putnam, 2002). Outras definições anteriores consideram o capital social como: "... os recursos associados a uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimentos e reconhecimentos mútuos". Ver P. Bourdieu, citado em Ramirez- Plascencia (Ramírez-Plascencia, 2005).

As variáveis incluídas no estudo reconhecem aspectos da vinculação social dos adolescentes, como as atitudes abertas para outros grupos étnicos; sentimentos de orgulho relacionados às amizades, família e escola; e por fim, aspectos que caracterizam os vínculos com os adultos da família. Essas descrições refletem atitudes positivas e valores para com os outros, mas também informam sobre a qualidade das redes familiares e de amigos, nas quais participam os adolescentes. Em conjunto, atitudes e valores que favorecem a associatividade e características dessas redes e vínculos, podem ser considerados como recursos, imateriais ou intangíveis cumuláveis, além de fundamentais nos processos de reprodução social. Quase todas as variáveis incluídas se referem a percepções sobre os relacionamentos familiares e comunitários. Este é o núcleo da avaliação proposta sobre a capacidade social.

É evidente que as redes de associação estão condicionadas por fatores além dos estritamente relacionais como, por exemplo, os sentimentos coletivos de segurança no território ou a presença de grupos que exercem violência.

- Exploração de dimensões Psicossociais dos adolescentes

Estudos também têm mostrado a existência de associações positivas entre competências ou habilidades cognitivas, sociais, comportamentais, etc., e condutas sexuais dos adolescentes.

Por exemplo, uma revisão sistemática da literatura produzida sobre este tópico, entre 1985 e 2007, assinala que existe evidência consistente de que melhores competências cognitivas, sociais e da conduta podem reduzir a probabilidade da atividade sexual, da gravidez e acrescentar a adoção de práticas anticoncepcionais nos adolescentes (House Lawrence, 2010).

Perguntar sobre comportamentos sexuais dos adolescentes fornece elementos para entender dinâmicas bio-emocionais envolvidas na gravidez. Porém tem importância ainda maior o estudo de possíveis diferenças de gênero inscritas nos processos de sociabilidade nos microterritórios e expressas naqueles comportamentos. A associação (A2) responde a essas expectativas.

Aportes teóricos diversos são considerados na literatura especializada sobre comportamentos adolescentes. Um enfoque normativo com pretensão de universalidade foi adotado pela OMS (1993) no intuito de promover as chamadas habilidades para a vida dos adolescentes, no contexto da promoção das competências psicossociais que lhes ajudam a lidar com exigências e desafios do dia a dia (EDEX, 2015). Esse enfoque é apresentado como alternativa para lidar com problemas específicos como uso de psicoativos, violência, etc., A ideia fundamental é de o estímulo para as habilidades ou competências sociais, cognitivas, morais, etc, ajudar a qualificar as relações interpessoais, as capacidades adaptativas positivas e o poder de negociação com o entorno.

A análise de aspectos psicossociais no estudo está sustentada em contribuições normativas, mais do que em uma teoria unificada sobre as habilidades socioafetivas dos adolescentes. Porém, a psicologia do desenvolvimento fornece alicerce para um campo que ainda se apresenta segmentado. Contribuições de Piaget (1896), Kohlberg (1927) e Erikson (1902) são centrais na descrição de processos de transformação da psique humana, especialmente dos estágios iniciais até o amadurecimento. Os atributos do chamado desenvolvimento relaciona-se com mudanças qualitativas estendidas no tempo, caracterizadas pela progressividade e a regulação endógena (Moshman, 2005).

Essas mudanças são produto de influências internas e do entorno, mas com participação ativa do indivíduo mediante processos de interação e adequação contínua. Enfoques

construtivistas salientam o papel da interação social na produção de estruturas mentais e comportamentos morais, mas ligados aos entornos.

Não é aqui o espaço para discutir os alcances e limitações das teorias sobre desenvolvimento cognitivo (Piaget), desenvolvimento moral (Kohlberg) e o desenvolvimento psicossocial e a formação da identidade (Erikson). Porém, o que é pertinente para os fins práticos do estudo refere-se ao carácter prescritivo (psicologia) e projetivo (pedagogia) dos modelos elaborados nessas teorias. A pertinência se refere a: i. os estágios normativos que descrevem dão alicerce para estabelecer métricas que operam no campo avaliativo. ii. especialmente a partir da adolescência as mudanças não são consideradas como universais nem ligadas à idade. Portanto, a pretensão normativa se refere apenas a um ideal de desenvolvimento organizado em etapas qualitativamente diferentes, que não são atingidas por todas as pessoas, mas que serve para avaliar o desenvolvimento (Moshman, 2005. Op.cit., 115). iii. modelos avaliativos poder-se-iam adequar a condições e situações específicas (Reyna, 2011).

Levando em conta estas considerações foram construídos índices para habilidades acadêmicas, sociais, emocionais e atitudes morais. Definições operativas e os aspectos envolvidos, embaixo, na Tabela 1.

A análise contida na Tabela obedece à necessidade de estudar como capacidades psicossociais se relacionam com as práticas sexuais e a gravidez adolescente nesses microterritórios, a partir da forma que os jovens se percebem a si mesmos. Esta opção analítica adquire um carácter avaliativo, segundo um perfil definido que discrimina entre as melhores e as piores capacidades ou habilidades.

Os itens ali incluídos, ainda que sustentados na literatura, foram reelaborados para adequação aos contextos de referência. A expectativa foi explorar possíveis associações dessas habilidades com o início da vida sexual e as atitudes com a sexualidade.

No caso da atitude para a sexualidade, construiu-se um índice composto por um conjunto de afirmações relacionadas com representações, conhecimentos e práticas relativas à sexualidade, para cada um dos estudantes.

Tabela 1 **Habilidades psicossociais adolescentes**

Habilidades e atitudes	Definição operativa	Aspectos
Acadêmicas	Expressa a continuidade da trajetória educativa e resultados acadêmicos.	Programas e graus sem aprovação; auto - percepção comparada dos logros acadêmicos, etc.,
Sociais	Refere-se a comportamentos sociais que auxiliam boas relações interpessoais (Del Prette, 2008).	Atitudes de autonomia, afirmação com relação aos grupos e atitudes frente ao trabalho em equipe.
Emocionais	São habilidades para o distanciamento crítico das emoções, autocontrole e capacidade de lidar com situações de estresse (Nunez Paula, 2002).	Percepção das emoções e seu autocontrole.
Morais	Diz respeito de uma orientação afetiva para comportamentos altruístas para os demais e a capacidade para julgar questões morais em forma coerente (Hing, 2012).	Atitudes para com as outras pessoas; para o gênero contrário e respeito pela diferença, assim como formas privilegiadas de resolver conflitos, dilemas morais e atitude para as normas.

Usaram-se variáveis com ampla discussão na literatura (Luengo Charath, 2012); (González J, 2009). Como o propósito era também avaliativo, cada item apresentava uma escala de valoração, cuja funcionalidade era estabelecer um valor global da atitude sexual para cada adolescente. Esse índice, junto com a declaração de início da atividade sexual foram as variáveis dependentes ou a explicar.

3.1.1.1.1 Tratamento estatístico

Nesta seção apresenta-se a metodologia de construção das capacidades econômicas, culturais e sociais dos lares e das habilidades acadêmicas, emocionais, sociais e atitudes morais, dos adolescentes das quatro escolas envolvidas no inquérito (1.538 registros).

A informação foi obtida por meio da aplicação de um formulário para estudantes de sétimo, nono e grau onze¹⁸ das escolas inseridas nos microterritórios de estudo. Estes estudantes, no enquadre da amostra por quotas, foram escolhidos só atendendo ao seu pertencimento a cada um dos graus mencionados, nas escolas de referência.

A preferência pelo quase recenseamento da população explica-se no caráter subsidiário deste componente na pesquisa e pelo amplo desenvolvimento do componente qualitativo. O eixo organizativo era a população adolescente com experiência de gravidez nesses locais e, portanto, uma informação mais ampla sobre a população apresenta-se funcional para esse propósito. Mais do que uma ferramenta com qualquer capacidade de inferência, estimou-se melhor aprofundar em descrições cruciais para os objetivos planejados. Em outras palavras, a complementaridade esperada a partir da aproximação quantitativa cumpria com um duplo papel: apoiar a construção de um contexto explicativo para aspectos sócio/afetivos e da sexualidade dos adolescentes, e obter informação mais ampla sobre a população assentada nos locais de trabalho. Porém, a exploração de comportamentos ligados à sexualidade é parcial, mesmo auxiliando a compreensão dos processos assinalados e cobrindo algum aspecto importante.

Em síntese, convinha dar destaque a descrições que auxiliassem o estudo de aspectos estruturantes relativos à características socioculturais tanto dos lares quanto das práticas sexuais dos adolescentes, levando em conta que estas são influenciadas pela complexa dinâmica de fatores sociais, históricos e econômicos, (Monteiro, 1999, apud, Taquette, 2008, p. 108).

¹⁸ O sistema educativo colombiano define três níveis de formação: Primária, secundária e terciária. O ensino secundário oferece dois níveis: básico, de grau 6to até grau nono; médio, grau dez e onze.

Além disso, obteve-se informação valiosa para cada uma das escolas, visando responder aos interesses institucionais fornecedores da intervenção.

Com relação à enquete, vários itens incluídos no Formulário respondiam a escalas de apreciação graduada, (por exemplo: sempre, quase sempre, quase nunca, nunca), respeitando princípios de unidimensionalidade e independência: a. cada item media uma característica. b. cada item não interfere na resposta de nenhum outro (Matas Terrón, 2010).

Etapas de formação do pessoal envolvido na aplicação, bem como o piloto para padronizar o processo de aplicação e adequar o Formulário às exigências socioculturais e estatísticas foram cumpridos. No momento de aplicação foram proporcionadas definições sobre os conceitos chaves empregadas no Formulário, tais como, chefia do lar, sexualidade, coito, afiliação étnica, etc. Por fim, a aplicação do questionário foi simultânea em cada escola e o preenchimento anônimo.

A prova piloto foi realizada com estudantes do nível de “*aceleración*” da Escola José Joaquín Castro, no mesmo local do trabalho de campo, os quais não iam entrar no inquérito. O Formulário foi submetido à crítica de estudantes de último ano de Estatística da Universidade Nacional de Colômbia. Cumpriram-se com os princípios de respeito pela autonomia, confidencialidade, segredo e demais normas e exigências éticas.

- Sobre as variáveis

As Capacidades e Habilidades construídas são variáveis complexas, constituídas por conjuntos de variáveis mais simples e excludentes entre si, escolhidas de acordo com interesses analíticos do estudo e as características dos microterritórios. Essas variáveis complexas não podem ser observadas de forma direta e precisam de conjuntos de variáveis constitutivas na sua elaboração. Essas variáveis complexas são chamadas de construtos no ambiente das Ciências Sociais ou variáveis latentes no campo da estatística (Herrera Ortiz, 2009, p. 16). Na seguinte figura se ilustra essa relação:

Figura. No 1 Lógica de construção de variáveis compostas na construção de capacidades e habilidade



Variáveis categóricas - ordinais foram usadas na elaboração dos mencionados construtos. Uma variável categórica ordinal representa uma relação de ordem entre os atributos (por exemplo, alta, média e baixa escolaridade). Essa variável pode assumir valores que indicam o seu pertencimento a uma categoria, possível de ser ordenada de forma ascendente ou descendente. Essas categorias podem estar representadas com números, letras ou nomes, mas são sempre excludentes.

Quando se consideram variáveis categóricas ordinais uma das melhores opções para a construção dos índices (capacidades e habilidades), é a Análise de Componentes Principais Categóricos (CATPCA: Categorical Principal Components Analysis); essa metodologia procura reduzir a uma variável só um conjunto de variáveis, com a menor perda de informação possível, levando em conta que cada variável é categórico-ordinal. Esta técnica é muito útil quando se usa um extenso número de variáveis como foi o caso do inquérito aplicado.

Supostos de linearidade nas relações entre variáveis são assumidos na metodologia, porém, o método permite relacionar variáveis em diferentes níveis, dando possibilidade para modelar relações não lineares (IBM-Knowledge), sempre relacionando informações de cada indivíduo para evitar efeitos indesejáveis nos cálculos como a falácia ecológica.

Além disso, a metodologia permite reconhecer a ponderação relativa de cada variável simples na composição da variável complexa. Aspecto muito útil na descrição e análise proposta.

- **Referencial Conceitual – CATPCA (Análise em Componentes Principais: Categórico)**

A análise em componentes principais categóricas quantifica as variáveis categórico-ordinais, enquanto reduz a informação ao número de variáveis desejadas. Quando se quantifica as variáveis está se dando uma pontuação a cada categoria, levando em conta que as categorias têm uma ordem estabelecida, isto é:

$$X_C = a_1X_1 + a_2X_2 + \dots + a_nX_n$$

Onde X_C é a capacidade ou habilidade que se deseja construir, e cada X_i são as variáveis categórico-ordinais, base para construí-las e cada a_i é a pontuação assinalada para cada categoria da variável X_i . É preciso destacar que a metodologia é mais útil quando o número de variáveis X_i é grande.

Para cada coeficiente é verificada a consistência, vale dizer, se comparam todos os a_i com cada categoria da variável X_i verificando que se mantenha a ordem de cada variável categórica-ordinal. Logo depois se compara cada a_i com a_j para verificar que não há contradições, isto é, que quando um coeficiente a_i indique pontuações positivas para as melhores categorias de X_i , a_j deve estar mostrando a mesma orientação para as melhores categorias de X_j .

Cada Capacidade ou Habilidade terá uma variabilidade determinada pela natureza de cada uma das variáveis que a compõem. Todas terão em comum que o valor (0) em cada construto representa o indivíduo médio antes da aplicação da análise da componente principal.

Para a análise de cada Capacidade ou Habilidade com relação aos grupos de estudantes, deve-se levar em conta que as características desta parte do estudo se reduzem apenas a uma metodologia descritiva e os resultados obtidos podem dar indícios de possíveis associações na população, mas sem qualquer força de inferência. Essa análise descritiva se baseia em gráficos de “caixa e bigodes” ou boxplot, histogramas e, em alguns casos, correlações entre as capacidades.

O gráfico de caixa e bigodes é construído a partir de quartis para visibilizar um conjunto de dados, dando uma ideia das características da distribuição de uma variável de interesse na população estudada, como a simetria, a dispersão, dados atípicos, etc. Neste caso, vamos nos concentrar na mediana e na simetria de cada boxplot, com o objetivo de obter parâmetros de comparação entre a população.

Os histogramas são ferramentas gráficas que permitem observar a distribuição da variável de interesse, mesmo que o boxplot, mas para este caso é preciso definir n intervalos de igual longitude para determinar a frequência em que observações da variável caem em cada intervalo; essas frequências são representadas com barras, as que a maior altura indica maior frequência.

No contexto deste estudo, os gráficos boxplot foram usados para comparar grupos de estudantes segundo certas características como a idade, o sexo, com e sem experiências sexuais, etc. Os histogramas foram calculados para cada Capacidade e Habilidade para obter uma ideia da sua distribuição no grosso da população.

Além disso, com o grupo de Capacidades (econômicas, culturais e sociais) obtidas do ACPCAT, se construiu outra Capacidade chamada de Posição Social. Esta nova capacidade foi construída seguindo a mesma lógica do ACPCAT, mas agora com variáveis contínuas. A essa nova capacidade foram aplicados os histogramas e o boxplot acima mencionados.

Para analisar a associação entre indicadores usou-se o coeficiente de correlação de Spearman. Este coeficiente informa a existência da correlação e a magnitude desta. Segundo Delicado (2008), umas das propriedades deste coeficiente é que ele assume valores entre -1 y 1. Quanto mais perto de 1 ou -1 a relação entre indicadores é mais forte. O signo do coeficiente indica a orientação da relação: negativo significa relação inversa entre indicadores, na medida em que um aumenta o outro diminui. Quando o valor é perto de 0 a relação é desprezível.

Para a análise dos dados estatísticos foi usado o Programa SPSS.

- Provas estatísticas para comparação de proporções

Foram feitas provas para comprovar diferenças estatisticamente significativas entre proporções.

Definiram-se as seguintes hipóteses estatísticas para as proporções p_1, p_2 .

$$H_0: p_1 = p_2 \quad H_a: p_1 \neq p_2$$

Se verificou que se cumpriram as seguintes condições:

$$n_1 p_1 \geq 5 \quad n_1 q_1 \geq 5 \quad n_2 p_2 \geq 5 \quad n_2 q_2 \geq 5$$

Logo depois se calculou Z com a seguinte fórmula:

$$Z(\text{calculado}) = \frac{p_1 - p_2}{\sqrt{p'q' \left[\frac{1}{n_1} + \frac{1}{n_2} \right]}}$$

$$\text{Sendo } p_1 = f_1 \div n_1 \text{ e } p_2 = f_2 \div n_2 \quad p' = f_1 + f_2 / n_1 + n_2 \quad \text{e } q' = 1 - p'$$

Finalmente, verificou-se se $Z(\text{calculado})$ excede $Z(\text{crítico})$ e, portanto, se ultrapassava o valor de -1.96 ou $+1.96$, com um nível de significância de 0.05 .

3.1.1.1.2 Limites da aproximação quantitativa

Como o desenho desta aproximação se corresponde com uma amostra não probabilística, a interpretação dos dados se refere unicamente à população envolvida no inquérito. Portanto, outras inferências estatísticas como medidas de risco relativo, ou generalizações sobre a população, etc., não foram feitas por não contar com o suporte estatístico necessário. Em circunstâncias específicas, e sempre em conjunção com a aproximação qualitativa ou outras fontes estatísticas, os dados auxiliaram interpretações mais amplas.

Em síntese, a aproximação quantitativa aqui apresentada foi empregada para obter informação descritiva que auxiliasse a caracterização da população e estabelecesse explicações sobre aspectos relativos à sexualidade, no contexto estruturante de condições materiais e aspectos simbólicos envolvidos nos funcionamentos habituais dos lares e dos processos de sociabilidade socioafetiva dos adolescentes. Esta etapa ajudou a modelar parte da aproximação qualitativa da pesquisa e foi enriquecida por esta última na fase de análise. A seguir se descreve o processo de aproximação qualitativa.

3.1.2 Aproximação Qualitativa da pesquisa

O método não é indiferente ao conteúdo. Para uma melhor aproximação a um problema amplo, com múltiplas interferências e condicionantes, é necessário procurar contribuições de vários enfoques e fontes de informação.

A literatura assinala o enfoque qualitativo como aquela aproximação que procura a significação dos fenômenos e da ação social em que eles expressam-se (Minayo De Souza, 2010). Mas por detrás dessa definição genérica e tranquila abre-se um panorama extenso de correntes teóricas com implicações metodológicas e práticas diversas.

A consolidação do campo da pesquisa qualitativa reconhece um desenvolvimento especular, que em confrontação com o paradigma dominante quantitativo procurou dar relevo a aspectos relacionados com a qualidade e legitimidade dos enfoques e ferramentas utilizadas, especialmente depois de finais dos anos 1970 (Minayo De Souza, 1996); na época, critérios ontológicos, epistemológicos e metodológicos foram traçados para marcar diferenças em relação ao enfoque empírico-quantitativo (Xavier de Brito, 2001). Esse esforço, embora, não significou a constituição de um campo unitário e acabado.

Aproximações etnográficas e fenomenológicas, por exemplo, compartilham as vezes a mesma matéria empírica, mas os propósitos analíticos em um e outro caso são bem diferentes. Baseando-se na definição de elementos pragmáticos como experiência, vivência, sentido comum, significado e intencionalidade Cecilia Minayo (2010, Op. Cit.), desenvolve

uma tentativa de análise de marcos teórico e conceitual derivados de diferentes correntes e tradições filosóficas, com o intuito de mostrar convergências e pontos de harmonização, que servem de patamar à pesquisa qualitativa.

Como se pode constatar na literatura sobre o enfoque qualitativo, variados desenvolvimentos de estratégias e métodos de investigação são considerados.

Portanto, adesões ao paradigma chamado de subjetivista/construtivista/interpretativo exigem a explicitação de referências conceituais, fontes filosóficas e teóricas em que se ancoram. Marcos filosófico e teórico, herdados da fenomenologia, a hermenêutica ou a etnografia, em suas distintas vertentes contribuem na definição dos supostos ontológicos e epistemológicos da pesquisa qualitativa e são o fundamento de seus instrumentos e ferramentas.

Levando em conta essas considerações, a seguir se apresentam as distintas ferramentas utilizadas, procurando discutir os fundamentos do seu uso. Esse instrumental tem função complementar na lógica da pesquisa, iluminando distintos ângulos do objeto de estudo.

- **Oficinas.** Apoiados nos registros diários e em conversas abertas com os estudantes foram aparecendo elementos para a construção de um dispositivo didático cujo objetivo era conhecer as percepções, representações e saberes relativos ao entorno dos adolescentes e sobre as características das relações de gênero.

A “Festa” foi um dispositivo criado a partir do reconhecimento de uma expressão de encontro muito próprio dos jovens daqueles locais. Esta é um mecanismo de socialização difundido e presente na vida cotidiana do território. Em grandes espaços os jovens costumam se reunir de forma autônoma (entre 200 e 300 pessoas, segundo os interlocutores, sem adultos), para dançar, beber e fazer parcerias. O convite é pela Face-Book e não precisa ser pessoa conhecida para chegar. A pesquisa apropriou esse formato para recriar o ambiente social percebido e experimentado pelos adolescentes.

Com o uso de uma técnica teatral chamada de “Impro”¹⁹, solicitava-se aos jovens pôr em cena situações por eles sugeridas e com frequência apresentadas nas Festas. Interessava

¹⁹ “Impro” é um tipo de treinamento teatral, consistente em improvisar habilmente sobre alguns temas principalmente sugeridos pelo público.

que o exercício fosse feito muito rápido, com mínimo tempo para o planejamento, acrescentando a possibilidade de uma resposta espontânea precedida de pouca reflexão. Este dispositivo está baseado na pesquisa educativa e fundamenta-se em princípios da fenomenologia aplicados ao campo das ciências sociais, desenvolvido por Alfred Schutz (1899).

A ênfase aqui estava dada pela interpretação originária dos significados do mundo adolescente, e não no sistema ou funcionalidades sociais. Por isso, as condições do exercício forneciam manifestações intuitivas mais do que reflexivas sobre seu entorno, apoiadas em atitudes chamadas pela fenomenologia como “naturais”. Para Schutz, o mundo é desde o início um mundo intersubjetivo e base de toda sociabilidade. O pressuposto básico de um ambiente comum é que os indivíduos motivam-se reciprocamente criando relacionamentos de compreensão mútua e consentimento, e conseqüentemente um ambiente comum de comunicação [em um sentido cognitivo mais do que moral]. Esse ambiente comum é relativo às pessoas que o compartilham (Schutz, 1979, p. 161). Em outras palavras, os significados se encontram na relação dos objetos com os autores e é na experiência da comunicação cotidiana que esses significados formam parte da sociabilidade, entendida como incorporação do mundo comum.

Levando em conta esses pressupostos, a técnica utilizada visava reconhecer significados sobre o entorno, construídos nos espaços de socialização, incluindo possíveis estereótipias. Foram feitas 16 oficinas nos microterritórios. Foi muito marcante para a equipe de trabalho o grau de coincidência mostrado no exercício, quando contrastadas as quatro escolas localizadas no mesmo território, mas muito afastadas uma da outra, em micro espaços muito diferenciados. Como esse resultado poderia ser efeito do dispositivo didático empregado, testou-se uma mudança nas condições do exercício para “situações de rua”. !De novo! os elementos foram muito coincidentes, somando-se apenas experiências de insegurança e violência na rua.

Os resultados dessa ferramenta, como das outras que discutimos a seguir, serão insumo para a elaboração do capítulo IV.

- **Grupos Focais- GFs:** O uso desta técnica tinha o propósito de compreender alguns aspectos complexos, que nos instigaram e precisavam de maior aprofundamento,

principalmente em relação aos comportamentos de gênero. Foram desenhados e realizados GFs com relação ao namoro e o uso de métodos anticoncepcionais. No total foram desenvolvidos sete (7) encontros de discussão de 1 hora ou 1 hora e 30 minutos, com estudantes de distintos grupos, mas de idades semelhantes (entre 16 e 17 anos, na média) e que não pertenciam à mesma rede de amizade; portanto, foi pedido apoio das orientadoras das escolas, na hora de selecionar e convidar aos adolescentes. Os encontros foram realizados em salas das mesmas escolas com grupos de 6 e 8 pessoas. Dois desses encontros foram feitos com mulheres, um com homens e os restantes mistos.

Essa técnica permitiu compreender os valores, atitudes e dinâmicas de interação entre os adolescentes e obter um conhecimento relativamente consensual em relação aos temas indicados. Uma das dificuldades com essa ferramenta tem a ver com a complexidade e quantidade de material produzido na hora de sistematizar. Para a análise foi importante tanto a padronização de referências significativas quanto expressões relativamente isoladas, mas cheias de sentido naquele contexto social e cultural. Quando o GF foi realizado com os adolescentes homens, chamou poderosamente nossa atenção sua dificuldade para tratar questões relacionadas com a sexualidade e a anticoncepção.

Com frequência os GFs são definidos como uma reunião de um grupo de indivíduos selecionados pelos investigadores para discutir e elaborar, a partir da experiência pessoal, uma temática ou fato social que é objeto de pesquisa (Korman, 1986, apud, Aignerren, 2009).

- **Entrevistas:** Como assinala Cecília Minayo (1996 Op Cit), a entrevista toca no âmago da pesquisa apoiada nas ciências sociais, onde a fala constitui uma das portas de entrada à subjetividade. Nela se expressam também, além de significados e representações de mundo, estruturas de relações, determinações e modelos culturais, quando se analisa uma constelação de informações individuais (Minayo De Souza, 1996, Op Cit, 113). A língua é arena de conflitos de classe, de gênero, de geração, etc.

O interesse da pesquisa em fazer entrevistas responde à necessidade, inscrita nos objetivos, de estudar e conhecer as trajetórias sociais e familiares que conduzem à gravidez em adolescentes, assim como os vínculos amorosos envolvidos. Ao contrário de outros estudos, este tomou como alvo da indagação os adolescentes envolvidos em situação de gravidez e seus cuidadores. Foram feitos 28 casos completos, ou seja, aqueles onde foi possível entrevistar às (aos) adolescentes e seus cuidadores e em 14 ocasiões somente, ao adolescente ou o cuidador. Em total foram feitas 70 entrevistas.

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, incentivando a liberdade de se expressar a vontade, mediante o uso de perguntas abertas. Cada entrevista levou entre 1 hora e trinta minutos ou duas horas, segundo a dinâmica do encontro.

Ainda que tivéssemos um roteiro para indagar sobre aspectos e dimensões específicas relacionadas com fatos biográficos e do entorno percebido, sempre foi possível aprofundar aspectos particulares que a juízo do pesquisador resultavam instigantes e de interesse. Com o correr da experiência, as entrevistas foram-se qualificando no sentido apontado.

As entrevistas foram feitas geralmente em forma sequencial, contínua e independente, de maneira a evitar que a mãe (pai) e filha (o) conhecessem com antecipação as questões específicas abordadas. Por preferência das pessoas entrevistadas, os encontros foram feitos principalmente nos seus lares. A informação “triangulada” resultado de entrevistar cuidadores/filhos foi muito útil na hora de entender os posicionamentos dos autores frente a aspectos cruciais, relacionados com a sexualidade, as relações sexuais, o gênero ou mesmo a gravidez. Além disso, a linha de indagação filhas/os-cuidadores forneceu elementos fundamentais, para a compreensão das relações intergeracionais. Por fim, foram aplicados os protocolos e as exigências éticas, incluindo o Consentimento Livre Esclarecido- CLE. Primeiro foi pedido autorização à cuidadora para ao adolescente participar do estudo, logo depois o adolescente foi diretamente convidado. Só participaram aqueles que cumpriram com essa dupla autorização.

Entrevistas com outros atores e consultas de fontes secundárias (Anexo.3,Tabela A3) foram realizadas para a compreensão dos processos sócios históricos que definem a configuração atual do território; o reconhecimento de expressões de violência de gênero; a

exploração dos programas de Saúde Sexual e Reprodutiva; o conhecimento sobre conflito e convívio na escola; assim também, o reconhecimento da política pública em saúde e a presença de sua institucionalidade.

3.1.2.1 Construção da amostra

A amostragem evoluiu ao longo do trabalho, e as decisões sobre quem envolver na pesquisa foram tomadas de acordo com as informações coletadas. Categorias de interesse foram emergindo, de modo a orientar os contatos segundo critérios de inclusão procurando sempre minimizar diferenças entre os casos, mas também maximizando-as logo depois com o intuito de ampliar o marco empírico de acordo com a teoria. Esse é um procedimento usual nas amostras teóricas (Martín-Crespo Blanco, 2007).

A amostra foi se consolidando, levando em conta três momentos específicos e critérios de inclusão para cada um deles.

- **Momento I.** Incorporar meninos e meninas com experiência de gravidez vinculada às escolas de referência, com base em lista ministrada por essas instituições. Também foram consultadas as orientadoras das escolas.
 - Critérios: i. adolescentes escolarizados maiores de 14 anos e até 19 anos. ii. adolescentes nas seguintes faixas etárias: 14 e 16 anos; 17 anos; 18 a 19 anos.
- **Momento II.** Incorporar meninos e meninas segundo a trajetória escolar e número de eventos de gravidez, com base em lista ministrada pelo Hospital San Blas.
 - Critério: i. com abandono escolar no momento da entrevista. ii. egressos da escola. iii. mais de um evento de gravidez.
- **Momento III:** Utilizou-se a lista do Hospital para envolver outras experiências e evitar o possível viés originado na lista de escolares, mas também para ampliar o escopo no território de *San Cristóbal*, para além dos microterritórios estudados. Considerou-se

importante usar esse recurso, dadas as limitações impostas pela aproximação quantitativa.

- Critério único: Não pertencer aos microterritórios explorados, mas ter morado em *San Cristóbal* nos últimos cinco a dez anos.

No anexo (Anexo.4, Tabela A4) são especificadas as características da população envolvida nas entrevistas.

Com base nesses critérios assegurou-se um olhar sobre aspectos considerados importantes nas trajetórias de gravidez; limitou-se um possível viés originado nas listas das escolas e, por fim, se obteve um acesso mais amplo envolvendo experiências de vários setores da Localidade, levando em conta a configuração socioeconômica e cultural do território. Isso fez com que tivéssemos um número dilatado de entrevistas, equilibrado nas idades e com presença ampla do território: 55% do material foi coletado nos espaços de referência escolar, e 45% em outros espaços geográficos da Localidade. A experiência foi a de não encontrar qualquer diferença entre os listados utilizados, além de óbvias singularidades que nos interessava.

A vinculação de meninos à amostra foi mais limitada usando estes recursos pela escassa informação sobre eles nas listas institucionais. A informação sobre uma parcela maior de meninos envolvidos em experiências de gravidez foi alcançada graças ao inquérito, mas este era anônimo.

Na intercepção dos critérios empregados emergiram outros de interesse: i. adolescentes com suporte e sem suporte na família de origem. ii. adolescentes com parceiros de idades afins; adolescentes com parceiros mais velhos, acima de 5 anos.

Essa conformação da amostra foi construída para atingir um conhecimento detalhado e profundo dos eventos da gravidez, com capacidade para generalização em setores significativos de *San Cristóbal*.

3.1.2.2 Amostragem por saturação

Nas condições criadas com a aplicação desses critérios um dos aspectos mais difíceis era decidir o momento de parar o processo de entrevista. A literatura chama a atenção para a necessidade de aprimorar regras objetivadas na tomada dessas decisões (Fontanella, 2008).

A saturação é um processo que visa definir mediante mecanismos objetivados e subjetivos o momento em que novas entrevistas não acrescentam qualquer elemento de novidade em relação à coleta feita. Como diz Fontanella, para o pesquisador é tão importante o que se repete quanto o que é diferente.

Levando em conta essas considerações se fez desde o início uma análise preliminar e continuada dos dados coletados, partindo de categorias dedutivas muito gerais e neutras. Pouco a pouco, na decorrência das entrevistas, apareceram linhas analíticas particulares (subtemas), que foram objeto de criterioso seguimento até confirmar que novas entrevistas não acrescentavam nada com relação a cada um dos subtemas considerados. Porém, o desafio maior era determinar se contatos em outros espaços territoriais exprimiam novidades. Decidia-se parar a entrevista uma vez se percebia que tinha sido atingido o ponto de saturação por temas com o uso da tabela de monitoramento, com avaliação cruzada dos objetivos, dos pressupostos teóricos e dos critérios aplicados na construção da amostra. A avaliação diária das intervenções com alvo de seguimento foi muito útil em campo.

3.1.2.3 Tratamento da Informação qualitativa

O desafio de dar tratamento analítico adequado à coleta de informações passa tanto pelos cuidados liberados para os procedimentos, neste caso a entrevista, mas também, pelos referenciais teóricos usados. Para nós era importante atingir um ambiente tranquilo e de cooperação entre o entrevistado e o entrevistador. O uso de perguntas abertas e em aparência desinteressadas ao início ajudava a criar um clima apropriado, mas paradoxalmente, prolongar o tempo de entrevista, permitiu que prevenções iniciais fossem desaparecendo ao longo da experiência. Como geralmente as entrevistas foram feitas, com o consentimento de nossos interlocutores, nas suas casas, isso ajudou muito no propósito de construir uma atitude positiva para a troca com o pesquisador.

O suporte para o tratamento analítico dos dados foi fornecido pelos referenciais teóricos que fundamentam a análise de discurso - AD. O AD parte do reconhecimento de um princípio básico, presente ao longo desta elaboração (ver em particular, o Capítulo III) que entende os indivíduos estarem em situação com os outros no mundo.

Sempre que se enuncia um discurso (falar), este se realiza em um lugar, a partir de um sujeito situado com relação aos outros e outras, como pai, como filho, como professor, como político, etc., mas também em situação, porque a posição relativa em respeito aos outros e outras está sempre em inter-relação, mediada pelas linguagens. Portanto, o encontro com os outros na troca linguística é sempre posicional, histórico e social e não unicamente individual e emocional.

A AD inquirir sentidos estabelecidos nas diversas formas da produção narrativa dos interlocutores e, portanto, demanda desvelar a sua posição relativa e relacional. No caso, é o pesquisador quem “irrompe” em uma cotidianidade estabelecida, com uma intencionalidade clara, expressa e determinada. Desde esse momento começa a tarefa interpretativa, voltada inicialmente sobre o próprio pesquisador.

Na decorrência dos depoimentos apareceram crenças, afetos, preconceitos do pesquisador sobre a realidade estudada e que poderiam criar viés, mas passíveis de serem neutralizados com o uso de um diário sistemático, e a interlocução permanente no dia a dia com a pessoa da equipe que acompanhava a experiência de campo. Não era possível infelizmente envolver outras pessoas nessas discussões. Contudo, isso foi importante, para as etapas posteriores de tratamento da informação.

Os dados coletados estavam também influenciados pelo recorte feito pela pesquisa, ancorado de antemão em nossos pressupostos teóricos, nossas expectativas com o trabalho de campo, mas também com as finalidades práticas e de conveniência. Isso é importante porque cada entrevista correspondia a recortes discursivos dentro dessas definições práticas do pesquisador: a principal o tipo de “recorte” feito sobre essa realidade a partir do interesse investigativo.

Apoiados na ferramenta Nvivo10, foram lidas duas vezes cada entrevista, além das leituras prévias, mais leves, relacionadas em campo com a orientação da amostra. Logo depois se codificou todo o material emergindo categorias indutivas que auxiliaram em um segundo nível inter-relações e vínculos no interior dessas categorias e entre elas e a interpretação do pesquisador.

A interpretação foi feita tanto no interior de cada entrevista como entre as entrevistas, diferenciando os depoimentos das adolescentes, dos cuidadores e dos parceiros. Esse mesmo procedimento foi utilizado na sistematização e análise dos dados levantados nas oficinas e os grupos focais.

A AD mais do que uma metodologia é considerada uma disciplina interpretativa que integra distintos campos epistemológicos, com distintas vertentes. Segundo Aquino Caregnato (2006), a linguística o materialismo histórico e influências psicanalíticas convergem nessa construção teórica. A linguística leva a fala ao nível de discurso, o materialismo aporta na compreensão dos elementos ideológicos presentes nesses discursos e por fim, influências da psicanálise faz com que se reconheça que sentidos implicados e inconscientes transitam nessas falas (Aquino Caregnato, 2006, p. 682).

Levando em conta essas definições o exercício prático da AD consiste em desvelar os sentidos implicados nas narrativas, considerando nelas posicionamentos do sujeito (ver, por exemplo: Ducrot, 1990), portanto, processos de constituição do imaginário; os condicionantes históricos e de contexto (se fala sobre o que é possível falar em um espaço situado: o lugar), e por fim, em uma linguagem como materialidade do textual, fornecendo “pistas” sobre os sentidos implicados. Nessas elaborações os sentidos constituem o núcleo oculto que dão forma e origem aos discursos, e é em reconhecimento dessa opacidade que a análise tem todo sentido.

Desse ponto de vista, não cabe julgar se um juízo ou uma afirmação do interlocutor é certa ou não, mas suas implicações na construção de sentido. Apesar disso, outro uso foi dado também às narrativas em apoio para as descrições do entorno. Descrições sobre o uso e apropriação dos territórios foram possíveis porque criaram-se as bases objetivadas necessárias, capitalizando o privilégio de poder triangular distintas fontes de informação sobre assuntos específicos no mesmo tempo espaço e coteja-las logo depois com outras fontes, por exemplo, históricas.

Por fim, outro aspecto importante, desenvolvido na literatura, é o caráter aberto da experiência interpretativa. A interpretação do analista não é absoluta nem fechada. Nesta parte foi consultado: (Sayago, 2014); (Martínez, 1994); (Ducrot, 1990 Op. Cit).

3.1.2.4 Triangulação de métodos

É lugar comum na literatura atual, dar por aceito a importância da triangulação de métodos. O uso intensivo de técnicas quantitativas e qualitativas na presente pesquisa empírica foi justificada no intuito de qualificar um estudo definido apenas como exploratório, mas com a exigência de dar força aos dados, às interpretações e por fim, aos argumentos que orientam esta discussão, levando em conta que produções diferenciadas pelos métodos também são diferenças desde o ponto de vista epistemológico e ontológico.

Na pesquisa a triangulação desenhada foi desenvolvida em várias alternativas: como articulação de informações ministradas por uma ou outra fonte (sinergia); como limite aos enunciados, em circunstâncias em que o contraste entre uma e outra fonte acrescentava dúvidas (regulação). Nesse caso, trata-se de dois universos cognitivos mutuamente irreduzíveis, mas com capacidade de se interferir; por fim, também como ampliação da explicação (extensão) quando uma fonte criava um contexto para a outra. Esse foi o caso geralmente da fonte qualitativa, que em muitos casos auxiliava a compreensão dos dados empíricos quantitativos. Para isso, a convergência não é dada pela informação empírica, mas pelas propriedades interpretativas do analista.

Esse último aspecto é importante porque salienta o posicionamento geral adotado em relação aos usos dos métodos sem prejuízo do dito. A informação quantitativa interessava não tanto na fineza da medição, mas como indicação de relações que poderiam ser exploradas mais no fundo com a aproximação qualitativa. A sequencialidade na aplicação dos métodos e a subordinação, em vários aspectos e passagens, da aproximação quantitativa à qualitativa foram muito significativas e isso é assim em decorrência do enfoque geral processual adotado pela pesquisa. Nesse caso a prioridade dada ao enfoque qualitativo não tem a ver com uma hierarquia epistemológica.

É evidente que essas descrições feitas depois da experiência, poderiam ocupar outro lugar no texto, mas auxiliam aqui uma discussão que resulta sempre abstrata e generalizante de mais.

A triangulação, segundo vários autores, é uma estratégia para assegurar coerência e coesão metodológica, sobre a base de reconhecer alguns pressupostos ontológicos: a realidade é múltipla e construída; fatos e valores se encontram intimamente ligados; e sujeito e objeto são inseparáveis.

Embora a questão mais instigante é qual o tipo de realidade referida em cada uma das aproximações. Esses métodos apresentam discrepâncias ontológicas e epistemológicas cruciais. Em uma análise crítica sobre a triangulação Hammersley (2008), desenvolve distintos usos dados à triangulação nem sempre referida aos métodos diretamente: i. **teste de validade** usando dados tanto quantitativos quanto qualitativos. Nesse caso o suposto é da realidade ser uma, cujas características podem ser conhecidas usando diferentes fontes e métodos. ii. **triangulação indefinida**, com essa perspectiva o autor afirma a superação do suposto anterior (difícil de ser aceito) e descreve como diferentes métodos de aproximação/construção representam diferentes formas de olhar a realidade, portanto, em vez de tratar de validá-la leva em conta a divergência de interpretações na generalização. O uso de distintas fontes, por exemplo, como empregadas nas descrições do entorno, acima comentadas, responde a essa consideração. iii. **Triangulação como busca de informação complementar**. Aqui a discussão gira ao redor do próprio objeto de estudo. Com distintas arestas e ângulos desse objeto, as duas aproximações metodológicas forneceriam uma imagem mais completa do fenômeno em questão, mais do que validar fatos na intersecção de fontes. Embora o suposto ontológico do primeiro caso permaneça. iv. **Triangulação como diálogo epistemológico** ou justaposição. Nesse caso trata-se de reconhecer o potencial epistemológico de cada método e transgredi-lo com o uso da combinação. Mais do que um quadro mais completo, a tentativa é capitalizar os mundos constituídos de diferentes maneiras pelos métodos (Hammersley, 2008). Para esse autor é importante, ao longo do texto, não acreditar na supremacia de um nem de outro método. Portanto, o uso de métodos misturados nada tem a ver com uma maior capacidade descritiva, mas com a possibilidade de, em um nível interpretativo, tirar proveito das diferentes maneiras dos métodos constituírem o mundo.

O fato mais importante na incorporação dos métodos é tornar ciente que se trata de universos diferentes, mas com possibilidades de se interferirem. Isso demandava uma exigência maior para os desenhos empíricos terem possibilidades de se interferir: temas, aspectos e elementos particulares do objeto de estudo, eram ancoragens que auxiliavam a convergência eficiente que se precisa para a análise de fontes bem distintas. O fato de

desenvolver primeiro o desenho quantitativo e capitalizar essa experiência no desenho qualitativo, foi crucial para atingir uma análise interpretativa sinérgica.

Capítulo 3-

4. Território e sexualidade

Dois temas ocupam a atenção deste capítulo: abordar teoricamente as relações território-sexualidade. O segundo tópico diz respeito a uma das perspectivas da análise centrais e oferece elementos significativos na compreensão da persistência da gravidez adolescente nos territórios estudados: especificar configurações socioculturais envolvidas na continuidade e mudança de práticas ligadas à sexualidade adolescente

Com maior nível de abstração, procura-se relacionar a lógica de constituição do território às dinâmicas de continuidade e mudança das práticas sociais, entre elas as vinculadas à sexualidade. O interesse central, portanto, é compreender a dinâmica sociocultural nos locais de referência do estudo, que podemos denominar de “ambiente cultural”.

Estes dois aspectos delineiam o enfoque analítico para a leitura dos dados empíricos coletados pela pesquisa.

4.1 A SEXUALIDADE: DISCURSO E PRÁTICA

A sexualidade interpela dimensões muito complexas da vida social, existencial e biológica do ser humano, envolvendo questões políticas, sociais, culturais, médicas, ético/morais, religiosas, psicológicas e bio-emocionais. Uma definição precisa é muito difícil e depende em grande medida do lugar teórico visitado.

De forma muito genérica é possível relacionar sexualidade com sexo e desejo, em construções sócio-históricas. Para Foucault, a sexualidade é objeto de controle relacionado ao aparecimento da biopolítica, como foi definido no Capítulo I. De apresentar-se como fazendo parte da vida cotidiana, sem muitas considerações, ainda em inícios do século XVII, passou a ser cuidadosamente fechada e confinada aos repertórios da família, a vida conjugal e a função reprodutora na época vitoriana, no

século XIX, com reflexos que se experimentam ainda hoje (Foucault, 1993, Op Cit. pp. 9-21).

Seguindo a inspiração Foucaultiana pode-se dizer que a sexualidade é um discurso sobre o sexo suportado em poderes institucionais e em práticas que organiza, separam, diferenciam e distribuem papéis segundo uma economia do desejo e uma estrutura de saber sobre a verdade do sexo. Este autor reconhece na pedagogia, medicina e demografia os eixos que garantem essa economia do desejo e essa estrutura de saber (Toneli Filgueiras, 2012).

A OMS define sexualidade como “... um aspecto central do ser humano, presente ao longo da vida. Engloba o sexo, identidades e papéis de gênero, o erotismo, o prazer, a intimidade, a reprodução e a orientação sexual. É experimentado e se expressa através de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, condutas, práticas, papéis e relações interpessoais” (OMS, 2006, p. 5). Essa definição, estritamente descritiva, é fraca em vários sentidos mas delimita o campo de expressão e os objetos particulares que compõem a noção de sexualidade. Outro elemento significativo nessa descrição é considerar que a sexualidade é da ordem do indivíduo e o corpo; o campo significativo dessa experiência.

A sexualidade como prática incorpora aspectos institucionalizados da reprodução e do erotismo, mas também processos diversos de simbolização que dão sentido às ações das pessoas. Definir a sua singularidade é difícil porque os seus limites são difusos e sua expressão dispersa, presente em distintas práticas e formas institucionalizadas da cultura. O exercício da sexualidade exprime concepções de gênero, corpo, formas do amor, desejo e prazer, e de maneira ampla, manifesta concepções de mundo. Valores do bem, do mal, do permitido, do proibido, sentimentos de imanência e sublimação são convocados nos limites de sua realização. Além disso, aspectos biológicos, em seu duplo sentido: orgânico e relativos à lógica da vida, assim como dimensões existenciais e sociais são interpeladas em suas manifestações preformativas.

A sexualidade não está inscrita em uma parte definida e definitiva como os órgãos sexuais ou a fisiologia reprodutiva. Ela se encontra carregada de sentido, difuso e disperso, que relaciona os corpos enquanto instância de desejo. Pode ser dito, a partir desse ponto de vista, que é uma experiência biossocial.

O tratamento da sexualidade nas ciências sociais é relativamente recente. Embora existam antecedentes consagrados na psicanálise freudiana, que colocou a sexualidade no centro da organização da cultura e a sociedade, uma preocupação renovada pelas suas implicações na vida pessoal e social é acompanhada por transformações culturais muito abrangentes, acontecidas a partir dos últimos quarenta anos do século XX.

Além da chamada revolução sexual dos anos de 1960, o surgimento renovado do feminismo; o aparecimento das chamadas políticas de identidade; a emergência de novas reivindicações identitárias relacionadas a orientações não heterossexuais; a crise das relações pessoais e da família (Elliot, 2009); e as profundas transformações tecnológicas na comunicação e a produção, contribuíram para criar um mosaico fluido dos vínculos afetivos e sexuais.

Essa profunda transformação trouxe consigo um confronto com representações modernas anteriores ancoradas na conjectura de instituições estáveis e definidas, que prometiam permanência e estabilidade para o indivíduo e, por conseguinte, identidades sexuais determinadas e fixas. As relações entre indivíduo e grupo estão profundamente comprometidas nessa descrição.

Nesse contexto de mudanças, a sexualidade humana tornou-se um lugar preponderante nas análises das sociedades contemporâneas. Destacados cientistas sociais como Bauman (2005), Beck (2001); Giddens (1998), referem-se à sexualidade de forma direta a partir do estudo de aspectos e dimensões envolvidas nessa categoria, como a reconfiguração da instituição familiar, a crise dos relacionamentos afetivos duradouros, o sentido cambiante do amor nas sociedades modernas de mercado, mas também, com o tratamento de outras dimensões do desejo que redefinem a relação do ser humano em sociedade.

Discursos dominantes sobre a sexualidade humana, segundo Foucault, substancializam o sexo e internalizam formas do desejo, comportamentos e atitudes afins ao poder patriarcal. Ver: Rodríguez Magda (2004). Neste caso esse poder constrange, mas também constrói o sujeito. Os dispositivos de poder não são principalmente normalizadores, mas constituintes da subjetividade (Deleuze, 1995). No caso do Patriarcalismo, por exemplo, não se trata de um processo de difusão ou de uma ideologia para derrubar, mas sim de uma forma da ordem simbólica encarnada nos indivíduos, ou seja, um sistema de conhecimento e verdade instituído e instituinte.

Como comentado no Capítulo I, essa visão política da sexualidade é correlata à característica expansão de formas de poder adscritas à emergência do Estado Moderno (a partir do século XVII), que tomam como objeto o corpo e o controle da vida, em especial, por meio da ingerência na reprodução e o controle do erotismo. A sexualidade é um dos elementos “... utilizáveis no maior número de manobras e capaz de servir de apoio, de dobradiça, às mais variadas estratégias”. [A sexualidade seria]: “...um ponto de passagem para as relações de poder entre homens e mulheres, jovens e velhos, pais e prole, educadores e alunos, religiosos e laicos, governo e população” (Foucault, 1993, Op Cit. pp. 126).

É aceito que a sexualidade como discurso tem, do ponto de vista histórico, mas também da sua pragmática de ação, um encontro incontornável com a configuração do Estado-Nação. É no território submetido ao rigor do Estado onde primeiramente fornece o desdobramento do poder soberano sobre os corpos e o espaço material²⁰ que articula prática sexual, desejo e ordem social, com apoio em regras morais prevalentes, mas também na lei. O território é, com referência ao Estado-Nação, um instrumento de mediação para fortalecer e exercer o poder soberano. Do ponto de vista político, sexualidade e território são noções claramente inter-relacionadas. Isso que se discute a seguir.

4.2 TERRITÓRIO E SEXUALIDADE: APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS

Para compreender a natureza dos elos que ligam sexualidade e território são necessários alguns desdobramentos conceituais. Conceitos exprimem a ordem significativa de um objeto, mas também a intencionalidade de apreendê-lo (Ferrater Mora, 1992, pp. 320). Conforme essa exigência discute-se a seguir, primeiro a vigência conceitual do território e logo depois os conteúdos que geralmente sê lhe adscrevem.

Embora existam boas razões para questionar as relações entre o território e a conformação do Estado-Nação, devido à existência contemporânea de formas desterritorializadas presentes na economia, o trabalho e o direito, o território continua sendo

²⁰ Sendo o Estado-Nação uma abstração não é legítimo inscreve-la na noção abstrata de espaço pelas conotações históricas e políticas que exhibe a partir de sua configuração como conceito.

peça fundamental na reprodução e circulação do capital e a organização efetiva do trabalho (Vieira, 1997), mas também, na aplicação do direito (Jiménez, 2012). O território participa ainda hoje na configuração de identidades vivenciadas na resistência ao influxo homogeneizante das dinâmicas de globalização. Sistemas econômicos e institucionais têm ancoragem territorial, apesar da presença de forças globais com as quais interagem.

O território, segundo Klein (2005), é um marco para instituir arranjos e estruturas sociais, cuja origem se deve ao pertencimento territorial dos atores; isso apesar da intensificação dos seus relacionamentos em distintas escalas espaciais: nacional, regional, global (Klein, 2005, p. 26). O território é fonte de sentido e espaço para a configuração de ordens simbólicas, ainda nas condições trazidas pela globalização atual, entendendo-se o caráter aberto, móvel (fluxos e fixos) e em movimento dessa composição.

A relação território e sexualidade deve se interrogar como a relação entre território e corpo. Toda referência à sexualidade tem a ver com o corpo. Mas não se trata aqui de sobrepor uma e outra imagem para evocar uma metonímia que fale do corpo como território, mas salientar a forma basilar do ser humano em seu mundo. Todo corpo humano é corpo localizado, ou em termos mais apropriados, o corpo é originariamente corpo situado e em situação: não é possível toma-lo em consideração, sem referência a sua história; a suas percepções de “mundo”; às condições presentes que iluminam idealizações sobre o futuro e principalmente ao enquadramento das relações de poder que o vincula inexoravelmente aos outros (as), em um espaço determinado; em última instância, sem levar em conta suas circunstâncias. Ajustado a esses preceitos: “Pode-se aceitar que o território é uma categoria existencial do ser humano na medida em que se refere diretamente às coordenadas sem as quais não haveria circunstancialidade humana”(Solinís, 2009, p. 267).

Essa afirmação reclama uma explicação adicional: “o espaço e o tempo constituem a urdidura em que fica ancorada toda realidade” afirma Ernst Cassirer (1968, p. 40). Esse é o limite da concepção e percepção do real para o ser humano, mas essa relação não é simplesmente fática e imediata. É capacidade simbólica ativa que faz com que essa realidade exista em determinada forma e condições. O limite do relativismo que sutilmente emerge nessa afirmação estaria contestado pelo consenso histórico criado na vida em comum, (como ethos, costumes, cultura compartilhada, como comunidade histórica, se nos guiarmos por Vattimo (1991, p. 206) ou como apropriação intersubjetiva, se por Schutz (1979)). As

referências de tempo e espaço são dessa ordem originária do ser humano, inscrita tanto em sua biologia perceptiva quanto nos modos de apreender o mundo.

Ainda na contemporaneidade, a relevância do território dá sinais de não se diluir. Como afirma Baudrillard, a experiência do real aparece dominada principalmente pelo signo intercambiável, como uma mercadoria de signos que se apresentam em excesso; como uma hiper-realidade frenética que faz com que o mundo seja experimentado como simulacro, trivialidade e isolamento (Baudrillard, 1978). Para o ser humano parece impossível se desligar do sentido territorial, mesmo com movimentações decorrentes (os fluxos de indivíduos e coisas) e a intensificação das interconexões ou aceleração de mudanças territoriais.

Por exemplo, para a população migrante, o lugar da origem, ou o espaço vivido, os processos subjetivos de identificação individual e comunitária permitem a reapropriação do território (Reyes Tovar, 2011). Uma dialética de desterritorialidade/territorialidade acompanha essas mudanças, mas sem pôr em xeque a necessidade de pertencimento a um território, traço antropológico originário. Apesar disso, interconexão, encontro, intercâmbio e fronteira, são expressões que têm relevância na hora de pensar, contemporaneamente, os processos de modelamento do território ou em outras palavras, na transformação do espaço geográfico em espaço social.

Ainda nas condições atuais de intensificação dos fluxos e das interações, é pelo menos polêmico negar em um sentido radical a importância dos espaços de identidade relacional e histórica (territórios), como pretende Marc Augé, ao identificar a contemporaneidade com a proliferação do “não lugar” (Augé, 2000). Desterritorialização é considerada “mito” por Haerbaert: “não que não exista desterritorialização, mas de que se trata de um processo indissociavelmente ligado à sua contraface, os movimentos de (re) territorialização” (Haesbaert, 2007, p. 19). Se as referências de tempo e espaço são transformadas no influxo da maior complexidade e intensificação das interações e interdependências, o sentido e o sentimento do territorial forma parte indelével do ser humano.

Em síntese o corpo e, por conseguinte, a sexualidade está intimamente ligada ao território; às suas lógicas de produção. Essa dimensão da sexualidade convém se desvendar. Isso que continua.

4.2.1 A sexualidade e o território: uma relação difusa

A enorme quantidade de referências bibliográficas existentes nas bases da Capes, Scielo, PubMed, sobre sexualidade - espaço urbano - dificulta a elaboração de uma tipologia consistente sobre a matéria. Além disso, a grande maioria dessa produção científica usa a referência espaço urbano, ou as vezes território, apenas como âmbito de localização da população de estudo ou como uma convenção de lugar, ou seja, como uma noção primária e simplesmente nominativa.

A pesquisa bibliográfica sistemática que combina território- sexualidade também produz resultados pouco satisfatórios. Usando-se as bases indicadas, são muito poucos os artigos que vinculam dinamicamente essas relações ou se esforçam por mostrar como o território incide na lógica de constituição da sexualidade ou vice-versa. Alguns desses estudos se valem de categorias como cultura sexual situada (Boivin Renaud, 2012); geografia do sexo (Kazyak, 2012); sexualidade e espaço (Kelly, 2005) para se referir ao tipo de relação indicada.

Outra aproximação possível é oferecida pela psicologia ambiental que propõe o comportamento como variável dependente. Com diferentes etiquetas como contexto comportamental; psicologia ecológica; geografia comportamental, etc., essa disciplina estuda as relações meio ambiente-conduta considerando o ser humano orientado a metas e atuante sobre o meio ambiente, recebendo também sua influência. Uma das limitações desses enfoques é a indistinção do meio ambiente. Em alguns casos o meio é apenas físico, um espaço vital, o entorno perceptivo dos indivíduos, mas em outros, pode ser social, cultural, econômico, e por aí vai.

Poder-se-ia optar na pesquisa sistemática, por outras portas de entrada, ainda mais difusas, como relacionar território-identidade-sexualidade em qualquer uma das possibilidades de combinação, mas as opções se abririam para distintas direções em campos muito mais dilatados. Uma consciência topológica limitada poderia explicar essa lacuna? Ou categorias ainda tão difusas como, cidade, urbano, região ocupariam na atualidade um lugar próximo a algumas correntes analíticas colocadas na perspectiva chamada pós-moderna, que reclama o decaimento da categoria território nas análises contemporâneas?

De qualquer modo, a evidência assinala que poucos estudos se debruçam nas inquietações abordadas acima.

Ornat (2009) comenta que trabalhos relativos a geografia e identidades sexuais têm pouca presença em formato de publicação para periódicos no Brasil. Encontrou entre 1987 e 2008, apenas 14 trabalhos de tese sobre o tema (Ornat, 2009, p. 12).

Na Colômbia, uma revisão bibliográfica intitulada: “*La investigación sobre sexualidad en Colombia (1990-2004)*” (Brigeiro, 2012), refere trabalhos nas áreas das ciências sociais e em áreas interdisciplinares como os Estudos de População ou em Saúde Pública. Mas referências a pesquisas sobre sexualidade e território não têm presença na literatura analisada nesse período. Na base Scielo, depois de 2004, aparecem 60 títulos de pesquisas sobre distintos tópicos relacionados com a sexualidade na Colômbia, mas só um deles relaciona expressamente território e sexualidade Ver: (Gonzálvez, 2014). Nossa pesquisa não tomou referência teses de pós-graduação na Colômbia dada a dispersão desse material nas distintas instituições educativas do país.

Essa constatação demanda uma reflexão sobre os objetos postos em questão e que precisam de esclarecimento: espaço/território; corpo/sexualidade. Observações sobre esses tópicos são apresentadas a seguir:

- Espaço, ou território?

Diferentes áreas têm desenvolvido esses conceitos como parte de seu instrumental teórico e analítico. Em artigo sobre a forma como a epidemiologia apreende o conceito de espaço, Czeresnia & Ribeiro (2000) ressaltam o papel: “...da teoria da transmissão dos germes como estrutura nuclear que relaciona espaço e corpo...” (Czeresnia D, Ribeiro AM, 2000, p. 597), nessa disciplina. A distribuição geográfica da enfermidade aparece como a forma mais objetiva desse tipo de apreensão e, portanto, toda construção conceitual acerca do espaço, norteia-se pela Teoria da Transmissão. Mas a ideia mais instigante da autora é assinalar que essa teoria dificulta as possibilidades de incorporar consistentemente na análise dimensões sociais, culturais e simbólicas. Nessa descrição, o espaço é anterior aos indivíduos, homogêneo e universal e as tentativas de superar esses limites alcançam apenas uma sobreposição de dimensões sem estabelecer uma integração possível entre elas.

Por enquanto, a articulação de espaço e tempo é resultado das transformações na Física acontecidas em princípios do século XX (Barata, 2000); mas essa articulação, embora abra uma aproximação ao conceito de região, relativizando os fenômenos em tempo e lugar, mantém o objeto de estudo entre verdadeiras coordenadas (tempo/espaço), mas que pouco esclarecem processos históricos ligados aos espaços sociais; portanto, conceitos como o mecanismo de reservatório ou cadeia do processo infeccioso, não constituem na verdade uma tendência diferenciada do ponto de vista de como essas categorias fundamentais são inseridas na análise. Espaço e tempo aparecem apenas como continentes dos processos de doença, embora sofisticadas análises aplicadas à explicação da transmissão da enfermidade tenham evoluído atualmente.

Conceituar um espaço relacional (lugar) exige um desenvolvimento categorial e epistemológico diferente. Ai também apresenta-se uma tensão manifesta: ou espaço é só um recorte da realidade onde se inscrevem relações entre seres, realidades físicas e imateriais, ou o espaço é parte inerente da construção dessas forças.

É na geografia e nas ciências sociais, especialmente na antropologia e na sociologia, que os conceitos de território, espaço geográfico e social, apresentam maior aprimoramento.

Vários autores (Fuini Labigalini, 2014); (Ornat, 2009 Op Cit); (Brito, 2008), coincidem em mencionar etapas consideradas significativas nas transformações do conceito de território ao longo do tempo: desde a concepção elaborada na segunda metade do século XIX, considerando-o apenas como substrato das relações sociais, ou seja, como recursos materiais e sociais em uma área específica, até seu relacionamento, quase um século depois, com o poder, que organiza-o, simboliza e instrumentaliza com fins específicos.

Uma das dificuldades encontradas por Solinís (2009 Op Cit), quando discute o conceito de território tem a ver com uma polissemia sugerida genuinamente tanto pela sua complexidade inerente, quanto pela superposição de recortes originados nas diferentes disciplinas. Isso que torna difícil sua apreensão. O autor chama a atenção para a necessária incorporação do conceito a partir de um pensamento transdisciplinar e propõe uma perspectiva de análise sobre a *territorialização* e *territorialidade* como a melhor forma de aproximação. Aprender as condições de produção desse conceito é a perspectiva adotada; um caminho indireto que prioriza um olhar dinâmico (Solinís, 2009 Op Cit, pp. 267-269).

Territorialização e territorialidade exigem entender o território como um construto sócio-histórico. Segundo o autor esses conceitos apresentam-se como processos que moldam o território, são constituintes e constituídos nas dinâmicas de longo prazo que lhe dão origem.

Territorialização e territorialidade são particularidades principais na mediação do território, na medida em que diferenciam e agregam, distinguem e separam; ou seja, instituem uma ordem simbólica e material no espaço geográfico/social, sobre e a partir da qual os indivíduos elaboram o mundo.

Territorialização segundo Solinís refere-se a: i. processos de enraizamento de longo prazo que englobam desde uma cosmovisão determinada até um sistema produtivo. ii. é relativa também a uma organização social que modela os grupos, as relações entre grupos e entre redes e mecanismos de direção independente do âmbito (em outras palavras relativas às relações de poder) e, iii. relativa, por fim, ao *habitat* ou lugar, como referência material e simbólica da ancoragem do ser humano à terra (Solinís, 2009 Op Cit). Observe-se a escala de tempo empregada na descrição: interrelação de diferentes “tempo-espaço” define o território. De fato, um assentamento humano exprime, em sua configuração característica, relações de poder em diferentes níveis, usos particulares e lugares, possíveis de compreensão com base em uma perspectiva sócio-histórica.

Um elemento importante aqui é a interrelação com outros territórios: a assimetria entre territórios, por exemplo, frequentemente é regra na configuração das cidades Latino-Americanas: longos e complexos processos de segregação e coesão exprimem formas de exclusão social, de rejeição; estratégias de separação ancoradas em visões de classe e impulsionadas por sentimentos muito profundos de medo ao contato (D. Czeresnia, 1997) criam uma paisagem muito característica. Em Bogotá, por exemplo, a partir da época colonial, a Cidade foi construída sobre a base de barreiras simbólico-espaciais que separaram camadas ricas (ao norte da cidade) de camadas pobres (ao sul da cidade). Essa divisão de ordem simbólica e material ainda opera com grande força. Desenvolvimentos urbanos são diferenciados e altamente injustos. Territórios são configurados por expressões de poder instaladas fora e dentro do território.

Processos de territorialização, portanto, segmentam, fraturam, ou articulam a cidade ou partes dela, segundo expressões do poder, que refletem na mercadoria do solo, na

elaboração de linhas imaginadas de integração/exclusão respeitadas por todos, com base, primeiro na lei moral e logo depois nos costumes, e por fim nas regras do mercado.

Outro traço da territorialização diz respeito a objetivos de controle social; portanto, esse processo define atores, poderes e contra poderes; um jogo em que participam instituições, como o Estado, os grupos sociais e os indivíduos (Haesbaert, 2007 Op Cit), disputando hegemonias. Essa configuração representaria a dimensão política do território em sentido amplo, e não simplesmente em relação ao Estado. Poderes conflitantes, a presença de interesses distintos, seria outra característica dos territórios. O gênero é um exemplo de como homens e mulheres definem e experimentam o lugar de forma diferenciada, ou seja, participam nos processos de territorialização a partir de referências distintas e de expressões de dominação que os articulam, mesmo que essas forças não emerjam do território.

Por sua parte, a territorialidade representa e fixa relações sociais de coesão e conflito entre grupos e seu desenvolvimento, as crenças, símbolos e percepções (Solinís, 2009, pp.270). É possível acrescentar, além das dimensões assinaladas pelo autor, as expressões afetivas e emotivas ligadas ao território. A territorialidade é ao mesmo tempo uma condição genérica necessária para a existência do território, mas também uma dimensão simbólica e uma expressão da experiência vivida (Haesbaert, 2008, pp.27).

Como decorrência dessas definições, pode-se afirmar que o território está imerso em relações de poder originadas em dimensões políticas e culturais em diferentes formas de apresentação. Aspectos culturais tomados de modo abrangente e aspectos principalmente políticos e econômicos salientam interseções e interações sinérgicas ou em conflito no território.

Convém esclarecer, para nossos fins, as diferenças conceituais entre território e espaço social. Relações de poder e espaço social aparecem como consubstanciais. Se o poder é ação, este só pode ser exercido, chegar a ser, em um espaço material ou imaterial: o corpo, a casa, o bairro, a instituição, a região, a cidade, a nação ou na linguagem, em qualquer uma de suas manifestações, convencionais ou contemporâneas.

A especificidade do território tem a ver com a concorrência aberta das relações de poder inscritas em um espaço geográfico. A região, a cidade é espaço social em sentido genérico, mas espaço geográfico apropriado, territorializado. Fumi Labigalini (2014) aporta uma definição abrangente sobre o território, nesse mesmo caminho: “... um recorte ou

espectro do espaço geográfico definido por e a partir de relações de poder, controle, apropriação e uso, sendo que essas relações são definidas em termos políticos e político-institucionais, em termos econômicos e socioeconômicos e em termos culturais e simbólico-imateriais.” (Fuini Labigalini, 2014 Op Cit, p. 5).

É evidente nessa definição, as inter-relações existentes entre processos sócio-históricos de territorialização (i) e territorialidade (ii), de uma parte, e dinâmicas de poder, mais manifestas ou diretas, como a dominação (iii), ou mais implícitas ou indiretas como o poder simbólico ou de apropriação (iv), da outra. Estas categorias todas se conjugam no que podemos chamar de explicação funcional do poder no território. São as peças chaves das formas de sua produção, ordenamento e reprodução, como veremos a seguir.

Dominação e apropriação exprimem a forma característica de o poder se apresentar com relação ao território, ou de outro modo, essas categorias representam uma dupla função do exercício de poder no território. Haesbaert (2004) citando Lefebvre concebe apropriação como sendo mais simbólica e carregada de valor de uso, do valor do vivido; enquanto que dominação se refere ao valor de troca, mais concreto e funcional, relativo às relações econômicas, de circulação e troca, consideradas de forma ampla (Haesbaert, 2004, p. 2).

A apropriação do território requer tempos diversos e complexos, produção de símbolos e uma prática, enquanto dimensão principalmente da ordem simbólica e cultural. Portanto, essa apropriação é múltipla e diversa e o território plural e complexo, como afirma (Haesbaert, 2007, Op Cit p. 21). De outra parte, a dominação é uma dinâmica do poder conflitante com o uso (apropriação) porque quanto mais o espaço é funcionalizado, quanto mais é dominado pelos agentes, torna-se uni funcional. A dominação do território esta fora do tempo dos agentes de uso, terminará afirmando Haesbaert, tomando palavras de Lefebvre (Lefebvre Apud Haesbaert, Op Cit 2004). Apropriação é afim a territorialidade ao passo que dominação é afim à territorialização.

Essas duas expressões do poder, apropriação e dominação, participam na produção do território; através delas se define a distribuição de recursos materiais e imateriais entre os indivíduos. É evidente que na vida prática, esses poderes apresentam-se interligados.

Uma das críticas que podem ser levantadas a essas reflexões seria a dicotomia entre mundo objetivo/subjetivo ou entre poder político/poder simbólico, em que estariam inscritas as relações de dominação e apropriação.

O autor lida com essa dicotomia argumentando que a natureza dessas dimensões do poder é híbrida, embora cada uma expresse âmbitos de natureza diferente: não pode existir uma ação de domínio no território sem contar com formas de apropriação existentes e toda forma de apropriação necessita de expressões de dominação, portanto, de uma ordem social e simbólica estabelecida. “Não há como separar perspectivas materiais/funcionais e imateriais/simbólicas da espacialidade” (Haesbaert, 2008, p. 396). Apesar disso a dicotomia persiste; esse tema será retomado mais adiante.

Essas expressões do poder característica dos territórios representam ou criam verdadeiras ordens estruturantes com relação às pessoas. Aspectos físicos e ambientais, sistemas socioculturais e económicos ou configurações jurídicas podem ser condicionados e reorientados pelo território, enquanto poder preformativo e a lógica de constituição que o singulariza. Isso é verdade sob uma perspectiva geral, de longa temporalidade.

Mas seria equivocado explicar os comportamentos humanos a partir dessas considerações, com perigo de cair em uma explicação unilateral. Nesse aspecto é necessário nos afastarmos da perspectiva analítica de Haesbaert para contornar seu estruturalismo latente. Se as formas de poder, expressas nos processos de dominação e apropriação do território, apontam para a configuração de estruturas, estas só se atualizam, se recriam e transformam, nas práticas habituais dos indivíduos que ocupam e usam esse território.

Portanto, o território molda práticas sociais sob certas considerações: expressões estruturantes são incorporadas ou encarnadas nas interações dos indivíduos. Em um primeiro momento essas expressões são apresentadas como recursos, e regras materiais e simbólicas, logo depois, como aspectos institucionalizados presentes na vida cotidiana. As estruturas “...não operam com independência dos motivos e razões que têm os agentes para atuar” (Giddens, 2011, p. 211). E aqui o fundamental, é nas interações concretas onde tem lugar os processos de mudança ou continuidade, tanto das estruturas quanto das práticas. É na complexidade e fluidez das interações onde fica a questão do amoldamento do corpo.

Porém, se relações estruturais se sustentam e reproduzem na ação dos indivíduos, não é válido derivar, de maneira restrita ou mecânica, ações das estruturas nem vice-versa. Sempre é possível aos indivíduos o afastamento da ordem institucionalizada, e as possibilidades de alcançar trajetórias diversas dependem de um conjunto complexo de circunstâncias; animadas pela reflexividade desses indivíduos, pelas suas condições de

interação grupal e as consequentes relações de poder, nas que moram os indivíduos. Por exemplo: uma capacidade econômica dada tem maior ou menor peso e pode incidir de determinada maneira em uma trajetória educativa bem-sucedida, dependendo de conjuntos de circunstâncias, algumas mais fortuitas do que outras, como encontrar professores capazes de incentivar seus alunos e acrescentar sua reflexividade ou morar em um lugar com um sistema educativo bastante ruim. É o balanço entre estrutura e agência moldada pelas interações concretas as que ao final definem o rumo da trajetória. É aqui onde o dualismo objetivismo/subjativismo, presente nos autores revisados, apresenta-se limitante para uma compreensão mais dinâmica e aberta, como é em verdade a vida que vivemos. Para esta discussão ver (Giddens, 2011, pp. 215-222 e 322-335).

Apesar disso, não se pode inferir a inoperância da estrutura. Esta define uma ordem de relações, sobre as quais cabe atuar o indivíduo, mas como condição de possibilidade. Nem voluntarismo, nem determinismo.

O espaço de atuação do indivíduo ou do coletivo é dinâmico, flexível, recursivo e, portanto, aberto, para um leque possível de alternativas. Casos atípicos podem também ser considerados. Em termos de A. Giddens, o agente atua com um desdobramento de regras e recursos na diversidade de contextos de ação (Giddens, 2011, p. 61). Isso permite rejeitar relações causais da estrutura (determinação determinista) para explicar comportamentos. Portanto, o vínculo estrutura/agente, não corresponde a um dualismo (dicotomia), mas a um fenômeno dual. É nesse mesmo sentido que dominação e apropriação operam como aspectos de um mesmo fenômeno: a forma em que o corpo se apresenta no território.

Aspectos estruturais condicionam a escolha e os desempenhos dos indivíduos, mas em um plano aberto de alternativas potenciais mesmo que sejam restritas. A mediação aqui é a capacidade de agência (reflexividade, imaginação, acreditação) dos indivíduos e os coletivos, também interferida por aspectos bio-emocionais (i); pelas interdependências funcionais e afetivas no interior dos grupos (ii); as relações de integração ou conflito entre grupos. (iii) e por fim, pela pluralidade de agências institucionais, com interesses, propósitos e discursos distintos, mas com presença nos territórios. Por exemplo, a capacidade de agência de adolescentes no território pode ser interferida por relações altamente conflitivas entre os grupos; por relações de integração e cooperação, ou pelo grau de reconhecimento dado para eles pelos adultos, etc.

Essa descrição que será útil no propósito de estudar configurações de vulnerabilidade, não pode dissolver a importância reconhecida aos aspectos mais estruturais,

que vão além dos indivíduos. Eles correspondem a composições histórico- sociais mais abrangentes, como a posição relativa (classe) dos indivíduos e os grupos. Nesse caso os condicionamentos de classe antecedem aos indivíduos, definem para ele um leque de possibilidades, mas não determinam mecanicamente seu modo de atuar.

Em outras palavras, a recursividade dos agentes (capacidade de agência) está condicionada por diferentes ordens estruturais, mas com a ressalva de que condicionamento não é só constrictão como ocorre nos relatos afins à determinação.

Até aqui duas linhas de análise emergem no âmago da reflexão: entender como práticas dos indivíduos são condicionadas pelas lógicas de constituição dos territórios, sem cair em uma visão impropriamente vernácula, insustentável num mundo com interdependências altamente complexas. Além disso, baseados nesse último aspecto, entender também como influências externas ao território ajudam a explicar sua lógica de desempenho.

De outra parte, dinâmicas de territorialização dependem de exercícios de poder situados no território, mas também fora dele. Essa interdependência funcional e ao mesmo tempo excludente entre territórios tem valor especial, levando-se em conta que cidades contemporâneas mais do que unidades fluidas, apresentam-se como multiterritorialidades descontínuas. O mundo globalizado faz com que as interrelações sejam complexas e em várias direções. O mundo atual se acostuma a reconhecer traços de outras esferas do mundo inseridas na vida cotidiana, pela via da moda, das tecnologias, mas principalmente pela crescente complexidade das interdependências fornecidas pela comunicação.

Em síntese, o território como construto teórico e como realidade ontológica é preformativo de práticas, entre elas as relativas à sexualidade, com valor de sentido para os indivíduos que as executam. Poder de domínio e apropriação se conjugam nas dinâmicas sócio-históricas de territorialização e territorialidade que caracterizam assentamentos humanos fornecendo alicerce para presença de determinadas configurações institucionalizadas (estruturas) e práticas características, próprias do que podemos chamar de *habitus*. O interesse principal na exploração de conceitos significativos para pensar o território é desvelar seus elos com o corpo e, portanto, com a sexualidade. Se a sexualidade é uma prática fundamental do ser humano, como o território se relaciona com ela? Quais seriam as mediações que intervêm na produção dessa prática?

Essas mediações são relativas ao poder. Relativas às regras e recursos que incidem nas múltiplas interações que movimentam a vida humana.

A importância do território neste estudo não se refere apenas à valoração da sua capacidade preformativa, mas também pelas vantagens analíticas. A análise territorial permite situar onde, quando e quem atua e baseado em que referências estruturais e culturais, mesmo para que na ação própria as rejeite. Isso é importante para a descrição que se desenvolve mais adiante. Por fim, voltar o interesse sobre interações e atuações dos atores no território é caminho promissor no propósito de entender os funcionamentos situados dos adolescentes, nos espaços sociais de referência do estudo. Por agora é ainda necessário navegar nos substratos teóricos.

4.2.2 As relações território, corpo e sexualidade: a mediação da agência

Se aspectos estruturantes do território, expressos em ordens institucionais, são condição de possibilidade para as práticas e trajetórias das pessoas, o corpo, como âmbito de ação, elabora e reelabora o mundo no quadro dessas possibilidades. Do ponto de vista da vida dos indivíduos devem ser considerados seus cursos de vida, diferenças de gênero, de geração, etc., O território apresenta-se como uma mediação, diferenciada e múltipla, de abertura e fechamento, de conservação e movimento, onde se ancoram memórias, reconhecimentos, emoções, desejos, projetos, interesses, encontros.

O território é lugar, mas ao mesmo tempo é esperança de mudança, de construção de outros projetos em outros territórios, mesmo que incertos e muitas vezes ilusórios como a Insula de Baratária do Quixote. Porém, na medida em que produção do território é também produção localizada de um mundo familiar ou em caminho de chegar a sê-lo, essas categorias todas – gênero, geração, ciclo de vida, etc., são atravessadas, em sua inscrição, pela configuração sócio espacial onde se ancoram. As expressões institucionalizadas do lugar fazem parte da história das pessoas e dos grupos. Parafraseando Giddens, o território é espacialidade histórica onde o corpo ativo é situado e orientado para suas tarefas (Giddens, 2011, p. 99). Esse é o elo que relaciona território, corpo e sexualidade.

Uma aproximação à compreensão da sexualidade em relação ao território obriga a mudar coordenadas: aspectos estruturais ou convenções sobre a sexualidade, com reflexo na cultura, apresentam-se inseridas em uma visão mais ampla do mundo, que torna-se familiar/natural para os indivíduos que compartilham o território. Essa afinidade parece ser um traço mais ou menos universal na medida em que envolve dimensões muito fundamentais para o ser humano: o corpo e o espaço histórico.

Significados construídos sobre a sexualidade não são estranhos às ordens mais amplas da sociedade. É claro que existem influências além do território na construção de seu sentido; mas o importante, precisamente, nessa produção de sentido é o exame reflexivo ou a atitude pré-reflexiva do indivíduo situado e em situação. Aquisição, ressignificação, incorporação, agência, são conceitos que desvelam o caráter dinâmico desse processo, e além de tudo, as capacidades bio-existenciais e sociais comprometidas pelo indivíduo na construção de sentido sobre suas próprias práticas.

Por exemplo, elaborações linguísticas tais como: “discursos instigantes”, “mensagens que questionam”, “interações que abrem possibilidades e perspectivas novas”, lembram que há um ator em situação para quem faz sentido cada um dos adjetivos assinalados. Não há como negar a importância crucial da atuação dos indivíduos na produção de sentido, mesmo que seja aceito que a sua reflexividade não é simplesmente um fato mental, mas também, incidido pela co-presença (interação) de outros atores, instituições, estruturas e sistemas culturais, ou seja, pelas relações sociais de conflito ou coesão de grupos e por expressões estruturantes da organização social e cultural instituída, como foi já comentado.

Em última instância é o corpo quem elabora e reelabora o sentido da sexualidade a partir e sobre as formas institucionalizadas, expressas na produção histórica do território, incluindo influências de distintas esferas. É a interface entre estrutura e agência que originariamente dá lugar aos discursos institucionalizados sobre a sexualidade e onde se desvela o papel ativo da agência individual ou coletiva. Portanto, é aí também onde a reflexividade tem oportunidade de se manifestar. Em outras palavras, a relação espaço-temporal dos distintos objetos localizados no território, fluxos e fixos, é apreendida a partir do espaço situacional do corpo²¹. Portanto, agora no primeiro plano está o corpo, impelido, exigido à ação.

Essa exigência deriva da irremediável presença dos outros em nossas vidas e da irrenunciável necessidade de nos voltarmos sobre nossa própria experiência como vivente, onde não atuar é também uma alternativa da ação. “O corpo é o centro de formas de ação e de notificação da existência” (Giddens, 2011, p. 99). Aqui poderemos supor que todo ato tem uma motivação originada em mecanismos intrapsíquicos que integram a condição

²¹ A ideia de uma espacialidade situada do corpo é resgatada por Giddens citando a Merleau-Ponty. O argumento principal é que o corpo não é simplesmente um objeto como os outros objetos localizados em coordenadas de tempo e espaço. O corpo é imagem corporal; é um ser para si, desde onde interatua com o mundo; é um ser em situação e não simplesmente situado.

inextrincável (híbrida?), natural e social, de cada ator individual, ou que além desses mecanismos, participam também relações sociais e, seguindo a Giddens, que essas relações sociais se mantem na prática rotineira da vida diária (Giddens, 2011, p. 85). Em qualquer um dos casos é iniludível colocar o foco nas interações, que tomam o corpo como centro.

A abertura para a análise das interações como anunciado é crucial na compreensão de como expressões estruturantes ligadas à experiência sócio-histórica de um território influencia a sexualidade das pessoas. Para Bourdieu, em um caminho mais amplo, é principal a noção de incorporação do espaço estruturado na tentativa de compreender como as práticas concretas de cada um tornar-se-iam disposições permanentes; em formas de pensar, sentir, agir (Bourdieu, 2012a).

Para explicar esse processo, que tem a ver com o modo de reprodução das práticas, o autor apresenta um leque de mecanismos, alguns ligados diretamente aos cenários de socialização, como a observação passiva dos adultos, das suas conversações e estratégias etc., mas também os jogos rituais para transmitir habilidades práticas ou outros mais complexos que conjugam o simbólico espacial com o simbólico corporal, por meio do uso de analogias ou de jogos de oposição, em uma metonímia originária que confere coerência às estruturas: por exemplo, o sangue, vermelho, vigor, etc.,.

Em última análise, a incorporação ou internalização de estruturas se dá por formas sutis de uma pedagogia implícita e difusa que leva os traços da persuasão e a capacidade de inculcar uma cosmovisão, uma ética, uma política a partir de pequenos detalhes, mandatos insignificantes, etc., que são incorporados a partir do reconhecimento de uma ordem de poder (Bourdieu, 2012a, pp. 223-236). Processos de incorporação ou interiorização envolvem normas, valores, mas também, estruturas classificatórias.

Por exemplo, oposições entre o masculino e o feminino, organizam um sistema de normas e valores dispersos na trama cultural, característicos de uma sociedade dominada por valores masculinos; inculcados nas pequenas atribuições de papéis, em jogos, em comportamentos, em modos de vestir e por fim, nas expectativas atribuídas. A síntese da sexualidade masculina, segundo Bourdieu é a proeza viril que busca na repetição, mais que na duração a sua afirmação da potência viril (Bourdieu, 2012a, p. 231). Esses aspectos são muito trabalhados na literatura crítica, com incidência nas práticas oficiais (do politicamente correto) da sociedade liberal, que se debate entre o reconhecimento da diferença e a preservação das inveteradas formas de organização da sociedade.

Sem dúvida é o conceito de *habitus*, retomado e definido por esse autor em 1975, o que tem mais potência explicativa na hora de analisar relações dos indivíduos com estruturas sociais. O corpo está sempre ligado ao território e a reprodução dessa relação é possível de reconhecer no *habitus* singular. Qual o sentido dado a sua existência por um jovem em uma favela do Rio ou por um morando em um bairro popular em Bogotá? Quais as mediações de reprodução?

De outra parte, Giddens, com propósitos similares, interessa-se pelas rotinas, uma categoria que consideramos afim à de *habitus*.

Habitus na verdade é uma mediação que informa sobre a relação dialética existente entre o “mundo” institucionalizado, porém fragmentado, mas percebido como coerente, e os indivíduos, que atuam e interagem entre si, de tal modo que a dicotomia agente/estrutura se dissolve. Essa é uma das preocupações mais reiteradas na sociologia contemporânea.

É necessário lembrar que na literatura algumas tendências dão mais crédito aos aspectos socioculturais envolvidos na construção da sexualidade e por extensão aos eventos eróticos e reprodutivos, porém, outras salientam o papel do agente. Essas correntes reproduzem as dicotomias determinismo/voluntarismo; objetivismo/ subjetivismo; microsocial/macrossocial.

O *habitus* foi usado pelo autor para analisar classes sociais, diferenças de gênero, grupos em espaços relativamente autônomos como a literatura, as artes em geral, o campo científico, etc., mas poderia ser assimilado às condições de composição territorial, enquanto espaço de produção de sentido.

Processos de configuração do território, produto das dinâmicas de territorialização e territorialidade, apoiam e ou constroem estruturas e práticas sociais características. Desde estruturas físicas variando até expressões simbólicas institucionalizadas inseridas na cultura, podem ser reconhecidas como parte característica das pessoas de um território, quando instituem formas de atuar, de pensar, de sentir, etc., Evidências existem em abundância. Por exemplo, o que é chamado de “espírito de um povo” em uma linguagem pré-científica no século XIX, corresponde a formas historicamente constituídas de uso e apropriação do território. Isso configura diferenças entre os povos, mesmo que de outro ponto de vista apresentem também semelhanças. Olhar de perto esse aspecto desvenda características próprias: experimentadas pelas pessoas como naturais, mas que despertam curiosidade nos não nativos.

Elias também fundamenta o conceito de *habitus* relacionando-o com uma composição social característica e diferenciadora entre os grupos humanos. Para isso, baseia-se em uma articulação dialética: a relação Eu-Nós. O conceito de *hábitus* para Elias mostra-se como um conceito sólido, definido, mas também flexível e mutável. Para ele o sentimento nacional, apresentado como *habitus* social é o melhor exemplo para explicar, em uma escala ampla de tempo/espaço, como sentimentos de pertencimento (nós), aninham em cada indivíduo (Elias, 1994, pp. 150-152). Não há como negar que o território é uma das composições sócio naturais mais potentes na construção de determinados *hábitus* sociais e, portanto, com incidência na constituição de práticas individuais e coletivas, entre as quais as relativas à sexualidade.

4.3 HABITUS, CONTINUIDADE, REFLEXIVIDADE E MUDANÇA

Infelizmente o sucesso da categoria *hábitus* frequentemente é acompanhado de aproximações que fazem uso dela apenas como rótulo. Qual a dinâmica que descreve esse conceito? Qual sua relação com as práticas individuais e coletivas?

Para responder essas questões vamos citar um trecho de Bourdieu, em que ele define esse conceito:

“ O *hábitus* é um sistema de disposições contínuas e transportáveis, que integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e ações, e torna possível o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas graças às transferências analógicas e de esquemas que permitem resolver problemas da mesma forma e graças à correção incessante dos resultados obtidos e dialeticamente produzidos por esses resultados”(Bourdieu, 2012a, p. 205).

O *hábitus* é uma instância pre-reflexiva²² que se sustenta através de “esquemas geradores” que antecipam e orientam a ação e se encontram na base de outros esquemas geradores. Interdependências, interferências entre distintos *hábitus*, emergem tanto na configuração mais vernácula de um espaço/tempo dado (por exemplo, um território com aferro à tradição), como na intensificação de interrelações entre territórios e com outras configurações espaço/tempo.

²² Para Giddens uma das características da consciência prática é seu carácter inconsciente, com certeza um oxímoro.

Também tem destaque nessa definição certa eficácia designada ao *hábitus* tanto para resolver problemas da vida prática quanto para produzi-los. Nesse sentido o *hábitus* não é arbitrário. Nem sua gênese, nem sua permanência pode negar a ancoragem à ordem material, física e simbólica que ele mesmo ajuda a produzir. É ele que auxilia, em relação íntima com essa ordem, a existência de certas confianças e certezas requeridas para atuar (seguridade ontológica, segundo Giddens). Processos de internalização ou incorporação são necessários à conformação do *hábitus*, e ele só se materializa nas diferentes maneiras de atuação do indivíduo.

Em relação às práticas, o *hábitus* naturaliza e molda as formas de apreender o mundo. Esse dado é importante, no contexto desta pesquisa, porque tem a ver com as distintas formas de apropriação do mundo pelos diversos agentes situados e em situação, de maneira particular no território. Portanto, a adolescência não só é uma categoria socialmente construída, como abordado no capítulo I, senão que do ponto de vista *émico* existem diferenças em relação com os adultos na forma de apropriar e vivenciar o território.

Essas diferenças materializam ordens de poder historicamente constituídas: entre homens e mulheres, entre jovens e adultos, entre grupos sociais e instituições, entre melhores posições e piores em referência ao acesso a recursos materiais e simbólicos, etc., portanto, faz sentido que os problemas sobre a sexualidade e a gravidez, sejam diferenciados por essas distintas formas de se situar no mundo, que é sempre compartilhado com os outros.

Uma das críticas mais significativas sobre a perspectiva analítica desenvolvida por Bourdieu tem a ver com os poucos aportes para compreender as transformações sociais; de certa forma o *hábitus* responde bem às preocupações sobre a produção e a reprodução dos fenômenos sociais. Como lembra Renato Ortiz “o *hábitus* ... é produto das relações sociais e tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram” (Ortiz R, 1983, p. 15). Porém, mudanças sociais, transformações dos *hábitus* sociais não despertaram um interesse equivalente no autor.

Essa questão é fundamental para nossa pesquisa. Uma das hipóteses trabalhadas como se verá mais adiante, relaciona-se com a intensidade (grau?) e quase onipresença de um acentuado patriarcalismo nas gerações envolvidas no estudo. Portanto, não resulta plausível entender como e mediante que mecanismos se mantêm e prolongam esse *habitus*, o que pode ser considerado o *locus* de práticas afins, exercitadas por adultos e adolescentes, sem

compreender como é que o *habitus* se transforma e ilumina a emergência de práticas transformadas.

As relações entre *habitus* e reflexividade²³ tem sido preocupação constante de algumas das tendências teóricas que se ocupam da mudança social. É lógico que geralmente análises colocadas na literatura sobre este aspecto tenham foco em temporalidades muito longas, como mudanças de época, transições de sociedades orais para sociedades modernas, etc. Apesar disso, é possível prefigurar alguns elementos que ajudam a entender dispositivos ou mecanismos que se poderiam destacar nas mudanças da vida social, em uma ordem territorial definida. Isso auxilia por contraponto, a explicação de como um *habitus* pode se manter em certos contextos. Aspectos da mudança social podem auxiliar a compreensão de continuidades contextuais ao nível local.

Para dar início a esse caminho é preciso assinalar que um quadro multivariado de modelos explicativos é colocado na literatura interessada. Por exemplo, progressos tecnológicos e produção de excedentes; pressão por recursos escassos em sociedades instáveis do ponto de vista populacional; conflitos e emergência de guerras, influxos de migrações; ligações entre sociedades de diferentes ordens estruturais, processos de globalização, etc., são frequentemente citados como catalizadores da mudança social. Porém, essas explicações mostram-se parciais na compreensão das transformações por desconsiderarem as análises das práticas habituais e reflexivas dos indivíduos. Em geral, elas desconsideram o papel e o lugar da agência das pessoas nessas descrições.

De qualquer modo, existem pontos basilares para explorar esse caminho de mudança social: i. é o entrelaçamento entre estrutura e agência, o substrato de toda mudança. ii. uma abordagem diacrônica e sincrônica das entidades mencionadas, estrutura e agência, informa a configuração de inter-relações que auxiliam a compreensão de mudanças, mas também das condições que tornam uma entidade social relativamente duradoura (*habitus*, por exemplo). iii. fazeres da agência e suas próprias relações sociais são importantes na explicação. Ver: (Archer, 2011, pp. 157-163).

Esses elementos definem o campo analítico convocado para a compreensão, tanto de mudanças quanto da estabilidade de aspectos substantivos da configuração social.

Archer (2011) propõe uma análise dual para explicar as dimensões da mudança, levando em conta que estrutura/cultura e agência são emergências de natureza distinta. A

²³ A reflexividade é a expressão mais íntima da agência, mas também a mais externa.

agência está situada e, em suas expressões, salienta emoções, desejos, sublimações, interesses, etc., que as estruturas não exprimem. Essa afirmação é crucial porque questiona a ideia de relacionar estrutura e agência em chaves de determinação, como discutido anteriormente. Além disso, a autora defende que a forma de reflexividade empregada por diferentes agentes é dependente do contexto. Baseada nessa afirmação acrescenta que existem contextos de continuidade nos quais o *habitus*, prevalece, ou vice-versa (Archer, 2011). Isso que interessa desvendar.

Contextos de continuidade cotidiana dizem respeito a condições caracterizadas pelo predomínio do habitual, quer dizer, da ação rotineira ou do *habitus*. Por contraponto, ações predominantemente reflexivas são relativas à descontinuidade contextual ou da mudança social.

Para essa autora, conformações caracterizadas por férreas compatibilidades estruturais e culturais estratégicas apresentam baixo nível de diferenciação ideacional (Archer, 2011, p. 170), ou seja, nesse caso a reflexividade fica condicionada em excesso e em grau limitado para dar respostas criativas em contextos gerativos plurais que caracterizam a contemporaneidade. Isso principalmente porque processos de condicionamento nesses contextos levam o indivíduo a significar, legitimar e acreditar na ordem social estabelecida. Nesse caso o *habitus* se estende e prevalece.

Talvez essa compreensão sobre interações entre estruturas sociais e sistemas de condicionamento cultural, e entre essas e as interações socioculturais concretas, ocupe o lugar mais destacado de sua elaboração teórica. A partir desse conjunto de condicionamentos pode-se explicar o domínio do *habitus* ou da reflexividade em um tempo e lugar determinado. A autora se refere ao casamento como exemplo para entender essa separação entre estrutura social, condicionamento do sistema cultural e interações socioculturais. O matrimônio forma parte de uma estrutura social de longo prazo, mas o tempo vivido em matrimônio salienta aspectos importantes dos sistemas culturais dominantes e interações socioculturais concretas que materializam a vida dos casais (Archer, 2003, p. xiv). Portanto, não é absurdo analiticamente separar estrutura social, sistema cultural, interações concretas e agência. O que complica também esclarece os fundamentos da mudança ou da continuidade social. Em outros termos é a distinção entre interesse e ideia o fundamento dessa decisão analítica.

A forma de contornar o funcionalismo sistêmico presente na primeira parte da argumentação, relativa às inter-relações na estrutura, é introduzir um segundo nível de análise

relativo às interações sociais e culturais (daí a importância da análise diacrônica e sincrônica, como foi mencionado). Estrutura e agentes se moldam continuamente.

Nesse segundo nível a importância não é dada apenas a aspectos ideacionais, mas a interações socioculturais situadas, onde ordens de poder, tipos de relação dos grupos, etc., fornecem ou limitam a reflexividade criativa e inovadora.

O giro de Archer é aqui fundamental. As estruturas não se apresentam simplesmente como configurações sociais institucionalizadas, encarnadas nos indivíduos sobre as quais eles atuam, como na linha reflexiva de Bourdieu. As estruturas antecedem e prosseguem à agência, mas modificam o agente na medida em que este entra em interação; porém, este último, também, modifica as estruturas com sua atuação. A instituição matrimonial de Archer, tem se modificado ao longo do tempo, e é na história das inter-relações estruturais, mas também nas mudanças das interações entre os casais, que se pode explicar essas transformações.

É evidente que a capacidade de modificar as estruturas está mediada por múltiplos fatores e circunstâncias, individuais, coletivas e históricas. Por exemplo, quanto mais variação social e variedade cultural disponível, maior é o estímulo para engajamentos inovadores (Colapietro apud Archer, 2011, 173), portanto, nesse caso, possibilidades de transformação das estruturas, estão também em função dos contextos de interação.

Em síntese, atualizar estruturas mediante a atuação do agente compromete uma dinâmica que exprime reflexividade em algum nível e momento. Nada passa no mundo como uma luz que cega.

Além disso, dizer que agência está em situação significa estar envolvido em relações sociais, interdependências concretas, etc. Portanto, influências do entorno, relativas às ordens estruturais/culturais e às interações concretas, se apresentam incontornáveis para um agente dotado de reflexividade; expressão das capacidades interiores do indivíduo.

A subjetividade não se esgotaria, então, na fórmula de Bourdieu da dialética de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade (Bourdieu, 2012a, p. 201). Apesar disso, aceitar que há lugar em nossa subjetividade para valores inconscientes de origem diferente do social, não autoriza a desconhecer o papel significativo dos condicionantes externos na atuação dos agentes, mas assimilar a dialética de Bourdieu como “aberta a várias bandas”.

Além dos condicionamentos externos, incluídos os biográfico/inconscientes, existem outras emergências pouco estudadas, mas presentes em diferentes desenvolvimentos teóricos, que respondem a valores psicobiológicos inconscientes ancorados na norma vital do indivíduo. Para uma maior ilustração ver: D. Czeresnia (2012).

Archer aceita a existência desses poderes pessoais nos indivíduos, os que a autora equipara à existência de uma vida interior. Ela diz: “... sem anular a privacidade de nossas vidas interiores, nossa sociabilidade está lá, dentro delas, porque elas estão lá, dentro de nós (Archer, 2011, p. 178). Talvez esses registros não sejam simplesmente interiores. Assim como em nossas ações se refletem princípios institucionais da ordem social, também se manifesta traços de fundamento biológico, no sentido da lógica da vida. Elias lembra, a contramão de uma longa tradição que acredita o biológico ser um traço superado e dissolvido no social, que a inclinação elementar do indivíduo para os outros indivíduos corresponde a uma característica da própria constituição biológica dos seres humanos, que vai além da satisfação de necessidades sexuais (Elias, 2008, p. 161).

Levar em conta essa característica do agente, orientado no fundo por interesses, desejos e por motivações muito profundas, algumas inconscientes, e, além disso, condicionado por entornos socioculturais, estruturais e inter-relacionais concretos, exige desvendar os tipos de interação que podem explicar escolhas e decisões. Aspectos sociais, existenciais e biológicos estão envolvidos. Uma pesquisa que indaga sobre a gravidez adolescente em condições de vulnerabilidade deve se encarregar desse desafio.

Outro aspecto fundamental na elaboração de Archer é evitar contrapor *habitus* e reflexividade. Ainda nas condições do *habitus* dominante, os indivíduos devem refletir pelo menos em três sentidos:

“um sentido de si mesmo para a apropriação correta dos direitos e deveres [...] designados [i]; o automonitoramento do desempenho (performance) [ii]; [e, por fim,] para superar o hiato entre expectativas formais e eventualidades concretas no sistema social aberto [iii]” (Archer, 2011, *ibid.* 171).

A consequência lógica desse posicionamento é que o *habitus* se mantém pela presença de elementos estruturais, mas também, da agência, que garantem continuidade contextual, mesmo com a existência de formas reduzidas de reflexividade. Para a autora, esse é um traço das sociedades tradicionais, que foram mudando para contextos de descontinuidade pela vigência cada vez mais frequente de situações que não são congruentes com experiências prévias - característica das sociedades modernas-, até uma contemporaneidade caracterizada

por contextos incongruentes nas quais indivíduos têm que acudir à reflexividade para corrigir suas ações pela perda de valor dos contextos de origem (individualidade altamente reflexiva). Nesse caso, para Archer, espaços de socialização parecem perder significado e legitimidade, na medida em que novos contextos, por exemplo, novas formas de aprendizagem, empregos diferenciados e sem tradição nas estruturas produtivas prévias apresentam-se como opção para os jovens.

Por fim, para Archer o problema da mudança social tem fundamento ontológico, enquanto que para Bourdieu, o acento de sua elaboração é mais de ordem analítica (Aedo H, 2014, p. 6).

É momento de um balanço. O uso de distintos autores provenientes de tradições diferentes, como os citados nesse percurso teórico não indica um ecletismo pragmático. Cada uma de suas elaborações foram consideradas até o ponto onde nos pareceram adequadas no intuito de construir um enfoque analítico apropriado. Existem, por exemplo, diferenças protuberantes entre Giddens e Archer no que diz respeito às relações agência e estrutura (s). Para Archer é fundamental, por exemplo, indicar elementos diferenciadores para a estrutura e para a agência. Por enquanto, para Giddens, a perspectiva de interrelação entre configurações sociais de tempo/espço diverso no território, auxilia a compreensão da dinâmica territorial característica das sociedades contemporâneas; porém, não contraria a visão de Archer. Pelo contrário parece-nos enriquece-la, e ajuda a explicar mudanças originadas pela presença de diferentes configurações no espaço social.

Uma discussão análoga pode ser entabulada quando aproximamos Bourdieu e Archer. O conceito de *habitus* tão principal na teoria da prática de Bourdieu não é rejeitado, mas relativizado por uma autora preocupada principalmente com a mudança social. Nos aproximarmos conscientemente das reflexões de Archer, na medida em que sua perspectiva morfogênica é porta indicada para responder ao maior desafio encontrado nossa pesquisa: como conciliar a presença de expressões patriarcais muito basilares, que atravessam pelo menos as duas gerações estudadas e, ao mesmo tempo, formas expressivas muito modernas, relacionadas com o conhecimento extensivo de métodos anticoncepcionais de base científica nas camadas de adolescentes convidadas para o estudo, por exemplo.

Outro aspecto diz respeito à vulnerabilidade, uma reflexão apenas insinuada no primeiro capítulo e que será retomada ao final do texto. É preciso adiantar algumas notas: acreditamos que a perspectiva que integra análises sincrônicas e diacrônicas ajuda a

entender a vulnerabilidade de uma perspectiva sistêmica, da qual os indivíduos fazem parte integrante.

O estudo da gênese de configurações socioculturais e socioeconômicas características de situações de vulnerabilidade visam à compreensão dos mecanismos ou dispositivos envolvidos nessa articulação sistêmica, abrindo a possibilidade de explicar os tipos de interação que têm emergência na interface estrutura/agência, lugar expressivo da vulnerabilidade. Aspectos considerados nas configurações da vulnerabilidade podem ser reelaborados em chaves funcionais e de expressão de poder, abrindo o campo da análise em tempo, ou seja, introduzindo uma temporalidade histórica. Uma descrição dessa natureza salienta a posição relativa dos indivíduos nos grupos, em termos de relações vinculadas à posição social, ao gênero, à geração, à orientação sexual, à adscrição étnica, etc., essas categorias aparecem como operadores funcionais nas descrições da vulnerabilidade e não apenas como identidades fixas a priori.

Dessa perspectiva sistêmica, considera-se desnecessária a justaposição de aspectos macro e micro, que caracteriza a análise estritamente sincrônica da vulnerabilidade. Essa perspectiva processual auxilia a compreensão dos comportamentos ou atitudes dos autores frente às configurações sistêmicas, visando entender possíveis processos de resiliência. Uma prática em saúde precisa da dupla leitura: vulnerabilidade e resiliência.

4.4 NOVE PREMISSAS NORTEADORAS DA PERSPECTIVA ANALÍTICA

Levando em conta essas reflexões apresentam-se as premissas que norteiam a análise dos achados, objeto do capítulo seguinte. Ver figura 2:

- i. Processos de territorialização e territorialidade explicam configurações sócio-espaciais singulares. Formas características dos assentamentos, expressões idiossincráticas, formas particulares de agir, etc., podem ser imputadas às formas de apropriação e domínio territorial. Essas dinâmicas podem ser captadas mediante enfoques processuais.
- ii. Sociedades abertas como as contemporâneas estimulam a presença de distintos contextos de ação ancorados no território; situações sociais em mudança; interrelação entre territórios, (por razões da mobilidade, do mercado, da comunicação, da ação política, etc.) e, por fim, experiências

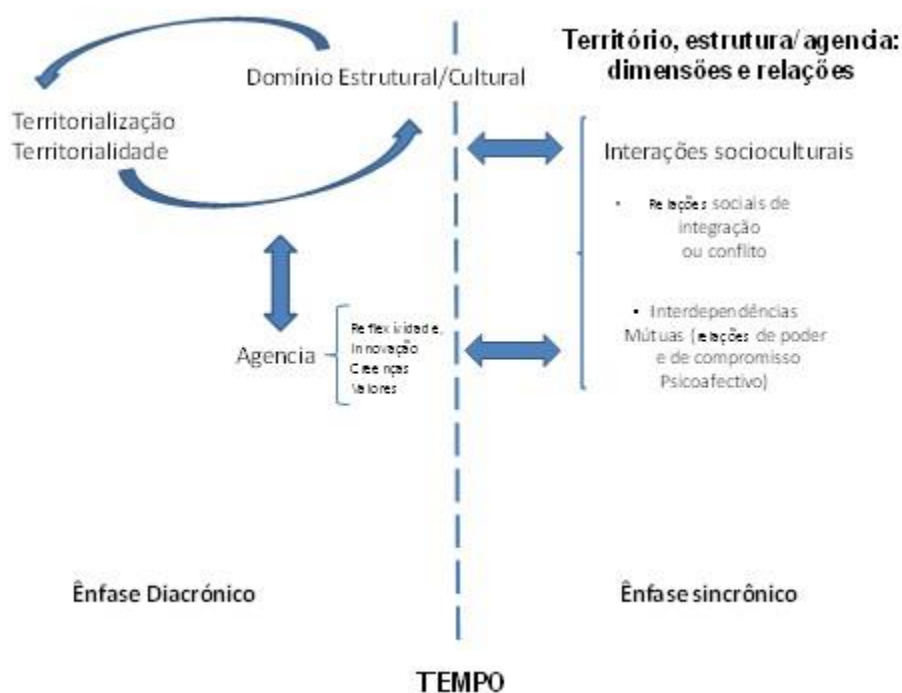
múltiplas de territorialidade, entre agentes situados no território. O fundamento dessa descrição é que o indivíduo no território deve ser considerado tanto como ser situado (em um espaço sócio histórico definido), quanto em situação, (como ator junto com outros). Isso determina exigências permanentes para o agente.

- iii. Com fundamento em configurações sócio-históricas relativas à lógica de constituição territorial, estruturas sociais e sistemas de condicionamento cultural incidem como condição de possibilidade nas escolhas e decisões relacionadas com a sexualidade. A relação corpo-sexualidade-território se baseia na experiência singular de indivíduos atuantes, situados e em situação. A sexualidade é uma categoria que remete sempre ao indivíduo e o agente, sua personalidade, suas motivações ou desejos não aparecem como independentes da estrutura, mas condicionado por elas.
- iv. A situação da agência se refere à interações socioculturais concretas; a interdependências funcionais e afetivas nas quais o indivíduo se engaja na vida cotidiana. Essa co-presença, também condiciona a atuação do agente.
- v. O condicionamento é uma propriedade incorporada: a co-presença do externo em nós, matéria de reflexão em algum nível pelo agente. Portanto, o condicionamento estrutural não remete simplesmente a efeitos constritores, mas também habilitadores de diversos cursos de ação, esperáveis em um agente em situação.
- vi. Da premissa anterior deriva-se que relações entre agente e estrutura representam um fato paradoxal originário: Essa interface é uma unidade de natureza dupla, o agente em sua relação com estruturas apresenta-se como condicionado e autônomo ao mesmo tempo.
- vii. Decidir quanto de *habitus* e quanto de reflexividade se encontra comprometido em uma escolha ou decisão é equívoco. Só dinâmicas inter-relacionais, estrutura/agência, em sua realização concreta podem informar sobre o compromisso do agente com a inovação, a mudança ou a continuidade. Porém, sempre há algo indecifrável e mudo que a pesquisa não consegue resolver.
- viii. Perspectivas analíticas diacrônicas e sincrônicas auxiliam a compreensão de articulações sistêmicas, nas quais participam os indivíduos como constituintes

e constituídos. Essa ordem deve ser entendida como sistêmica e aberta e em permanente mudança.

- ix. A reflexividade é uma propriedade inerente aos seres vivos, se entendida como a faculdade de voltar sobre si. Uma relação que existe entre uma entidade e o si mesmo. No ser humano, contextos de continuidade são correlativos a agenciamentos dominados pelo *habitus*. Porém, o domínio da reflexividade é característica de contextos de descontinuidade. Além disso, recursos materiais e simbólicos (condensados em projetos, inclusive sem formalização nenhuma) são importantes para compreender repertórios utilizados pelos agentes para dar conta de si e do sentido das suas ações.

Figura. No. 2 Configuração social no território: relações diacrônico/sincrônicas



Capítulo 4-

5. Sexualidade e gravidez adolescente em contextos de vulnerabilidade

A análise correspondente a este capítulo envolve uma aproximação em diferentes níveis, estrutura/agência, salientando os mecanismos que os inter-relacionam, o que caracteriza o olhar sistêmico. Outro elemento relativo a esta análise tem a ver com a integração significativa de aspectos de distintos tempo/espaço presentes no território. Por exemplo, o patriarcalismo antecede e procede ao território; ele não pode ser considerado uma entidade vernácula, mas um traço característico de sociedades contemporâneas²⁴. Configurações socioculturais singulares e mecanismos específicos de reprodução exprimem formas próprias de apresentação em um território determinado. Práticas são mediadas por cosmovisões e entidades sociais mais amplas, incorporadas ou resinificadas nos longos processos de apropriação e dominação territorial.

Este capítulo está estruturado em três momentos, a serem integrados na discussão final, no capítulo seguinte: i. análise dos processos de condicionamento estrutural e cultural vinculados às dinâmicas de dominação e apropriação territorial. ii. reflexão sobre as dinâmicas de interação entre os habitantes, com destaque aos adolescentes, e as agências institucionais (instituições) presentes no território. Como princípio teórico geral, considera-se que essas agências abrem oportunidades de ação com incidência na reflexividade e, dessa forma, contribuem para recriar as trajetórias dos adolescentes.

Outras considerações importantes aqui são: a: a incidência da agência institucional não se relaciona de forma causal, nem mecânica com a agência adolescente. Na linha de condicionantes dessa interação estão, de um lado, as capacidades

²⁴ Disparidades salariais entre homens e mulheres, por igual trabalho, até de 22% é denunciada pela AAUW nos Estados Unidos para este ano (2015). O relatório assinala que este fato é real e persistente e atinge às mulheres desse país independentemente da classe social, a etnia, credo religioso, etc. E talvez, o mais importante, essas disparidades não se podem explicar em alta porcentagem apenas pelas escolhas individuais. É claro que o patriarcalismo vai além desse registro, mas esses dados exprimem precisamente fatores estruturais que estão por detrás: o cuidado dos filhos é ainda uma tarefa cuja responsabilidade recai sobre as mulheres, processos discriminatórios nas estruturas laborais com ajuste nos encargos de responsabilidade e decisão, e por ai vai (AAUW, 2015).

(econômicas, sociais, e culturais) dos lares e, de outro, a agência juvenil propriamente dita, em contextos de elaboração particular, nos quais interveem aspectos íntimos e opacos à mirada, como desejos e expressões bio-emocionais que contribuem para coordenar vínculos afetivos entre parceiros e com os adultos, assim como as inter-relações com um entorno, diverso ou não, que em algum sentido incide nas dinâmicas de ideação dos adolescentes. b: tomando alguma distância com o núcleo da reflexividade salientado por Archer, principalmente relacionado com a deliberação e o diálogo interno (reflexividade), vamos explorar o aspecto relativo à alteridade. Como princípio hermenêutico, a alteridade implica a relação com o outro, sem se separar da compreensão de si mesmo. A consequência deste caminho é considerar que a reflexividade seria o produto de uma síntese interpretativa do indivíduo em relação com os outros e, portanto, um fenômeno que vai além da consciência racional, envolvendo outros planos existenciais, psíquicos, bio-emocionais e sociais, os quais se inter-relacionam inextricavelmente, na condição humana. iii. na última parte deste longo capítulo, explora-se o núcleo presente na literatura sobre a gravidez adolescente: as identidades sociais e sexuais dos adolescentes e seus encaixamentos com a família.

Na aproximação empírica que segue, discute-se como o território é um condicionante estrutural em vários aspectos.

5.1. SAN CRISTOBAL

5.1.1 San Cristóbal: escalando a montanha

Os recortes feitos pela pesquisa, quatro microterritórios sociais de *San Cristóbal*, tem suporte em aspectos práticos que a viabilizaram: algumas definições técnicas como diferenças sócio-espaciais existentes entre eles: dois situam-se na parte plana e dois na parte alta, com menor consolidação dos equipamentos públicos urbanos. De forma geral, e atendendo ao processo histórico dos assentamentos, as partes mais altas de *San Cristóbal* apresentam um imobiliário urbano mais pobre, lá vivem os “recém-chegados”; as sedes das instituições públicas presentes são em menor número do que na parte baixa; e, por fim, a população que mora “lá acima” é, em geral, mais pobre do que as que moram nas partes planas, embora as disparidades sejam pouco significativas.

Essa consideração foi levada em conta, como também, que das escolas públicas envolvidas na pesquisa, pelo menos três delas, tivessem alta incidência de gravidez adolescente ano a ano, segundo os relatórios da D.L.E.

O significativo desse enquadramento territorial é que os espaços de trabalho selecionados são apenas recortes de uma organização sócio-histórica e cultural mais ampla, conformada por cerca de 406.000 habitantes que moram em 1.648 hectares, localizadas na parte sul-oriental da Cidade, sobre um eixo montanhoso magnífico, com nascentes de água e bosques nativos, que lhe confere um interesse paisagístico, ambiental e ecológico.

A maior parte da população que mora lá é considerada pobre; dos estratos socioeconômicos: 0 – 1 (8%); 2 (77%)²⁵ principalmente. O estrato 3, em menor proporção (15%), está na parte plana a 2.600 msnm com 13.5 graus C de temperatura média anual. A parte mais alta está a 3.200 msnm, e a temperatura é de 10.5 graus C. Esse dado não é apenas descritivo, ajuda a entender certa representação visual do lugar, muito característica nos habitantes do setor, quem falam da Cidade, lá, como se ali fosse o extramuros; como se morassem fora de Bogotá.

Essa paisagem é descrita por um professor da Escola Juan Miguel, vizinha de *San Cristóbal*:

“Las calles de San Cristóbal parecen un laberinto con dos perros en cada cruce. Si es de noche y está lloviendo la luz de los postes se refleja en el agua que baja por el pavimento inclinado hacia la parte plana de Bogotá haciéndola ver como un espejo gigante que hay que esquivar para no mojarse los zapatos. Si es de medio día y el cielo está despejado se ve toda la ciudad con tal claridad que a veces la vista se desborda sobre el límite occidental y se encuentra con tres nevados lejanos. Si es de madrugada, generalmente, al respirar sale un vaho de la nariz y de la boca de quienes caminan a buscar un cupo en los buses que salen llenísimos de sus paraderos. Y si es un fin de semana, las calles están llenas de muchachos jugando microfútbol o banquitas²⁶ y los andenes y las tiendas están repletos de señoras y de señores tomando cerveza y escuchando rancheras”. (Bustos R., 2007).

²⁵ A Cidade de Bogotá está dividida em 20 locais administrativos e os lares classificados, do ponto de vista socioeconômico, em sete estratos, de 0-6. Como é característico em sociedades fortemente segmentadas pela classe social, os assentamentos tendem a reproduzir a configuração.

²⁶ “Banquitas”: é futebol na rua. Os pedreiros usualmente, na hora do almoço gostam desse jogo, frente à obra em construção.

Na plasticidade desse olhar encontra-se um jogo de percepções sensitivas: Umidade, luz, frio, amplitude no olhar para fora, para dentro ruas, as vezes difíceis, íngreme, com casas apinhadas que obedecem apenas ao ritmo geográfico dos declives e das barreiras dos riachos e córregos que abundam ali, mas sem a graça antiga de suas águas frescas. Agora, lixo e destroços em seus canais. As casas vão crescendo em desordem pelo assentamento ilegal e desorganizado que vai além, rompendo a zona de reserva ambiental.

Na fronteira da reserva, uma faixa longa e ampla, a população vive em condições muito mais difíceis. Além das condições ambientais, com efeitos na saúde de crianças e velhos que vivem em moradas incompletas, com pessoas expostas a ambientes e solo úmidos, as condições socioeconômicas são limitadas. Algumas das pessoas que moram ali são provenientes de grupos deslocados pela violência política e geralmente migraram sem qualquer qualidade de vida, de lugares afastados. O nível de pobreza e a ausência de condições básicas, faz com que essa população se assente em lugares distantes e inadequados que vulneram ainda mais seus direitos.

Existem conglomerados humanos que estão acima da cota do aqueduto e não recebem água tratada, aumentando o risco de EDA e de enfermidades infectocontagiosas. Alguns desses sítios têm venda e consumo de substâncias psicoativas com presença organizada de redes de micro tráfico. Além disso, em nossas visitas demos conta de zonas em grau extremo de segregação, sem presença de serviços nem de instituições públicas. As pessoas precisam se deslocar por trajetos longos para aceder aos serviços educativos e de saúde. Nesses locais mais afastados, as casas são feitas de material reciclável; lugares escuros, úmidos e com superlotação. A equipe encontrou quartos compartilhados até por cinco pessoas; característica presente na quarta parte da população vinculada ao estudo. 28% dos lares dos adolescentes com experiência de gravidez, também mostraram essa característica, mas com predomínio de três pessoas por quarto.

Ainda nas casas com piores condições é frequente encontrar nas paredes interiores fotos da família, em eventos importantes como os 15 anos das menores; filhotes pequeninhos de sorrisos incertos apanhados nos braços das mães; de alguma almejada graduação escolar; da família em sítios emblemáticos da localidade como a Igreja *20 de Julio* ou em algum passeio memorável. Estas fotos alternam com imagens de santos que disputam espaço e prestígio ao Divino Nino Jesus, uma figura local e nacional, emblema

oficial da aliança entre o poder político e religioso, vigente antes da constituição de 1991. Por fim, adágios e sentenças que salientam a família, a força espiritual ou as boas condutas.

Há um bairro chamado Aguas Claras que aparece como parte da reserva natural e, portanto, como área rural, mas os moradores não são camponeses de tradição; alguns deles chegaram de outras partes do país há uma ou duas décadas, em migrações originadas pela violência política ou pelas precárias condições econômicas; alguns trabalham como pedreiros, marceneiros, em casas de família, etc., em trabalhos instáveis e desligados dos ciclos expansivos da economia.

São pessoas marginais do ponto de vista da sua precária inserção nas dinâmicas de reprodução econômica ampliada. Muitos deles não viveram a crise da sociedade salarial tão bem descrita por Robert Castel em seu livro: “As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salariado” (Castel, 2001), principalmente porque nunca tiveram acesso aos mecanismos clássicos da seguridade social, nem se inseriram em relações formais de trabalho. Desse ponto de vista estão fora das relações de dependência contratual, o que produz consequências na deterioração das existências. O valor do trabalho não está definido simplesmente pela relação técnica com a produção, mas como suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, com efeitos nas redes de sociabilidade e na vinculação aos sistemas de proteção que permitem ao indivíduo lidar com os riscos da existência. Quando negado, criam-se zonas de isolamento relacional e exclusão, ou como chama Castel, de desfiliação social (Castel, 2001, p. 15).

O mundo particular criado ali tem a ver com as condições de dominação e apropriação do espaço geográfico. A rua se desvanece quilômetros antes da chegada e se torna difícil; em inverno intransitável. Esses blocos de casas, mesmo que integradas ao perímetro urbano pela força do assentamento, aparecem como o último resíduo de Cidade. Algumas pessoas moram em casas construídas pelas próprias famílias em projetos muito longos e gradativos, marcados por mudanças nas texturas e a cor dos materiais. Tempos de “prosperidade” misturados com tempos de espera e letargia estão inscritos nas paredes das casas, criando o ambiente geral de uma pequena cidade sempre em projeto: escadas apenas insinuadas, um buraco que um dia virará janela, um chão improvisado de madeira que vai ser herdado para a próxima geração, etc., porém, a data mais significativa é o íntimo contato da população. Todos se conhecem entre si. Quando chega algum estranho, as pessoas

olham por um tempinho e continuam fazendo suas tarefas, mas “sem fechar o olho”. O rumor, a fofoca são formas de se relacionar no espaço. Um vizinho pode saber sobre as aventuras de seus filhotes adolescentes por esse mecanismo de comunicação e controle social, síntese dessa forma de interação.

Ao visitarmos uma mãe adolescente nesse bairro, em alguma parte de seu relato disse para nós:

“nós gostamos de futebol, de tarde íamos a jogar, mas agora não, !imagine!, éramos 11 jogadoras e agora 6 somos mães ” (Adolescente, 16 anos) .. e começa o desfile de nomes das mães novinhas.

Os habitantes contam sobre problemas frequentes de brigas na rua, de gangues, porém a polícia não chega até lá. A única instituição oficial com permanência é a escola de primaria que parece um navio cansado, ancorado no topo de uma colina. Os moradores advertem para nós assim: “têm que sair cedo, o mais tardar às 17 horas, depois o bairro muda...têm muito rapaz consumindo droga em *‘parches’*²⁷ e é perigoso”.

Nós tivemos que olhar mais de perto esse quadro, instigante para a pesquisa: a segmentação física e paisagística desse território; o relativo isolamento; a alta imigração, em contraste com a alta emigração da localidade, de pessoas que fogem da insegurança e da falta de oportunidades económicas (14,7 x 1000 habitantes); o certo grau de interdependência recíproca e funcional entre os habitantes, por trás das necessidades de autoproteção e a existência de solidariedades básicas originadas nas difíceis condições materiais de existência, etc. A isto se somavam problemas de violência, banditismo, roubo, pobre acesso aos serviços de saúde e educação, etc., Este é o quadro que acompanhava o fato de existir uma alta ocorrência de adolescentes grávidas.

Certamente, o Setor de *San Blas* em *San Cristóbal* ocupa o terceiro lugar na localidade pelo número de adolescentes grávidas e *Aguas Claras*, como parte dele, faz uma

²⁷ “Parche” é um agrupamento juvenil, autónomo, que se encontra periodicamente na rua para fazer trocas, compartilhar e se acompanhar. O “Parche” pode ou não induzir expressões criminosas, mas na imensa maioria dos casos simplesmente é um espaço de diversão, farra e socialização juvenil. A polícia geralmente olha para todos eles com desconfiança e prevenção.

louvável contribuição. A singularidade descrita exprime uma síntese condensada de aspectos que a localidade compartilha como um todo. Isso chamou a nossa atenção.

Em resumo, *Agua Claras* conjugava as dificuldades vividas historicamente pelos “recém-chegados”: problemas habitacionais; falta de serviços públicos; presença instável e circunstancial da assistência social; empregos muito precários, o isolamento urbano combinado com dinâmicas de integração excludente. Alguns desses traços se prolongam no tempo e se agregam a problemas da configuração atual, caracterizada pela insegurança, redes de micro tráfico, delinquência, e o pequeno poder da agência coletiva inspirada nos processos de organização comunitária. Em *San Cristóbal* o principal fôlego das organizações sociais depende de recursos estatais. Gravidez e integração excludente acompanham-se, mas o interesse era desvendar os mecanismos y os dispositivos sociais que asseguravam essa “parceria”.

San Cristóbal é uma localidade com segmentos sociais muito deteriorados; prevalecem dinâmicas de autogestão em tudo que tem a ver com o processo de apropriação e dominação territorial, embora o Estado tenha uma centralidade funcional fundamental na conformação desse território. O conglomerado todo não é atrativo para o mercado, então é o Estado quem assume o protagonismo na intervenção institucional.

De outra parte, esse quadro descrito pressiona uma leitura muito convencional e imediata que tenta ler nessas pinceladas de realidade as chaves da explicação sobre a gravidez em adolescentes: condições de inequidade e ausência de oportunidades. No entanto, para nós aí é que começava a pesquisa: Quais os mecanismos ou dispositivos que explicam as altas taxas do evento nesses locais? A lógica de configuração do território tem algum compromisso com essa explicação? Essas questões foram fundamentais para a emergência da categoria “território” que no início não entrava como elemento explicativo. Isso obrigou a mudar nosso pressuposto analítico, a construção do objeto assim o exigiu.

As partes altas da localidade contrastam com o resto do sector, com maior densidade habitacional, relativa maior presença de instituições públicas, melhores condições de vida, mas com população com salários incertos que podem, quando mais, girar ao redor de 260 ou 320 dólares ao mês. O desenvolvimento urbano apresenta maior consolidação, porém, com problemas de violência na rua, roubos e micro tráfico e, como pano de fundo, o

desemprego juvenil²⁸ e as precárias condições de renda dos moradores, afetando como um todo à Localidade.

San Cristóbal é uma das divisões político/administrativas da Cidade com menor diversificação das atividades econômicas: 85% das atividades econômicas têm a ver com o comércio, 10% com serviços e 5% apenas com a indústria (Tiempo, 2015a). O comércio refere-se principalmente a pequenos estabelecimentos de vendas de produtos alimentícios a varejo.

Estimativas gerais assinalam *San Cristóbal* como a quarta localidade da Cidade com piores condições de vida, e com algumas características particulares que vale a pena salientar: A rede de serviços públicos é quase universal; a escolaridade média do chefe do lar é quase 30% mais baixa se comparada com a Cidade e a média de formação educativa em pessoas de 12 anos e mais é 21% menor, usando o mesmo padrão de comparação. A diminuição das disparidades educacionais como um todo, que mostram esses dados, entre a Localidade e a Cidade, é principalmente o efeito das melhores conquistas educativas dos menores. Soma-se a esses dados que um grande número de pessoas mora em casas de autoconstrução; na atualidade usam formas de crédito bancário para construir ou fazer melhoras nas casas e, ao redor de 21% dessas casas apresentam algum tipo de déficit. Uma característica peculiar do lugar é o alto número de casas, acima da média da Cidade (Secretaría del Habitat, 2011) e a alta densidade urbana (247,6 hb X há, segundo dados ministrados pela SPDC²⁹).

Esses dados intencionalmente coletados refletem dinâmicas de integração à Cidade como um todo, principalmente expressada na extensão e universalização das redes de serviços públicos e a construção de estradas de acesso, que enfrentam a cordilheira com penosa dificuldade. Atrasos em alguns aspectos como os educativos, o baixo poder aquisitivo generalizado, refletem dinâmicas de exclusão social; e por fim, expressões singulares, como aquelas de soluções habitacionais muito densas, que conjugam sistemas contraditórios de forças, historicamente atuantes na Localidade, criando sua morfologia atual, muito similar aos conglomerados urbano-populares de cidades como México D.F, Rio de Janeiro ou Caracas. Essa Localidade é apenas porção de uma configuração popular muito maior que

²⁸ Para 2011 o desemprego juvenil entre 14 e 17 anos era de 21, 43%. A porcentagem era até 8 pontos maior nas adolescentes. *San Cristóbal* é uma das localidades mais afeitas por esse fenômeno (Idipron, 2013).

²⁹ A densidade média de Bogotá em 2013 era de 199,3 hb x Há.

pode chegar a representar perto de 40% da população da Cidade. Esses elementos significativos do assentamento será matéria de discussão mais adiante. É na parte baixa da Localidade que começa esta história.

5.1.2 San Cristóbal: traços histórico-sociais

Apenas alguns elementos da história do povoamento serão necessários. O sul oriente é um território com uma longa tradição na Cidade de Bogotá D.C. A gênese de *San Cristóbal* está ligada à presença de comunidades religiosas, a grandes fazendas e a sua importância estratégica dada a riqueza de suas fontes hídricas. A estabilidade do território do ponto de vista demográfico foi assegurada até finais do século XIX pelas formas tradicionais de produção agrícola e a ausência de pressões demográficas externas.

Já nesse período a Cidade estava irremediavelmente separada e hierarquizada pelo poder excludente da sociedade de castas, da época colonial: norte rico, sul pobre; separação que se continuou e aprofundou na etapa Republicana (1819) por meio dos mecanismos de mercado, políticas urbanas e sanitárias. Essa configuração tradicional incluía também a produção artesanal de tijolos, telhas e lajes, demandadas pela Cidade, um conglomerado apenas de 40.000 habitantes até início do século XX. Uma característica muito marcante para a Cidade e, portanto, para *San Cristóbal* é seu acelerado crescimento no século passado: em 1950, Bogotá tinha 700.000 habitantes e ao final do século 6.5 milhões. O cálculo atual estima que na Cidade moram perto de 7.8 milhões de pessoas. Esse acelerado crescimento tem explicação, até 1930, no desenvolvimento de uma incipiente indústria e nos processos de modernização, que criavam condições atrativas para trabalhadores de distintas partes do país, estimulando a massiva chegada de camponeses e operários ao *San Cristóbal*.

Nesse período há uma influência decisiva representada pela presença de comunidades religiosas e a incorporação da mítica figura do Divino Nino Jesus, transformando a parte plana do *20 de Julio*, em lugar de peregrinação e de referência nacional, como foi mencionado. O primeiro bairro fundado ali tem o concurso de comunidades religiosas envolvidas na Missão Social Trabalhista. Até hoje celebrações religiosas realizadas na Localidade tem destaque na Cidade.

Depois de 1940, é a violência política a principal causa de migração. Em diferentes ciclos esse setor abrigou camponeses que fugiam da violência em diversas partes do país,

principalmente em Boyacá, Tolima, Santander e de povoados de Cundinamarca. Esses migrantes se estabeleceram em assentamentos espontâneos e bairros chamados de “invasão”, resultado de lutas intensas pela ocupação do solo. Nos anos de 1960 as condições de vida da população eram lamentáveis; as famílias viviam um processo de adaptação de um mundo rural para um mundo urbano, também carente e precarizado. O trabalho infantil era infame, ligado à produção de tijolos, tubos e outros materiais de construção. Na época o documentário “Chircales” que virou clássico da cinematografia latino-americana contestatária, mostrava essa realidade.

O país viveu um regime civil de democracia restringida chamado de Frente Nacional (1958-1974), com proscrição de liberdades públicas e de partidos políticos diferentes do Liberal e Conservador, mas contestado pelo ressurgimento do movimento social e armado que tomou a forma de guerrilhas de orientação esquerdista em diferentes tendências: FARC, EPL, ELN e na década de 1970, o M-19.

Nesse contexto de polarização política aparecem na Localidade formas associativas de moradores que lutavam por melhoria nas condições de vida das suas famílias, pelos serviços públicos e por adequadas vias de acesso, expressões todas canalizadas pelas organizações de esquerda, como o Partido Comunista e Grupos Eclesiais de Base, inspirados na teologia da libertação ou por formas de organização chamadas Juntas de Ação Comunal- J.A.C, impulsionadas pelo mesmo Estado, com o objetivo de controlar os conflitos e incorpora-los à lógica da reprodução de clientelas políticas dos partidos tradicionais, Liberal e Conservador. Essa forma de organização estatal vai jogar um papel fundamental na articulação da população, as demandas coletivas e o sistema de reprodução do poder das elites políticas no país.

Nessas condições, a Localidade vai representar nos anos de 1980, não simplesmente um conglomerado de “marginais” - seguindo a nomenclatura da sociologia urbana da Escola de Chicago dos anos de 1930 - mas uma identidade coletiva, não fundada em relações salariais ou como classe operária.

De fato, a aluvião de migrações sucessivas não vinculadas à produção capitalista fez com que a maior parte da população, como acontece hoje em *Aguas Claras*, procurasse formas de ocupação variáveis, voláteis e instáveis, dificultando a expressão da organização gremial ligada ao trabalho. A apropriação do território, os interesses vinculados à vivenda, as

experiências compartilhadas de criação e uso do espaço urbano, foram a fonte principal de identidade sociocultural desses setores (Torres Carrillo, 1993). O bairro é o referente basilar de auto-reconhecimento, confluência de diversas formas de apropriação espacial, com diferenciais de idade, de gênero, de posição sócio-espacial, de desigualdade econômica, sempre os “recém-chegados”, os “pobres de acima” e de mais acima, etc.,

O mais importante no propósito expositivo é o que segue: Os processos de apropriação sobre o território na época, como agora, estiveram mediados pela organização familiar, levando em conta a parentela e as redes de compadresco. É a família o suporte fundamental desse processo de integração ao território, contando os mecanismos de chegada, passando pela ancoragem no território, até as estratégias de sobrevivência dos indivíduos. Essa característica é reproduzida tanto nos funcionamentos cotidianos dos grupos quanto nas relações com a esfera pública; e mesmo com mudanças, pode-se entender como participando de um contexto de continuidade, não suficientemente inquerido, mas fortalecido pelas políticas sociais contemporâneas na medida em que intervêm nos assuntos privados da família.

Habitantes viravam de agricultores a construtores; aprendiam labores de pedreiros e em família contribuía na construção da vivenda:

Uma mãe de 52 anos falou sobre esse tipo de experiência:

“... eh minha mãe, segundo o que ela conta, ela tinha poupanças e ela comprou um pequeno terreno, ela comprou o terreno e fez uma barraca ai, porque nós pagávamos aluguel aqui no Granada. Então quando ela fez a barraca e a gente foi morar lá. E, pois, a casa agora tem três andares e a construiu meu pai, ou seja, minha mãe comprou tudo, incluído os materiais, mas a casa foi feita por meu pai”.

Nas entrevistas essas experiências foram muito referidas. As relações de solidariedade familiar foram sustentadas por uma estrutura que reproduz até hoje expressões patriarcais muito basilares. Esse é o traço principal que explica relacionamentos entre os corpos no contexto de um patriarcalismo muito basilar, ligado esse último às experiências de apropriação territorial. O patriarcalismo se reproduz por engajamentos bio-emocionais dos membros das famílias, inseridos em formas de cooperação, funcional ao controle sobre o salário e o consumo, e às imagens de força e benevolência, encarnadas na figura presente ou transmutada do pai. A figura masculina ocupa um lugar central nas

narrativas de autoridade e controle; evidencia-se divisão sexual das tarefas do lar; e por fim, dados assinalam também que, em muitos casos, o pai executava castigos físicos brutais que em vezes é acompanhado pela submissão da mãe: Vejamos:

Uma avó de 36 anos explica: “Meu pai era muito estrito, tínhamos-lhe muito respeito, a gente diz respeito, mas era como medo”.

Outra de 35 anos disse para nós assim: “Eu acordo às 5 e 10 am para fazer o almoço para meu marido, ele vai embora ... eu volto para a cama, às 8 faço o café da manhã para meus filhos, eles vão para a escola e fico com meu neto, ah! e arrumo a casa e fico com meu neto”.

Vale a pena assinalar que os casos de maior violência foram narrados pelas mulheres mais velhas: A mulher que falava tinha 52 anos: “perguntaram à minha mãe por que ela tinha deixado meu pai bater tanto em mim ... que por que razão ela tinha deixado ele bater assim, que uma mãe que tinha suas filhas não devia deixar bater nelas desse jeito. E ela disse, pois é o “taita”³⁰ quem agarra ela, eu não. Lá eu vou embora a trabalhar e lá fica ela. Assim que respondeu”.

Além dessa evidência, na pesquisa foram narrados quatro casos de abuso sexual nas mães adolescentes, dois deles pelos pais biológicos. Isso condensa, no quadro descrito, o abuso das relações do poder adulto e do poder filial.

É preciso chamar a atenção sobre como uma leitura mecanicista desses relatos seria imprópria, no sentido de intuir neles uma relação causal e direta entre o patriarcalismo e os comportamentos que conduzem hoje à maior ocorrência de gravidez nos adolescentes. Seria inconveniente assinalar o contexto contínuo dado pela estrutura patriarcal como determinante causal das condutas dos adolescentes, como se contextos de interação não houvessem mudado entre as gerações em contraste. Embora, o repertório todo do processo de socialização dos adolescentes tem no patriarcalismo basilar sua marca.

Pelo contrário, com recurso a outros elementos, é preciso aprofundar a configuração sistêmica que possibilita explicar as trajetórias que conduzem à gravidez desses grupos de adolescentes. É evidente que o familismo, que se explicara logo depois, e o patriarcalismo, com gênese nos processos particulares de apropriação territorial, constituem em conjunto, um dispositivo central na explicação dos condicionantes estruturais, sociais e culturais, que convergem e se atualizam nesses eventos.

³⁰ Taita: é um apelativo de pai.

5.1.3 O patriarcalismo: traços na socialização

Os condicionantes assinalados se refletem nas dinâmicas de socialização: na aprendizagem dos exemplos; nas sutis diferenças das crianças, entre meninas e meninos, vale dizer, na pedagogia difusa da vida cotidiana como assinala Bourdieu.

Isso foi observado quando inquirimos os estudantes sobre assuntos relativos à sexualidade; principalmente sobre posicionamentos relacionados com os seguintes temas:

Tabela 2 Conhecimentos e atitudes para a sexualidade de adolescentes

Afirmações	S	Em desacordo	De acordo	Não sabe
1. Uma mulher quando é mãe se realiza totalmente	M	35%	30%	35%
	F	43%	24%	33%
2. A sexualidade é mais do que a relação sexual	M	12%	72%	16%
	F	10%	62%	28%
3. É necessário usar camisinha se é possível usar a pílula de “um dia depois”	M	48%	28%	14%
	F	60%	17%	23%
4. Se não se consegue o orgasmo é impossível a mulher engravidar	M	46%	18%	36%
	F	44%	11%	45%
5. O VIH/SIDA é muito difícil de se contagiar se fazer o amor com a pessoa quem ama	M	53%	24%	23%
	F	58%	15%	27%
6. Retirar-se ao tempo (ejacular fora) evita a Gravidez	M	37%	40%	23%
	F	39%	32%	29%
7. Em uma relação sexual deve-se sempre usar Camisinha	M	15%	79%	6%
	F	11%	80%	9%
8. Desfrutar de uma relação sexual é bom	M	6%	81%	13%
	F	7%	70%	23%
9. Homens e mulheres compartilham ter os mesmos desejos sexuais	M	17%	63%	20%
	F	25%	48%	27%

Fonte: Inquérito: Condições de vida e sexualidade adolescente

Pode-se conciliar facilmente que essa lista de afirmações indaga principalmente sobre posicionamentos dos adolescentes frente a assuntos que formam parte de seu universo de significações, levando em conta que a escola e outras agências, como a família ou as relações entre pares, incorporam conteúdos significativos sobre a sexualidade. Outra consideração é que o inquérito para esse item foi respondido só pelos estudantes de nove e onze graus, meninos e meninas, das quatro escolas do estudo. Adolescentes que compartilham o mesmo mundo social, de uma origem sociocultural similar e com certeza, com experiências de vida muito próximas.

Era esperável que em alguns dos itens existisse convergência nas respostas, e um olhar global assim parece afirmá-lo. Por exemplo, no item (5) e (7) o perfil das respostas é bastante similar para meninos e meninas: que o amor não libera do contágio pelo VIH e, o conhecimento sobre o uso preventivo da camisinha é amplamente compartilhado nessa população de adolescentes.

Porém, relacionar com menor força sexo e desfrute; acreditar diferenças nos desejos sexuais de homens e mulheres; que o mundo da sexualidade relaciona-se especialmente com as trocas sexual, são apreciações mais frequentes entre as meninas, com diferenças estatísticas significativas.

Em contraponto, os meninos mostraram maior abertura para entender a sexualidade além da relação sexual, mas ao mesmo tempo, são quem consideram em maior proporção que se “retirar a tempo” (ejacular fora) protege contra a gravidez; que o uso da pílula do “dia depois” pode substituir o uso da camisinha (estariam mais dispostos a não usá-la), e por fim, que a mulher quando é mãe se realiza totalmente.

Crenças ancoram-se em sistemas de valores e conhecimentos sociais; então, o que é tomado apenas como “erro” dentro de esquemas instrucionais que impulsionam programas de saúde sexual e reprodutiva merece uma análise crítica: por exemplo, esquecer os “protocolos” de uso de anticoncepcionais; não procurar um método por “preguiça”; ou um uso pouco cuidadoso desses métodos: por exemplo, “o preservativo que falhou”, poderiam expressar outro tipo de fato, além da imperícia ou inexperiência. Esse aspecto será tratado mais adiante quando nós ocuparmos das práticas anticoncepcionais. Por enquanto, esse quadro mostra uma psicologia construída e diferenciada nos processos de socialização de homens e mulheres. Um traço do patriarcalismo, ancorado nas formas de organização familista.

Outro achado chamou também atenção: a coluna da direita de “não sabe”, quando por alguma razão quem responde não tem como posicionar-se frente à afirmação, foi sistematicamente respondida em maior proporção pelas meninas. Em assuntos relacionados com atitudes apenas declaradas sobre a sexualidade, os meninos mostram-se mais ativos. Esse fato contrastou com as oficinas feitas com eles para falar de assuntos similares. Responder em privado e em anônimo é mais cómodo para os homens do que falar em público sobre assuntos íntimos, ao contrário das meninas que falavam naquelas oficinas com mais propriedade.

Levando em conta esses comportamentos, é possível assinalar que a ausência sistemática de um posicionamento sobre vários desses temas poderia indicar entre as meninas, menor experiência deliberativa sobre esses assuntos, mesmo entre pares. O maior envolvimento e intensificação das tarefas domésticas nas adolescentes, com efeitos no enfraquecimento dos relacionamentos sociais e o menor pertencimento a grupos juvenis, como foi constatado, poderiam somar explicações para esse achado. Se uma das características atuais da sexualidade juvenil tem a ver com o papel preponderante dos pares, quanto à criação de mecanismos de regulação e oportunidades de reflexão (Barrientos Delgado, 2006), tal consideração não é cumprida ali, pelo menos com as adolescentes.

Por fim, não podia passar despercebido o fato das mulheres reclamarem um espaço maior de realização, distinto da maternidade (43% item 1), porém, quase quarta parte das meninas consultadas pensam a relação mulher/mãe como virtuosa e 33% não sabem se posicionar frente a essa questão. Esse dado primeiro é importantíssimo porque alerta sobre possíveis rupturas nos contextos de continuidade no que diz respeito ao relato patriarcal que vivenciam. Mesmo que não é possível esquivar o papel do patriarcalismo basilar na socialização daqueles meninos, também não, que existem evidências de rupturas com esse contexto. A pergunta é sobre os mecanismos que usam meninas para rejeitar essa ordem sócio-cultural e as condições para reelaborar um projeto diferenciador com relação a essa história. Esse assunto será discutido mais na frente.

Temos que relativizar também nossa análise pois precisa-se entender que nessas respostas existe um efeito normalizador do discurso da escola, o que ela fala nas chaves dos direitos sexuais e reprodutivos; semântica técnica, que também impregnou sem dúvida nosso formulário.

Em resumo, existe evidência da incidência do patriarcalismo basilar no modelamento dos processos de socialização das atuais camadas de adolescentes, mas também, da existência de mudanças que denunciam efeitos positivos de agências como a escola nessas transformações.

Se associações estatísticas entre esses conhecimentos relativos à sexualidade e as capacidades sociais, econômicas e culturais dos lares, não foram encontradas ou se mostraram pouco significativas (ver 6, Tabela A6, coeficiente de Spearman), isso significa que, como apenas obvio em comunidades não tradicionais, esses aprendizados são independentes da posição social e relativa dos lares, mas submetidos, nos processos de socialização, a toda

ordem de interferências. Ao final, refletem a sobreposição de enunciados lógicos contraditórios nos mesmos adolescentes.

De outra parte, é preciso levar em conta que existem distâncias entre os conhecimentos que as perguntas mediam e as práticas rotineiras. Esses universos são mutuamente irreduzíveis.

O achado de processos de socialização com múltiplas interferências, mas com expressão dominante do patriarcalismo, por si mesmo não apresenta novidade, mas é parte de uma constelação de elementos que, em sua inter-relação sistêmica, confere singularidade às situações de vulnerabilidade que conduzem à gravidez em adolescentes nos locais estudados. Isso que continuamos desvelando.

5.1.4 Familismo, familiarismo: ancoragem do patriarcalismo basilar.

Sustentamos que o principal mecanismo de reprodução do patriarcalismo, tem a ver com o familismo característico da população vinculada ao estudo. O familismo diz respeito a parâmetros de tipo ideológico, simbólico/cultural, normativo e funcional, de carácter intergeracional, interiorizados através de processos de socialização que dão protagonismo contínuo à família na garantia de bem-estar de seus membros (Añón, 2005, p. 103); então, refúgio, organização grupal para manter a renda e, por fim, responde a estratégias para lidar com a pobreza. O familismo diz Puyana: “...caracteriza-se por idealizar a família e sobrecarregá-la de funções, afetando a mulher, tradicionalmente concebida como seu pilar” (Puyana Villamizar, 2007, p. 264). Mas o familismo não se esgota em uma fórmula estritamente simbólica ou ideológica, ele tem correlato em tipos particulares de funcionamento social com estratégias distintas: circular os rendimentos no interior da família, prestando apoios mútuos; estabelecer formas compartilhadas de consumo para mitigar os preços dos produtos; desenvolver redes de apoio no cuidado e a gestão da vida doméstica, etc.,

Outro termo usado as vezes de forma indiferenciada é “familiarismo”, que remete à atribuição explícita ou implícita de obrigações de cuidado, segurança e proteção para a família por parte do Direito ou das políticas sociais do Estado (Moreno Mínguez, 2004 Apud Añón, 2005). Em geral, tanto o “familismo” como o “familiarismo” designam formas singulares de agir das famílias, em enquadres de encaixamento que geram suporte material e afetivo no interior do grupo por tempos muito longos.

Na pesquisa de campo indícios que salientam os dados ressaltam algumas relações na composição das famílias estudadas: 33% dos lares corresponderam ao padrão hegemônico, pais e filhos; 9% de lares reconstituídos, padrasto ou madrasta e filhos; 10% dos lares são chefiados por mães; e, por fim, 48% são famílias extensas, morando no mesmo teto – pais, irmãos, avós, tios, primos, em diferentes misturas. A presença de familiares na vizinhança era, também, muito frequente: “meus primos todos moram aqui no bairro”; “... aqui em *Pinares*, no bloco próximo mora minha irmã e minha mãe mora lá na volta” comentava uma das mães adultas. “.. minha irmã briga com a gente, ela ofendeu a meus filios, porque supostamente tinham-lhe tomado o telefone celular, ela vive lá na esquina do bloco”.

Nessa composição não tem como negar a importância do papel que estruturas parentais extensas apresentam no domínio do território e também na sobrevivência diária, em relações de ajuda e cooperação estendida; funcionamentos sociais vinculados a um “mutualismo” familiar, “naturalizado” e espontâneo, é característica dos assentamentos visitados. A história de processos de territorialização local, marcados pela fraca ou nula presença de sistemas de bem-estar e seguridade social e a prolongada pobreza intergeracional, explicam essa composição.

Esse espaço de micro solidariedade e conflito distribuem funções e gratificações para seus membros segundo convenções normativas ancoradas em valores, criando uma rede de influência que serve de sustentação afetiva e de transmissão de conhecimentos, atitudes e também de valores afins à família. Essas dinâmicas incidem em aspectos significativos da socialização do adolescente. A seguir se discutem algumas questões consideradas principais pelo seu impacto nesses processos:

- No interior da família estruturam-se formas de ensino e transmissão de conhecimentos. Nessa população é muito característica a instrução dos ofícios adultos para os adolescentes: o pedreiro, o alfaiate, a empregada em ofícios domésticos, ou negociante, carpinteiro, motorista, etc., transmitem seus conhecimentos e experiências e fornece a inserção precoce no mundo do trabalho, mecanismo que demonstra eficiência nos contextos de exclusão:

“Eu trabalhei em construção com meu avô; eu era o ajudante dele, eu tinha que fazer tudo quanto fazem os ajudantes, passar-lhe o cimento, os tijolos, assistir-lhe com a tinta. Desse trabalho meu avô me dava algum dinheiro... eu comecei aos 10 anos”. (Homem adolescente de 17 anos).

Para os adolescentes, a entrada antecipada no mundo de trabalho conduz ao pertencimento a um grupo adulto com práticas sociais e trabalhistas definidas, legitimando muitas vezes esses ofícios por conta da possibilidade de obter dinheiro e determinar tudo quanto quiser sobre ele; ou pelos compromissos afetivos que brotam da ajuda com os maiores, quando se percebe a situação do grupo familiar como difícil. Esses contatos entre gerações impulsionam continuidade dos contextos socioculturais e assigna papeis adultos neles.

Levando em conta a parcela que empregava mais de 15 horas/semana³¹ em ofícios domésticos em seus lares (25%), e a quem declararam ter experiências de trabalho, principalmente por temporadas (36%), a proporção de meninos e meninas que estão inseridos no mundo laboral, com responsabilidades e compromissos com outros, atinge aproximadamente 51%, envolvendo especialmente os maiores de 11 anos.

O interessante aqui são os tipos de trabalho exercidos pelos adolescentes. Estes não representam mudanças qualitativas muito grandes com relação aos desempenhados por seus pais ou cuidadores: 19 % trabalham em pequenas oficinas de manufatura, muitas vezes ajudando a seus pais; 16% em serviços domésticos nos negócios de comida; 10% desenvolvem atividades na construção, 5% no cuidado de crianças; 4% em artesanato, e por fim, 20% em pequenos negócios, em vendas. Outros trabalhos são de carregadores, mensageiros, serviços domésticos, etc., É claro que não se trata de uma força trabalhista qualificada, mas essa composição deve ser entendida tanto em referência às ofertas de emprego nos locais com escassa demanda qualificada, quanto nos reflexos de um *status* construído no trabalho por grupos historicamente limitados a ofícios subalternos, em uma estrutura de trabalho hierarquicamente maior e mais complexa, mexida pelas condições contemporâneas de produção.

Em resumo, trata-se de refletir sobre os papeis adultos dos jovens, mas salientando as condições de produção desses desempenhos, atravessados por urgências pecuniárias, apoios domésticos para liberar o tempo adulto e também pelo cunho dos ofícios subalternos exercidos e assumidos pelos pais como destino, mas rejeitados como futuro para seus filhotes.

³¹ De acordo com a OIT o trabalho doméstico na própria casa que superasse 15 horas/semana entra na definição de trabalho infantil.

Ou seja, a inserção precoce no mundo do trabalho não produzia preocupação nos adultos; pelo contrário, o trabalho era considerado por sua potencialidade corretora, motivo de orgulho familiar; também protetora, ao afastar os filhos do iminente perigo que a rua representa. Embora, apenas trânsito para um trabalho mais qualificado, que principalmente assegure uma vida distinta. Esse fato se concretiza na maior parte das vezes, na aspiração de conquistar um trabalho duradouro com rendimentos estáveis: “trabalho com o de lei tudo”, em um contexto de desregulação do contrato laboral e empobrecimento da segurança social.

Era frequente escutar mães falando assim: “... eu não quisera minhas filhas passassem a vida toda “esfregando o chão”; “eu quero que estude para que não tenha a vida que eu tive”. Em perspectiva, essas exclamações não têm por trás a identificação de opções certas; em muitos casos apenas fatos ilusórios; relatos que nascem entre o ser das coisas dadas e o que deveria ser.

Em termos mais técnicos, essas expectativas não se nutrem de oportunidades efetivas para ser exercidas pelos adolescentes, mas um desejo que emerge da experiência de vidas exigidas. O mais importante é a aliança familiar e intergeracional para lutar por um trabalho estável e duradouro, que não tem porque, nessas condições, pôr em questão a ordem subordinada do emprego procurado.

De outra parte, a provisão de cuidados e serviços para uma esfera doméstica muito estendida e condensada, expressão do familismo, atualizava e reproduzia formas estruturadas do patriarcalismo. Por exemplo, em entrevistas feitas com as mães das meninas ou com elas mesmas era claro que em ausência do pai, o irmão assumia os papéis do “homem da casa”:

Quem te corregia?

“Minha mãe, meus irmãos mais velhos, eles eram como os pais, meu irmão mais velho era como o pai de nós. Em vezes ele repreendia ou em vezes batia em nós; mas bem... ele era o pai de nós” (mãe de adolescente).

“Meu irmão, ele lutou comigo... ele é como meu pai” (Adolescente de 15 anos).

De outra parte, além do âmago do familismo relacionado com a imagem legitimada da mulher/ mãe- cuidadora é importante chamar à atenção para a conformação de uma vida cotidiana “impregnada” e sobrecarregada de um *ethos* doméstico farto de compromissos filiais, que demanda os “braços” das meninas e meninos para resolver desafios colocados pelas limitadas condições de vida e a ausência de sistemas eficientes de assistência social.

Meninas e meninos cuidam de irmãos menores; mães adultas se encarregam de pegar sobrinhos de tarde à espera da noite e da chegada da mãe; tias que batem papo em falas incessantes sobre a vida doméstica, etc. Por isso que a distribuição sexual das tarefas dos lares envolve tanto meninos quanto meninas em porcentagem relativamente altas: 84% das meninas declaram fazer tarefas domésticas no dia a dia, enquanto que 76% dos meninos compartilham essas mesmas responsabilidades. Porém, as demandas mais intensas recaem nas meninas: 19% dedicavam-se à tarefas domésticas entre 10 e 15 horas/semana e 17% mais de 15 horas/semana, o que significa que desempenham um papel de trabalhadoras nas suas casas; enquanto os meninos, 12% faziam tarefas domésticas entre 10 e 15 horas/semana e, apenas 8% empregavam nessas tarefas mais de 15 horas/semana. Essas diferenças são estatisticamente significativas.

Esse tipo de trabalho infantil passa geralmente inadvertido, tem profundo arraigamento e, por fim, é naturalizado de forma a ser incorporado como distintivo no próprio corpo: meninas que não trabalham levam em geral as mãos cuidadas; esmaltadas e unhas alongadas. Esse dado, que em aparência é acessório, salienta os efeitos do trabalho na vida adolescente, não simplesmente que responsabilidades domésticas conduzem à vida adulta, senão que esse ingresso é já excludente, a partir da mesma forma de reproduzir o corpo.

Além desse dado, chama a atenção que as distâncias aritméticas nesses dados salientam valores, normas e funcionamentos sociais ligados ao familismo.

O mais significativo da inserção dos adolescentes no mundo do trabalho, incluído o doméstico, tem a ver com a afetação na realização de direitos. A pesquisa não indagou sobre esses efeitos diretamente, mas perguntou sobre se trabalhar tinha atrapalhado a vida escolar /social, no último ano: 27% dos que trabalham disseram ter omitido assistir à escola ou cumprir com deveres escolares; 28% deixaram de compartilhar eventos importantes da família; e por fim, 40% viram-se afetados nos

encontros de lazer com as amigas. É evidente que a inserção no trabalho tem incidência em vários aspectos da vida, em aspectos significativos relacionados às trajetórias de vida, incluído a entrada precoce na vida adulta por vários dos circuitos comentados.

O familismo torna mais densa e concentra demandas do mundo doméstico que compromete os adolescentes, quando sistemas de assistência social são fracos ou pouco eficazes e, existe, além disso, precariedade no trabalho e desemprego (11,7% de desemprego nas chefiadas do lar da população do estudo). Uma das constantes encontradas no trabalho de campo tem a ver com as extensas disponibilidades horárias envolvidas nos trabalhos dos adultos consultados. Uma mulher que trabalha em ofícios domésticos em casa de terceiros pode sair às 05h 30min da manhã e voltar para a casa sobre as 19 ou 20 horas. Quase 5 horas pode empregar em seu deslocamento de ida e volta pela Cidade³². No inquérito, 62% dos adolescentes asseguraram que os adultos do lar permaneciam a maior parte do tempo fora trabalhando, durante a semana.

Quatro assuntos merecem ser esclarecidos: i. o carácter amortecedor do familismo frente à exclusão social permite aos indivíduos atender contingências e desafios, mesmo que em condições precárias, quando o absentismo do Estado e a precarização econômica andam de mãos dadas.

Embora, previsões domésticas e a solidariedade familista reservam-se posições subordinadas para as mulheres, reforçadas pelas políticas sociais familiaristas, como se discutirá mais na frente. ii. Parafraseando Elias, o grupo familiar, no caso do familismo, aparece como uma unidade de sobrevivência primordial e indispensável para os indivíduos (Elias, 1994, p. 168), fato biológico acentuado na ausência de outros suportes sociais, que se espera operem ao longo da existência, fornecendo condições para o exercício da autonomia e da independência. Embora, isso não autoriza chamar esses grupos de tradicionais. Essa categoria apaga elementos muito complexos que podem ser descritos só a partir de conceitos híbridos, diante da ausência de ferramentas teóricas mais adequadas. Mesmo que os adolescentes vivenciem expressões do familismo e do patriarcalismo muito

³² Um Relatório de 2013 indicava Bogotá ter o tempo médio de viagem mais alto entre 15 das cidades Latino-americanas com maior desenvolvimento socioeconômico. Se para esse mesmo ano em Rio de Janeiro o deslocamento médio era de 50 minutos em Bogotá foi de 72 minutos (Galvis, 2013, p. 44).

basilares, suas existências estão projetadas para cenários de interação variados e obstinadamente móveis, traço perfeitamente moderno. iii. Tomar essas configurações apenas como manifestações da cultura ofusca os processos sócio-históricos de exclusão e segregação social que ajudaram sua cristalização; esses aspectos são importantes na hora de compreender os mecanismos de sua reprodução e mudança, mas também, indispensáveis na hora dos posicionamentos éticos e políticos que essas situações exigem. Se existem boas razões para rejeitar qualquer economicismo pelas suas consequências deterministas, isso não equivale a esquecer a economia como força modeladora da estrutura social, sempre que se entenda o jogo: além dos aspectos materiais, múltiplas forças de diferentes ordens estão comprometidas na descrição econômica, em que indivíduos também participam. iv. Apresentar o familismo como uma fonte do patriarcalismo não deve levar a uma leitura casualista. O repertório utilizado pelo patriarcalismo para se reproduzir é amplo e complexo e uma análise desse tipo está além de nossas possibilidades e da pertinência neste texto. Porém, essa vertente analítica é útil por desafiar certas correntes feministas ancoradas em um racionalismo voluntarista, em vezes presente nos desenhos de intervenção para jovens.

Em resumo, o familismo intensifica o uso da força adolescente, incide nos processos de socialização criando pontes para a vida adulta e, por fim, atualiza e reproduz o patriarcalismo, enquanto institui um lugar subordinado para a mulher, fornece a imagem de mãe cuidadora, concentrando e adensando a esfera doméstica. É importante prevenir uma vez mais a tentativa de procurar relações causais entre esses fatos e a ocorrência da gravidez adolescente. Esse determinismo apagaria elementos importantes para a compreensão das trajetórias que conduzem para esse evento relacionadas com suas interações singulares. Porém, isso não limita a possibilidade de entender os aspectos descritos como condicionantes da socialização adolescente e, portanto, partícipes da construção das suas identidades sociais e sexuais e como contexto que delimita os repertórios de ação dos indivíduos.

Uma das constantes na literatura sobre a família e o patriarcalismo diz respeito ao irreversível e contínuo enfraquecimento do patriarcalismo nas sociedades contemporâneas, principalmente pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho e a diversificação das fontes de renda da família. O patriarcalismo familiar entendido como o domínio da autoridade masculina sobre os outros membros está em crise, segundo essas narrativas (Castells, 2001). Essa mudança é paralela às novas configurações familiares.

Na Colômbia, por exemplo, o Inquérito Nacional de Demografia e Saúde de 2010 mostra essas tendências emergentes: um incremento de famílias chefiadas por mulheres, dinâmica reconhecida a partir de 1995; portanto, decréscimo das famílias constituídas pelos dois pais e os filhos, enquanto famílias extensas têm comportamento estável na última década (ENDS, Profamilia, 2010, pp. 41-42 Cap. III). O mosaico acima apresentado por nosso grupo de referência não difere dessa descrição.

Apesar de essas comparações poderem ser rejeitadas – não se utilizou na pesquisa uma amostra probabilística- esse recorte desvela que existem estratégias de integração familiar principalmente para resolver problemas de subsistência e servir de suporte afetivo para os indivíduos. Uma prática frequente é dividir a casa ou parte dela para a moradia de filhos adultos e sua nova família, ou para alugar. Em qualquer caso acordos contratuais implicam transferência internas de recursos econômicos; de filhos para pais ou para os avós: estratégia amortecedora em economias frágeis.

Um diagnóstico institucional de 2011 mostrava para essa Localidade que as casas com coabitação – com mais de um lar – aumentou duas vezes em quatro anos à custa da redução dos lares convencionais de pais e filhos (Secretaría del Habitat, 2011, p. 8).

As mudanças na configuração familiar são dadas principalmente pela presença de lares chefiados por mulheres. Os lares mono-parentais naqueles locais pareceram caminhar ao mesmo ritmo das tendências gerais registradas no inquérito nacional de 2010 (em 2011, o Inquérito de Demografia e Saúde para Bogotá revelou que em San Cristóbal, 35% dos lares eram chefiados por mulheres) (EDDS, Profamilia, 2011). Outros arranjos familiares com acento na individualização social, tão frequentes na contemporaneidade hegemônica, não foram reportados para a Localidade nesse estudo, e também não no levantamento feito por nós. Um dado expressivo aqui é a presença de lares com padrasto ou madrasta, que chega a 9% na população envolvida no estudo; fato que poderia estar exprimindo uma tendência importante à recomposição familiar, mas com escassa evidência de ensambles do tipo “seus próprios filhos, os meus e os nossos”.

Levando em conta as condições encontradas naqueles locais é difícil levantar um discurso sobre o enfraquecimento do patriarcalismo. Por exemplo, em alguns casos a mulher é provedora mais estável do que o marido. Ela atinge ingressos contínuos pelo serviço doméstico, enquanto que o esposo depende de trabalhos que têm comportamentos cíclicos ligados algumas vezes à construção, às vendas temporárias ou a trabalhos encomendados em pequenas oficinas manufatureiras. Apesar disso, a chefatura do lar não é questionada. O

familismo fundamenta-se em funcionamentos sociais específicos, mas também, em traços culturais e ideológicos, colocando à mulher em lugar subalterno. A figura do homem joga papel fundante na ordem social estabelecida, mesmo que sitiada pelas mudanças globais e locais que afetam o território. Porém, a política social do Estado e o sistema jurídico pareceriam dar-lhe a mão.

- Os efeitos do familismo

A partir dos anos de 1980, a ação focalizada da política social do Estado Neoliberal desenvolveu distintos mecanismos de inserção na esfera doméstica, em alguns casos delegando funções nas comunidades e famílias. Na Colômbia, o Programa Mães Comunitárias, fundado há 30 anos, ainda com ampla presença e vigor nos territórios estudados, recuperou para o Estado formas tradicionais de solidariedade entre famílias para o cuidado das crianças em setores populares. Uma mãe da comunidade é especializada e com apoio de orçamentos estatais recebe certa quantidade de crianças em sua casa para o cuidado, enquanto seus pais vão para o trabalho.

Uma narrativa dupla é oferecida desde seu início: a partir de um olhar filantrópico que reivindica o esforço feminino, a abnegação e o sentido comunitário dos setores populares, ao mesmo tempo enquadra as mulheres como cuidadoras. Isso reclama certo papel heroico para elas, que só conseguiram benefícios de uma segurança social recortada, até o ano passado, 2014.

O outro olhar, enfeitado em fazer causa social, reivindica o papel mobilizador dessas mães, em tentativas de superar o estado de coisas e ampliar a esfera de suas reivindicações. Na origem desse Programa, que pelo impacto merece esta referência, se reproduz o fato da mulher ser reconhecida principalmente pelos aportes no cuidado de crianças.

Mais do que uma denúncia interessa a orientação da política social e suas implicações. Em relação com a criança dos filhotes, o Estado mantém um discurso sexuado sobre essas responsabilidades, mesmo que em sua arquitetura institucional impulse a imparcialidade normativa, ou seja, reconhece aos cidadãos com igualdade de direitos e deveres. Essa a orientação que reforça o familismo e o patriarcalismo.

Merece especial atenção os sistemas atuais de transferência de renda com condicionalidades, estratégia dos programas de luta contra a pobreza. Esses programas de cunho neoliberal são paradigma da política social em vários países da América Latina,

aplicados tanto por governos de esquerda como de direita. Eles consistem em transferir renda diretamente para as famílias com a condição de cumprirem com algumas obrigações relacionadas à assistência escolar, nutrição, vacinação, etc. Na Colômbia esse Programa chama “*Familias en Acción*” e depende da Presidência da República, porém o modelo é reproduzido por governos locais, estendido a programas de subsídio de transporte escolar, como exemplo entre vários outros. As características principais desse modelo de subsídio são as seguintes: i. são dirigidos para a população mais pobre. ii. se orientam principalmente para a mãe, que se encarrega de distribuir os benefícios no interior da família e também de responder pelos cumprimentos de metas. iii. o montante transferido não tem um significado estrutural para a transformação das condições de vida das famílias, talvez seu efeito mais importante se deva à continuidade do subsídio e sua destinação específica, o que faz diferença em economias domésticas instáveis. Críticos assinalam que esses modelos de atenção familiar são reprodutores das desigualdades, especialmente relativas ao gênero, pois o Estado tem como orientação sistemática de ação eleger a mulher como centro da gestão do bem-estar familiar (Penati Ferreira, 2014).

Na população vinculada à pesquisa, 20,1% reportou algum tipo de ajuda do governo nacional ou da Cidade, e uma parcela importante corresponde a esse tipo de subsídios. A pertinência dessa informação é a orientação sistemática da ação do Estado, que pauta à mulher como centro da gestão familiar do bem-estar, com efeitos moldadores naqueles territórios, o que reclama atenção³³.

As políticas sociais mais genéricas obviamente incidem nas políticas especificamente norteadas para as adolescentes. Uma incongruência evidente emerge: as políticas de saúde sexual e reprodutiva desenvolvidas pelas instituições do Estado mantêm no discurso um alto compromisso com temas relativos à autoestima das adolescentes e, ao mesmo tempo, com a visão liberal individual do exercício da sexualidade, materializada na tomada de decisões responsáveis e livres, com ênfase no chamado empoderamento de gênero. Esse conteúdo, característica dos programas desenvolvidos pelo setor da saúde e educativo, muda quando o alvo é a mãe adolescente. O discurso do Estado pode variar, em pouco tempo, do

³³ Apesar dos prognósticos que prenunciavam o enfraquecimento do papel do Estado em favor do avigoreamento do mercado, a agência do Estado segue ocupando, por ação ou abstinência, lugar principal na configuração política contemporânea, mas isso é especialmente certo em espaços caracterizados pela exclusão e marginalização.

reconhecimento da adolescente como sujeito (a?) de direitos até um discurso empenhado apenas em melhorias nas suas habilidades maternas, além nas de saberem evitar novas gestações:

“... que tipo de oficinas recebe agora?.....isso é como pá saber, é dizer se o bebê fica doente como lidar com ele... como oficinas de mãe. Que como posso dar-lhe a leite ao bebê, que como devo pegar ele, que como deve tomar o banho...” (Mãe Adolescente, 15 anos).

“eu foi aos controles todos, mas, além disso, faziam-nos umas oficinas para saber como banhar e pôr a fralda, tudo isso...” (Mãe adolescente, 16 anos).

Em síntese, o característico familiarismo programático da política social e o familismo pragmático cristalizado nos processos históricos de territorialização, explicam expressões muito basilares do patriarcalismo encontrado. Mas essa categoria de patriarcalismo basilar demanda um enquadramento analítico particular.

O que é o patriarcalismo basilar? Trata-se simplesmente de um tipo de patriarcalismo de maior intensidade? Segundo que parâmetro?

O que pode ser chamado aqui de Patriarcalismo Basilar se refere a discursos e posicionamentos legitimadores desse patriarcalismo que acompanha práticas cotidianas. Em outros termos, a estreita conjunção entre condicionantes socioculturais afins à organização patriarcal e as práticas que o reproduzem, é o que toma esse nome. Discurso e ação conformam uma unidade indissolúvel. Como assinalam Femenías e Soza Rossi (2009), na época atual se vivencia uma transformação da equação: “homem: mulher: superior-inferior” para a equação “situação do homem: situação da mulher: superior-inferior” (Femenías, 2009). Diferentes combinações nessa última equação são introduzidas por transformações culturais e do mundo do trabalho, criando tensões ainda sem solução nas relações do patriarcalismo tradicional. As autoras, paradoxalmente, constatarem exacerbação das violências de gênero produto dessas tensões manifestas em sociedades em transição. Essa é a tese central de seu argumento.

Usando os referenciais teóricos do capítulo III, pode-se afirmar que mudanças nas interações socioculturais produto das transformações em diferentes esferas sociais e não simplesmente no campo específico da sexualidade, criam uma defasagem entre princípios

legitimadores do patriarcalismo e as práticas cotidianas (García de León Alvarez, 2009). Esse é o âmago da transição contemporânea.

Porém, a legitimação de princípios patriarcais acompanha práticas rotineiras naqueles locais: a isso chamamos patriarcalismo basilar.

Esse patriarcalismo se reproduz principalmente nas interdependências funcionais das famílias e é revigorado por esquemas atuais de aplicação da política social, focalizada, assistencialista e de intervenção na esfera privada familiar, como foi discutido. Essas mudanças fazem com que expressões patriarcais adotem sutis adequações e procurem outros repertórios para se manifestar.

Aliás, outros dados dão suporte para a tese do patriarcalismo basilar: i. em *San Cristóbal* em 2013, taxas de violências intrafamiliares contra a mulher por 100.000 habitantes superavam em 32% à taxa média da Cidade, segundo informações ministradas pela SPDC. ii. Um Relatório da Secretaria Distrital da Mulher - SDM (2014), assinala *San Cristóbal* como a quinta localidade (entre vinte) com mais assassinatos de mulheres na Cidade (SDM, 2014) iii. Segundo o inquérito já citado de 2011, 83% das mulheres tinham afirmado que o marido exercia algum tipo de controle sobre elas, 41% disse ter recebido maltrato físico e 13% tinha sido vítima de violência sexual por seu parceiro ou esposo (EDDS, Profamilia, 2011).

Outra aproximação também ajuda a completar esse quadro. A Diretora da “Casa de Igualdad de Oportunidades para las Mujeres-CIOM”³⁴ de *San Cristóbal*, pessoa que tem vários anos de trabalho na Localidade e contato permanente com problemáticas da mulher, nos disse em entrevista:

“...o patriarcalismo se reproduz porque as formas de relacionamento entre homens e mulheres não tem mudança, sim. É o homem quem leva a iniciativa, assim ele não trabalha. Parecera como se a mulher trabalha e faz entregue do salario para o cavalheiro e ele quem decide o que se faz: se ela pode sair ou não, e até a hora que trabalha...”. (Funcionária do CIOM).

Além da credibilidade que merecia nossa interlocutora, uma das questões que emergiam na pesquisa com essas afirmações é se seriam apenas um estereotipo condensado na prática da diretora? (o uso da palavra cavalheiro nesse contexto linguístico instigava- nos);

³⁴ As “Casas de Igualdad de Oportunidades para las Mujeres”, corresponde a uma estratégia da “Secretaria Distrital de la Mujer”, inspirada na necessidade de oferecer apoios de assistência jurídica, prevenção da violência, promoção dos direitos das mulheres e fortalecimento de suas organizações.

talvez um fato aleatório introduzido pela nossa presença? Ou seria um viés inevitável pelo tipo de contatos que procurávamos.

Outros achados fizeram com que tomássemos a sério essa declaração, quer dizer, ao examinarmos cuidadosamente em um contexto crítico, pudemos identificá-la como esquema perceptual eficiente para explicar certo tipo de relações características entre homens e mulheres naqueles locais.

O modelo perceptual é o seguinte: A entrega do produto de seu trabalho, simbolizado no dinheiro, expressa a alienação da mulher; é o homem quem decide, controla e tem a iniciativa. Esse esquema parece brusco e simples demais, mas é uma boa síntese de distintas situações encontradas: mães adolescentes que sistematicamente são esperadas na saída da escola por seus parceiros, os quais a pegam como se fossem crianças; parceiros que batem na mãe adolescente, mesmo no período da gravidez; adolescentes que sistematicamente guardam segredo sobre a falta do parceiro para a mãe adulta não descobrir; dúvidas que acompanham a adolescente em seu o primeiro relacionamento sexual: “... será um relacionamento sério? durador? ou simplesmente ele quer tirar partido de mim?”; uma menina encena, quase que espontaneamente, o ciúme em uma das oficinas: pede a seu “noivo” para a autorizar dançar com outro menino; em outra um rapaz saca uma “faca” para “vingar” a ofensa feita por outro rapaz dançar com sua noiva. Além disso, em uma entrevista uma mãe adolescente de 16 anos fala assim: “ele sente ciúme porque me ama e me quer muito. Se ele me vê falando com um menino, quase criança, e ele sente ciúme, então eu falo para ele, porque você com tanto ciúme e ele fala para mim assim: é porque eu quero a você...”.

A pesar disso, na linguagem pública essas expressões se apresentam estranhas e alheias. Nas salas de aula, por exemplo, se argumenta; se fala com correção: Aparece a linguagem “especializada”, em boca dos meninos: “o ciúme é insegurança; falta de autoestima”; mas de quando em vez irrompe uma expressão que nesse contexto apresenta-se curiosa: “o ciúme dá por reclamar o que pertence...” e por aí vai.

Por fim, o patriarcalismo basilar denunciado deve ser reconhecido também como expressão sociopolítica que cristaliza em seu seio, ainda que não exclusivamente, processos longos de exclusão social e marginalização. Esta tese é polêmica porque supostamente conteria uma visão econômica determinista e estigmatizante. Mas não é bem assim.

Três razões ajudam a enfrentar essa discussão: i. é preciso assinalar que esse enunciado não implica a existência de relações causais, nem de relações genealógicas (ancestral/descendente) entre os aspectos considerados; trata-se de processos de tempo-espaço possíveis de diferenciar e especificar, que convergem e se inter-relacionam em condições específicas como as discutidas até aqui. ii. mediações empíricas reconhecem a natureza material e simbólica dos elementos implicados. Por exemplo, funcionamentos sociais ligados à sobrevivência têm alicerce tanto em aspectos materiais quanto simbólicos e emocionais. Qualquer funcionamento na vida dos seres humanos seria impossível sem essa conjunção. A dificuldade é que os termos, tanto em sua origem, quanto nos contextos de uso, reproduzem a dicotomia cultura/natureza; material/simbólico, etc., iii. a noção de exclusão social atinge todos os “componentes” do chamado “desenvolvimento humano”, ou seja, considera distintas esferas da vida humana e social (Desenvolvimento-ONU., 2014). O uso dessa noção precisa então especificar: exclusão de que; e exclusão por quem. Por exemplo, no contexto desta elaboração, a capacidade cultural é medida de forma restrita, com variáveis que se relacionam principalmente com a inserção no mundo urbano, vinculadas ao consumo cultural letrado, à vinculação à cultura escolar, por considerar significativo esse traço, na ligação dos povoadores com a Cidade. Exclusão dessas capacidades cria desvantagens na iteração urbana. Porém, isso não poderia significar o desprezo pela riqueza contida nos saberes populares, embora uma das características da modernização é hierarquizar violentamente todos os saberes.

Por sua vez, a marginalização compreende o acesso diferencial da população aos bens e serviços e principalmente em um sentido espacial (Cortes, 2006, p. 75). A importância dada aqui se refere aos efeitos na cadeia das realizações dos habitantes.

5.1.5 Segregação espacial e exclusão: homogeneização sociocultural como destino

Em vários aspectos a Cidade de Bogotá é segregacionista do ponto de vista social e espacial. Meninos ricos não estudam com meninos pobres; 55% das clínicas e hospitais ficam nas partes mais prósperas da Cidade; é uma das cidades mais desiguais do país do ponto de vista da renda, apesar de concentrar 24% do PIB do país e contar com um robusto sistema de assistência social, mesmo que com esquemas universalizados de subsídio em serviços públicos, em especial orientados para os estratos 1 e 2; serviços que alcançam quase 100% da população. Essa desigualdade é também geográfica: a parte mais próspera e, ao

mesmo tempo menos habitada, fica na parte nordeste da Cidade; a mais pobre e com maior quantidade de habitantes, ao sudeste e sudoeste (Galvis, 2013).

O norte rico procura se separar geográfica e socialmente dos pobres, mas os pobres, colocados principalmente na parte sul, saturam o espaço geográfico até se “infiltrarem” nos territórios ocupados ou desejados pelas classes médias e mais ricas. Essa tensão afeta uma das principais reservas ambientais da Cidade, localizada na faixa Este da Cidade e motiva hoje de uma forte disputa jurídica entre agentes privados e a Prefeitura da Cidade (El Tiempo, 2015b).

Isso demonstra como a segregação é dinâmica e permanentemente atualizada; alojada em lógicas de medo e de repulsa ao contato com o estranho e diferente - traço antropológico muito profundo-; ancorada nas estruturas de classe; fornecida e potenciada pelo mercado e a política, mas também validada por olhares preconceituosos que separam o lugar ruim do lugar bom, o espaço violento do espaço controlado: enfim, separação de malandragem e nobreza. Um programa cognitivo e valorativo de exclusão cujos produtos estão concebidos com antecipação: os preconceitos de classe ancorados em preconceitos próprios da sociedade colonial de castas.

Apesar de esse quadro ser uma convenção compartilhada pelas cidades Latino-Americanas, é preciso renunciar às imagens geralmente convocadas por essas configurações sócio-espaciais para evitar respostas evidentes e óbvias. Trata-se de encontrar elos singulares que explicam, em cada caso, a produção desse quadro. Em outros termos, seria equivocado tanto recusar a existência de processos sócio-históricos de impacto global que moldam os territórios, quanto minimizar os efeitos das agências particulares que ali operam, como se essas histórias todas fossem uma resultante única, que caprichosamente caminha para se dissolver em um campo maior de forças dado pela globalização.

A questão não se reduz simplesmente à potência da lente utilizada, mas à situação de um observador situado.

San Cristóbal como já foi indicado, fica ao sudeste da Cidade e concentra a quarta maior proporção de pobres da Cidade. Usando o índice de Gini³⁵ por localidades, que mede o nível de desigualdade no interior de cada uma delas, no caso por ingresso dos habitantes,

³⁵ O uso desse índice para explicar a segregação espacial por Localidades na Cidade implica que em quanto mais próximo a (0), maior é esse fenômeno, porque mais homogênea é a população, vale dizer, a diferença entre as pessoas que habitam o território é menor com relação às características medidas.

San Cristóbal apresenta um valor de 0,37, ou seja, a população é homoganeamente pobre e similar, também, em outros aspectos significativos da vida social.

Esse dado condensa uma história de segregação que precisa ser esclarecida: existem na literatura diferentes definições para o termo “segregação: i. “a segregação no espaço se apresenta quando existe baixa mistura de lares em condições distintas, de acordo com um critério escolhido (qualidade de vida, renda, etc) (Secretaría Distrital de Planeación, 2013, p.

17)”. ii. “existe segregação se, em uma unidade territorial escolhida, a variância entre níveis socioeconômicos é pequena” (González, 2007 Apud Jiménez, Op Cit. 2014). Menores diferenças sociais no espaço geográfico estimula maior segregação. iii. a segregação urbana diz respeito a processos sócio-históricos que conformam áreas socialmente homogêneas (Sabatini, 2001).

As definições citadas descrevem o processo de segregação, mas não o explica. Em outra linha argumentativa, Villaça (2011) afirma que a segregação só pode ser entendida se for articulada à compreensão da desigualdade. Para esse autor, a dominação social econômica, política e ideológica explica a dinâmica de segregação urbana e não as simples preferências individuais (como o resultado de cada qual desejar habitar em determinado lugar) (Villaça, 2011). Nessa mesma perspectiva, Castells definiu a segregação espacial como: “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença, mas de hierarquia” (Castells, 1996 apud Linares, 2007).

A perspectiva iluminada por estes últimos autores permite reconhecer que formas de segregação espacial podem se apresentar ou se conformar, segundo a experiência empírica, tanto em grupos de alta renda sem exclusão social, ou em grupos excluídos e com ausência de oportunidades ou de oportunidades igualitárias, se comparados com outros grupos.

Esse processo é que interessa aqui: a conformação social que relaciona exclusão e homogeneidade interna dos grupos. A homogeneização espacial manifesta-se no âmbito socioeconômico, mas também em traços culturais, com implicação nos processos de socialização relacionados com a reprodução sistemática de determinadas práticas norteadas por princípios geradores característicos (*habitus*).

Segundo Bourdieu, pode-se reconhecer na capacidade de produzir essas práticas e na capacidade de representá-las, diferenciá-las e apreciá-las, as coordenadas que definem

estilos de vida característicos (Bourdieu, 2012b, p. 200). Portanto, estilos de namoro, estilos de relação dos adolescentes, entre homens e mulheres, com o mundo da escola, etc., são expressões que portam traços sócio-espaciais.

Em resumo, a segregação espacial é um fato social inter-relacionado, produto de estruturas e agências complexas, que atuam no sentido de separar, não para diferenciar, mas para discriminar por motivos geralmente ideológicos, com efeitos deletérios para a qualidade de vida e a construção de cultura cívica e política, tanto dos excluídos quanto dos excludentes.

Para compreender a incidência dessa homogeneização sociocultural no “entorno” de socialização dos adolescentes é preciso que nos concentremos nos grupos de referência, ou seja, os lares dos adolescentes que responderam ao inquérito (1584 adolescentes). A ênfase será dada às principais ocupações declaradas sobre as chefias dos lares, os níveis de formação dos pais e, por último, as capacidades sociais, econômicas e culturais medidas segundo os atributos apresentados no Capítulo II. Isso porque correspondem a dimensões que condicionam expectativas, atitudes e representações de mundo e incidem na construção de *estilos particulares de vida* (formas de andar pelo mundo?).

- **Trabalho (ocupação): suporte privilegiado de inscrição social**

A ocupação ou o trabalho não é simplesmente um atributo técnico ligado á estrutura produtiva. Ela representa, condiciona e garante a inscrição na estrutura social, como já comentado (Ver Robert Castel, 2001). Na Tabela mais em abaixo, estão listadas as principais ocupações desempenhadas pelos chefes dos lares dos adolescentes.

Além da variedade de atributos técnicos intrínsecos, essa lista representa a cristalização de ofícios subordinados no território, alguns precários e informais. O comum denominador dessa condensação localizada de ofícios, heterogêneos em cada uma de suas particularidades, é o carácter de subordinação que carrega; as atitudes que esse carácter reproduz uma e outra vez, representações que geram orgulho pelo ofício: “o trabalho honra”, mas também, visões de assimetria com os outros, que moram lá, “em baixo”, na “Cidade”.

Tabela 3 Ocupação da chefiada do lar

Tipos de trabalhos ou Ofícios	%
Trabalha em empresa privada (técnica, manutenção, mensagens, etc.)	18%
Trabalha em tarefas domésticas fora da casa	14%
Obras em construção	10%
Tem oficina e trabalha na casa (costureira, mecânica, artesanato)	9%
Trabalha como vigilante	7%
Trabalha em forma independente	7%
Motorista	7%
Faz ofícios na própria casa	6%
Ele está desempregado (o) e, embora tenha procurado, não encontra trabalho	5%
Serve em estabelecimento público (cafeteria, etc.)	5%
Vendas na rua o uma praça	4%
Trabalha com o governo	3%
Trabalha como operário (a) em uma fábrica	3%
Trabalha em um salão de beleza	2%

Fonte: Inquérito: Condições de vida e sexualidade adolescente

Sim dúvida, um “eu” que se funde em um “nós”, diferenciado e segmentado, não só pela composição geográfica, mas pelas configurações sociais do ofício, aspecto determinante da condição humana (Arendt, 2001).

Esse quadro tem seu correlato nos níveis de formação atingidos pelos pais dos adolescentes. Chama à atenção a semelhança das silhuetas projetadas desses dados (Tabelas.4 e 5), se houvéssimos preferido apresentar os dados em pirâmides. As diferenças são mínimas em favor das mães.

Tabela 4 Nível Educativo da Mãe

Nível educativo	%
Estudos universitários completos	4,0%
Alguns anos de Faculdade	2,10%
Estudos técnicos ou tecnológicos	8,50%
Terminou o ensino médio	29,0%
Alguns anos do ensino médio	28,0%
Terminou o primário	15,0%
Alguns anos do primário	12,0%
Não estudou	1,3%
Total	100,0%

Fonte: Inquérito: Condições de vida e sexualidade adolescente

Porém, o mais importante nessa tabela é reconhecer uma construção social que fica por detrás e que responde a um sistema de hierarquias maior - que logicamente envolve a conformação dos ofícios -, e fecha possibilidades de formação nos níveis mais altos.

Tabela 5 Nível Educativo do Pai

Nível educativo	%
Estudos universitários completos	4,2%
Alguns anos de Faculdade	3,0%
Estudos técnicos ou tecnológicos	7,0%
Terminou o ensino médio	27,9%
Alguns anos do ensino médio	26,0%
Terminou primário	16,5%
Alguns anos do primário	13,8%
Não estudou	1,6%
Total	100,0%

Fonte: Inquérito: Condições de vida e sexualidade adolescente

Sempre será difícil conciliar os argumentos que explicam essa composição; por exemplo, perspectivas analíticas inspiradas nas teorias do Capital Humano referem-se à fraca atitude dos pobres para investir em educação para os filhos. No âmago dos subsídios com condições, como vimos, essa conjectura está colocada. Apesar disso, a resposta a essa crua generalização pode ser dada por considerações mais elaboradas em relação às trajetórias de mobilidade social, nas quais se misturam aspectos econômicos, de suporte social e também aspectos culturais (Del Valle, 2009).

Um fato importante é que na população envolvida no estudo, os pais mais velhos (41 a 61 anos) tendem a se concentrar no top do nível primário ou mais em baixo: quase 25% mais presentes nesse nível do que pessoas das mesmas idades em níveis superiores, quem aparecem com titulação ou desempenho no ensino médio.

O que se apresenta mais útil do ponto de vista explicativo diz respeito às titulações (a ordem certificada pelo sistema escolar). Esse é um tema amplamente discutido por Bourdieu com relação ao Capital Cultural. Para esse autor, os efeitos da titulação se referem não apenas a um *status* positivo (enobrecimento) ou negativo (estigmatização), mas à predisposição socialmente constituída (obrigação) de responder pelos *status* mais elevados. Em palavras do autor quem não detém certificações acadêmicas está submetido a “ser o que ele faz... como executante de uma função” (Bourdieu, 2012b, p. 27). Ou seja, submetido a valorar e dar destaque aos conhecimentos adquiridos na prática; na experiência de vida.

Constata-se que de uma perspectiva intergeracional, em grupos excluídos, a luta pelo *status*³⁶ e pela titulação adquire sentido próprio, não de quem o detenha e possua, mas de quem precisa possuí-lo para resolver tanto problemas da subsistência com rápida inserção ao trabalho, quanto pelas expectativas postas na titulação como mecanismo que assegure evitar a exclusão para a próxima geração. Isso não aprimora as relações com o conhecimento acadêmico, não abre a porta de entrada para, em termos de Bourdieu, se inserir na chamada alta cultura, mas alicerça de um compromisso moral entre gerações, simbolizado na titulação, mas também expresso em outros âmbitos da vida. Isso que explica porque 80% dos adolescentes declararam que a principal razão para estudar é porque sentem compromisso moral com a mãe e os irmãos.

Em outras palavras, a estrutura educativa apresentada pelas camadas adultas é berço de um sistema de valores sobre o ensino, mediada pela titulação; pelo sentido prático do que é necessário apenas atingir para satisfazer demandas de qualificação do mercado do trabalho incerto: “até para varrer o lixo precisa-se hoje em dia de título de ensino médio”. Relação imediata, e até certo ponto instrumental, com a escola e sua promessa de *status*, em equilíbrios muito fracos, que podem levar ao abandono escolar; à preferência pelo trabalho sobre a escola, etc., Essa frágil aliança navega nas inseguras águas de lares inseridos de maneira precária nos circuitos de produção e consumo.

Várias das adolescentes grávidas entrevistadas se propunham a trocar a escola formal pública pelos modelos de validação mais rápidos, à noite e perto da casa, com a urgência de se titular; muitas vezes em instituições privadas de pouca qualificação, mas com a facilidade de acreditação acadêmica.

O desafio da escola naqueles locais é desdobrar mecanismos para facilitar a permanência dos adolescentes na escola. O inquérito mostrou, por exemplo, que o conhecimento sobre a existência de apoios oferecidos pela escola a estudantes grávidas é amplamente socializado (80%) e aceito por essa população³⁷.

³⁶ Na perspectiva do *status* usada há afastamento do universo analítico de Bourdieu, no sentido de reinterpretar seu conceito, ligado à luta dos indivíduos por valorizar os próprios estilos de vida. No caso o, o *status* diz respeito a uma luta, não por valorizar e garantir uma composição particular de capital, pelo menos no imediato, mas na procura de atingir outro estilo de vida possível.

³⁷ Alguns intuem nessas constatações causalidades impróprias, para explicar a gravidez nesses locais, como também, à existência de apoios alimentares oferecidos pelo governo da Cidade para essas camadas. Um juízo de base empírica permite assegurar que muitas meninas entrevistadas só tiveram conhecimento sobre a existência desses apoios, meses depois do nascimento de seu bebê; esse mundo da mulher-mãe só aparece como significativo e cognoscível na radicalidade da mutação adolescente-mulher-mãe. O juízo teórico tem a ver com crítica da conjectura da escolha racional, segundo a qual, como foi discutido no capítulo I, os indivíduos conhecem as variáveis todas no exame da realidade e tomam decisões ajustadas à maximização da utilidade.

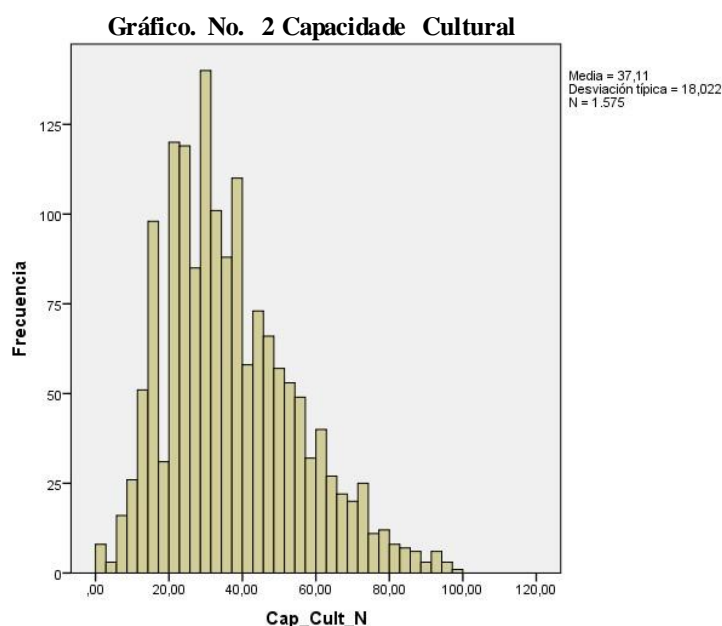
Em resumo, processos de homogeneização e exclusão derivados da segregação espacial constroem interações muito singulares com agências institucionais como a escola, ou com o mundo do trabalho, com efeitos nas atitudes, valorações e representações. A força da homogeneização expressada na reiteração, na repetição, na densidade de práticas e de ideias continuadas, explica sua incidência na socialização dos adolescentes.

Em outro nível de agregação essas expressões de homogeneização também foram reconhecidas, exibindo, em suas bases, dinâmicas de dominação e exclusão social.

As capacidades sociais, econômicas e culturais dos lares, construídas segundo os parâmetros discutidos no capítulo II, correspondem a dimensões estruturantes dos lares.

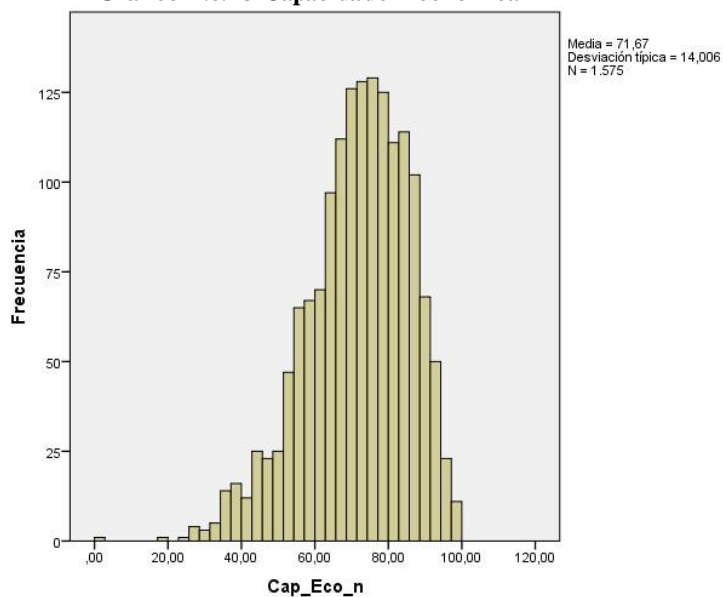
A maior parte das variáveis incluídas obedeceu a aspectos conformados no médio e longo prazo. Desse ponto de vista, por exemplo, ser proprietário da sua casa ou pagar aluguel representa posições distintas, denunciando negociações, esforços, alcances e derrotas; ter o hábito de ler ou não, corresponde a atitudes que não se consolidam de imediato e dependem em algum grau dos capitais culturais herdados da família, etc., De outra parte, escolher as variáveis é sempre controverso e a imagem obtida é sempre possível ser melhorada.

A seguir, nas figuras (2 - 4) se mostram as capacidades culturais, econômicas e sociais medidas para os lares dos adolescentes:



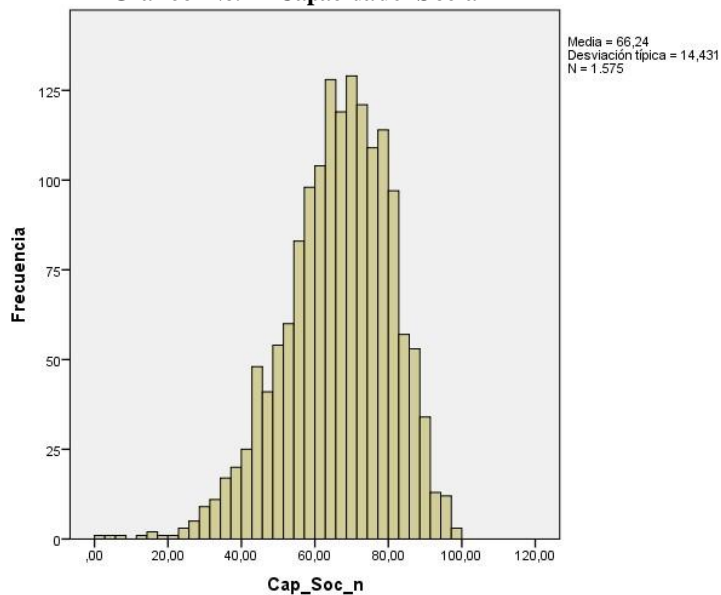
Fonte: Inquérito condições de vida e sexualidade adolescente

Gráfico No. 3 Capacidade Econômica



Fonte: Inquérito condições de vida e sexualidade adolescente

Gráfico No. 4 Capacidade Social



Fonte: Inquérito condições de vida e sexualidade adolescente

Todos os histogramas demonstram a alta semelhança da população nos aspectos indagados. A desviação típica (O desvio médio) considerada baixa, concentra 2/3 dos dados (eventos), e é muito semelhante para as três capacidades. Esses construtos estatísticos são

independentes, mas se mostraram correlacionados: melhores capacidades econômicas estão associadas a melhores capacidades culturais e sociais (ver. Anexo 5, Tabela A5).

A metodologia de elaboração de cada um desses indicadores permite desvendar os atributos que revelam essa semelhança (homogeneidade), assim como aqueles que melhor discriminam a população, quer dizer, que melhor determinam e reconhecem as diferenças entre as variáveis medidas. A evidência empírica proporcionada pela estatística auxilia especificar e fixar relações a serem analisadas com base em uma lógica interpretativa mais geral.

- Homogeneização de que?

Do ponto de vista dos parâmetros utilizados, a capacidade cultural da população tende para uma posição baixa; quer dizer, entre outros aspectos, consumos culturais dos adolescentes, níveis de formação dos pais e presença de livros no lar são relativamente limitados na maior parte da população envolvida na pesquisa.

A limitada atribuição a uma cultura escolar e letrada; os baixos níveis de titulação com as conseqüentes implicações nas interações estabelecidas com o sistema educativo; pressionadas pela necessidade de obter rendimentos, somam razões que explicam porque as escolas vinculadas ao estudo ocupam postos muito pouco decorosos no Ranking integrado de qualidade acadêmica, elaborado pela Secretaria de Educación de Bogotá (2014), entre mais de 300 escolas públicas da Cidade, e porque *San Cristóbal* como um todo concentra perto de 72% das escolas públicas entre as 50% piores classificadas. Dessas, 62% estão entre as 100 com piores postos.

Essas explicações demandam uma análise mais profunda, o que foge aos interesses desta elaboração, mas por outro lado, exprime a baixa capacidade cultural das famílias como um dado compartilhado pelo grupo de estudo.

As capacidades econômicas e sociais, (medidas neste último caso em função, principalmente, das redes familiares de apoio e a participação dos adolescentes em grupos), apresentam melhores posições relativas na maior parte dos lares. Porém, as variáveis que melhor discriminam a população (ou seja, apresentam maior variabilidade), na dimensão econômica são: perceber se os ingressos do lar permitem cobrir os gastos mínimos da família; o nível dado para a ocupação principal do chefe do lar; e os serviços e aparelhos que os

lares possuem. No que tem a ver com as capacidades sociais essas variáveis são: compartilhar atividades recreativas com os adultos; níveis de orgulho experimentado pelas amizades, família, escola etc.; e por fim, demonstrações de afeto no dia a dia dos pais em relação aos adolescentes.

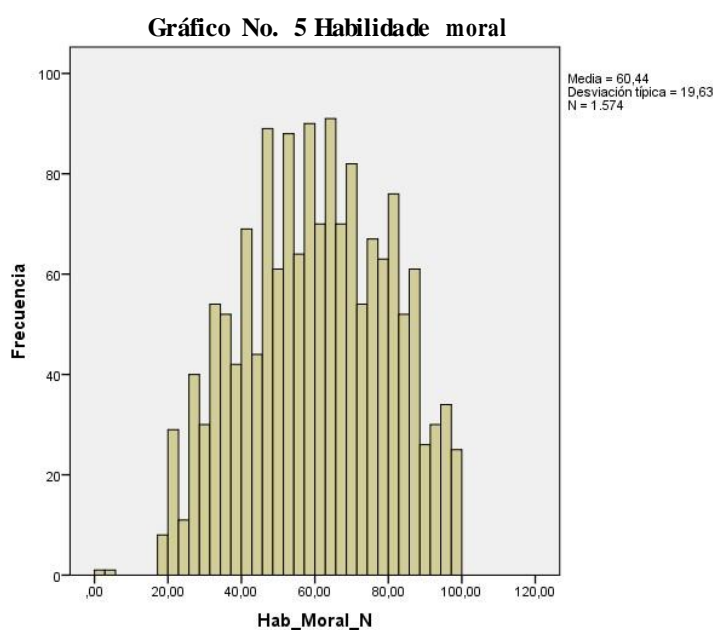
É claro que essas variáveis não podem ser consideradas *essências* estáveis derivadas da exatidão matemática, mas salientam relações que devem ser aprofundadas e compreendidas, tanto com os recursos etnográficos disponíveis, quanto com o sistema de referências analíticas que a pesquisa em seu desenvolvimento vai colocando. Por exemplo, levando em conta que os lares das adolescentes grávidas tendem para piores capacidades sociais, parecera que aspectos afetivos que envolvem tanto aos adolescentes quanto aos adultos em suas famílias, tem destaque na aproximação prescrita sobre essa capacidade. A aproximação etnográfica auxilia nesses casos. Essas variáveis mostraram maior variabilidade dentro de um conjunto maior de elementos avaliados, nos quais existe maior semelhança, como por exemplo: o tempo de moradia no mesmo prédio; o trabalho adolescente; a variação da situação econômica do lar no último ano; atitudes de abertura para os outros na interação social ou a participação em grupos dentro e fora da escola. A pesquisa encontrou que esse último atributo é bastante fraco para uma parcela importante de adolescentes.

Os lares dos adolescentes envolvidos em experiências de gravidez, mostram as piores capacidades, sociais e econômicas, sendo que a capacidade cultural era bastante similar para todos os grupos comparados.

Outro aspecto interessante tem a ver com as habilidades psicossociais dos adolescentes (habilidades morais, comportamentais, emocionais, etc.). É claro que qualquer uma das habilidades exploradas vinculam distintas dimensões, psicoemocionais, valores, normas, etc., e, além disso, mudam em um sentido positivo com a idade.

Os resultados sobre essas habilidades mostraram uma alta variabilidade na população, com exceção das habilidades morais, que indaga sobre atitudes para as normas e regras sociais e de autocontrole. Nesse caso, apresentam-se as maiores semelhanças. Não se pode esquecer que são medidas relativas apenas ao grupo avaliado. Ver a figura embaixo.

Os aspectos indagados aqui se relacionavam a normas relativas a várias atitudes sociais, entre elas as cívicas; posicionamentos frente a conflitos cotidianos; juízos sobre gênero e frente às pessoas reconhecidas por eles como diferentes etc.



Fonte: Inquérito condições de vida e sexualidade adolescente

Independentemente das análises qualitativas, essa semelhança poderia indicar atitudes muito afins frente às normas; possível evidência de processos de socialização compartilhados e muito parecidos, na que se expressaria um amplo compromisso das famílias e os pares, a escola e, por fim a mídia e os meios eletrônicos. Em estes últimos meios, apesar de ser plurais por natureza, seu uso e apropriação estão interferidos pelas condições práticas do mundo dos adolescentes³⁸. Alta variabilidade em outras habilidades (emocionais, sociais, comportamentais), poderia ser entendida como condicionadas por traços muito singulares dos adolescentes, mas que projetam transformações com a idade, como comentado.

É necessário lembrar que a interação entre variáveis ajuda a explicar a composição geral de cada capacidade, e que no jogo de interações seu valor relativo muda com relação a qualquer variável tomada de maneira isolada.

Em outros termos, essa aproximação estatística tem sentido se evitamos qualquer tentativa de estabelecer relações causais entre os elementos estudados, a complexidade do objeto assim o exige. Sua contribuição consiste em ajudar a desvelar relações envolvidas que vale a pena ser exploradas por outros meios e com outra lógica. Sem um espaço

³⁸ Em uma sondagem feita em uma das escolas com estudantes de último nível (16 e mais anos), sem valor de prova desde logo, se encontraram os seguintes usos: baixar música, Face-Book, se comunicar com amigas (os) fora da escola; desenvolvimento de tarefas escolares, baixar videojogos. Essas foram os cinco principais usos dos meios eletrônicos. Para se informar sobre assuntos do país ou da Cidade apenas 3%.

analítico e um contexto interpretativo maior essas aproximações podem levar a conclusões simples demais.

Existem boas razões para supor que esses atributos poderiam ser compartilhados por parcelas maiores de população em *San Cristóbal*, dado que do ponto de vista da configuração sócio-espacial, os microterritórios explorados não apresentam diferenças quanto aos processos sócio-históricos de territorialização e apropriação.

Isso tem sentido, se compreendemos que a concentração e localização de famílias com esses capitais não está determinada pela sorte, mas condicionada por modelamentos sócio-históricos que exprimem negociações e conflitos entre setores sociais, encarnados em mecanismos muito sutis como as preferências e os gostos, mas também por verdadeiros dispositivos de classificação e hierarquização, como o valor do solo, por exemplo: o índice espacial do valor da vivenda em Bogotá (2013) mostrava, por exemplo, que *San Cristóbal* tem o quarto pior valor entre 19 das localidades medidas (Galvis, 2013, p. 26).

Por fim, mais um aspecto a explorar nesta parte: os padrões de mobilidade no território. Para essa população, trajetórias na procura de lazer e recreação; para resolver assuntos da administração do lar; os agenciamentos com as amigadas, namoro, etc., foram circunscritos principalmente desenvolvidas nesse setor. O traço se apresentou tanto entre adultos quanto adolescentes. Esse é um comportamento muito frequente, o que exprime formas de construir e se construir no território. Essa população se apresenta fortemente arraigada à localidade de *San Cristóbal*. Isso além de fornecer elementos para a compreensão dos processos de integração e interdependência dos habitantes exprime processos muito fracos de integração à Cidade. Vários indícios ajudam a compreender essa dinâmica: Uma parcela significativa dos adolescentes confirmou que as famílias (72 %) moravam na casa atual há mais de 5 anos, embora 59% dessas tinham mais de 10 anos morando na mesma casa. Entre os que moravam há menos de três anos na casa atual, 81% moravam antes em outro bairro, mas na mesma Localidade. É muito frequente a movimentação dos moradores por razões econômicas, mas dentro do território.

Um número significativo das meninas com experiência de gravidez tinha como parceiro um vizinho; o amigo de um irmão ou um colega da turma da escola. Sempre todos moravam muito perto antes e depois do surgimento da gravidez e frequentemente compartilhavam o mesmo tempo /espaço de socialização, definido pelo bairro. Isso explica que boa parte dos relacionamentos ocorreram entre pessoas com pouca diferença de idade,

O espaço de socialização tem papel importante nessa composição. Isso começa a mudar nas adolescentes mais velhas, quando mudanças psicobiológicas ancoradas em expectativas socialmente construídas fazem com que relações com pessoas com mais idade apareçam:

Tabela 6 Porcentagem de Parceiros maiores entre [1-3] anos em relação com à idade da adolescente

Idade da adolescente	% de parceiros com idades no intervalo de [1-3]
13-14	100%
15-16	78%
17-18	60%
19	33%

Fonte: Inquérito: Condições de vida e sexualidade adolescente

Essa tabelinha é apenas uma forma de visualização de quanto acontece com grupos envolvidos na pesquisa, porém, uma forma de se inscrever essa população nos espaços habituais de moradia (com o grupo que foi entrevistado o padrão e o mesmo): lugar de encontros, de brigas, de socialização, mas também de se namorar. Acaso poderia ser distinto? Trata-se de meninos e meninas que compartilham escolas muito homogêneas no interior, mas também no mundo exterior à escola; similares em vários aspectos: idades muito próximas nas salas de aula; características socioeconômicas muito similares, e condicionamentos socioculturais muito semelhantes, além da vizinhança, que sem dúvida, no aparente acaso dos encontros, esconde já certa ordem, uma sistematicidade da semelhança dada pela semelhança.

Isso implica que universos simbólicos são compartilhados pelos amigos, mas também pelos namorados. À heterogeneidade característica da cidade se sobrepõe uma tendência contrária: a propensão à homogeneização dos universos afetivos.

Enxergar esse aspecto em um patamar mais amplo permite reconhecer que a estrutura organizacional do sistema educativo da Cidade apresenta-se muito segmentada e hierarquizada pela origem socioeconômica das famílias³⁹; os grupos se separam e diferenciam na Cidade de acordo com hierarquias encarnadas na ordem simbólica e material, com efeitos

³⁹ Uma constatação muito simples mostra que a composição socioeconômica das escolas, na mesma localidade, reproduz a estrutura socioeconômica do território, embaixo melhor, acima pior. Além disso, em quanto à qualidade educativa, analisando a Cidade como um todo, a melhor escola pública fica embaixo 50% das escolas classificadas: Informação ministrada pela Secretaría de Educación de Bogotá.

na sua reprodução. Há continuidade entre a homogeneização na escola e o entorno de socialização fora dela.

Nessas condições acentuar e imitar práticas tem tanta propensão, como dificuldade, a intenção de modificá-las.

Dados da aproximação qualitativa também dão suporte à tese de que essa população é fortemente arraigada ao território: passear; comprar artigos pessoais ou para a casa; lembrar histórias de vida (a memória) são atividades mentais e práticas que reiteram *San Cristóbal* como referência sócio-espacial. Trajetos para resolver assuntos da própria manutenção se realizam na mesma localidade ou no Centro da Cidade, lugar que tem mercados populares e fica entre 20 ou 30 minutos de distância:

“eu nunca tem sido de passear para acima e para baixo, que vou sair com uma amiga?, não. Minha única amiga era ela...eu era com ela, que vamos para o parque, que um dia sábado? que vamos pra o centro comercial...ao Vente, a gente nunca sai do Vente⁴⁰. (Adolescente, 18 anos).

“...em vezes vamos ao Vente, em vezes cá mesmo no setor, das viagens, a verdade muito curtas, acredito que têm sido duas na vida ...quando precisar assim, roupa, pois a gente vai ao Centro, porque ali é mais barato e até de mais qualidade...principalmente vamos para San Victorino, por San Victorino todo caminhando...” (varão Adolescente, 19 anos).

“Aqui por esses lados, nós sempre vivermos, minha mãe... sim, eu fui criada aqui, mas ao lado... p'al além, de onde você veio. Isso é uma rua fechada. Isso é chamado de triângulo, vocês não chegaram lá até pra fazer entrevistas? Triângulo Alto, que é um bairro muito pobre. A gente.... Eu nasci lá, meus irmãos também. Minha mãe comprou um lotecito lá, então se encontrou com o meu pai e, em seguida, eles se apaixonaram e casaram e é aí que nós fomos três... quer dizer, porque eu fiz 40 anos, eu sou a mais caçula”. (Mãe adulta, 40 anos).

Se a cidade historicamente evoca o encontro com a diferença, gênese de toda noção política (Arendt, 2001. Op.cit., pp. 37-41); e, além disso, é “encruzilhada do encontro (a síntese) entre a diferença (variedade, a heterogeneidade de sujeitos, culturas, pensamentos e atividades) e igualdade (no acesso aos recursos e aos direitos de cidadania)” (Alguacil, 2008, p. 200), em que sentido esse processo de homogeneização, matriz constitutiva da segregação espacial e a exclusão social, atuam sobre as agências dos indivíduos e seus processos de inscrição, nesses territórios? E, em um olhar mais abrangente, na sua inscrição à cidade? Isso tem a ver algo com as identidades coletivas construídas pelos adolescentes? E qual seu valor em uma pesquisa sobre gravidez adolescente?

⁴⁰ Se refere ao 20 de Julio, setor comercial, onde iniciaram os primeiros assentamentos urbanos da Localidade.

A última questão deverá esperar. Por enquanto, vale a pena esclarecer as outras duas perguntas. Os conceitos de diferença e diversidade, como parece salienta a descrição de Alguacil devem ser analisados tomando por referência o Dicionário Filosófico de Ferrater Mora, se entende, o conceito *diferença* como reconhecimento de que o outro é sempre relacional e exige determinação sobre os aspectos que fundam essa diferença. Diferenças podem ser apenas acidentais, ou pelo contrário, constitutivas em reconhecimento de atributos por si mesmos inseparáveis do sujeito (Ferrater Mora, 1992, p. 456). Essa definição insinua valoração e reconhecimento do outro e, portanto, relacionamento; movimento que é fundamento da política e da alteridade: pluralidades que deliberam a partir das diferenças por reconhecerem-se como diferentes.

Esse é o princípio da *diferença*, em sentido normativo. Por contraponto, o *diverso* corresponde ao fato de algo não ser o mesmo que outra coisa: apenas pluralidade que se encontra, mas que não precisa se relacionar. De um ponto de vista pragmático, diferença e diversidade não são incompatíveis, pelo contrário: se bem a diversidade não necessariamente conduz ao reconhecimento da diferença; todo reconhecimento do outro ou da outra, como alguém fundado na *diferença*, passa pela constatação da existência do diverso, vale dizer, de que não somos iguais.

Mantidas a distância entre essa aproximação filosófica e o mundo da vida prática, existe fundamento para sustentar que formas de segregação e seus efeitos homogeneizadores, tem efeitos deletérios na construção e ampliação da esfera pública. Esses efeitos atingem tanto ao segregado quanto ao segregacionista. A expressão prática dessas consequências é o enfraquecimento da vida pública e da política, aspectos que sem dúvida empobrecem a possibilidade de construir e apropriar visões políticas sobre o gênero, sobre a cidadania, etc. A homogeneização se mostra contrária aos fins políticos da cidade moderna com efeitos nas agências porque incidem na socialização.

Nesses contextos seria mais difícil conquistar arranjos sociais afins a elaborações políticas chave relativas aos direitos, por exemplo. .

Além disso, a consciência de um mundo plural e diverso é porta aberta para a reflexividade se estender, para questionar, instigar, ficar curioso; qualificar a alteridade: “um encontro político consigo mesmo”, aprimorado por negociações; troca de sentido; plausíveis mudanças de situação em um indivíduo situado, mas em referência e em interação com os outros. Essa homogeneidade sem dúvida atua nas dinâmicas de idealização nos processos de socialização adolescente.

Efeitos incidentais da homogeneização se constatarem na estruturação sociocultural: densidade de experiências muito semelhantes, reforçamentos de sistemas de valores; práticas iteradas incidem sem dúvida na reformulação das agências em termos relacionais e naturaliza formas de subordinação e dominação.

Porém, o termo homogeneização é problemático, ele tende a ofuscar aspectos heterogêneos simultaneamente existentes nessa população. Suas múltiplas origens regionais, diferenças de idades, hierarquias internas, por exemplo, os de “embaixo”, os de “acima”; a ausência de uma consciência étnica: apenas uma mestiçagem difusa e estendida e que se continua pela Cidade.

A identidade coletiva, ancorada em lembranças de um passado de lutas e organização ao redor do bairro, por serviços públicos, estradas de acesso e a habitação, ainda na memória dos mais velhos, os fundadores, que vivem seus últimos anos, já não presta alicerce para a ação coletiva. Sinais de deterioro em este aspecto também aparecem. Embora, sem levar em conta essa face do diverso, o quadro vira uma caricatura. Porém, a homogeneização de certos aspectos também define e afina traços particulares dos habitantes. Sem ela também não se pode entender *San Cristóbal*.

Em resumo, dinâmicas de homogeneização populacional dizem respeito a funcionalidades particulares que ligam indivíduos-família-casa-território, em vários aspectos: ofícios subordinados, precários e informais, com tendência a se reproduzirem na geração atual, auxiliam condições de continuidade contextual com referência aos pais, ainda que mudem as tipologias dos trabalhos; entornos com baixas titulações acadêmicas que moldam um contato particular com os conhecimentos acadêmicos e a valoração da escola; acumulados culturais cultivados principalmente na experiência, que se entrega como fardo para os filhos (um capital cultural herdado que é desqualificado pelas demandas impostas pela modernização); economias instáveis e de acumulação lenta e relativa; redes de famílias unidas pelo ofício, pela procura de ingresso econômico, e/ou pela conquista intergeracional da “casa própria”, símbolo de vitória: “quem acreditaria que eu ia ter uma casa...”; “o que mais desejo em cinco anos é ter minha casa própria disse para nós uma mulher que passava dos 60 anos”; ferreamente arraigada ao território, em função de aspectos bio-emocionais, técnicas de sobrevivência familiar e dos dispositivos de mercado; esfera doméstica densa, concentrada e estendida no dia a dia, que toma força dos meninos, em espacial das adolescentes, envolvidas desde pequenas em responsabilidades de cuidado e manutenção da casa; esse compromisso adquire a forma de trabalho infantil naturalizado e moralmente

aceito. Segundo Archer: “quando o contexto se mantém contínuo ao longo de várias gerações, então enormes porções da vida cotidiana ficam sob a tutela da ação de rotina (*o habitus*), e lá permanecem”(Archer, 2011, p. 170). O efeito é dar lugar à diferenciação de *estilos de vida* muito particulares e estendidos. Isso é o que parece acontecer pelos menos em vários dos aspectos comentados.

Por fim, em proveito também dessa discussão vale a pena assinalar que esse tipo particular de estrutura arraigada ao território, constituído ao longo de tempo em condições de exclusão social e segregação espacial, assegura integração para essas pessoas em relação à Cidade, mas com um carácter excludente.

Um funcionamento social tipo, ajuda para ilustrar essas ideias e fechar esta parte:

“Eu trabalhava lá, na 45 com 7^oma. Eu peguei minhas filhas para mostrar-lhes o duro que é trabalhar com químicos, ACPM, Tinner; como o trabalho é em obra em construção tenho que retirar a tinta dos vidros e tudo isso, estive quatro meses doente de minhas mãos porque começaram a se inflamar e assim eu tinha que trabalhar. E eu falo para elas assim: eu quero que vocês estudem uma carreira, assim seja no SENA⁴¹ para não tenham que lavar pra outra gente nem nada, nem que as humilhem porque não fez e as maltratem[...] eu vou embora para o trabalho às 5:30 am. e chego lá às 7 da manhã, então imagina!! hora e meia de aqui pra lá. Eu termino de trabalhar às 16:30 e volto pra cá às 19 horas, na noite. Chego cansada demais. Isso é de segunda para sábado e assim é a vida..” (Mãe adulta, 35 anos).

Esse trecho cumpre com uma dupla função:

i. ilustra um tipo de vínculo dessa população com a Cidade, a partir de um espaço subalterno. As pessoas vivem na cidade, mas a apropriação do mundo urbano, de tudo quanto é bom e ruim, depende do lugar ocupado nos enquadramentos hierárquicos dispostos. Evidentemente se vivencia a cidade, mas a partir de uma situação particular. Não só que a cidade é múltipla por definição, senão, que dentro de um leque de condições de possibilidade, ela é apropriada, sob princípios operativos de eficácia, como realidade distinta, e em vezes restrita para alguns habitantes.

⁴¹ SENA: Serviço Nacional de Aprendizagem é uma entidade pública orientada para a formação técnica. Na localidade é sem dúvida a instituição mais reconhecida pelas famílias. Tem nesse território um modelo de formação muito curto para capacitar aos adolescentes e jovens do setor em diferentes ofícios.

Desse ponto de vista é que se menciona que a população vinculada ao estudo mantém ligações de integração excludente com a Cidade, com base em trocas restritas com o universo urbano.

ii. mudando a perspectiva de análise, se reconhece fundamentos emocionais muito profundos nessas expressões que governam as relações entre adolescentes e adultos, em particular a mãe: ela quem protege, prospecta, tenta assegurar um caminho distinto para as filhas. A relação trabalho- em vezes doença- esforço físico- *status* parece estruturar um vínculo particular com o mundo familiar, mesmo que se entenda que essa é apenas uma faceta dessa interdependência.

Não há como negar que a co-presença da mulher, em sentido genérico (a mãe), enuncia na interdependência descrita a forma de ocupar o mundo, ligada ao “destino” de seus filhos: a mãe/cuidadora é ademais, provedora e luta por conquistar um *status* distinto para sua descendência: Duas dobras de sentido presentes nesse trecho: mãe cuidadora/provedora, de um lado; e luta pelo *status*, entendido como espaço que varia entre: estigma e nobreza. Esse assunto é importante na configuração relacional dos meninos e os adultos e será retomado na parte final do Capítulo.

Até aqui a descrição da ordem estrutural presente no território; um sistema inter-relacionado de condicionamentos culturais e sociais: o patriarcalismo - o familismo, o familiarismo, a estrutura arraigada ao território e a habitação em casa própria – de um lado. A segregação espacial e a exclusão social e a luta intergeracional pelo *status*, de outro. Isso em um contexto de homogeneização populacional com efeitos significativos nas dinâmicas socioculturais e os processos de ideação.

Porém, essa ordem estrutural e estruturada não se expande como o ar, até ocupar o espaço todo, e também não determina causalmente a compreensão das trajetórias que conduzem à gravidez nesses locais. No território existem agências sociais e a capacidade de agência e reflexividade dos próprios adolescentes, aspectos a serem analisados. É no exame das múltiplas interações: entre as agências, e entre elas, e a configuração sistêmica que se define na ordem estrutural detalhada, que pode se iluminar a compreensão dos eventos de gravidez nas camadas adolescentes. Isso que discutimos a seguir.

5.1.6 Agências sociais presentes no território: história de consistentes inconsistências

Discursos, decisões administrativas, agendas políticas, posicionamento político/morais, leis etc., fazem parte das agências institucionais⁴². Sinergias, articulações, oposições, conflitos, subordinação, dominação, são expressos que caracterizam as distintas interações entre elas. Em certo sentido, seu desempenho já está prefigurado na organização estruturante de seus programas, orçamentos, diagnósticos, metas etc., além de nas ações, encarnadas pelos funcionários, ativistas e mediadores sociais.

Esses últimos são “tradutores ativos”, isto é: no contexto das prescrições normativas provenientes das orientações políticas e discursos institucionais, eles projetam preconceitos, valorações, e formas de entender o mundo. Esse aspecto é importante porque a agência das instituições, além dos programas de ação, transluz valores sociais de quem atua sob o rótulo da instituição.

Por exemplo, na análise de sete entrevistas feitas com as orientadoras das quatro escolas envolvidas na pesquisa, é possível reconhecer um sem número de preconceitos colocados com relação aos parceiros e às meninas que engravidam. Um exercício sintático dessas versões daria para entender esse parceiro: geralmente muito mais velho que a menina; trabalha e é de fora da escola; é simplesmente provedor e não se envolve afetivamente com a criança; em alguns casos fuma maconha e dispõe dos assuntos da sexualidade. Em contraponto a menina: não conheceria os direitos reprodutivos e da sexualidade; não seriam donas de seu corpo; têm informação, mas falta-lhes “formação”. A escola faz seguimento sobre as meninas grávidas, mas pouco interesse tem nos pais adolescentes. Por fim, importa não esquecer que é o sentido de eficácia o que vigora as ações dessas instituições.

A justificativa dessa discussão é que as interações entre essas instituições e os adolescentes colaboram no condicionamento de possíveis cursos de ação, no incentivo de projetos futuros ou ativando processos de reflexividade e deliberação.

Três aspectos para esclarecer: i. a ação institucional não tem como contornar a configuração da estrutura da qual faz parte. Isso mesmo acontece com a agência adolescente. ii. a interação instituição-adolescente reconhece as naturezas diferentes desses agentes, e portanto, os duplos efeitos, os amoldamentos mútuos não obedecem à mesma

⁴² De aqui para frente, se fará uso da expressão instituição para dar conta da agência institucional manifesta em programas, estruturas normativas, orçamentos, discursos. Isso ajuda para não confundir com a agência adolescente.

dimensão tempo-espaço. iii. discutir no fundo as ações institucionais presentes no território, em particular aspectos estruturais e normativos, está além de nossa possibilidade, e tornar mais pesada a narrativa do texto. Portanto, se salientarão apenas aqueles elementos que resultarem mais promissores para os objetivos traçados, centrados principalmente em compreender essas interações em referência à agência adolescente no território estudado.

5.1.6.1 A escola e os projetos adolescentes

Sem dúvida essa é a instituição de referência dos projetos da maior parte dos adolescentes envolvidos na pesquisa e suas famílias. Já tínhamos discutido as características principais dos vínculos que essa população estabelece com a escola, pressionados pela necessidade de uma titulação “o mais breve possível”, visando uma entrada rápida no mercado de trabalho. Tensões impostas pelo entorno de exclusão obrigam a reorientação de prioridades familiares e criam desvantagens para os adolescentes. Tudo isso em um contexto de baixa titulação dos pais.

Por exemplo, a pesar da tendência a se manter no território, a parcela que se movimenta dentro da mesma Localidade as vezes muda de escola para uma mais próxima ou as vezes interrompe os estudos por razões relacionadas com necessidades de apoio familiar, cuidar de um doente, etc.. Razões econômicas diretas não são geralmente causa de abandono, levando em conta os subsídios que a escola concentra: em várias ocasiões, restaurante, transporte etc., e, além disso, as políticas de gratuidade do Estado, bastante estendidas pelo menos até o término do nível básico (fundamental).

Apesar disso, quase 35% da população estudada, tinha apresentado alguma ocorrência de alteração da trajetória escolar; desses, 46% tinham mudado de escola no último ano. Os outros eventos mais citados diziam respeito a claras interrupções da trajetória escolar: interrupção do ano escolar e deixar de estudar um ano. Não existiram diferenças significativas por sexo, e também não, na comparação com grupos adolescentes que estiveram envolvidos com a gravidez. Esses eventos todos incidem negativamente na permanência e enfraquecem o vínculo dos estudantes com a escola.

Um fato aparentemente paradoxal: compromisso da família para atingir a titulação do adolescente, mas a pesar disso, fraca interação com os processos cotidianos da escola e escassa legitimidade da autoridade pedagógica. A baixa titulação dos pais, acompanhada de pouca valoração dos saberes acadêmicos e contínuas contingências que obrigam a

reposicionar a prioridade educativa dos adolescentes, explica essa tensão que permanentemente molda a interação dos adolescentes com a escola.

A literatura que estuda fatores de risco para abandono escolar e, que de maneira geral, fragilizam a ligação com a escola, assinala as condições estruturais e materiais de vida, como um dos aspectos que explicam esse fenômeno. Entre essas: características socioeconômicas dos grupos; aspectos ligados ao capital cultural e aos universos culturais e simbólicos das famílias; o trabalho infantil; expectativas e aspirações dos estudantes, etc., (Román C, 2013). Além disso, o Estudo Nacional de Abandono Escolar, na Colômbia, (MEN-2012) mostrava, entre outras várias causas de abandono, a mudança de casa e a mobilidade da família, assim como, também, o trabalho doméstico. Mudar de escola com certa recorrência é um dos aspectos que afetam a permanência dos estudantes.

Outro aspecto de interesse é o seguinte: a taxa média de abandono escolar na localidade para 2013 era de 4.4, mas essa taxa era maior no nível médio (secundário) de educação, chegando a 6.2%. Isso mostra que é na etapa adolescente em especial os mais velhos, quem experimentam com maior frequência essa problemática e onde é possível supor que aderências ao projeto educativo se mostrem mais frágeis.

Levando em conta os dados obtidos com os enfoques qualitativos, e em particular os casos de gravidez adolescente com abandono escolar, não se evidenciou que a gravidez fosse a razão principal para deixar a escola; pelo contrário, em todos esses casos, o evento de deserção foi prévio à gravidez: foram citadas, a necessidade de brindar apoios familiares e os fracassos escolares, como as razões para deixar a escola, mas era também evidente as precárias condições de vida das famílias.

Se a adolescente grávida saía do seio familiar as possibilidades de deserção escolar eram maiores. Além de nossas inquisições, esse era um saber (uma convicção) da família da adolescente. O apoio irrestrito da mãe adulta e, em geral, das mulheres da casa, era o fator crítico para elas continuarem na escola, e isso se liga com as capacidades sociais e econômicas da família e não simplesmente com o fato de engravidar em si.

Em outros termos, braços femininos se estenderam sempre para aliviar a carga da estudante grávida. Em alguns casos, os pais ameaçaram as meninas de jogá-las fora da casa. Em outros, depois de um período de “luto”, o pai era quem se oferecia para jogar com o neto. Mas era também certo, que a renovação do pacto incumprido com o evento da gravidez, desempenhava papel importante na continuidade dos estudos: “você não me vai deixar a

escola”; “você me segue ...me segue... me segue... estudando”; “você me chega com o boletim no limpo”, disseram as mães adultas.

O interesse em estendermos este aspecto é para salientar que nesses setores a ligação com a escola é influenciada, por distintos aspectos socioeconómicos, culturais, etc., mas um desses merece especial atenção: a aliança⁴³ que pode ser estabelecida entre adolescentes - mãe - irmãos (ou família?). Não é estranho o uso da partícula “me”, nas vozes citadas. Esse o vínculo bio-emocional e moral pelo qual transitam as expectativas dos adolescentes com relação às trajetórias educativas. Contínuas contravenções podiam interromper esse pacto.

5.1.6.2 A institucionalidade de saúde

Desnecessário insistir sobre o papel histórico do campo sanitário na regulação da reprodução e no controle populacional. Aqui só concentrarmos o esforço em alguns dos traços que ajudam a entender as interações com os adolescentes. A perspectiva de análise, então muda para salientar aspectos programáticos e pedagógicos da intervenção dos agentes de saúde nos territórios estudados. Na intervenção se expressam tanto princípios de controle e regulação da sexualidade, quanto elementos relativos à estratégia de ancoragem no território.

O desenvolvimento da estratégia de A.P.S territorial na Cidade é produto de um confronto sociopolítico prolongado com o modelo de competência regulada que norteia a organização da política e os serviços de saúde no país. O enfoque da política de saúde em Bogotá declara os princípios de intersectorialidade; integralidade; participação social e comunitária na orientação territorial da política; reconhecimento das necessidades em saúde, com fundamento nos direitos humanos; gestão social integral do território; coordenação territorial, entre outros vários aspectos. Ver: Plan de Desarrollo Bogotá Humana, 2012- 2016 (Alcaldía Mayor de Bogotá, 2012).

Condições políticas do Governo da Cidade resultaram em que o enfoque da política se desenvolvesse por três administrações consecutivas (12 anos contínuos) e atingisse um nível de “penetração” muito importante nos territórios que compõem a Cidade. Por exemplo, em *San Cristóbal*, segundo o Boletim do Programa: *Territorio Saludable*: ao redor de 21% das famílias recebiam acompanhamento permanente de grupos de profissionais

⁴³ A palavra aliança é usada como laço, compromisso mútuo... mútuo auxílio.

da atenção primária em 2013, com atividades de atenção, prevenção, promoção e canalização dos problemas de saúde para níveis de maior complexidade. Além disso, uma parcela maior é contatada por ações desenvolvidas nos âmbitos de vida cotidiana: escolar, institucional, espaço público, entre outros (Hospital Cristóbal, 2014). Essa cobertura é possível pela organização em territórios e microterritórios ao interior de *San Cristóbal*.

Não é necessário salientar a importância desse setor na Localidade. Vale a pena discutir alguns dos aspectos diretamente relacionados aos Programas de Educação Sexual – PES, orientados para os adolescentes: as ações se relacionam a dois aspectos: i. serviços de saúde sexual e reprodutiva com a denominação de “serviços amigáveis”; uma estratégia nacional para o aconselhamento, atenção médica e assessoria em anticoncepcionais, com enfoque participativo. ii. programas de sensibilização, conhecimento de métodos anticoncepcionais, reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos direcionados em um âmbito maior relacionado com a equidade de gêneros, qualificação dos saberes sobre a sexualidade e por fim, uma ampla mobilização social e institucional, ancorada na mídia e norteada para a coordenação de ações interinstitucionais e inter-setoriais, ao nível local como o Distrital.

A ação direta com os adolescentes tem a ver principalmente com programas educativos, jornadas escolares, programas de capacitação para os docentes, etc., incorporando esses enfoques gerais da política de sexualidade. As paredes das escolas testemunham esse esforço, com inúmeros cartazes, brochuras, programações, mensagens: “bacana que esperes”; “que o primeiro amor seja o amor próprio” e por aí vai.

A articulação entre setores se limita ao trabalho do setor educativo e da saúde. Várias razões explicam essa articulação:

i. A influência dos enfoques centrados nos comportamentos sexuais dos adolescentes. Segundo o ICBF o principal fator de risco na adolescência é a falta de orientação em temas de sexualidade e relações de casais (ICBF, 2014, p. 5). Perspectivas relacionadas com a equidade de gênero ancoram-se também na lógica dos comportamentos e as atitudes.

ii. A ênfase pedagógica desenvolvida nos programas, caracterizada pelo carácter instrucional, centrado na responsabilidade individual e sem estratégias definidas para intervir em aspetos estruturais: condicionantes das vulnerabilidades múltiplas presentes no território.

iii. A crença estendida da cultura como fator determinante da gravidez adolescente. Transmissão intergeracional da gravidez; processos “modernos incipientes”, ou seja, “atraso”; comportamentos das adolescentes considerados verdadeiras atipias, frente aos princípios de racionalidade que governam o discurso institucional.

No seguinte trecho uma alta funcionária do Programa Território Saudável falava assim sobre as explicações da gravidez em adolescentes, na Localidade.

“...porque seu projeto de vida já é ser esse, sozinha, acompanhada.. quer ser mãe, o tema do peso cultural faz com que seja diferente de uma família para outra, em uma e outra adolescente” (funcionaria 1 Sec. Saúde San Cristóbal).

Segundo essa conjectura, famílias “relutantes” são presas da “cultura tradicional” e exigem esforço da instituição para a mudança de comportamento. A escola aparece como o lugar indicado, espaço de “incorporação de pautas”; correção de condutas e de luta contra a bruma silente e pesada da “cultura familiar”.

Além disso, o eixo da intervenção na escola é o chamado projeto de vida e o fortalecimento do amor próprio: “essas são as carências dos adolescentes”. Então procedem, conselheiras individuais, coletivas; oficinas; falas sobre direitos sexuais e reprodutivos; “regulação de afetos”, métodos para induzir o uso de anticoncepcionais, etc, tudo isso, como disse para nós outra funcionária que atuava no campo: “injetar-lhes amor próprio”.

Apesar disso, para as destinatárias e destinatários nem sempre esse discurso e posicionamento institucional faz sentido. Uma linguagem tecida na gramática do razoável, mas que se confronta com os eflúvios das emoções e os desejos adolescentes.

“... na escola, pois, lá sempre me falavam e, pois vamos dizer... por exemplo, para mim eu não tomava tão a sério, pois eu queria ter um filho; mas sim tomava a sério quando, por exemplo, me explicavam de estar com uma boa pessoa, porque tem outros que vamos dizer tem relacionamentos com muitas e podem-lhe pegar uma doença; em isso se tomava a sério...” (Mãe adolescente, 18 anos).

Aprendizados tem um nível de pertinência para quem esteja na tarefa de negociar trocas de significados e sentidos a partir de trocas significativas, ou seja, produtivas desde o ponto de vista de quem é o aluno. Mas como se verá mais na frente, assuntos da incorporação de determinadas práticas, como o uso de anticoncepcionais, se encontram confrontados por

outras mediações de contexto, além dos aspectos estritamente cognitivo/valorativos. Encarnar uma prática é mais complexo do que incorporar um discurso. Distinções entre consciência discursiva e prática ajudam a explicar essas diferenças (Giddens, 2011, pp. 394).

A evidência mostrou também efeitos da ação da instituição escolar e do setor da saúde na incorporação de saberes sobre a sexualidade: conhecimentos dos adolescentes sobre a sexualidade, independente das capacidades dos lares, assim parece sugeri-lo: a exibição de um conhecimento quase universal sobre métodos e práticas anticoncepcionais de base científica, reconhecida no inquérito de Demografia e Saúde de 2011, com representatividade das localidades (EDDS, Profamilia, 2011); além disso, a população envolvida neste estudo assinala a escola como o principal meio para se informar sobre métodos anticoncepcionais (50%), seguido por pessoas do lar (pais, irmãos, tios, primos) (19,4%); amigos e amigas (6,4%). Mídia, internet, etc., em porcentagens ainda mais pequenos. Por fim, o conhecimento técnico mostrado pelas adolescentes nas falas feitas nos grupos focais:

“...a camisinha é eficaz porque evita a gravidez, mas também as doenças de transmissão sexual... as injeções também.. tem injeções mensal que uma se pode colocar, e isso inclusive permite que uma fique mais segura, mesmo tem que usar a camisinha também” (Grupo Focal: Escola Juana Escobar).

Mas de outra parte, esse discurso discorre pelas salas de aula construindo como protagonista principal a adolescente. O adolescente é apenas uma referência em confronto no âmago lógico do discurso sobre a sexualidade. Narrativas, práticas e performances voltam sobre o corpo que se deve cuidar, controlar, sobre o qual se deposita toda esperança de eficácia: o corpo feminino:

“... eu tenho uma hipótese, as meninas são criteriosas, os pais cuidam delas, mas elas ficam com crianças errantes; são jovens que não estudam, não trabalham”. “... os jovens não exploram seu corpo, como de costume, mas com um tom de muito sexo, porque eles vão direto ao sexo... são dadas oficinas para eles sobre cuidados do corpo, planejamento familiar, fortalecimento de autoestima. Mas eles não internalizam... o jovem casal muda muito, enquanto as adolescentes são mais estáveis” (Orientadora de Escola).

Nesse trecho a entrevistada provavelmente testemunha o que aparece como uma representação hegemônica, que se nega para entrar e descobrir os elos mais finos que

explicam não simplesmente esse comportamento do adolescente, mas os princípios que governam aquela imagem estereotipada⁴⁴.

O pai adolescente não atinge ser uma categoria que se sustente por si mesma: na pesquisa sistemática feita para esta investigação foi evidente a ausência dos adolescentes na maior parte dos informes. Apenas um 5% das pesquisas consultadas se ocupavam deles. Além disso, em campo é evidente que o adolescente não aparece com fundamento na orientação da política: Depois de duas horas de entrevista com uma alta funcionária do Programa Território Saudável, ficou claro que a preocupação estava centrada na adolescente; referências, comentários, análise, sempre foram tirados para a mãe adolescente; de outra parte, foi surpresa para a direção das escolas, que apareceram "tantos" adolescentes pais. Dos 76 adolescentes (meninos e meninas) que afirmaram no inquérito terem se envolvido em experiências de gravidez, 24,5 % eram rapazes entre 13 e 18 anos. Existe muito pouco conhecimento sobre a sexualidade masculina ao nível dos formuladores e operadores da política pública para o adolescente. Essa lacuna também se reflete nos Inquéritos de Demografia e Saúde, por exemplo, ver (2005, 2010, 2011).

Por fim, o “gap” entre conhecimentos e desempenhos sexuais é um dos temas mais espinhosos na literatura preocupada com comportamentos adolescentes e comportamentos em saúde em geral.

Existe um consenso na literatura sobre os limites da informação na transformação dos comportamentos sexuais. Por exemplo, alguns estudos concluem que o conhecimento declarado das técnicas de uso do preservativo não se reflete no uso constante entre adolescentes (Anjos, 2012); outros norteiam suas conclusões nesse mesmo sentido, encontrando relações muito fracas entre os conhecimentos declarados e o início da atividade sexual; a apropriação e continuidade de práticas preventivas, etc., (Rengifo- Reina Herney A, 2012); (Trejo-Ortíz Perla María, 2011); (D. C. d. Oliveira, Pontes, Ana Paula Munhen de, Gomes, Antônio Marcos Tosoli, & Ribeiro, Monique Carvalho Marrafa. , 2009).

Além disso, alguns estudos chamam a atenção para ligações entre usos de anticoncepcionais e papéis e identidades de gênero (de Jesús-Reyes, 2014); (Pacheco

⁴⁴ Os estudos sobre as masculinidades têm antecedentes no contexto anglo-saxão, a partir dos últimos vinte anos do século passado (Jociles Rubio et al., 2001).

Sánchez, 2007). Uma das críticas que se pode ter à maior parte dessa literatura é sua omissão em relação aos contextos de inscrição social dos adolescentes. Em resumo, enfoques individuais centrados nos comportamentos, inspirados em estratégias informacionais e transmissoras, mostram-se muito fracas para incidir e qualificar práticas preventivas nos adolescentes. Além disso, é provável que a sexualidade dos adolescentes homens necessite maior consideração dentro dos discursos institucionais. Esses elementos resultam críticos na hora de valorar as interações dos adolescentes todos com as instituições em saúde presentes no território.

5.1.6.3 Estado: a presença da mão visível

Na contramão de muitas vozes, o Estado segue como uma agência fundamental nos ordenamentos sociais contemporâneos. Segundo Wacquant (2008), o Estado através de sua ação dá forma a mercadorias da vivenda, ao emprego, regula as credenciais educativas, e também a distribuição de bens e serviços, orientando a conversão do espaço físico em espaço social; são os efeitos de lugar, de um Estado projetado na Cidade (Wacquant, 2008, p. 6).

Espaços de segregação e exclusão não obedecem à ausência do Estado, mas são moldados também pela forma característica de suas intervenções. A seguir se apresentam distintos cenários de *San Cristóbal*, e os desempenhos estatais característicos.

- Violências cotidianas na rua

O desdobramento do monopólio da força do Estado sobre o território é desafiado pela força de outros atores: “pontos móveis de controle policial; rugas permanentes; batidas. “Em vezes parecia-nos ficar em um espaço de ocupação militar” (notas, diário de campo). Os jovens são objeto de vigilância, controle; eles rejeitam essa presença. Em uma oficina se encena: “chegou a “tomba⁴⁵”, chegou, chegou e a festa se acabou, - um jovem diz para a “polícia”-, ai estamos apenas consumindo maconha...”.

A presença estatal tem seu contraponto na expansão da criminalidade, a insegurança e o micro tráfico de droga que procura aliciar adolescentes, tanto no consumo quanto na distribuição. Esse dado não é alheio do tema da gravidez. Alguns casos estudados tomavam

⁴⁵ Nome depreciativo que a população dá para a polícia.

nota das experiências de mães adolescentes ou de seus parceiros, envolvidos ainda na adição. O consumo não é incomum.

Aqui o interesse é discutir seus efeitos em três linhas de análise:

- i. Conflitos urbanos ligados à violência e à guerra, quando prolongados, tendem a tornar muito fracos os limites entre legal e ilegal; dão fôlego a estruturas de poder fático e legitimidade para repertórios machistas e patriarcais, reformulando as relações de gênero. Essas relações, no contexto desse conflito: “encontram-se mediadas pela ligação inseparável entre o exercício de poder e formas dominantes de masculinidade. Tal poder se desenvolve em distintas expressões, como o poder de se proteger a si mesmo e aos demais; assim como o poder de atacar; o poder sexual, intelectual e moral” (Cortés Ibáñez, 2014). Relações guerra - machismo e diferentes tipos de controle sobre os corpos, incluído o controle e submissão sexual, tem longa existência, tanto como tem o conflito bélico na humanidade.
O conflito em *San Cristóbal* sobrepõe as distintas guerras desenvolvidas no país: antigos membros de grupos paramilitares; redes de traficantes que controlam o negócio de microtráfico de droga; presença de habitantes de rua deslocados de outras partes da Cidade por desenvolvimentos urbanísticos; delinquência comum, etc.,
- ii. Esse conflito é disputa pelo território: “aqui podem ficar até as 17 horas, depois devem sair porque é perigoso”. “Aqui na noite a polícia não sobe”, etc. O disciplinamento social, a principal forma de ação dos distintos atores armados, faz com que a esfera pública, a ação de distintas ofertas organizativas, culturais, esportivas, mas principalmente a lógica comunitária, sofram os efeitos, enquanto constrangimento, fragmentação e despolitização.

“... ameaças contra líderes da comunidade, que trabalham a rua com propostas de Rap, de jornais locais, de muralismo, levam para sair do bairro; então o bairro fica sem opções; os adolescentes perdem a possibilidade de se inserir em outros referentes de vida; já nem “parchar⁴⁶” é possível; então o jovem vai para a rua, para a olla⁴⁷ e ali entra em contato com a droga, ele volta para o bairro, mas com o tempo a família rejeita dele; ele fica no bairro, mas dorme na rua. Para comprar droga precisa roubar, então rouba os vizinhos. Alguns lembram o

⁴⁶ “Parchar” é uma gíria da rua, originada na expressão falar, falar (bater papo). Os jovens acostumam a se encontrar espontaneamente na rua em “parches”.

⁴⁷ Olla, é um lugar que vende drogas fortes, craque, bazuco e por ai vai.

adolescente de criança e pensam como ajudar, mas outros acham melhor fazer limpa social...” (uma jovem líder social de San Cristóbal)

Sem dúvida os efeitos desse conflito são reconhecidos no fraco envolvimento dos adolescentes com projetos grupais e comunitários como foi mencionado, mas especialmente as jovens. É claro que o conflito territorial e na rua, constrange mais às meninas do que os meninos. As diferenças não foram estatisticamente significativas entre meninas que não participam em grupos, considerando as adolescentes grávidas e não grávidas, mas as diferenças com seus parceiros foram significativas. 62% das meninas grávidas não participavam em nenhuma atividade e em vários casos, na aproximação qualitativa, foi evidente que essa situação era anterior ao envolvimento da maternidade. Apenas 33% dos meninos envolvidos nessas experiências tinham uma condição similar.

iii. A partir de 2005 muda a perspectiva no narcotráfico no país. A luta repressiva, além da emergência da hegemonia dos cartéis mexicanos no negócio de narcóticos, fez com que esse mercado se inclinasse para o consumo interno (Avila, 2011, p. 153). Estruturas mafiosas se expandiram por distintos sítios do país, criando condições para o desenvolvimento de uma economia ilegal que facilmente penetra os lugares de maior vulnerabilidade social, envolvendo famílias carentes e jovens desempregados no microtráfico. Isso dificulta a eficácia da repressão estadual, mas além disso, essas estruturas mafiosas interconectam centros do poder político. Essas práticas podem ser naturalizadas em vários setores, por famílias de *San Cristóbal*: “para muitos adolescentes o microtráfico feito pelos adultos de seu lar visa para uma atividade natural, como qualquer outra ...”.

Esses aspectos todos formam parte do dia a dia na Localidade e, portanto, incidem nas formas de socialização dos adolescentes. Nas oficinas realizadas foi evidente que o tema do consumo ou distribuição de narcóticos é parte presente da vida na rua, com incidência nos incrementos de violências, delinquência, etc.

É possível imputar uma relação causal entre essa situação e a gravidez em adolescentes? A resposta é não; porém, nas distintas arestas analisadas se redefinem as identidades sociais dos adolescentes, as relações de gênero; seus papéis como “adultos precoces” que testemunham e protagonizam violências, que o Estado responde com repressão

e estigma, acrescentando espirais de um conflito, que na base reconhece na exclusão, no desemprego e na marginalização, as fontes de sua reprodução. Por fim, é o corpo o objeto e mediação da guerra, como foi mencionado. No confronto armado o corpo é destruído, mas também submetido e nesse espaço entre um e outro, o vitimador encaminha uma mensagem que toma o corpo como receptáculo. É aí também onde guerra e a sexualidade podem-se interceptar⁴⁸.

A expansão do fenômeno da violência pelo território cria interferências nas interações entre os adolescentes e instituições e demais agências sociais. A fragmentação e escassa capacidade de convocatória dessas organizações poderiam ser em parte explicadas como efeitos desse conflito e seu reflexo desagregador na esfera cívica e comunitária.

- Privatização da política social: extravio das organizações sociais e ONG's

O valor destas descrições é salientar aspectos que dificultam ou facilitam a produção e reprodução de referentes alternativos, materiais e simbólicos, para os adolescentes naqueles locais. Uma dessas fontes tem a ver com a presença de organizações de base e das Organizações não Governamentais- Ong's, no setor.

Trajetórias alternativas de vida e, portanto, descontinuidades contextuais, poderiam ser o resultado das interações dos adolescentes com instituições que movimentam discursos e fornecem práticas, com potência para incidir nas agências juvenis, trazer novos conteúdos e principalmente incitar a sua reflexividade.

Aqui é importante dar destaque a uma ideia apenas insinuada no Capítulo I: as interações em sua potencialidade de produzir “perturbações criativas” estão condicionadas, tanto pelos aspectos estruturais quanto, pelas capacidades individuais e coletivas da agência. Portanto, qualquer agenciamento social não é um fato voluntário e totalmente livre. Condições de possibilidade da agência devem entrar na avaliação. Embora, sempre exista espaço para a ação verdadeiramente transformadora.

Desde a década de 1990 emerge ao nível regional e também mundial, uma tendência ancorada na lógica da expansão dos capitais, que procurava redefinir as relações do Estado e

⁴⁸ O corpo sexuado da violência armada está inscrito em uma ordem maior do machismo. Em vezes criminoses baseados na dominação do corpo feminino se justificam em ser a vítima, prostituta ou guerrilheira. Alude-se a etiquetas relativas à construção da feminidade (Coral-Díaz, 2010, p. 402).

sociedade civil, em termos das lógicas de eficiência, competência e lucro, visando ampliar os espaços de intervenção do mercado em espaços importantes da organização social. Essa configuração teve expressões no nível local. Em alguns casos, organizações sociais e ong's entraram em concorrência para se encarregarem de aspectos importantes da operação do Estado. Era a época da agência do Estado- Nação transferir funções para as entidades locais em processos exigentes de descentralização, desconcentração de funções, de responsabilidade compartilhada e em alguns casos mais extremos, mas não pouco frequentes, de privatização de áreas de serviços e de componentes estratégicos da execução das responsabilidades do Estado.

Ao nível local, essas formas de organização institucional e social reorientaram as relações de alguns segmentos historicamente contestatários com o Estado. Nos territórios estudados de segregação espacial e exclusão, poder-se-ia resumir essas mudanças nos seguintes aspectos:

- i. Progressiva dependência de organizações sociais e Ong's dos orçamentos estatais para manter a presença no território.
- ii. Relações contratuais com o Estado elevaram exigências de gestão e administração de recursos; as novas formas do trabalho, em especial com as organizações sociais, obrigaram à profissionalização das lideranças, à modernização de procedimentos e ao trabalho sob a lógica de projetos. Além disso, em um entorno de desemprego, a relação Org. Soc./Ong's-Estado era fonte de ingresso menos incerto.
- iii. A especialização que subjaz à lógica da ação fundamentada em "projetos" produz em alguns casos a segmentação das organizações a tempo que submete o trabalho à racionalidade técnica do Estado, criando verdadeiros ciclos da intervenção, que cada vez mais se regram pelas dinâmicas e contingências da administração pública.

Essa mudança progressiva é sentida assim por algumas lideranças atuantes no território:

"... a contratação com o Estado a partir da década de 1990, fez com que as organizações perderam uma perspectiva estratégica do território, limitando seu espectro de possibilidades. Mas além disso, cultivou a desconfiança entre organizações que antes eram muito próximas; ciúme entre organizações pelos contratos..." (Líder de San Cristóbal, 45anos).

Perda de vitalidade da organização social e um lento e progressivo afastamento da população são resultado dessa redefinição das relações entre moradores e Estado, mediada pela agência de organizações sociais e Ong's, no contexto neoliberal. Isso limita as possibilidades de convocação juvenil no local e o desenvolvimento de repertórios críticos e reflexivos frente à vida doméstica.

Concede-se importância demais a esse agenciamento? Em muitos casos a cultura institucional, por exemplo, a escola ou o setor da saúde, não conseguem interagir com uma margem de legitimidade e confiança que habilite encontros comunicativos com os adolescentes. Organizações da sociedade civil poderiam cumprir a função de instância de deliberação que potencie trajetórias que favoreçam descontinuidades contextuais nos adolescentes, com as ressalvas feitas acima, e mesmo com negociações muito difíceis com o entorno. O mesmo interlocutor ilustra essa experiência:

“eu entrei na organização muito jovem, tinha 16 anos; era muito estranho para meu pai eu ficar inserido em programas de alfabetização e formação de adultos; nós tivemos uma experiência de Educação Popular, então, meu pai falava assim para mim: você tem que sair dali, isso não é trabalho, tem que trabalhar; e era muito complicado para mim, explicar para ele o que eu gostava fazer, mas pior explicar-lhe que eu pensava assistir à universidade, quando na casa tudo era trabalho” (Líder de San Cristóbal, 45anos).

O significado da co-presença desses agentes deve ser valorizada em um exame singular sobre os mecanismos que dão fundamento à emergência de novos repertórios em contraponto com a densidade e centralidade das rotinas domésticas, característica nesses territórios. Na literatura sobre a gravidez essa análise é relevante quando a aproximação dá importância para os referentes nucleares desse mundo, que está aqui e além dos comportamentos sexuais adolescentes.

O significativo do mecanismo presente nessa agência é: a alteridade, “a compreensão do outro em sua diferença a partir da própria auto compreensão” (Aguilar, 2005. Apud González Silva, 2009, p. 26).

É evidente que esse trecho não constitui em si nenhuma prova em favor da pertinência dessas agências. Não é plausível a priori atribuir-lhes qualquer efeito transformador, mas apenas seu efeito de qualificação e ampliação de espaços coletivos que fortalecem condições de deliberação e atualização de assuntos que alteram as agendas cotidianas, em territórios de exclusão. Porém, Monteiro e Cecchetto (2006), em informe de pesquisa desenvolvido em contextos de exclusão social, no Rio de Janeiro, assinalavam que a presença de organizações civis contribuía para expandir o círculo de relações dos jovens, promovendo mudanças

nas trajetórias de vida e levantando as perspectivas da inserção profissional (Monteiro, 2006).

Além dos efeitos da ação do Estado sobre esse tipo de organização social, cenários de violências que disputam territórios e enfraquecem a esfera coletiva e pública, como os descritos para *San Cristóbal*, criam interferências nas potenciais interações entre essas instituições e os jovens.

- Entre o adequado e o pertinente: a agenda do Estado

A segregação espacial com exclusão social mostra um balanço negativo em relação à provisão de bens e serviços públicos. Essa avaliação é central porque o mercado não responde pela baixa capacidade de pagamento de uma parcela importante da população em um território sob essas condições. Em outras palavras, os níveis de segregação exprimem uma relação particular entre mercado e políticas públicas (Secretaría Distrital de Planeación, 2013).

Por exemplo, o sistema educativo público, mesmo apresentando um superávit relativo na oferta de vagas em *San Cristóbal* (Secretaría de Educación, 2013), não alcança cobrir toda a população em idade escolar que mora ali. O setor não oficial (colégios privados e religiosos) atende 30% dessa população.

Essa distribuição não é apenas resultado da ineficiência da política pública, mas de mecanismos de seleção e exclusão aprimorados pela escola privada e demandados por segmentos da população.

Mecanismos sutis ou mais abertos são utilizados pelas instituições privadas para selecionar seus estudantes: adesões religiosas, entrevistas prévias, seguimento personalizado das famílias, são recursos para garantir a entrada de grupos mais dispostos a participar dos mecanismos de separação e distinção entre adolescentes. É notório o efeito da luta pelo *status*: os eventos de gravidez em adolescentes adquirem um carácter “estranho” nessas instituições; tratamento individual com ajuste às normas morais aceitas pelos pais é um dos mecanismos para lidar com esse problema; estatísticas mais baixas de gravidez são exibidas como vitória por essas diretrizes. Isso foi constatado em oficinas feitas com representantes e diretores dessas instituições. A maior parte das escolas privadas fica na parte plana do território.

Porém, nas escolas públicas a gravidez é habitual: 65% dos adolescentes assinalaram no inquérito esse evento como algo normal, enquanto que 60% disse que não pensa mal da estudante que engravida.

Esses contrastes mostram que mesmo no interior do território estigmas participam das estratégias simbólicas de separação e criação de identidades coletivas. A procura de prestígio dos moradores, em especial os da parte baixa, se faz necessário nas condições gerais de precarização do território: os de cima; os mais pobres; os “ñeros” (habitantes da rua), e quem acessa às escolas privadas ou religiosas, os de melhor status, os da parte baixa.

O estigma em sua dupla dimensão, cultural e política, tem sido um mecanismo eficaz na separação de populações com efeitos na distribuição de bens e serviços. Essa é outra das dimensões presentes na conformação de espaços sociais como espaços geográficos de segregação e exclusão.

Como já discutido, outros mecanismos e decisões também participam nessa conformação: o mercado do solo da Cidade; decisões de agentes de mercado; o estigma sobre o território; escolhas de aparência individual, mas que respondem sistematicamente a um padrão dado pelo *status* e pelo medo originário ao contato, reproduzindo os sistemas de separação e enquadramento populacional.

Segregação espacial e exclusão não se referem apenas ao lugar de moradia, mas também à forma desigual de acesso a bens e serviços públicos de grandes porções de população. Formas de apropriação e fixação ao território variam, como também expectativas e *estilos de vida* são moldados por essas circunstâncias.

A pergunta é se a ação do Estado está na contramão desse sistema ideológico. É difícil sustentar, de todos os pontos de vista, que a administração pública mesmo em uma sociedade de classes, responde com o ímpeto discriminador das sociedades de castas e estamentos. Em sociedades democráticas isso depende da configuração de forças na esfera pública. Formas de condicionar e limitar a resposta oficial em sua relação com esses territórios obedecem, tanto ao privilégio de políticas públicas custo/eficientes ligadas a conceitos de direitos vinculados com o poder de compra e não com a inscrição na cidadania; valores antiquados dos formuladores de política; cenários performativos gerados pela mesma conformação de segregação e exclusão: para setores excluídos respostas limitadas e restringidas.

Ofertas estatais adequadas, mais do que pertinentes: complexos exercícios de priorização no território; priorização de populações, logo depois, a focalização, cálculos

custo/benefício, etc, se somam às sinergias institucionais, carregadas de valores antiquados (entre excludentes e filantrópicos) e por fim, às condições materiais e culturais herdadas pela população excluída por gerações, dando fôlego para respostas “socialmente adequadas” e, além disso, legitimadas pelos necessitados moradores.

As respostas estatais reproduzem o sistema de relações existentes. Isso é importante aqui porque projetos e trajetórias educativas e de trabalho para os adolescentes se enfrentam com essa “moldura”.

Isso está por trás da decisão de levar uma Instituição de Ensino técnica ao Território mais do que uma oferta competitiva, ajustada aos tempos que correm. Oferta muito seletiva de programas, tais como: auxiliar de pré-escolar; arquivista; técnico administrativo; contabilidade; manutenção de equipamentos de informática; corte e costura, etc. Toda a oferta reproduz tendências de inclusão diferenciada e subordinada dos moradores com a Cidade: reproduz a inserção segmentada no mercado de trabalho, como aconteceu com seus pais. A escolha é restrita e assegura a inserção para mercados deteriorados e mal remunerados.

Esses acentos institucionais respondem a critérios de eficiência, de “realismo” e de um incontestável pragmatismo altruísta: programas de curta duração, em áreas de pouco investimento acadêmico, com flexibilidade horária, localizada em espaços geográficos estratégicos para facilitar o acesso é a resposta ótima, legitimada pela ausência absoluta de outra solução e pela necessidade que atrapalha.

Essa oferta educativa tem ampla acolhida nos adolescentes. Necessidades de qualificação estão pressionadas pela modernização da Cidade, enquanto seus processos produtivos e administrativos, embora expectativas se limitam e modulam pelas condições de vida. Escolhas se encontram condicionadas por processos prévios de aquisição.

Do ponto de vista da oferta as “oportunidades educativas” estão em aberto para todos e todas e podem variar desse leque até carreiras de ensino superior em outras partes da Cidade. Nas falas com os adolescentes essa aspiração era pouco apetecida, além de alheia dadas as condições de vida. De forma muito convincente o interesse era ingressar na instituição técnica, sem dúvida muito bem sucedida no setor.

Mecanismos de articulação escola - instituição técnica (com essas ofertas) induzem a participação dos melhores estudantes dos últimos anos de ensino médio em programas complementares, em simultaneidade com a escola. A concorrência entre adolescentes pode aparecer como estimulante para o desenhador de política. Porém, qual o limite para essa concorrência se tornar opressiva para quem tem menos vantagens comparativas, como um

maior envolvimento em obrigações domésticas ou de trabalho? Esse umbral é muito difícil e fica obscurecido nas decisões técnicas.

- **Trajetórias educativas: expectativas encurtadas**

A tabela seguinte mostra expectativas sobre o futuro escolar, declarado pelos estudantes. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre meninos e meninas.
Tabela 7

Tabela 7. Expectativas sobre o futuro escolar

Alternativas	%
Alta possibilidade de entrar à faculdade e seguir uma carreira imediatamente terminar a escolar	12%
Alta possibilidade de entrar em uma instituição técnica (Sena, etc.) e fazer uma carreira imediatamente terminar a escola	36%
Grande chance de que se você quiser entrar na faculdade ou instituição técnica teria que trabalhar simultaneamente	33%
Grande possibilidade de ter que trabalhar, obter poupança e em seguida, continuar Estudando	8%
Você não sabe, ainda, o que pode acontecer no futuro com sua vida	8%
Uma grande possibilidade de ter que trabalhar para ajudar em casa	2%
(Em branco)	1%

Fonte: Inquérito: Condições de vida e sexualidade adolescente

Para algumas jovens entrevistadas, uma carreira profissional em ensino superior aparecia como promessa futura, ligada à possibilidade de entrar a uma instituição técnica, trabalhar logo depois, obter poupança e logo cumprir esse ciclo. Uma trajetória sinuosa e carregada de interferências era evidente entre as mães adolescentes.

O interesse em estudar está ancorado na aliança familiar como foi dito e não tanto na valorização em si dos saberes acadêmicos e dos desempenhos profissionais. Isso era evidente também nas entrevistas: apenas em duas ocasiões os meninos e meninas, contaram com algum detalhe aspectos relativos às áreas acadêmicas. Parecia que a inserção nos processos acadêmicos no dia a dia fosse frágil em alguma medida. Isso talvez se reflita na alta proporção de reprovação anual: 59% dos adolescentes afirmaram terem sido reprovados em alguma matéria no ano anterior. Portanto, é o esforço e o compromisso com o grupo familiar que ajuda a prefigurar a trajetória educativa no ensino fundamental e médio, mais do que o compromisso acadêmico em si.

Isso explica também, porque que só uma parcela muito pequena acreditava não poder continuar os estudos ao terminar o ensino médio. Talvez nesse caso as condições do lar fossem extremas.

Finalmente, essa relativa desconexão com as áreas acadêmicas também se refletia nas formas como eles enunciavam planos de seguir os estudos: “terminar meus estudos, ingressar no ensino técnico e estudar algo”; “pois no momento temos planejado terminar a escola este ano, no próximo fazer um técnico e logo depois morar juntos”; “um tecnológico dura perto de um ano, mas, em seguida, estudar seis meses, logo fazer estágio por seis meses e, então, aí eu vou receber dinheiro”.

A maneira de prefigurar o futuro nessa linguagem abstrata e prática ao mesmo tempo diz respeito a formas de apropriação do mundo escolar, mas também a trajetórias educativas encurtadas. Um aspecto é muito importante: Diferenças estatisticamente significativas foram encontradas quando se comparou todo o grupo, com a parcela de adolescentes envolvidos na gravidez. Nessa situação, as expectativas sobre o futuro escolar mudam: quem pensa ter chance de continuar unicamente estudando quando finalizar o ensino médio desce de 48% para 35% e a porcentagem aumenta para quem pensa que tem que trabalhar primeiro, obter poupança e logo depois estudar: de 8% para 18%. A gravidez muda a posição relativa dos adolescentes com relação a uma trajetória escolar que pareceria encurtada para os adolescentes em geral.

Em síntese, ofertas estatais apenas adequadas a expectativas educacionais encurtadas dos adolescentes fazem com que frágeis mecanismos de adesão ao sistema educativo se prolonguem entre gerações; formas de se posicionar frente às expectativas educacionais futuras tem incidência nos desempenhos presentes. Experiências de gravidez mudam as expectativas futuras, com possíveis efeitos nas escolhas e encaminhamentos a seguir. Quando as condições socioeconômicas das famílias são mais limitadas a interrupção dos estudos tem maior probabilidade de ocorrer.

Por fim, múltiplas ações institucionais em interação com os adolescentes fazem presença nos territórios estudados. Essas interações estão moldadas e reguladas, tanto por dinâmicas de tempo-espaço diferentes; por compromissos dos atores envolvidos e condicionantes sócio-espaciais como a violência no território.

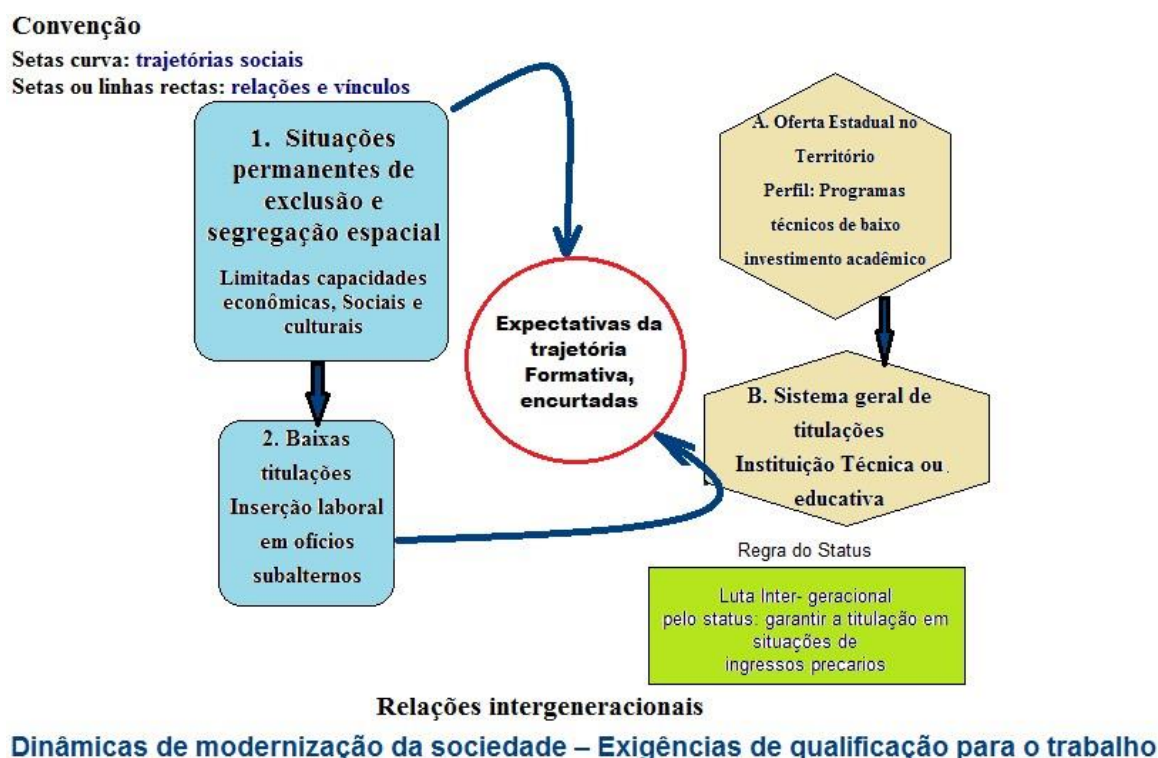
A perspectiva processual adotada nesta aproximação permite qualificar os mecanismos que regem as interações. Estas têm história e exprimem desde forças sócio-políticas até modelamentos mútuos entre gerações, passando por aspectos característicos

das trajetórias sociais dos habitantes, passíveis de especificação. Ver por exemplo a Figura.6, em baixo.

Essa figura, como foi analisada, mostra sinergias que sugerem expectativas de formação encurtadas: expectativas limitadas de formação, derivada de condições intergeracionais de precarização das condições de vida se inter-relacionam com ofertas estatais apenas adequadas para essas expectativas.

As agências sociais no território podem assegurar continuidade contextual ou pelo contrário dar alicerce para dinâmicas de descontinuidade e emergência do novo. Visto de outro modo, aspectos estruturais e agências institucionais faz parte da socialização adolescente nesses territórios. Portanto, é esse o contexto significativo que ajuda a compreender as práticas relacionadas com a sexualidade adolescente, entre elas as que conduzem para a gravidez. Como diz Castoriadis: “os indivíduos socializados são fragmentos falantes ou caminantes de uma sociedade dada. E são fragmentos totais que encarnam as instituições e os significados de uma sociedade” (Cornelius. Castoriadis, 1997, p. 3).

Figura. No. 3 Trajetórias sociais e expectativas de formação



5.2 SEXUALIDADE ADOLESCENTE: CONTEXTOS DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL E EXCLUSÃO

Qual a singularidade que se quer mostrar com esse título? A singularidade não está em uma dimensão, mas na configuração sistêmica das dimensões e aspectos que dizem respeito aos adolescentes em suas práticas cotidianas. Esse é o contexto móvel que ajuda a explicar os modos de viver a sexualidade; os repertórios que lhe são característicos; e os aspectos cruciais para entender a gravidez nessas camadas.

A sexualidade já foi aqui tratada, mas interessa agora salientar alguns temas convencionalmente estudados pela literatura, como o início da atividade sexual; as razões para não iniciar a prática sexual; o uso de métodos anticoncepcionais, e finalmente, os envoltimentos sexuais dos adolescentes. Isso obriga a retomar algumas questões que ficaram ainda em aberto.

- Porque ainda não é tempo...

A idade de início da atividade sexual é uma variável principal nos estudos ecológicos e de risco que se encarregam de explicar a gravidez na adolescência. Há uma ideia disseminada de que os jovens iniciam a atividade sexual muito cedo, de forma estendida; principalmente os meninos.

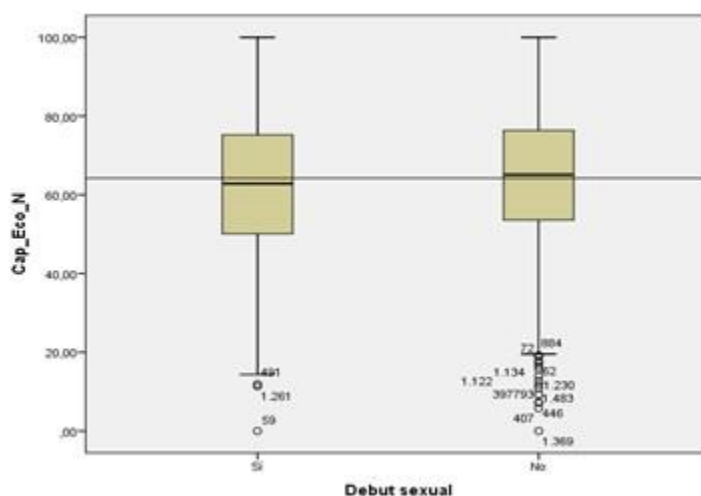
Em nossa pesquisa 2/3 da população envolvida no inquérito não tinha começado a vida sexual, dentro de um amplo intervalo: 11-18 anos. Esse dado poderia ser congruente com a mediana de idade de início encontrada para a Localidade no Inquérito de Demografia e Saúde (2011) que foi de 17, 8 anos.

Embora entre quem iniciarem a mediana de início da atividade sexual foi de 12,8 anos nos meninos e 13,9 anos nas meninas. Entre as razões para não começar a atividade sexual, os adolescentes assinalaram em ordem: esperar para ser mais velho (47%); não quer correr o risco de engravidar ou deixar alguém grávida (17%); não conhecer ainda alguém com quem deseja se relacionar (14%). Razões relativas a aspectos religiosos; esperar o matrimônio; pelo risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis; decepcionar os pais ou à família, foram razões muito pouco citadas. Diferenças estatisticamente significativas entre meninos e meninas não foram encontradas e os cálculos foram realizados com dados de estudantes acima de 13 anos.

O fato de os adolescentes que começaram a atividade sexual ter uma média muito embaixo da mediana da Localidade (2011), e que uma porção importante de adolescentes considerasse atrasar o início da atividade sexual pela idade com independência da faixa etária exprime para o grupo que já iniciou características muito particulares.

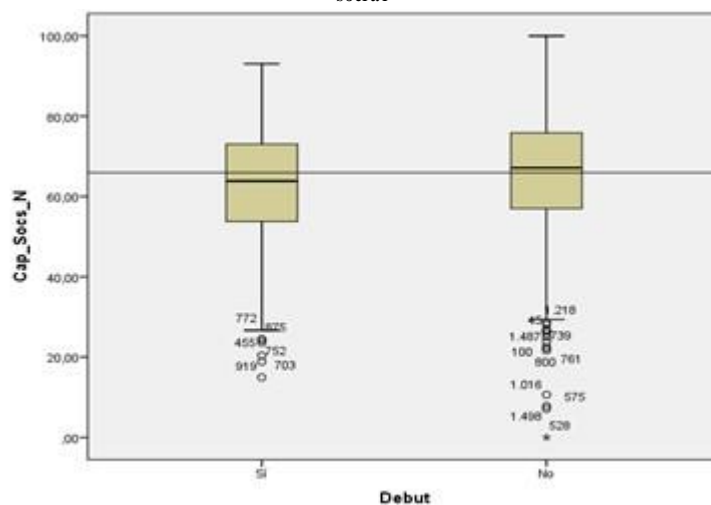
Comparação entre grupos que iniciaram e não iniciaram a atividade sexual, mostrou que no primeiro grupo a capacidade econômica do lar tendia a ser pior do que no grupo que ainda não iniciaram a atividade sexual, independentemente da idade. Ver, figura (7). O comprimento da cauda inferior é um pouco mais alongado no grupo que já tinha iniciado atividade sexual e o valor médio desse conjunto de dados está abaixo da capacidade econômica média da população. Uma limitação desses dados é que foram produzidos baseados em uma amostragem não probabilística como indicado no Capítulo II. Apesar disso, essas diferenças relativamente pequenas entre grupos muito similares poderiam ser consideradas conceitualmente relevantes.

Gráfico. No. 6 Início da atividade sexual e capacidade econômica



Fonte: Inquérito condições de vida e sexualidade adolescente

Gráfico. No. 7 Início da atividade sexual e capacidade social



Fonte: Inquérito condições de vida e sexualidade adolescente

O capital social apresentou uma situação similar. Este incorpora principalmente aspectos relativos aos funcionamentos familiares, vínculos afetivos com a família, amizades, participação em grupos etc.

Essas medidas resumo tem a vantagem de visualizar facilmente o comportamento e comparação de agrupamento de dados, porém, ocorrências inusuais, ficam ofuscadas e precisariam de outros cálculos estatísticos. Mas neste caso estimou-se suficiente esta informação principalmente porque a metodologia, como foi dito, permite reconhecer o valor do conjunto de variáveis envolvidas em cada indicador complexo, e quais delas melhor explicam sua variabilidade. É possível, em outro nível, analisar inter-relações entre indicadores complexos, a partir da informação das variáveis qualitativas que tem maior poder explicativo em cada indicador analisado independentemente. No contexto da pesquisa é possível afirmar que as piores capacidades econômicas estariam representadas em lares com maior número de pessoas em dependência econômica; adolescentes com experiências de trabalho; a família possivelmente moraria de aluguel; dependeriam em maior medida de subsídios estatais, etc; mas com maior significância, o trabalho da chefia do lar tenderia para ofícios precários ou informais incluindo o desemprego; os lares teriam menos equipamentos e aparelhos domésticos, etc, e, por fim, com maior frequência a renda familiar alcançaria apenas os gastos mínimos ou as vezes nem isso. Este último aspecto é chave para entender sua incidência nas trajetórias educacionais ou de trabalho, por exemplo.

Não é difícil imaginar que em conjunto essas condições teriam a potencialidade de moldar processos de socialização no sentido de possivelmente envolver o adolescente de forma mais direta nos suportes familiares: trabalho, maior compromisso com os assuntos domésticos, etc., conduzindo a uma configuração de papéis adultos.

De outra parte, menor capacidade social indicaria menor participação em grupos de pares; menor inter-relação com os adultos da família no dia a dia; sentimentos de menor valoração para as agências de seu entorno: em especial a escola e as amizades. Uma das consequências lógicas seria concluir dessas descrições relações diretas que explicassem o início da atividade sexual. Porém, percebe-se uma distância entre essa variável e as mencionadas descrições, mesmo que elas ajudem a orientar a compreensão de relações envolvidas. Esses dados assumem maior riqueza quando fazem parte de uma interpretação mais ampla, que incorpora o sistema de dimensões envolvidas: um sistema que define condições de possibilidade para distintas trajetórias.

É necessário cuidar para a análise não cair em um objetivismo extremo, como se todas as variáveis explicativas pudessem ser especificadas; esse caminho levaria inexoravelmente a um determinismo causal. As vezes a pesquisa precisa se contentar com um olhar a certa distância. Aspectos bio-emocionais presentes nas trocas sexuais nem sempre são redutíveis a aspectos sociais, embora se expressem na socialização.

De qualquer forma, poderemos concluir que no início da atividade sexual dos jovens estudados incidem aspectos relacionados à papeis adultos impulsionados pelas condições de vida, aprimorados por funcionamentos familiares relacionados com fracos acompanhamentos e envolvimento afetivos; além disso, a escassa inserção desses jovens em grupos e, portanto, em projetos compartilhados. Diferenças relacionadas com as capacidades culturais dos lares não foram registradas, mas uma das características mais estendidas nessa população de estudo é a baixa titulação dos adultos, além de baixa inserção na cultura escolar e letrada.

Relatórios oficiais revelam que a mediana de início da atividade sexual para a Cidade é 18 anos. Afirmam também que quanto maior o nível de educação e os índices de riqueza, mais tarde as atividades sexuais se iniciam (Secretaría de Salud de S. d. S. d. Bogotá, 2013, p. 117). A literatura sobre fatores de risco associados ao início precoce da atividade sexual salienta aspectos individuais como ser homem; ter irmãs com história de gravidez na adolescência; atitudes permissivas com a sexualidade; pertencer aos estratos socioeconômicos mais baixos; pressão do grupo de pares, entre vários outros, (Holguín M,

2013); (Gamarra-Tenorio, 2010); (Vilela Borges, 2007). No entanto, pouco informa sobre os contextos em que esses achados são produzidos, como também sobre as experiências socialmente construídas em contextos de exclusão.

- Repertórios sobre a sexualidade

O conceito de repertório tem a ver com a existência, nas narrativas dos adolescentes e pais ou cuidadores, de diferentes unidades linguísticas relativamente vinculadas e internamente consistentes (Wetherell, 1988). A importância dada a essa perspectiva analítica é que, além de exprimir significados das realidades construídas nos territórios, auxilia a compreender as posições assumidas pelos distintos atores em relação aos aspectos explorados.

Identidades sociais e sexuais dizem respeito a maneiras de se relacionar com o outro sexo, formas de construção da intimidade e ideais de gênero.

- Estereótipos e protótipos: a marca do *status*

Nas trocas habituais com os moradores daqueles locais e de maneira mais intensa, nas oficinas feitas com um número importante de adolescentes de distintas escolas, idades, cursos, etc., foi possível coletar abundante evidência sobre a definição de esquemas de separação, enquadramento e distinção, vinculados ao gênero. Esses achados foram produto das interações entre meninos e meninas nas oficinas desenhadas.

Esses esquemas são aprendizados, produto da interação cotidiana desses adolescentes. Não exprimem apenas valores, emoções, afetos, sentimentos, etc., mas um sistema de poder que se reproduz nas interdependências estreitas entre os adolescentes, principalmente relacionadas com a procura de *status* de reconhecimento.

Mas qual a natureza desse *status*? Tem a ver com o *status* do excluído, reflexo da procura de titulação que atravessa as gerações, como foi discutido?

Esse *status* tem uma particularidade relacionada com a apropriação de esquemas legitimados por condicionamentos socioculturais. Formas de dominação cultural recriam estereótipos, protótipos ou modelos sociais desejáveis cristalizados nos processos de construção da identidade. Mas porque trata-los de *status*?

Principalmente porque sua eficácia se dá em forma de uma conquista, valorada e respeitada nesse contexto específico (idiossincrático). Um *estilo de vida* estendido e amplamente validado nesses grupos, mas que separa e distingue: o *status* de reconhecimento nos adolescentes é um mecanismo que distingue as meninas para “ocuparem seu lugar”, e os meninos para que sejam “responsáveis” quer dizer, que “respondam” pelas mães e filhos.

Mas, trata-se apenas do *status* adulto, motivo do desejo adolescente? Se *status* adulto diz respeito à autonomia e à independência, esse *status* de reconhecimento se refere apenas aos desempenhos situados e legitimados para os gêneros naqueles locais: a mãe cuidadora/ o homem responsável. Isso se desenvolve logo depois.

Nancy Fraser (2008) empenhada no desenvolvimento de uma teoria crítica do reconhecimento distingue dois sistemas de subordinação, um relacionado com as desigualdades materiais e o outro com o desrespeito cultural. Seu trabalho reconhece as interações entre um e outro sistema (Fraser, 2008). Essa distinção analítica e política tem sua própria finalidade, mas também auxilia com elementos para distinguir o status do excluído, do *status* de reconhecimento atribuído aos gêneros, traço singular dos adolescentes.

É o lugar; a posição social relativa e desejável dos gêneros dentro do grupo; a ação de incluir ou excluir com relação a comportamentos sexuais singulares e estereotipados, o que melhor explica os achados relacionados com a construção social dos gêneros, entre esses adolescentes. Em outros termos, sustentamos que para esse grupo, estereótipos e protótipos relacionados ao gênero jogam papel importante na construção de uma identidade social e sexual que aflora na disputa pelo *status* de reconhecimento.

O *status* do adolescente se constrói se separando do “chacho”, (eles) um adolescente que “se acha”; impõe a lei, portanto, incorpora uma nova ordem; também pode estar “fora da lei”; ele tem formas agressivas de tratar; é bêbado e mulherengo; e muito vistoso para se vestir: óculos escuros, calças apertadas, camisa de gola ampla e boné. Esse é o que mais goza e bebe. Algumas mulheres gostam dele, dizem os meninos, porque ele que “as maltrata”.

Mesmo conservando alguns desses traços, o adolescente acredita que modos aprimorados, são “gays”; eles rejeitam esse estereótipo do “chacho”, mas talvez com inveja.

A “buscona⁴⁹” (elas), por enquanto, usa roupa que “provoca”; mostra “tudo”; quer gozar-se os homens e divulga-o; é uma cadela; também gosta de meninas; não ocupa seu “lugar”.

Por contraponto, a adolescente (nós) é quem “ocupa seu lugar”, é mais delicada, mais “dissimulada”; não se deixa “manusear de qualquer um”. Gostam de casal que “trata-las bem e fazê-las sentir bem”, e que “saiba esperar o momento”.

Por fim, o adolescente (nós) censura o contato físico com outros homens; um homem não cuida de outro homem⁵⁰ - isso que cria confronto de forma direta com a imagem patriarcal -; é um “tigre” (ágil, rápido, esperto, voraz); sedento de sexo e, isso é imputado a sua natureza; portanto, desculpa que seja mulherengo; faz com que a mulher sinta ciúme, duvide do homem quando tem trocas sexuais e, além disso, entre em confronto com outras meninas pelos homens; e nas brigas tente ferir-lhes a face para que “fiquem feias⁵¹”; ou sintam-se felizes quando o homem acredita nelas: “que goste de uma como uma é”.

Esse jogo de estereótipos é alimentado de fato por arquétipos patriarcais e machistas e exprimem o protótipo ali aceito de homem e de mulher. Esse sistema de referências é funcional, desde logo, para a ordem patriarcal imperante, mas expressa algo mais: ao imputar-lhe os estereótipos “chacho/buscona”, manifestações de ilegalidade, tanto judiciária quanto moral (“fora da lei”: o chacho: “não ocupa seu lugar” e até “gostar de meninas”: a buscona), configurasse o espaço, normalizado, moralmente aceito e socialmente respeitável: o homem dentro da lei moral é principalmente o homem responsável; enquanto, a mulher que vale a pena, é quem ocupa seu lugar e, portanto, também seu espaço social habitual. Essas representações estão ajustadas para um cânone que define o status dos casais.

“... pois o homem sempre respondendo e sempre estar ciente de que é o homem e que não tem que deixar mergulhar de repente à família à falência; então ele deve trabalhar; mas se não tem trabalho, então procurar trabalho e não ficar desse jeito” (Pai adolescente, (Adolescente, 17 anos)

“Uma mulher? Eh, bem... estar com ele nos bons e nos maus, e não deixá-lo sozinho, para fazer todas as coisas, não tudo, porque ele ensina-se a ser preguiçoso, porque, como agora a lei da

⁴⁹ Buscona, é uma vadia.

⁵⁰ No inquérito 56% dos adolescentes disseram que tinham percebido na escola rejeitar a alguém pela orientação sexual.

⁵¹ Papel importante tem o ciúme nos relacionamentos amorosos e de amizade. Esse aspecto ali aparece muito importante nas mediações dos namorados: o controle legitimado em nome do ciúme, manifestação do amor, de reconhecimento. Quem tem ciúme é porque ama, mas também prova de que é amada ou amado. Mas, também mecanismo que media as relações de amizade entre as mulheres, fonte permanente de briga entre elas.

mulher é fazer tudo para o homem, o homem não faz nada, então, também não!, mas fazer suas coisas necessárias para ele...” (Mãe adolescente, 15 anos).

Os adolescentes definem sua posição com relação ao gênero oposto mediante a identificação dos papéis socialmente esperados. O *hábitus* instituído distribui responsabilidades e expectativas, de um lado, mas também, assinala os conflitos que isso acarreta: emprego-desemprego-lealdade-cuidado-sacrifício-limite, fundamento prático e moral dos relacionamentos amorosos.

- Trocas sexuais e ...

Os “cortejos” que antecipam as trocas sexuais se estabelecem principalmente entre parceiros em compromissos de namoro: 67% dos adolescentes -meninos e meninas- afirmaram manter usualmente relações sexuais com seus parceiros ou parceiras. Com diferenças estatisticamente significativas, esse fato era mais frequente entre as meninas: 83,3%, enquanto que os meninos só em 54%. 21% com amigadas e, então a diferença muda de orientação: 29% dos meninos e só 10% das meninas afirmam trocas sexuais, usuais, com amigadas; porém, apenas 6% tinham relações com alguém que se conhece no momento.

Relações sexuais com adultos e contra a vontade 2%; ter recebido dinheiro por sexo 0,4%; ter pago por sexo 0,4%, etc. Outros estudos também têm reportado desfechos similares, por exemplo: González A Electra (2007). Esse 2% é muito preocupante, pois, assinala situações contínuas de violência sexual dos adultos, fatos que a estatística tende a obscurecer.

Desde o início do namoro até o primeiro relacionamento sexual, pode passar desde três meses até um ano:

“...quando se trata de um namoro depois de um ano, você tem sexo. Sim um ano; quando comemoramos um ano eu transei com ele. Ou seja, funcionou. Porque eu pensava: o que ele dizia para mim, não era verdade, então, que apenas ele transara comigo até ai, e já tchau”.(Mãe Adolescente, 18 anos).

“Um ano para começar esses relacionamentos sexuais porque eu não deixei antes, porque minhas amigas sempre diziam para mim assim: sempre deixe passar um ano porque você não sabe... você precisa conhecer ele”. (Mãe Adolescente, 17 anos).

“pois que uma pessoa demonstre para uma que não vá apenas por isso ... para ter relacionamentos sexuais, mas que demonstre que realmente quer um; e sim, que ele entende uma”(Adolescente, 17 anos).

Esse padrão muda quando se trata de adolescentes em extrema vulnerabilidade social, ligada a situações de violência no lar. Nesses casos, o cortejo e as decisões de formar família poderiam estar muito próximos no tempo.

“Não faz muito tempo que eu tinha conhecido ele; em seguida, veio o dia em que deixei minha casa e foi a viver com ele embaixo com a minha cunhada, e começou a relação com ele; ele decidiu ter um filho comigo e criar uma família e tudo isso”. (Mãe adolescente de dois filhos, com desescolarização, 17 anos).

As adolescentes relatam pressões do parceiro durante esse tempo de espera. A principal razão para não ter relações sexuais são dúvidas e desconfiança com o parceiro: “ele quer sacar proveito de mim”; “os homens não dão para confiar”. Precisamente um passo crucial na confiança, tem a ver com a apresentação formal dos parceiros com as famílias.

Para as meninas é importante o reconhecimento familiar: “algo é a serio quando se apresenta o parceiro com os pais, mas é ainda mais, se ele é quem apresenta para os pais dele”; para os meninos esse reconhecimento é importante, mas também um passaporte para estabilizar os tempos de encontro com sua parceira: “depois de já distinguir a família dela, eu passava a maior parte do tempo com ela lá”. Os primeiros relacionamentos sexuais se produzem em casa da adolescente ou seu parceiro.

Para a menina, ser precavida e reservada, “não se entregar rápido” faz parte do repertório da mulher que “ocupa seu lugar”; mas isso ofusca sua posição paradoxal: se “entregar-se”, corre o risco desse gesto não ser correspondido e premiado com o amor de quem sim merece, que distingue, que confere status, ou se negar-se perder esse amor.

“Sim, pois eu pensava em isso, por isso eu nunca me lhe entreguei rápido, por isso, então, eu depois de um ano, eu falei pra mim, esse rapaz se quer algo a serio comigo, porque já um ano e se fosse outro, se vai e, pois, procura outra”. (Mãe adolescente, 17 anos)

Mas essa consciência de decidir quando e com quem ter trocas sexuais vai se diluindo com o tempo, quando paulatinamente o relacionamento redefine para ela uma posição de subordinação. Os transe íntimos das trocas sexuais assim parecem confirmá-lo.

De outra parte, evidenciam-se dois posicionamentos polarizados no sentimento depois do primeiro relacionamento sexual. Ver a tabela seguinte. Diferenças são estatisticamente significativas até o quarto item.

Tabela 8 Sentimento depois da primeira relação sexual

Tipos ou características	%	
	Varão	Mulher
Tipos ou caráter		
Gratificação, prazer, satisfação	64,0%	32,8%
Medo de engravidar ou deixar alguém grávida	18,2%	39,8%
Culpa ou arrependimento, porque eu pensei que era impróprio	5,8%	12,0%
Foi contra a minha vontade	3,6%	7,5%
Foi sob os efeitos do álcool	1,6%	0,4%
Foi sob a influência de drogas	3,6%	3,7%
(Em branco)	3,2%	3,7%

Fonte: Inquérito: Condições de vida e sexualidade adolescente

Ainda que marginal nessa estatística, o registro de meninos, mas principalmente de meninas, que informaram abuso sexual dos adultos no primeiro relacionamento sexual, é um fato que deve chamar a atenção da esfera de intervenção ao tempo que salienta uma aresta muito crua do patriarcalismo.

Sentimentos experimentados pelos adolescentes, meninos e meninas, na primeira relação sexual, expressam posicionamentos muito singulares, como foi dito: levando em conta que possivelmente uma parcela importante da população teve essa experiência no contexto de uma relação romântica (meninos e meninas), é muito significativo que se apresentem essas diferenças. Para as meninas, medo e culpa são as sensações mais frequentes; enquanto os meninos atingem experimentar principalmente prazer e gratificação: dois espaços distintos de onde essas camadas de adolescentes se inscrevem pela primeira vez na vida sexual e constroem suas identidades.

As diferenças encontradas podem ser explicadas pelo efeito performativo da gravidez no corpo feminino e suas consequências diretas, fato que seria atenuado pela racionalidade incorporada no discurso preventivo e pelo uso de métodos anticoncepcionais de base científica. Essa explicação seria apenas parcial nesse contexto, levando em conta que na primeira relação geralmente elas não estão inseridas em programas anticoncepcionais.

Diferentes dados encontrados demonstrariam que os meninos estariam mais dispostos a não usar camisinha: como foi discutido, mesmo que acreditassem, em uma porcentagem alta, que em toda relação sexual é preciso usar preservativo, também afirmaram que a anticoncepção de emergência (“pílula do dia depois”) e o coito interrompido, poderiam substituir a camisinha.

O uso do preservativo naqueles locais parece submetido a um jogo simbólico de confianças; de maior intimidade na relação, como assegura a literatura (Antona Rodríguez, 2009), mas projetado em uma ordem desigual dos casais: com o namorado, o primeiro relacionamento é um momento esperado pela menina: “eu não sabia, mas eu tinha uma intuição, ele que tomou a iniciativa...”. A adolescente quer agradar seu parceiro: “ele disse para mim, com o preservativo não é igual, então eu acreditava nele [...] e bom como não aconteceu nada, já era uma rotina, normal”; com o tempo o parceiro ganha confiança da adolescente e se institui a relação sexual de forma desprotegida; O namoro tem efeitos normativos na conduta: “eu sabia que podia engravidar sim, mas eu estava namorando”. Ou as vezes o namorado evita responsabilidades na anticoncepção: “não.. eu sabia que podia ficar grávida...eu tomava a pílula de um dia depois, mas umas vezes sim, outras não, mas ele que não me perguntava”. Além disso, o parceiro prefere o uso da pílula e não o preservativo: “ele me dizia, que sim que ele me dava o dinheiro para comprar a “post day”, que eu perguntara quanto valiam, e ele me dava o dinheiro para compra-las”.

Em alguns casos a relação do parceiro com o preservativo parece nortear-se em um sentido de utilidade distinto ao da preocupação de engravidar: ele se proteger de doenças.

“Da gravidez nada, eu nunca pensei nisso; da doença sim, porque no futuro me parece ruim ficar mal com qualquer coisa; eu escutei toda essa propaganda dizendo que você tem que andar com um preservativo assim” (Pai Adolescente, 16 anos).

Preocupação pela doença que a confiança com a sua parceira se encarrega de diluir. Além disso, alguns acreditaram que na primeira relação não existe perigo de engravidar.

Atitudes positivas com o uso do preservativo detectadas no inquérito (ver: Tabela.2), não se relacionaram com práticas cuidadosas. Outros estudos têm encontrado que o uso do preservativo está condicionado pelos papéis de gêneros, a idade de início da atividade sexual, o grau de satisfação com o uso, e uma maior sintonia/ligação entre os parceiros, fato, este último, que favoreceria processos de comunicação e negociação entre eles (Teva, 2014); (Espada, 2014); (Gayet Cecilia, 2003). Mas também com o nível de escolaridade dos adolescentes e de suas mães (Rocha Clarissa Lisbôa Arla, 2007).

Outro aspecto de interesse é que grupos com características socioeconômicas e socioculturais muito semelhantes como os deste estudo, compartilham comportamentos sexuais, dando reforço para essas práticas.

Nessas condições, como foi constatado nas entrevistas, um número importante dos primeiros relacionamentos sexuais não foi protegido. Esse fato explica em boa medida que meninas refiram sentimentos de preocupação e medo de ficar grávida nessa experiência. Mas o uso de outros métodos é conhecido, embora, com pouca apropriação por parte dessa população. Três posições podem-se evidenciar: i. as mães adultas aconselham suas filhas planejar quando aparece o namoro. O fato dos adolescentes terem relacionamentos sexuais não cria qualquer escândalo, mesmo que também não responda a uma inscrição moral consensual. ii. em vários casos as meninas manifestaram vergonha de tomar iniciativa para pedir a seus pais marcarem com o médico e iniciar o planejamento. Isso pareceria corresponder a uma “passagem” para o amadurecimento com fundamento no “corpo desejante” que elas não estariam dispostas a desvelar ante os olhos dos seus pais. iii. por fim, uma parcela aparentemente pequena tem receio de usar anticoncepcionais de base hormonal, por acreditarem trazer problemas para a saúde.

Nas entrevistas foi recorrente as adolescentes afirmarem que com frequência esqueciam-se da data da “injeção”; perdiam a consulta médica de planejamento familiar; tinham preguiça, no caso mais extremo, para procurar um anticoncepcional⁵², etc. Esse uso

⁵² No inquérito 50% dos adolescentes confirmaram um acesso fácil aos métodos anticoncepcionais, enquanto que 25% manifestaram dificuldades.

irregular poderia ser imputado apenas a erros nas técnicas, imperícia, etc.? A análise do que acontece com o preservativo desvela outro tipo de questões que talvez expliquem esse uso apático e negligenciado. A vantagem de discutir sobre o uso do preservativo é que expõe formas particulares de negociação nas trocas sexuais. Porém, a forma como se administra o uso de outros métodos anticoncepcionais, revela que a responsabilidade é das adolescentes.

O inquérito aplicado mostrou que na relação sexual mais recente 57% dos adolescentes todos usaram preservativo, seguido pelos cremes e anticoncepcionais injetáveis (11%); pílulas anticoncepcionais (10%), e implantes intradérmicos (5%). 7,1% não usaram nenhum método; e 8,7% pensaram ser desnecessário usar um método porque era a primeira vez e, por fim, um 1,5% usou ervas e preparados em casa.

Esses problemas poderiam se aprimorar em descrições ainda mais detalhadas, mas o interesse é discutir a presença de condicionantes do uso inadequado de anticoncepcionais, além das explicações técnicas, que a literatura fixa em inconsistências, erros, imperícias, informação errônea, etc (Canaval E., 2006);(Cruz Hernández, 2007). Este é um terreno muito complexo e carregado de preconceitos: “trata-se de jovens que vivem no presente”, “não têm habito de planejamento”, etc.,

Para levantar essa questão não é preciso desconhecer que nesse grupo, além de possíveis “erros na técnica”, subsistem crenças e usos impróprios dos anticoncepcionais. Esses últimos estão ancorados em sistemas de valores, em formas de vivenciar a sexualidade, fundamentando com algum nível de eficácia o modo de ser das práticas sexuais. Modos que desafiam a racionalidade técnica e o que é razoável dentro do âmbito preventivo e socialmente aceito.

Com diferenças estatisticamente significativas, meninos acreditaram com maior frequência que a interrupção durante o ato sexual é preventivo da gravidez e, além disso, que o anticoncepcional de emergência pode substituir a camisinha, além de toda relação sexual com penetração deveria ser protegida. Os problemas registrados desvelam no uso do preservativo uma ordem pragmática e simbólica mais ampla: os meninos tentam e ao final, atingem impor às meninas, sua visão sobre a anticoncepção nas trocas sexuais, mas também recriam em seu desejo de maior intimidade e proximidade dado pelo contato direto sem preservativo. Esse fato forma parte de um tipo de identidade masculina, que atua e se reproduz na intimidade mais delicada e profunda, desafiando toda ordem formalizada pelo discurso

preventivo, que ele conhece e reconhece, mas que nem transgrede, porque segundo o que experimenta, ele atua a nome da norma moral e natural (o ser masculino), da qual ele se considera princípio e final. Nesse patamar o temor e receio da parceira de engravidar são diluídos no afã de quem só consegue privilegiar seu próprio desejo. Aprofundar nesse fato transborda os alcances dessa discussão.

O uso ancorado no significado preventivo que relaciona preservativo e doença diluem-se, para todas as camadas no desempenho de seus relacionamentos, atravessados por cortejos estendidos e cristalizados na confiança, física e moral, projetada em um compromisso prometido como duradouro, sério e reclamado ao parceiro. Temos que tomar cuidado com as palavras, pois confiança não significa necessária e imediatamente reconhecimento e comunicação. Confiança é um sentimento de segurança, certeza com o outro, embora distinto da alteridade que implica a relação com o outro, mas sem separar-se da compreensão de si mesmo (Conill, 2008). Esse é o patamar básico da sintonia/ligação que precisa qualquer fato comunicativo legítimo.

O modelo relacional discutido (entre gêneros), explicaria em parte a ausência de compromisso com a camisinha nessas camadas, um dos métodos de mais fácil acesso para os adolescentes. Alternativas, como anticoncepcionais de base química ou hormonal, pouco usadas ainda, representariam, em uma linguagem econômica, maior custo de transação naqueles locais, pelo seu direto envolvimento em campos simbólico relacionais muito profundos, que nem sempre passam pela corriqueira ideia de abrir mão à libertinagem da adolescente.

Ainda devemos aprofundar um pouco mais, para mostrar o inconveniente de se parar aqui a explicação sobre as trajetórias que conduzem à gravidez.

- O ciclo quebrado do amor

Na contramão dos estereótipos mais difundidos, a maior parte das experiências sexuais desses adolescentes acontece no seio de um relacionamento amoroso. Contatos ocasionais são muito poucos, no registro, e a centralidade do álcool ou da droga como detonantes principais das trocas sexuais é um argumento fraco, apesar de seu uso estendido. Isso se explica porque existe uma regra que separa o namorar e “o ficar”. Usando uma alegoria que só tem eficácia no contexto desta elaboração: a conquista e o namoro estão fora da festa.

No geral as histórias amorosas que passam pela paternidade e a maternidade podem ser organizadas em quatro momentos:

1. “Não fazer as coisas tão rápido” é um eixo fundamental e fundante de todo relacionamento amoroso “sério e duradouro”.

“Ele nunca chegou a me tocar, abraçar-me nunca, nunca nada, apenas aquele beijo e já, mas nunca isso do que o outro Sim, isso é o que eu gostei dele. Era muito respeitoso comigo, e, depois... foi como um teste se eu estava indo para me entregar rápido, se fosse como as outras, mas não...” (Adolescente, 16 anos. Grupo Focal). Esses, “outras e outros”, jogam um papel muito produtivo nas molduras afetivas dos adolescentes. Essas “outras” também estão muito presentes nas narrativas dos adultos: “infidelidades, erros que meu deus querido perdoa; mas eu sempre digo que as crianças são primeiras”; dizia para nós um dos pais adultos entrevistados.

Mas o principal, nesse contexto é assinalar que cada casal, ocupa o “lugar” na distribuição de papéis no enquadre amoroso: homem responsável e respeitoso: mulher que se faz respeitar e, portanto, é alguém em quem “confiar”: romance que para se desenvolver, precisa constatação da retidão moral da parceira, da postura de quem sabe ocupar seu “lugar”; então, alguém em quem confiar a descendência: “o mais valioso da mulher é o lar”; “o mais valioso da mulher é que escute seu parceiro, de repente, de repente, ouvir seu filho, que saiba aconselhar..”

Além disso, falas agradáveis, detalhes; cuidadoso na forma de vestir; bom trato, que preste apoio, mas principalmente que saiba esperar, são as coisas que apaixonam namoram aquelas adolescentes:

“...quer dizer, eu era como muito respeitoso sobre isso, ou seja, eu não gostava de estar com ela que já!, não; eu queria que fosse bonito, que um o lembrasse assim, bonito, como as mulheres dizem” (pai adolescente, 17 anos).

2. O convívio, o prestígio, casais que se isolam dos pares, são movimentos em simultâneo, prévio à apresentação familiar. O namoro produz prestígio, ou as vezes inveja entre as adolescentes; começa a redefinição dos papéis: “...ou seja, começa a me manipular porque já é o noivo”; e por fim, o isolamento dos casais no dia a dia. Uma vida comprometida que as vezes precisa de promessas: “ele me dizia que ia deixar a droga, ia procurar trabalho”, ou “ia voltar para a escola noturna”.

3. Então aflora a “confiança”, afetiva, moral; confiança para desnudar o corpo, para revelar o desejo sexual (principalmente as meninas) e, portanto, aparecem também os contatos íntimos. Isso transforma profundamente os relacionamentos: “eu fiquei mais próxima; nos unimos mais”. Mas a expressão mais adequada desse período foi dita por um adolescente:

“... porque já não éramos mais, ou melhor, porque estávamos mais ... mais ligados; já deixamos de ser uma noiva e um noivo para já ser casais...dizer um par consolidado, que já de repente não existia antes o ciúme, e aqui vem a aparecer ciúme, então mudaram várias coisas...”

Nesse tipo particular de encontro os anticoncepcionais perdem sua eficácia técnica e simbólica: o uso se faz ocasional e apático como foi dito.. Então dizer quando e com quem as trocas sexuais é coisa do passado para essas meninas: “estávamos namorando, sim claro, então por isso nunca usamos um preservativo nem nada”.

As adolescentes e seus parceiros - lembra-se, muitos deles de idades muito próximas às idades das meninas- estabelecem uma ligação bio-emocional muito particular, como se fossem casais amadurecidos. “quem pensaria que ele ia ser o pai de meus filhos” disse para nós uma menina, usando um plural que resultava estranho em uma adolescente de 15 anos.

Logo depois que a adolescente começa as trocas sexuais, o padrão de relacionamentos tende a se parecer aos de uma mulher com parceiro estabelecido. Tabela.9, a seguir. Isso explica porque as adolescentes registraram relacionamentos sexuais mais frequentes do que o homem. As diferenças foram estatisticamente significativas no primeiro e quarto item.

Tabela 9 Frequência de relacionamentos sexuais nos últimos seis meses

Frequência	%	
	Varão	Mulher
Seis e mais vezes	17%	32%
Entre duas e cinco vezes	34%	29%
Uma vez	21%	20%
Não, nos últimos seis meses	29%	18%

Fonte: Inquérito: Condições de vida e sexualidade adolescente

Esses dados confirmariam que para uma parcela importante de adolescentes, uma vez que iniciarem atividades sexuais, há uma tendência a conformar relacionamentos

“estáveis”. Os dados coletados na aproximação qualitativa assim permitem afirmá-lo. Além disso, os problemas são consistentes com o fato dos adolescentes todos usualmente manterem relações sexuais com o parceiro ou parceira, especialmente as meninas como foi apresentado atrás. 4. Com o nascimento do bebê, em alguns casos a mãe vai para casa do parceiro, em outros o parceiro é recebido na casa da adolescente. Mas ao final do nascimento a imensa maioria das novas mães volta para casa de seus pais; como foi dito: o principal “fator protetor” para elas continuarem seus estudos e diminuir as possibilidades de ficar grávida de novo. Em alguns casos esse era o momento da ruptura, mas em outros continuavam com o parceiro.

Por fim, em todos relatos coletados evidenciara-se permanente ideação relacionada com filhotes, formar família, se casar, mas “para mais adiante”. Esses referentes formavam parte das trocas entre os adolescentes.

5.2.1 Identidades difusas

Três aspectos merecem ser considerados quando fixar o olhar sobre os dados, como totalidade:

1. As adolescentes grávidas com ou sem quebra amorosa rejeitavam o casamento, ainda que fosse mais adiante, principalmente porque não admitem o controle masculino sobre suas vidas. Como entender essa contradição? Depois de constatar sua agência subordinada nas trocas sexuais, qual o lugar desse sentimento de libertação? : o matrimônio é uma instituição tomada muito a sério em todas as gerações. Se casar é um passo muito crítico. Para as mães adultas “viver em pecado” é habitual; se casar pode “atrapalhar a relação” com o parceiro; é começo de brigas e desencontros do casal, mas ao mesmo tempo estado indesejável que precisa mudar quando a desgraça ou alguma dificuldade maior bate na porta: “a gente casou há pouco, eu prometi me casar para Deus dar-me ajuda com meu filho doente...”. O matrimônio é uma instituição “sagrada”, portanto, capaz de limpar o pecado.

As mães adolescentes veem o matrimônio como um fardo muito pesado; o homem controlaria continuamente a vida, e se casar compromete também um pacto sagrado, difícil de desvanecer. Um fechamento para outras oportunidades: “marido?... essa palavra não cabe em minha cabeça”. A ideia de se casar evocava sempre o ritual religioso.

Para os pais adolescentes, por contraponto, o matrimônio era uma finalidade inelutável na vida. Em todos os casos eles manifestaram o desejo de se casar e fundar família, também as meninas deram conta dessas propostas. Alguns projetavam o matrimônio esperando ter mais idade, outros ao conseguirem trabalho e, outros mais, ao “regressar da carreira de polícia”. Um fato, ilusório na maioria dos casos, mas que revelava o principal: o status de pai responsável, que sempre se volta para a mulher e a criança. Essa é a expressão da masculinidade, encaixada no patriarcalismo.

Além das experiências empíricas vivenciadas pela adolescente em seu relacionamento amoroso (o parceiro pega ela à saída da escola, algumas experimentaram a violência física, etc.) outros elementos ajudam a explicar essa rejeição ao matrimônio, que posto em cena exprimiria uma “inconsistência” normativa: i. diferentemente das gerações adultas, elas desempenham seu papel nesse contexto patriarcal, mas em um território mais aberto do que no passado, com distintos cenários de ação, distintas agências presentes, influenciadas de forma mais diversa pelos meios de comunicação, e intensamente pela internet. O mundo, mesmo com toda classe de restrições, fica em aberto. ii. Mas essa explicação não parece ainda suficiente: apesar do cenário de desempenho da menina estar intensamente determinado pelas ordens estruturais e culturais (Archer) acima discutidas, ela escolhe, procurando afinidades (usando o termo de Bauman), coerentes nesse cenário: apostas de “longo prazo”, namoros “sérios” com ideações muito presentes relativos ao lar, à família, etc. Porém, esse universo, que obedece a um tempo espaço específico com suas regras e normas, e que faz continuidade com o universo afetivo e relacional de seus pais, (em alguns casos carregados de trajetórias fragmentadas, de fracassos afetivos, infidelidades naturalizadas, mas sempre projetados sobre o relacionamento duradouro), se entrelaça, nessas condições diversificadas dos territórios, com outros universos possíveis, mesmo que difusos: universos afetivos lotados de alternativas e de múltiplas possibilidades, de relacionamentos que podem-se projetar sem dificuldade na finitude (Bauman, 2005). Enunciados contraditórios na lógica formal formam parte de contradições mobilizadoras da psique (Beller Taboada, 2009).

Apesar das exclusões e a segregação, esse mundo está em aberto para uma pessoa ainda adolescente. Levando em conta esses aspectos é difícil sustentar que as condutas dessas pessoas são apenas produto de uma tradição.

2. Para o adolescente, por contraponto, a tarefa é ainda mais longa: “protagonista de cena” (?), vivencia esse amor também como “duradouro”, mas que só se realiza além da concepção: o bebê e a mãe: imagens de proteção que encaixam nessa expectativa sob a lógica patriarcal e o status nela envolvida.

E: que mudou com sua família? Como acredita que eles lhe percebem agora que é pai? : “Pois eles já vêm você como maior, mais adulto, mais responsável, já entra na personalidade de adulto”. (Pai adolescente, 17 anos).

Nesse trecho o interlocutor adota uma postura de autoafirmação da sua masculinidade mediada pela paternidade: maior- personalidade adulta; isso que exprime sua posição atual confirmada pela ordem genérica da cultura, e que esse mesmo estatuto atualiza como: homem-maior-responsável. Essa a expectativa que ele mesmo se impõe e que a cultura referenda. Os efeitos dessa inscrição na sua masculinidade ajudam a moldar ilusões futuras:

E: E você.. o que as idéias que tinha no momento, para o seu futuro com ela, o que você estava pensando?

A: Bem, o que eu achava era, digamos, terminar a escola, ir estudar alguma coisa; trabalhar e estudar, algo que poderia me ajudar, sim? e, logo em seguida, quando fazer 18 anos ir para polícia, para prestação do serviço e, em seguida, continuar, continuar ...bem, eu estava pensando, sim, continuar nosso relacionamento e, com trabalho e tudo o que ... e quando ambos tínhamos o que queríamos, trabalhar e isso, bem ... e comprar nossas coisas, então ter.... ter... nosso lar.
E: você tem dificuldade em dizer “ter nosso lar”?

A: Sim, ejemm if (sorrisos). (Pai Adolescente, 16 anos).

Porém, outras evidências mostraram traços de um novo posicionamento dos adolescentes com relação às crianças, por fora do relacionamento amoroso. Em vários casos, em especial quando aquele relacionamento decaía - geralmente vários meses ou até alguns anos depois do nascimento do bebê -, eles se deparavam com uma realidade muito confrontadora: a família da mãe adolescente “fechava” o círculo ao seu redor e da criança. A família voltava para o novo “membro da família” e até se apresentavam ciúme entre a mãe novinha e a avó pelo excesso de cuidado: “é como se fosse filho dela”: reiteradas ideias da mãe cuidadora se atualizavam com a novidade da criança.

Nesse contexto o adolescente ficava fora desse circuito e com tempos muito restritos para o bebê. O distanciamento físico e social era evidente, mas emocionalmente envolvidos em compromisso com a criança. Em vários casos os pais adolescentes persistiam nas visitas; se acomodavam aos tempos “livres” para manter o contato, embora, pelas condições

econômicas deles e das suas famílias, esse gesto nem sempre era acompanhado com apoio material eficaz. Em outros casos conseguiam trabalho alternando com a escola para obter recursos para a criança.

Levando em conta que a paternidade é um dos aspectos da vida social que melhor refletem as identidades masculinas, a condição do homem na sociedade está normalizada por ela. O dever do pai é antes de tudo, dever do homem, e só por isso que o pacto do homem com a família é primeiro, pacto consigo mesmo, e logo depois com os demais.

Então, se como diz Muldoworf (1973), citado por Montesinos (2002), o estatuto do homem na sociedade exprime uma tripla exigência: amor à mãe, amor a seu filho, e assumir seu papel social e profissional (Montesinos, 2002, p. 175), aqueles meninos, em suas atuações, exprimiam traços de uma sensibilidade que transborda esse estatuto da paternidade masculina: um compromisso com a criança sem mediação da mãe, que poderia estar enunciando uma trajetória distinta à de seus pais. Nas narrativas dos adultos, histórias de abandono não eram estranhas. Identidades difusas são aquelas que simultaneamente relacionam sensibilidades e valores conflitivos.

3. Redefinição dos vínculos entre gerações: o que é ser adolescente: no primeiro capítulo tínhamos falado da importância de se afastar das convenções institucionais, que ancoradas em descrições apenas psicobiológicas e genéricas, definem a priori o conceito de adolescente em um sentido linear e evolutivo, cristalizado nas chamadas fases da vida. Também se discutia sobre a pertinência, nessa definição da adolescência, de levar em conta os contextos específicos e os significados particulares ali produzidos. As representações sobre a adolescência estão carregadas de ambiguidade: mães adultas reconhecem a adolescência como um estágio principalmente influenciado pelas transformações da época: a época antiga melhor, a época atual confusa e agitada, o que desafia suas capacidades de controle: “hoje em dia como controlar, como mandar e que obedeçam?”; essa a preocupação.

A perspectiva, de onde se situam as mães, exprime um conflito geracional: mecanismos de controle tradicionais, questionados pelas mudanças, faz com que elas experimentem pouca capacidade de governo sobre seus filhos. Essas mudanças, entre outros fatores, são induzidas pela presença de agências institucionais que reprimem formas antigas do castigo físico que foi sempre severo. “Agora nem possível bater neles para corrigir, por que acusam ante a lei⁵³”.

⁵³ Trata-se da presença de instituições como ICBF, que desestimula e reprime o mau trato para as crianças.

O castigo físico muda e se movimenta entre a proibição e o diálogo. Embora, essas “ferramentas” não diminuam o sentimento de a realidade desafiar as próprias capacidades para exercer controle sobre os adolescentes. Isso, como se verá, condiciona os modos de exercer controle sobre a sexualidade, principalmente da menina.

Representações sobre a adolescência que emergem da própria vivência se sobrepõem à inscrição institucional que classifica, separa, prescreve desempenhos sexuais, e por fim, cria expectativas para os adolescentes: “mãe aos 15, 16 anos de idade? não, por favor, o corpo ainda não está pronto para ser mãe nessa idade [e a seguir complementa]... bom eu não fiz bem assim, porque eu comecei também aos 15”. Mãe adulta, 48 anos. A presença dessas instituições participa com a definição das fases da vida, da redefinição dos processos de transição para a vida adulta.

A presença dos relacionamentos sexuais dos adolescentes é considerada consequência também das mudanças do entorno e dos próprios jovens, mas sempre recebidas com receio pelas mães adultas. “é “uma geração que só quer experimentar”; “a vida louca dos jovens”. Em outros casos achavam que: “é o resultado dos maus amigos”; mas também o resultado da pressão do parceiro.

Segundo as mães adultas, as causas do início da atividade sexual dos adolescentes são externas: de um entorno agitado e imoral. Mas quando o discurso se faz cargo da filha, muda de direção: “não, a ela nasceu-lhe o amor, ela que decidiu porque estava apaixonada”. E acrescenta: “eu perguntei para ela se foi sua decisão e ela me disse, sem claro sim, eu queria estar com ele... sim, porque não pode ser com o primeiro que passe, ela tem que se fazer respeitar”. O que faz com que essa experiência tenha reconhecimento é que entre mãe e filha posicionamentos relacionados com o sexo entre casais, fazem continuidade.

Encaixar esses posicionamentos frente à sexualidade apenas como “amor romântico”, apaga importantes processos socioculturais envolvidos nessas trocas afetivas.

Por fim, o trabalho adolescente não dá para ser questionado por adultos que o experimentaram na infância, aprenderam a valorizá-lo positivamente e, além disso, precisam de alguma maneira dele. É evidente que o trabalho dos adolescentes acelera processos de amadurecimento que desafiam as prescrições contidas na convenção institucional das fases da vida.

Em resumo: todos os adolescentes exprimem uma ambiguidade radical: comportamentos adultos, responsabilidades com o trabalho, no lar, etc. compromissos amorosos com desempenhos amadurecidos, mas ao mesmo tempo, duvidosos quando a linguagem cristaliza para eles etiquetas adultas. Por exemplo, “esposa”, “marido” “ter nosso lar”, eram expressões que criavam evidente perturbação nesses pais. As identidades são móveis, instáveis, mas principalmente difusas, no sentido aqui empregado. A elaboração dessas identidades não está isenta de tensões que expressam tanto processos de mudança social, quanto a complexa transição para a vida adulta.

Não há como negar que territórios de segregação espacial e exclusão não podem ser entendidos simplesmente como fragmentados, mas também, como articulados com outras ordens sociais, em um mundo globalizado e interdependente. A questão é como esses territórios são moldados tanto por forças de segregação/exclusão, quanto de inclusão/integração, em um campo mais amplo de dominação social. As tensões no território são berço das agências juvenis e, portanto, dessas identidades adolescentes difusas.

Em um estudo sobre a auto percepção de jovens carentes em São Paulo, Oliveira (2008) assinala que as pontes que conduzem à vida adulta nos meninos têm a ver com o trabalho, enquanto que nas meninas esse passo está relacionado à gravidez. Através de uma das entrevistadas, acrescentava que: “ser adolescente [em setores populares], é ser um pouco de tudo” (Oliveira, 2008, p. 96).

- O difuso nos relacionamentos amorosos

Os estudos nacionais entendem as altas taxas de gravidez como produto do aumento do período de exposição ao risco antes do casamento, sem constatação de aumento nos padrões de uniões legais e consensuais (Flórez, 2013). Diferentemente, sustentamos que esses índices provavelmente estão relacionados a mudanças nas formas de relacionamento juvenil, impulsionadas tanto pelos contextos de exclusão e marginalidade, quanto pelas novas formas de experimentar a convivência.

A evidência empírica disponível demonstra que um número importante dos adolescentes estudados, com e sem experiência de gravidez, experimenta sua vida de namoro como se

fossem casais amadurecidos (*o estilo do amor*). Esse modelo não corresponde ao “viver juntos” descrito por Bauman, mas também não com “o ficar”, relacionado com encontros sem compromissos futuros, sem consequências nem envolvimento (Aquino, 2012). A maior parte dos casais morava na casa de seus pais, mantinham compromissos afetivos prolongados com envolvimento emocional e sexuais em percursos quase adultos, orientados a performances de família. Porém, sem sustentação material e psicoemocional para se cristalizarem como casais estáveis: sentem desconforto com etiquetas que tentam situá-los no mundo adulto.

É difícil encaixar essas formas nas categorias convencionais, pré-matrimonial, matrimonial, união legal ou consensual, etc. Além disso, processos de segregação, exclusão, homogeneização, são alicerces desse modelo de namoro, ancorado em uma forte ideiação de casais quase amadurecidos, que conduz ao uso pouco cuidadoso de anticoncepcionais. Isso explica altas taxas de gravidez nos locais estudados.

Não há como negar que a apologia contemporânea sobre a instantaneidade dos adolescentes, colocados em sentido metafórico “frente a seu próprio tempo” que é já “futuro”, morando entre tempos acelerados e espaços alongados (Sterza Justo, 2005), ofusca fragmentações paradoxais, relativas a processos prolongados de exclusão e segregação espacial.

5.2.2 A família

Antes de fechar o capítulo temos que falar sobre a família, que apresenta uma centralidade indiscutível nas explicações sobre a gravidez adolescente. A família é considerada por boa parte da literatura (Diniz Bensaja Dei Schiro, 2012); (C. E. Flórez, 2005, pp. Op.cit.) a mediação institucional mais importante que congrega ou não fatores protetores ou de risco para esse evento.

No contexto desta elaboração, seria equivocado tanto apagar o papel da família nas explicações sobre as trajetórias que conduzem à gravidez em contextos de vulnerabilidade e mudança social, quanto lhe conferir uma centralidade causal nesse evento.

A aproximação privilegiada nesse caso diz respeito à compreensão das interdependências bio-emocionais dos adolescentes e suas famílias em três aspectos

específicos; trocas familiares sobre a sexualidade; a consciência religiosa e, além disso, algumas referências ao papel da família na agência adolescente.

- Sexualidade: o controle e vigilância de que?

Os mecanismos de controle das famílias sobre o adolescente podem ser variados e procuram regular e moldar o seu comportamento. Esses mecanismos podem ser sutis e ténues ou mais diretos e abertos, mas precisam sempre da interdependência emocional entre pais e filhos.

Esses mecanismos são justificados e legitimados como expressão da responsabilidade dos adultos para com os seus filhos. Essas responsabilidades reconhecem as diferenças entre os sexos: “um de homem fala com o pai sobre essas coisas” “o pai falava para ele que não fosse a engravidar essa menina e até dava dinheiro para que comprasse preservativos”. Já a responsabilidade do cuidado com a menina, recai exclusivamente na mãe. A mãe desenvolve estratégias de vigilância e cuidado para evitar a gravidez da filha. Seu olhar está atento ao comportamento da menina no dia a dia e a algo que possa surgir fora da rotina: “porque você não está comendo com apetite; você tem que ir ao médico para consultar sobre o enjoo”; essa vigilância aumentava quando sabia que a menina estava namorando: emergiam com clareza outros recursos:

“Eu disse para ela, é normal você pode ter relações sexuais com o namorado, mas cuidado; mas não passava aos fatos, simplesmente eu dava conselho para ela, mas não dizia: vem e eu ajudo a cuidar”. (mãe adulta, 35 anos).

A mãe adulta questiona sua falta de determinação e acredita que esse cuidado é sua responsabilidade. É de posse dessa responsabilidade que as mães aprimoram mecanismos de controle em um entorno que questiona antigos métodos (bater nos filhos não faz parte da resposta “instintiva”, imediata). “Isso era antes”. Rotineiramente cuida do ciclo menstrual das filhas, com referência a seu próprio ciclo (o padrão ouro), e fica atenta aos usos dos produtos pessoais de higiene. Quando alguma novidade a inquieta, pergunta à filha para confirmar se houve algum erro em suas contas. Isso acontece com naturalidade, é uma prática habitual e muito presente.

Levando em conta que as mães adultas em geral rejeitam do aborto, a eficácia desse mecanismo é em aparência inócuo, mas uma mensagem muito direta para a menina: o olhar da mãe tem poder legítimo de auscultar seu comportamento e até de se inserir na intimidade

de seu corpo. A menina está sob vigilância e suspeita permanente. Esse é o mecanismo de controle sobre a sua sexualidade.

Isso poderia explicar porque as meninas, mais do que os meninos, relacionaram nas entrevistas a sexualidade de maneira restrita com o sexo?

A consequência desse mecanismo de controle dirigido principalmente para prevenir, ou melhor, prever uma gravidez possível, se expande no circuito que relaciona ao parceiro- adolescente- mãe adulta: as meninas experimentam a sexualidade sob um controle adulto rotineiro e o conseqüente medo e culpa em relação à mãe, que a inscreve em uma tensão fundamental: sentimento de sanção materializado na mãe que vigia; o medo de ficar grávida e a gratidão pela conquista que significa para ela o ingresso na vida adulta, que confere *status* de reconhecimento no mundo.

Essa tensão se resolve em geral a favor da aventura afetiva. Cria-se uma lacuna necessária, desejada, produtiva, mas também forçada pelos fatos: o espaço da intimidade, antes submetido à custódia, é libertado em afirmação da independência e autonomia. A gravidez seria uma concretização desse fato? O sentimento de afirmação estaria inspirado na negação e rejeição do controle adulto?

A lacuna necessária para a performance afetiva explica porque, em vários casos, passaram-se meses da gravidez sem que a mãe adulta conhecesse a situação da sua filha. Antes vigilante, a mãe foi apaziguada pela promessa do uso de anticoncepcionais e a confiança conquistada pelo parceiro.

Nessas condições, a gravidez era experimentada com anseio: principalmente sentimento de culpa e medo acompanhavam a jovem mãe, cristalizados em expressões relacionadas com o “Erro” cometido. Mas esse sentimento de sanção parece ser mais generalizado. Os meninos proporcionalmente se abriram mais para contar sobre a gravidez para seus amigos, irmãos, primos, tios, antes de contar para a mãe; as meninas procuraram em maior proporção o parceiro e depois a mãe. Os pais nunca foram mencionados nesses episódios.

De outra parte, o sentimento de autonomia e controle sobre o corpo, ancorado na ruptura entre matrimônio e virgindade, não faz com que o conteúdo desta última se dissolva. Pelo contrário, a “virgindade” se posiciona em outro mecanismo. Nos grupos

envolvidos na pesquisa, quando as meninas decidem estabelecer trocas sexuais com o “parceiro indicado” - ela atinge seu *status*: “se dá seu lugar”. A primeira relação das meninas estava nitidamente relacionada com esse sentimento, complementado com a entrada na vida adulta: momento singular de passagem de uma etapa para outra; uma verdadeira metamorfose: “... é que você tem que manter a virgindade até um ponto e dizer, sim, eu vou deixar de ser uma criança para se tornar uma mulher”.

O ideal da “virgindade”, considerado “um dom” que a mulher possui e entrega voluntariamente, cumpre um duplo papel: conquistar o *status*, ou seja, ocupar o lugar da mulher, que principalmente é Cuidadora, e no mesmo movimento facilitar a transmutação que permite a entrada à vida adulta. Um artifício que requer essas duas peças para garantir sentido simbólico profundo. Nesses locais, o *status* adulto não pode ser entendido sem o *status* de reconhecimento constituído para a mulher. Essa dupla articulação denuncia o lugar que as adolescentes ocupam em relação ao “mundo dos adultos”: um lugar subordinado projetado sobre uma escala de exclusões. A condição de exclusão iguala homem e mulher em vários aspectos, mas nas condições de gênero a mulher tende a ocupar uma posição mais baixa.

A consequência de distinguir entre *status* adulto e *status* de reconhecimento relacionado ao gênero é importante porque permite compreender que a gravidez em adolescentes não é apenas uma ancoragem afirmativa, mas um evento apenas confirmatório das condições criadas pela exclusão e a marginalidade. Uma das críticas levantadas à produção teórica especializada sobre este tema é sua inclinação para explicações no âmbito cultural, obscurecendo os aspectos políticos relacionados com a exclusão e a marginalização das populações.

É importante discutir o modelo de análise apresentado em algumas descrições que discutem a gravidez em adolescentes com ênfase na dinâmica familiar: Duas trajetórias analíticas aparecem na literatura: i. o controle punitivo descrito ou qualquer outro fator semelhante, desencadeia o evento da gravidez e, através dele, a conquista simbólica e funcional do *status* adulto, pelo caminho da afirmação de independência e autonomia. Nesse caso, o efeito de ação-reação é principal na explicação⁵⁴. ii. experiências de

⁵⁴ Em paralelo, o uso do termo interação se poderia rejeitar pelas mesmas razões, porém, esse uso, além de ajudar para sintetizar a explicação, tinha sentido nesse contexto se relacionado com a alteridade.

amadurecimento precoce e ligadas à conformação social e psicológica do papel adulto nos adolescentes os levariam a adequar expectativas à vida matrimonial: mudança de qualidade, desfecho de um processo cumulativo com alicerce na socialização.

O problema com o primeiro modelo de análise ancorado na lógica de ação reação é apagar processos afetivos que guiam enquadramentos dos parceiros e que favorecem ou não o caminho para a gravidez. O segundo modelo parece mais convincente na sua apresentação, mas não em seu modelo lógico, pelas mesmas razões mencionadas anteriormente.

.A partir dessa constatação, voltando para o mecanismo de controle adulto descrito acima e sem menosprezo dos seus efeitos punitivos, é claro que o elo que liga a menina ao parceiro não se esgota na busca de autonomia e libertação, ou seja, no ato de se rebelar contra a opressão do controle adulto, como se fosse uma ação apenas reativa. Elos afetivos, desempenhos dos papéis sexuais, ancorados em condicionantes socioculturais, também se encaixam naqueles processos de afirmação e seus desenlaces.

5.2.2.1 Religiosidade, família e corpo

A herança religiosa é um aspecto que não pode ser ofuscado na descrição, levando em conta o envolvimento histórico de *San Cristóbal* com essas práticas. O propósito é salientar como engajamentos religiosos entre gerações mudaram, com incidência nos comportamentos sexuais adolescentes.

Na América Latina, a leitura sobre processos de secularização, entendida como a perda da centralidade da religião na configuração das sociedades, mostra um caráter ambíguo (Acevedo Rodríguez, 2009). Capacidades econômicas, sociais e culturais incidem nos processos de apropriação de pautas que se norteiam para a individuação e a relativização do poder das instituições.

Característico desse processo é: não o debilitamento da religiosidade, mas seu retiro para a vida privada. Não a declinação, mas a sua recomposição frente à modernidade (Hervieu-Leger, 1996, apud, Esquivel, 2010).

O deslocamento da religiosidade poderia auxiliar a compreensão de mudanças entre gerações nas formas de cenificar as práticas religiosas: a geração adulta praticante, devota, cuidadosa dos rituais, mas, além disso, ligada a preceitos e normas religiosas no dia a dia. Embora, em alguns casos aberta para tratar temas relacionados com a sexualidade com seus filhos. Geralmente eram as mulheres adultas com pior formação quem mostravam receio para deliberar sobre esses temas com suas filhas. Os pais, mais uma vez, não tinham presença, além de conselhos práticos e advertências para o filho adolescente. Em repetidas ocasiões as mães rejeitavam o aborto e sempre acreditavam o matrimônio como sagrado, como foi comentado. Porém, nas camadas mais jovens se observava uma dupla conduta. Para uma parcela das mães adolescentes a sua gravidez denunciava um mistério divino, o cumprimento de um destino. Falando sobre a chegada de seu filho uma adolescente dizia:

“de repente ele veio foi porque Deus queria que ele viesse para substituir o vazio deixado pelo meu tio Javier [quem tinha morto nesses dias] e também para nos tornar ainda mais unidos e mais felizes, sabendo que também, no entanto, há uma alegria interior” (Adolescente, 16 anos)

É claro que essa explicação também poderia se corresponder com um fato justificatório da sua situação, porém, isso não resta importância ao fato de projetá-lo no pensamento religioso.

Esse pensamento expressa um caráter, uma forma de lidar com o mundo, embora essas adolescentes não se considerassem praticantes. Outro posicionamento dos adolescentes tinha a ver com a presença de traços de maior individuação religiosa. Nesse caso o adolescente tem convicção religiosa, mas afirma seus modos próprios de elaborar essas crenças, alheio de qualquer prescrição da igreja, pelo geral a católica.

O registro estatístico confirma essas atitudes: 68% dos adolescentes declararam não guiar qualquer ação por crenças religiosas, embora 27% de quem responderam afirmaram o contrário. Porém, 38% das famílias, segundo os adolescentes, têm práticas religiosas permanentes e celebram rituais em grupo.

Mas, o fato mais revelador é que no início da atividade sexual, nem os conhecimentos ou atitudes para a sexualidade, apresentaram qualquer indicio de regulação religiosa, nos adolescentes. As associações entre essas práticas e as condutas religiosas assim parece confirma-lo. Se o processo de secularização leva a religiosidade para a vida privada, e dali,

para uma pluralidade de formas de expressá-la, a sexualidade e o corpo ficam à margem dessas prescrições: é na interação social onde aquelas práticas se regulam e não pelos preceitos e normas religiosas como, talvez, acontecia com os adultos. Apesar disso, instituições como o matrimônio (como se disse, sempre evocado no contexto do ritual religioso), a rejeição do aborto, e em alguns casos a mesma gravidez, eram elevadas para o estatuto do sagrado e o mistério que ele envolve.

Um fato revelador foi que uma parcela pequena (14%), principalmente representada pelas meninas, afirmaram que apenas algumas vezes tinham sabido de abortos, nos últimos seis meses. As outras opções consultadas “bastantes vezes” e “muitas vezes” não apresentaram frequência apreciável, no entanto “nunca” foi de 78%.

Em resumo, a inscrição na convicção religiosa estava presente tanto em adolescentes, quanto em adultos, ainda que a expressividade dessa religiosidade haja mudado drasticamente de umas gerações para cá. Embora, o maior significado é o fato de as práticas relacionadas com a sexualidade secularizam-se. Nesses contextos, agências religiosas pregam a abstinência, com fracos rendimentos.

5.2.2.2 Família, agência e gravidez

Outros aspectos relacionados com a família merecem destaque. A literatura é prolífica em assinalar fatores sócio-emocionais ancorados à família para explicar a trajetória que conduz à gravidez: necessidade de reconhecimento e valorização ao seu interior ou a tentativa de se emancipar desse sistema de relações (Barreto-Hauzeur, 2013).

Além disso, variados desfechos vinculam esses eventos com situações adversas no grupo familiar. Por exemplo: ausência de apoios e afetos (Climent, 2009. Op.Cit); divórcio dos pais nas primeiras etapas da vida, violência na família e uso de drogas (Tan, 2006); alcoolismo paterno; família monoparental; baixa autoestima; expectativas educacionais modestas e atitudes tradicionais em relação com o papel da mulher na família; gravidez da mãe adulta na adolescência; presença de irmã sexualmente ativa ou da mãe, violência; trabalho adolescente, são apenas alguns dos achados.

Sem restar importância para esses resultados, outra crítica a ser levantada é a ausência de contextos explicativos para compreender a funcionalidade biosócioemocional da família.

Voltando para o primeiro capítulo, a generalização a que submetida a informação ofusca esses aspectos e empobrece a interpretação.

Aquela funcionalidade familiar assinalada está referida tanto a interações sociais de defesa e proteção dos membros do grupo, quanto a interações de ancoragem bio-emocional, em interdependências recíprocas de colaboração e cooperação entre seus membros.

Em efeito, aqueles funcionamentos familiares cristalizariam capacidades para a ancoragem da agência adolescente. Portanto, compreender o caráter supeditado dessa agência é importante porque demandas excessivas sobre o adolescente e ou situações adversas do grupo familiar, tanto psicossociais quanto socioeconômicas, afetariam as condições dessa agência.

O conceito de agência tem diferentes acepções segundo o campo visitado: Por exemplo, no contexto das teorias do Bem Estar, Amartya Sen, relaciona agência com capacidade de ação, demonstrando diferenças no análise, em quanto às finalidades do indivíduo, que podem ser múltiplas e nem sempre relacionadas com seu próprio bem estar, e as condições de liberdade para a realização dessa capacidade de ação (Sen A, 2010, p. 317).

De outra parte, Giddens, dá destaque para o registro reflexivo que acompanha a ação do agente, o que leva em conta, tanto a conduta do próprio indivíduo, quanto a dos outros. Para ele essa é característica principal de um agente “competente”: sua capacidade para explicar quase tudo quanto faz (Giddens, 2011, Op. Cit. p. 43). Por consequência a aproximação de Giddens estaria, então, mais centrada nas motivações reflexivas que guiam a ação.

Por fim, em uma perspectiva fenomenológica, P. Ricoeur (2008) conceitua sobre a capacidade de fazer, expressa em múltiplos domínios sob a modalidade de poderes determinados: poder de dizer; poder atuar, poder intervir no curso da própria existência, ou poder influir em outros protagonistas da ação (Paul Ricoeur, Op.Cit. 2008, p. 72).

Essas distintas aproximações, embora de campos tão diversos, auxiliam a compreensão sobre a agência: i. ela não se corresponde com o modelo da escolha racional. ii. exprime elementos relativos ao registro reflexivo, portanto leva em conta aos outros da interação. iii. aspecto central da agência diz respeito aos poderes de atuação no mundo. iv. ela depende das condições de liberdade (capacidades efetivas) para seu exercício. Essa leitura

é plausível porque essas aproximações visitadas salientam aspectos diversos do agenciamento humano.

Portanto, além de supeditadas, agências poderiam ser interferidas no sentido de constranger as capacidades de “ser” ou “fazer” e, contextos de vulnerabilidade explicariam esses efeitos. Porém, o análise feito deve levar em conta, também, as outras dimensões da agência: além das condições de liberdade discutidas e vinculadas geralmente ao lar, expressos em poderes de atuação, no registro reflexivo, etc., essa está mediada pela relação dialética entre a situação do indivíduo e o *habitus* (Bourdieu, 2012a, Op.Cit. p. 205), ou pela descontinuidade contextual entre agência e estrutura, nos termos descritos no Capítulo III (Archer, 2011).

Em outras palavras, além das condições que impulsionam a agência em termos de liberdade, condicionantes da agência também se referem a aspectos contextuais. Uns e outros fornecem ou não processos de deliberação e reflexividade.

Por exemplo, melhores condições de liberdade para a agência poder-se-iam expressar, ainda, em engajamentos muito fortes com o *habitus* do patriarcalismo, como aconteceu efetivamente com várias das situações exploradas.

Portanto, é fácil conciliar que em contextos de vulnerabilidade social (lares com piores condições sociais, econômicas e culturais), e em presença de adversidades psicossociais das famílias, poderiam se gerar interferências e restrições na agência. Isso porque põem em questão funcionamentos sociais da proteção e o cuidado e impactam interdependências bio-emocionais recíprocas no grupo familiar.

Porém, em ocasiões não é qualquer restrição da capacidade de agência a que incide nas trajetórias que conduzem à gravidez, senão o compromisso dela com o *habitus*, em contextos de continuidade contextual, ancorados em processos de exclusão social e segregação espacial. Este capítulo de conjunto descreve a configuração de condicionantes e de agências em diferentes níveis de realização (diferente tempo/espaço) que participam nas trajetórias que conduzem à gravidez em adolescentes de *San Cristóbal*. Condicionantes e agências se influem mutuamente porque se organizam sistemicamente no espaço social. Os mecanismos que asseguram esse arranjo sistêmico se discutiram brevemente no capítulo seguinte.

Capítulo 5- Considerações finais

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gravidez em adolescentes tornou-se um tema controverso e complexo desde sua ascensão como problema social e de saúde pública. Distintas conjecturas e visões contrastantes concorrem para dar explicação ao fenômeno, envolvendo interesses políticos, econômicos, posicionamentos morais e ideológicos. Uma trama de relações ideológicas e de saberes interferem e se entrecruzam no debate até hoje.

Além da complexidade singular da questão, as distintas arestas e interferências implicadas na sua discussão ressaltam como é difícil contornar “ideais” e “expectativas” sociais colocadas sobre as camadas adolescentes. Valorações sobre o evento são em sua origem conflitivas e relações de poder são expressas nos discursos.

A preocupação com trajetórias esperadas para esses grupos é o pano de fundo de toda a produção institucional e científica, de acordo com visões de mundo e fundamentos morais e ideológicos geralmente ofuscados.

Processos de natureza diversa trazem maior consciência sobre o papel dos jovens na sociedade. Esse influxo responde a chaves mais amplas do processo civilizatório que visa uma maior individuação. Vivemos em uma época como diz Elias (1990) em que o indivíduo é mais consciente da diferenciação social. A necessidade de se distinguir, de ser diferente é, hoje em dia um ideal do adolescente, um componente de seu orgulho e de seu amor próprio (Elias, 1990 Apud Zabudovsky, 2011, 41).

Traços que configuram a realidade contemporânea da adolescência se relacionam também com a maior especialização e diversificação do trabalho e maiores exigências de autorregulação. Portanto, o passo para a vida adulta é mais complexo e qualquer análise sobre a gravidez na adolescência não pode contornar essas diferentes condições, caracterizadas pela crescente interdependência recíproca e funcional. Essa exigência, ainda que com intensidades distintas, atinge a todos os grupos sociais, inclusive nos espaços de segregação espacial e exclusão.

Um posicionamento ético sobre a gravidez tem que partir desse registro: anterior aos dados empíricos, a avaliação sobre os desempenhos dos adolescentes deve levar em conta as melhores condições historicamente possíveis a serem atingidas por essas camadas na sociedade. Além disso, devem ser consideradas as capacidades de agência (a liberdade) que assegurem tomadas de decisão verdadeiramente livres e autônomas.

Desse patamar, esforços para lidar com esse fenômeno devem levar em conta as distintas finalidades dos indivíduos. Os efeitos da gravidez são controversos e dependem em grande medida das condições sociais de seu entorno. O slogan institucional “a gravidez adolescente, armadilha da pobreza”, além do envelope técnico, ofusca que se trata de uma mensagem principalmente orientada para certos grupos da sociedade, historicamente limitados em suas liberdades positivas e sobre os quais talvez seja necessário afirmar que é a pobreza a verdadeira armadilha da gravidez, no contexto de um mundo aberto e moralmente obrigado a igualar em todos, as posições e oportunidades efetivas (Dubet, 2011). A verdadeira luta contra a gravidez adolescente é uma luta contra a pobreza e a exclusão.

O desafio de estudar eventos como a gravidez adolescente em contextos de vulnerabilidade social acrescenta as complexidades do mundo contemporâneo. De um lado, uma inevitável condição arraigada ao território, uma hiper-realização do local dadas as situações de exclusão e segregação social. Por outro lado, ainda que de forma subalterna e frágil, incorporados a processos de intensa mudança gerada pelos influxos da comunicação, a globalização e as novas formas de articulação entre indivíduos e grupos. Esse era o contexto de exploração.

O aspecto distintivo desta elaboração é estudar essas trajetórias considerando condicionantes estruturais e socioculturais inter-relacionados com as agências adolescentes em um sentido prospectivo, a partir da descrição de um enquadramento sistêmico.

Coerente com os enfoques sobre vulnerabilidade desenvolvidos na década passada, essa descrição apontava reconhecer o conjunto de condições em que vivem os indivíduos e que pode explicar, como condição de possibilidade, o aparecimento sistemático do evento da gravidez. Essas considerações foram discutidas por Ayres no princípio da década anterior (Ayres Ricardo; França Junior, 2009, Op.Cit. p. 132).

Finalidades práticas também presentes nos enfoques sobre vulnerabilidade se apresentam em diferentes níveis com a especificação objetiva de situações que incidem direta ou incidentalmente na ocorrência da gravidez.

Inspirando-se em valiosos estudos desenvolvidos nessa área com enfoques das ciências sociais, outras relações também são valorizadas na tentativa de procurar explicações além dos comportamentos sexuais. A explicação transborda esse núcleo analítico convencional.

Dessa forma, o desenho analítico exigiu uma abordagem sincrônica e diacrônica em um enquadre sistêmico, sob uma lógica processual:

A aproximação sincrônica diz respeito da relação de distintos âmbitos tais como: a sexualidade adolescente; as práticas sexuais; capacidades econômicas, sociais e culturais dos lares (em termos da posição social relativa dos lares); a análise das instituições que interatuam com os adolescentes. Buscou-se construir uma compreensão de como esses aspectos se inter-relacionam e como os adolescentes constroem concepções de mundo e sobre o outro (alteridade); quais processos de reflexividade e deliberação se tornam possíveis nesse contexto.

O exame diacrônico, na tentativa de levar em conta uma temporalidade histórica, visou compreender como processos de apropriação e domínio territorial criaram condições para o prolongamento de um tipo de patriarcalismo basilar, que atravessa toda essa urdidura de objetos, aspectos e relações descritas (o *habitus*); mas também prestou auxílio à compreensão de continuidades e descontinuidades contextuais entre as gerações. Por fim, desvelou traços da co-presença adulta (geralmente a mãe) envolvida em complexos processos de socialização e controle da sexualidade. Além disso, permitiu qualificar elementos da análise sincrônica tais como: a apropriação e negociação do uso de métodos anticoncepcionais e a descrição do papel performativo de o Estado, como agente moldador do território, dos grupos e das agências institucionais presentes no território.

Podemos chamar de processual a lógica de análise por que: vai da condição de possibilidade até a ação; do estruturante ao estruturado e vice-versa; leva em conta uma lógica relacional e sistêmica entre o conjunto de dimensões inter-relacionadas (configuração) ²¹⁹

se influenciam mutuamente, criando essas condições de possibilidade para a agência e, por fim, relaciona aspectos diacrônicos e sincrônicos na descrição.

Levando em consideração esses aspectos entende-se que o desenho analítico está inspirado, mais do que em um modelo prévio, em uma aproximação ontológica que reconhece a inter-relação sistêmica da ordem social.

Essa lógica processual auxiliou a análise em vários níveis especificando contextos explicativos para o exercício interpretativo/compreensivo. Contextos de referência prévios auxiliaram a interpretação de práticas quando a análise se orientou do estruturante para o estruturado: foi o caso do namoro encenado pelos casais e o uso de métodos anticoncepcionais. Em outros momentos a análise se movimentou do estruturado para o estruturante. Por exemplo, formas características de apropriação da dinâmica escolar e de prefigurar expectativas adolescentes nesse campo, produz conhecimento objetivado para compreender os “ensambles” e compromissos com as gerações anteriores.

Portanto, o desenho analítico, que privilegiou a aproximação ao “mundo adolescente”, vale dizer, a seus espaços de socialização, fez com que momentos de síntese interpretativa e abertura se alternaram permanentemente, fornecendo perspectivas holísticas e integrais mediante conjuntos articulados e especificados. Estimou-se que aproximações diretas sobre os comportamentos ligados à sexualidade adolescente ou às trajetórias que conduzem à gravidez, não se mostravam tão produtivas nesses propósitos.

O enquadre sistêmico responde ao reconhecimento das múltiplas interações entre os aspectos envolvidos na explicação da gravidez, visando evitar reducionismos e essencialismos muito presentes na pesquisa hegemônica. Esse enquadre permite articular tanto as distintas temporalidades envolvidas quanto os aspectos considerados na descrição, levando em conta que indivíduos são parte constituída e constituinte dessa ordem.

Ademais, além de qualificar informação sobre achados recorrentes na literatura, essa descrição tem a potencialidade de desvendar aspectos novos e especificar mecanismos e dispositivos sociais que explicam tanto a reprodução da configuração social estudada, quanto suas mudanças.

Por exemplo, mecanismos sociais representados em funcionamentos ligados à luta pelo bem estar da família em contextos com fraca segurança social; o sistema de valores adotados pelos atores coerentes com os propósitos do familismo; e, regras gerais relativas à distribuição de funções e benefícios, tomando como eixo a mãe cuidadora, asseguram essa ordem sistêmica, moldando sentimentos e comportamentos. De outra parte, nada disso seria possível sem a presença expansiva do *habitus* patriarcal, verdadeiro dispositivo articulador de narrativas, discursos e práticas que relacionam a vida sentimental de homens e mulheres.

Dimensões e aspectos interligados ajudam a explicar a reprodução dessa configuração social e, portanto, a dinâmica dos condicionantes que incidem, em um nível amplo, sobre a produção sistemática da gravidez nesses contextos.

Mudanças também são possíveis de captar com essas aproximações. A introdução da dimensão temporal histórica salienta a coexistência de continuidades e rupturas contextuais, reflexadas tanto nos adolescentes (identidades difusas), quanto nas interações entre gerações. Identidades se constroem na tensão entre o novo e o já existente.

A maior contribuição de um enfoque de vulnerabilidade que se faz cargo de problemas da saúde pública tomando em consideração uma perspectiva diacrônica e processual, é que permite reconhecer a coexistência de princípios em conflito. Como diz Castoriadis “... porque axiomas heterogêneos e alteridades novas coexistem em “o mesmo” é que se pode enunciar o novo, quer dizer o surgimento de outros princípios (Castoriadis Cornélius, 1997, pp. 114-115). Esse traço é fundamental: contextos de mudança e continuidade devem ser considerados nas políticas de intervenção.

Um último aspecto a valorar é que para o conjunto de descrições foi necessário valer-se de aproximações tanto quantitativas quanto qualitativas, e isso é traço distintivo também, dos enfoques de vulnerabilidade em saúde pública defendidos desde a década passada.

Os achados ajudam a tornar mais clara a pertinência desse desenho analítico: aspectos registrados na literatura como os fracos processos de inserção social e escolar, e os desempenhos adultos exibidos por grupos envolvidos na gravidez (Dei Schiro, 2013); (Heilborn M.L.; Rohden, Fabíola; Brandão, Elaine; Knauth, Daniela; Víctora, Ceres; Aquino,

Estela, McCallum, Cecília; Bozon, Michel, 2002), foram qualificados em vários sentidos: interações com as agências institucionais; relações com as gerações adultas; contextos de violência, etc., foram tomados em consideração para explicar, tanto interferências nas agências adolescentes, quanto para especificar compromissos ou rupturas contextuais.

Em outros casos, a perspectiva processual e em geral o desenho analítico permitiu reconhecer aspectos que revistem certa novidade: performances amorosas, quase amadurecidas e ancoradas em relações assimétricas entre gêneros foram captadas. *Estilos amorosos* auxiliam a compreensão de processos de negociação das trocas sexuais e usos de anticoncepcionais, levantando questões que vão além da imperícia e os erros em essas práticas.

Nesse contexto, achados apenas convencionais na literatura, como os seguintes, ganham maior significado: as meninas respondiam pelo uso de anticoncepcionais, assim como as mães adultas pelo controle da sexualidade delas; os meninos mostraram-se mais dispostos a não usar preservativo do que as meninas nos encontros amorosos, mesmo que conheçam sua utilidade na prevenção de doenças de transmissão sexual. Com a parceira a confiança “imuniza” contra as doenças e fecundar é um ato de *virilidade*, que transita como fantasia, como jogo, como realização sempre por se cristalizar. “Algumas vezes sim outras não” com o uso de preservativos.

Apesar disso, práticas que respondem a lógicas novedosas, porque seus princípios não podem se reduzir a aqueles habituais do patriarcalismo basilar, também foram registradas: meninos que reclamam seu direito a exercer a paternidade; mães adolescentes quem rejeitam do patriarcalismo que as envolve e asfixia e negam-se a se casar.

Verdadeiros paradoxos também emergiram: parcela de meninos que privilegiam sentimentos de amor e confiança sobre expressões mais instintivas e físicas do sexo, embora comprometidos com o *habitus* patriarcal, possivelmente inspirados em encaixes afetivos muito singulares. Esse quadro também foi reportado em pesquisa feita no Brasil sobre motivações que cercam o início da atividade sexual em homens adolescentes (Borges, 2007).

E talvez o fato mais significativo: o movimento afirmativo que traz por detrás a gravidez, não respondia simplesmente a fatos compensatórios dos afetos, nem também não, se esgotava na conquista do *status* adulto, mas projetado nessa ordem social, como um fato

apenas confirmatório. Afirmção essa, continuada na rejeição do matrimônio, verdadeira inovação (renovação?). Então, um movimento duplamente afirmativo, projetado em sua inflexão sobre o habitual: confirmação do arraigo profundo à afiliação do cuidado; avigoreamento e confiança na defesa e cuidado da criança: “eu sozinha posso sair na frente”(melhora o rendimento na escola); e por fim, reconhecimento do amadurecimento pelos próximos e pela comunidade, o que faz com que lembremos o sacramento religioso.

O ingresso à vida adulta ancorada na figura avigorada da mãe cuidadora, não pode ser considerada com fundamento em qualquer fato de independência e autonomia do sujeito. Apenas o anúncio de uma alteridade nova e tímida, quando rejeita o controle do homem e o matrimônio; um enunciado não reduzível aos termos do patriarcalismo basilar, mas paradoxalmente, projetado em seu pano de fundo: a mãe cuidadora. Esse o maior condicionante da estrutura sobre a agência no contexto estudado.

É possível que intensos processos sócio-históricos de homogeneização da população, resultado da segregação espacial e a exclusão social tomem parte importante nessa reprodução.

Na literatura essas trajetórias e desenlaces são valorados de forma distinta. Por exemplo, explicações ancoradas em perspectivas psicossociais relacionam a gravidez com o fato das meninas sentirem-se atraídas por desempenhar e desenvolver um papel [adulto] que antes não existia; a gravidez estaria relacionada com ter “algo próprio” para cuidar, amar e não estar sozinha (um fato emocionalmente compensatório). A precariedade psicoemocional seria o motor desses desenlaces.

A pergunta para essas descrições que traz a literatura é qual o papel de condicionantes estruturais e socioculturais quando tramitar sentimentos de solidão ou dar curso à passagem para a vida adulta, implica voltar sobre a encruzilhada da gravidez, em um mundo plural que enuncia distintas possibilidades para esse ingresso? Parte da resposta sem dúvida tem a ver com as histórias de segregação espacial e exclusão social.

Um olhar processual, em um contexto situado como é o caso, permite valorar um conjunto amplo de variáveis envolvidas nas explicações. Na medida em que pesquisas centram sua atenção em aspectos muito particulares se ofuscam aspectos de outros níveis que auxiliam a interpretação dos achados.

Em alguns casos a literatura assinala as adolescentes manifestar seu desejo de engravidar, etc., essa última afirmação parece mais harmônica com alguns dos achados da pesquisa, mas pode levar para uma compreensão reduzida de quanto ocorre nos trances da gravidez nessas camadas e, ademais, pode ofuscar mudanças e conflitos muito profundos.

A declaração do desejo de engravidar ou de quer ter a criança levanta inquietações importantes na entrevista: em contextos como os nossos, com alto compromisso moral com a maternidade, é plausível entre quem como mãe experimenta essa situação, se-sentir em harmonia com esse reclamo bio-emocional e moral. O ditame da cultura.

Como foi discutido no Capítulo I, as categorias desejadas, não desejado, planejado, não planejado tão presentes na literatura anglo-saxônica, têm dificuldades porque forjadas na tentativa de separar e distinguir, atuam em terrenos muito sinuosos. Se a gravidez, naqueles locais não traz consigo preocupação sobre as trajetórias escolares formais, si têm efeitos bio-emocionais e psíquicos notáveis para os adolescentes, com impactos maiores sobre a menina. Perturbações próprias de um mundo, como foi dito, que já não parece ser feito para esse evento, pelo menos da maneira que era antes. Ideações, desejos e arranjos socioculturais entram na avaliação.

Por fim, o uso do enfoque de capacidades, apesar de não ser frequentado na literatura sobre a gravidez, se mostra como uma ferramenta útil para estudar esses comportamentos com relação à posição social relativa dos lares. Maior utilidade ainda quando a população é muito similar e difícil de captar as diferenças com medidas habituais como o ingresso, por exemplo. Além disso, duas qualidades no contexto desta discussão, a posição relativa vai além de aspectos econômicos e, portanto, a capacidade explicativa com relação aos fatos estudados permite salientar aspectos ou variáveis qualitativas, dentro do universo quantitativo, que podem bem ser aprofundadas com imersão na etnográfica.

O segundo aspecto é a pertinência do enfoque das capacidades nas discussões sobre vulnerabilidade. Já desde um ponto de vista teórico, como aponta Ricoeur (2008) em determinada medida a vulnerabilidade é uma perda de potência; fragilidade de capacidade em vários aspectos, que no fundo é restrição da liberdade nas distintas dimensões constitutivas do humano.

Desfeitos relacionados com as capacidades analisadas se mostram consistentes com achados nesse mesmo nível apontados na literatura: no que se refere aos fatores socioeconômicos e contextuais que incidem sobre a gravidez em adolescentes, existe um leque muito amplo de estudos: ver artigos os já citados de: (Galindo-Pardo, 2012); (C. E. Flórez, 2005) e além desses: (Gómez-Mercado, 2014); (Christofides, 2014); (Dias, 2010).

5.2 Conclusões

Depois de décadas de intervenção sobre o evento da gravidez adolescente, a sua persistência e prolongamento cria um enorme desafio. Evidências sobre o gap que existe entre espaços de intervenção e de reflexão sistemática não podem desconsiderar que no campo científico, ainda depois de várias décadas, permanece em aberto esse debate.

De frente à grande quantidade de conhecimentos produzidos, em alguns casos mais sistemáticos, em outros dispersos e descontextualizados, se abre a necessidade de discutir sobre os enfoques preferencialmente empregados e os posicionamentos epistemológicos e teóricos envolvidos.

Aspectos particulares e concretos foram explorados: distintas vulnerabilidades desveladas mostram que possivelmente as trajetórias que conduzem à gravidez são diversas e com distintas interferências, nesses contextos. É aí onde uma perspectiva diacrônica e sincrônica, subordinada a uma lógica processual quer contribuir.

Nós tínhamos um problema a resolver: compreender a persistência e prolongamento desse fenômeno em um micro espaço social traçado por condições históricas de vulnerabilidade social. Atender a esse desafio nos levou a desenvolver essa perspectiva, complementar daquela aprimorada na década passada (Ver Ayres e Cols), mas com raízes em conquistas e lutas levantadas ao redor da epidemia do VIH/Sida, nos anos de 1980.

Para finalizar, destacamos oito aspectos que a nosso juízo animam este debate:

- i. Acentos nos comportamentos individuais ou em aspectos culturais têm sido discutidos ao longo das últimas décadas, no propósito de explicar os eventos de gravidez. Sua persistência em grupos socialmente excluídos tem sido lida como expressão de uma defasagem característica dos processos de modernização, que opõe tradição e modernidade: “herança cultural”, explica essa gravidez. Embora, essa descrição leva a preocupação exclusivamente para o âmbito da cultura, ofuscando aspectos éticos e políticos determinantes. Posições dos adolescentes nos grupos, posições sociais relativas dos lares, processos históricos de segregação espacial e negação de direitos, estão por detrás das histórias de gravidez.
- ii. A hegemonia indiscutida do enfoque de *risco* nesta área objetivou significativos conhecimentos, porém, também leituras muito restritas levaram para reduzir inconvenientemente o objeto de estudo. A importância dos enfoques de vulnerabilidade com perspectiva sincrônica e diacrônica é procurar uma leitura com pretensões holísticas, fundamentada em aspectos muito específicos, mas com possibilidades de envolver um amplo leque de aspectos e variáveis que visam para fornecer processos interpretativos.
- iii. Outro aspecto importante tem a ver com que o grupo estudado, ainda aqueles sem experiência de gravidez, compartilhavam o conjunto de dimensões envolvidas no análise. A intenção não era estabelecer qualquer causalidade, mas compreender como esse “ambiente” social incide, como condição de possibilidade, nessa ocorrência. Uma parcela importante dos meninos daqueles locais é filha ou filho de mães adolescentes; muitas delas têm irmãs maiores que foram mães adolescentes, etc., ou seja, compartilham muitos dos fatores de risco descritos pela literatura. O que faz parte de um modo da vida ali, é um fator de risco? Esse um verdadeiro paradoxo.
- iv. O enfoque analítico desenvolvido exprime aspectos individuais, coletivos e da configuração social, a ser atendidos nos desenhos de intervenção.

- v. O que é o específico naqueles locais com relação à gravidez adolescente? Muitas das características estudadas são corriqueiras em distintos agrupamentos humanos, portanto, a singularidade situada naqueles locais tem que ser entendida a partir da configuração complexa descrita. É a inter-relação desses aspectos o que confere esse carácter distintivo. Isso é assim porque dimensões incorporadas no análise correspondem a distintos tempos/espacos, que vão além do território.
- vi. Intervenções para ser mais efetivas e qualificadas, têm que aprofundar na especificidade envolvida nas complexidades existentes nos espacos da vida social; esse desafio exige de enfoques ampliados que indiquem ações relacionadas com a qualidade de vida.
- vii. Uma preocupação que aparece: a variada quantidade de aspectos e interferências envolvidas na explicação sobre a gravidez adolescente. Como lidar com elas desde uma preocupação aninhada na intervenção?
Para atender a essa preocupação é necessário, primeiro chamar a atenção sobre a fragilidade representada em arranjos inter setoriais restritos, como os que se frequentam nas intervenções sobre sexualidade e direitos reprodutivos: aliança setor saúde e educativo. O enfoque de vulnerabilidade abre para enxergar em forma mais ampliada os agravos, dotando-lhes de sistematicidade, porém é útil aqui o chamado de Ayres: “hierquização e monitoramento dinâmicos e criteriosos...chave de uma atitude ao mesmo tempo ambiciosa e realista” (Ayres José Ricardo; França Junior, 2009, p.136Op.cit.,).
- viii. Um último aspecto tem a ver com as relações território, corpo, sexualidade. Fenômenos como esse da gravidez tem a possibilidade de se espacializar, como se se pudesse falar de uma geografia desse evento. Mediações sociais mais do que individuais se exprimem nesse comportamento. Essa linha analítica já inaugurada por distintos pesquisadores se abre como um potencial a explorar.

BIBLIOGRAFIA

AAUW. (2015). *The Simple Truth Gender Pay Gap* (Edition 2015 ed., pp. 25). Washington, DC.

Acevedo Rodríguez, C. (2009). Germani y el estructural funcionalismo, evolucionismo y fe en la razón: Aspectos de la involución irracional. *L. Universum*, 24(1), 12-20. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762009000100002&lng=es&tlng=es doi:10.4067/S0718-23762009000100002.

Aedo H, A. (2014). Limando asperezas subjetivas entre Archer y Bourdieu: más allá del sentido práctico y más acá de los modos de reflexividad. *Rev. austral cienc. soc*, 26, 5-22. <http://mingaonline.uach.cl/pdf/racs/n26/art01.pdf>

Aignerren, M. (2009). *La Técnica de Recolección De Información Mediante los Grupos Focales*. Medellín-Colombia.

Alcaldía Mayor de Bogotá. (2012). *Plan de Desarrollo 2012-2016, Bogotá Humana*. (pp. 486). Bogotá, D.C.: Alcaldía Mayor de Bogotá

Alguacil, J. (2008). Espacio público y espacio político: La ciudad como el lugar para las estrategias de participación. *Polis*, 7(20), 199-223. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682008000100011&lng=es&nrm=iso doi:<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682008000100011>

Alpízar Lydia , B. M. (2003). La construcción social de las juventudes. *ULTIMA DÉCADA CIDPA*, 19, 105-123. <http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v11n19/art08.pdf>

Anjos, R. H. D. d. e. a. (2012). Diferenças entre adolescentes do sexo feminino e masculino na vulnerabilidade individual ao HIV. *Rev. esc. enferm. USP*, 46(4), 829-837. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342012000400007>

Antona, A; Madrid, J; Aláez, M. (2003). Adolescencia y Salud. *Papeles del Psicólogo*, 23(84), 45-53. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77808405>

Antona, A; Madrid, J. (2009). Anticoncepción de emergencia, adolescencia y representaciones sociales. *Sexología Integral*, 3, 102-108.

Añón, M. J; Miravet, P. (2005). Paradojas del familiarismo en el Estado del bienestar: mujeres y renta básica. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 23(2), 101-121.

Aquino Caregnato, R. C; Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto Enfermagem*, 15(4), 679-684.

Araújo, R; Ferriani, M; Falleiros, D; Pinto, I; Cano, M; De Oliveira, L. (2012). Análise espacial da vulnerabilidade social da gravidez na adolescência. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(2), 313-323. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012000200010>.

Archer M. (2003). *Culture and Agency: The place of culture in social theory* (Revised edition ed.). USA: Cambridge •W University Press.

Archer, M. (2011). Habitus, Reflexividade e Realismo. *DADOS-Revista de Ciências Sociais*, 54(1), 157-206. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000100005
doi:10.1590/S0011-52582011000100005.

Arendt, H. (2001). *La Condición Humana* (R. Gil Nivales, Trans. Edición en castellano. Barcelona-España: Paidós.

Augé, M. (2000). *Los "No Lugares" espacios del anonimato: una antropología de la sobremodernidad*. (G. S.A Ed. 5ta Edición ed.). Barcelona-España.

Avellar Th; Veloso, V; Gorete; Costa,K; et al. (2012). O amor entre jovens em tempos de ficar: correlatos existenciais e demográficos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 112-125. doi:10.1590/S1414-98932012000100009

Avila, A. (2011). *Mercados de Criminalidad en Bogotá* (1era edición ed.). Bogotá D.C: Secretaria Distrital de Gobierno - Fundación Nuevo Arco Iris.

Ayres José Ricardo, P. V., França Ivan, Gravato Neide, Lacerda Regina, Della Negra, Marinella. (2006). Vulnerability, Human Rights, and Comprehensive Health Care Needs of Young People Living With HIV/AIDS. *American Journal of Public Health*, 96(6), 1001-1006.

Ayres José Ricardo; França Junior, I. C. J., Gabriela; Saletti Filho, Heraldo César. (2009). O conceito de Vulnerabilidade e as práticas de Saúde: novas perspectivas e desafios. In D. M. Czeresnia, C. Orgs. (Ed.), *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. (2.ed.rev.e amp. ed., pp. 229). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Ayres, J. R. d. C. M. (2005). *Acerca del Riesgo: para comprender la epidemiología* (A. Selvín-Testa, Trans. 1era Edición ed.). Buenos Aires, Argentina: Lugar Editorial S.A.

Ayres, J. R. F. I. J., Gabriela; Saletti, César. (2011.a). O conceito de Vulnerabilidade e as Práticas de Saúde: novas perspectivas e desafios. In D. M. Czeresnia, C. Orgs. (Ed.), *Promoção da Saúde* (1 era reimpressão ed., pp. 229). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

Ayres, J. R. P., Vera; Francia; Ivan Jr.. (2011). From natural history of disease to vulnerability: changing concepts and practices in contemporary public health. In R. S. Parker, Marni. (Ed.), *Routledge Handbook of Global Public Health* (1 edition ed., pp. 98–107): Ed. Abingdon, Oxon: T&F Books.

Azevedo, J; Favara, M; Haddock, S; Lopez-Calva, L; Muller, M; Perova, E. (2013). Embarazo adolescente resumen 2013. Washington, DC: World Bank Group. Bachelard, G.

Baeza, B; Póo, A; Vásquez, O; Muñoz, S; Vallejos, C. (2007). Identificación de factores de riesgo y factores protectores del embarazo en adolescentes de la Novena Región. *Revista Chilena de Ginecología y Obstetricia*, 72(2), 76-81. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-75262007000200002&lng=es&tlng=es. doi:10.4067/S0717-75262007000200002.

Bachelard, G. (1993). *La Formación del Espíritu Científico* (19 edición ed.). Buenos Aires: Siglo XXI editores.

Barata, R. B. (2000). Debate sobre o artigo de Dina Czeresnia & Adriana Maria Ribeiro. *Cad. Saúde Pública*, 16(3), 615-615. http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000300009&lng=en&nrm=iso doi:10.1590/S0102-311X2000000300009.

Barreto-Hauzeur, E; Sanenz-Lozada; Velandia-Sepulveda, F; Gómez-González, J. (2013). El embarazo en adolescentes bogotanas: Significado relacional en el sistema familiar. *Revista de Salud Pública*, 15(6), 815-825. http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642013000600004&lng=en&tlng=es

Barrientos Delgado, J. (2006). ¿Nueva normatividad del comportamiento sexual juvenil en Chile? *Última Década*, 14(24), 81-97. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362006000100005&lng=es&nrm=iso doi:10.4067/S0718-22362006000100005.

Baudrillard, J. (1978). *Cultura y Simulacro* (E. Kairós Ed. 1era edición ed.). Barcelona-España.

Bauman, Z. (2005). *Acerca de la fragilidad de los vínculos humanos* (F. d. C. Económica Ed. 1era edición en Español ed.). México D.F.

BBC-Brasil. (2013). Brasil 'perde R\$ 7 bi' com gravidez de adolescentes, diz relatório da ONU. *O Globo*.

Beck, U; Beck-Gernsheim, E. (2001). *El normal Caos del Amor: las nuevas formas de la relación amorosa* (P. Ibérica Ed. 1era Edición. ed.). Barcelona.

Beller Taboada, W. (2009). Inconsciente, lógica y subjetividad: Los caminos del psicoanálisis. *Rev. Claves del pensamiento*, 3(6), 23-40. [879X2009000200002&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-06362012000100003&lng=es&tlng=es).

Boivin Renaud, R. (2012). El barrio gay de París y la reproducción de la injusticia espacial. 25(76), 33-57. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-06362012000100003&lng=es&tlng=es.

Borges, V; Shor, N. (2007). Homens adolescentes e vida sexual: heterogeneidades nas motivações que cercam a iniciação sexual. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(1), 225-234. doi:10.1590/S0102-311X2007000100024.

Bourdieu, P. (2000). Sobre el poder simbólico. In U. d. B. A.-. UBA/EUDEBA (Ed.), *Intelectuales, política y poder* (pp. 65-73). Buenos Aires.

Bourdieu, P. (2001). *Poder, Derecho y Clases Sociales* (2da edición ed.). Bilbao-España Desclée de Brouwer.

Bourdieu, P. (2002). *El oficio del sociólogo: presupuestos epistemológicos* (S. XXI Ed. 1era Edición ed.). Buenos Aires-Argentina.

Bourdieu, P. (2012a). *Bosquejo de una teoría de la práctica* (1era edición ed.). Buenos Aires-Argentina: Prometeo libros.

Bourdieu, P. (2012b). *La distinción: criterio y bases sociales del gusto* (Primera Edición en México ed.). México, D.F: Taurus.

Brandao, E. Heilborn., M. (2006). Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. 22 no.7. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006000700007>

Brigeiro, M; Melo, M; Rivera Amarillo, C; Rodríguez Rondón, M. (2012). *La investigación sobre sexualidad en Colombia (1990-2004): balance bibliográfico* (pp.142). Retrieved from <http://www.clam.org.br/analises-estrategicas/conteudo.asp?cod=9772>

Brito, C. (2008). Resignificando o conceito de território. In EDUFBA (Ed.), A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano (pp. 236). Salvador-Brasil. Retrieved from doi: 10.7476/9788523209216

Burchell, G. (1996). Liberal government and techniques of the self In T. O. Andrew Barry, and Nikolas Rose (Ed.), *Foucault and Political Reason: Liberalism, Neo-Liberalism, and Rationalities of Government* (1st° ed., pp. 288). Chicago-US: The University of Chicago Press Books

Bustos R., A.J. (2007). San Cristóbal: haciendo ladrillos, haciendo historia. *Memórias de la Ciudad: Archivo Bogotá* (pp. 81-86). Bogotá D.C: Biblioteca Luis Angel Arango.

Canaval E; Cerquera G; Hurtado, N; Lozano, J (2006). Salud de los adolescentes y regulación de la fecundidad. *Investigación y Educación en Enfermería*, 24(1), 26-35. [53072006000100003&lng=en&tlng=es](http://dx.doi.org/10.5307/2006000100003&lng=en&tlng=es)

Cassirer, E. (1968). *Antropología Filosófica: Introducción a una filosofía de la cultura* (Quinta edición en español ed.). México: Fondo de Cultura Económica-FCE.

Castel, R. (2001). *Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del asalariado* (Edición en castellano ed.). Buenos Aires-Argentina: Paidós Estado y Sociedad.

Castells, M. (2001). El fin del patriarcado: movimientos sociales, familia y sexualidad en la era de la información *El poder de la Identidad* (3era edición ed., Vol. II, pp. 159-269). México, D.F: Siglo XXI.

Castoriadis, C. (1997a). El imaginario social instituyente. *Zona Erógena*, 35, 1-9. <http://www.educ.ar>

Castoriadis, C. (1997b) *Ontología de la Creación* (Primera Edición ed., pp. 320). Bogotá, Colombia: Ensayo y Error: Colección Pensamiento Crítico Contemporáneo.

- Cejudo-Córdoba, R. (2007). Capacidades y libertad: una aproximación a la teoría de Amartya Sen. 65. <http://revintsociologia.revistas.csic.es/index.php/revintsociologia/article/view/50/50>
- CEPAL. (2005). Dinámica demográfica y desarrollo en América Latina y el Caribe. *Población y Desarrollo* (Vol. 58). Santiago de Chile.
- CEPAL. (2008). El bono demográfico: una oportunidad para avanzar en materia de cobertura y progresión en educación secundaria. Panorama social de América Latina. In CEPAL (Series Ed.) (pp.143-170). Retrieved from http://www.cepal.org/publicaciones/xml/2/34732/pse2008_cap3_bonodemografico.pdf.
- CEPAL. (2013a). Consenso de Montevideo sobre población y desarrollo (pp. 32). Montevideo-Uruguay.
- CEPAL. (2013b). Estudio Económico de América Latina y el Caribe: tres décadas de desarrollo desigual e inestable. (pp. 216). Santiago de Chile: CEPAL.
- Climent, G. I. (2009). Voces, silencios y gritos: Los significados del embarazo en la adolescencia y los estilos parentales educativos. *Rev. argent. sociol*, 7 (13). http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-32482009000200004&lng=es&nrm=iso
- Conde-Agudelo, A; Belizán, J; Lammers, C. (2005). Maternal – perinatal morbidity and mortality associated with adolescent pregnancy in Latin American: cross-sectional study. *Am. Journal of Obst and Gyn.* 192; 342-9.
- Conill, J. (2008). Experiencia hermenéutica de la alteridad. *En-claves del pensamiento*, 2(4), 44-66. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-879X2008000200002&lng=es&tlng=es
- Coral-Díaz, A. M. (2010). El cuerpo femenino sexualizado: Entre las construcciones de género y la ley de justicia y paz. *International Law*, 17, 381-409. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-
- Corcuff, P. (1998). *Las nuevas sociologías: construcciones de la realidad social*. (A. Editorial. Ed. 1era Ed. en Castellano. ed.). Madrid-España.
- Cortes, F. (2006). Consideraciones sobre la marginación, la marginalidad, marginalidad económica exclusión social. *Papeles de Población*, 47, 71-84. http://132.247.1.49/mujeres/menu_superior/Doc_basicos/5_biblioteca_virtual/1_d_h/17.pdf
- Cortés Ibáñez, E. (2014). Feminización y subalternización del otro enemigo. Construcción y destrucción de corporalidades en contextos de conflicto armado y violencia extrema. 80, 57-82. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-56122014000100003&lng=en&tlng=es.
- Costa Souza, V. M., Maria, et al. . (2001). O aborto entre adolescentes. 9(2), 42-47.

Cruz Hernández, J; Quesada, M; Isla Valdés, A; Hernández García, P; Velasco Boza, A. (2007). Anticoncepción en la adolescencia. *Rev Cubana Endocrinología*, 18(1).

http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1561-29532007000100006&lng=es

Cuesta Benjumea, C. (2001). Contexto del embarazo en la adolescencia: nos hicimos novios y ahí empezó todo. *Revista ROL de Enfermería*. Vol. 24, n. 9 (2001). ISSN 0210-5020, pp. 24-30.

Czeresnia, D. (1997). *Do Contágio à Transmissão: ciência e cultura na Gênese do conhecimento epidemiológico* (20. ed. ed.). Rio de Janeiro: Fiocruz.

Czeresnia, D. (2012). *Categoria Vida: reflexões para uma nova biologia* (UNESP/FIOCRUZ Ed. 1era edição ed.). Rio de Janeiro-Brasil.

Czeresnia, D. Ribeiro, A. (2000). O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. *Cad. Saúde Pública*, 16(3), 595-617.

<http://www.scielo.org/pdf/csp/v16n3/2947a>

Christofides, N; Dunkle, K; McCarty, F; Shai, N; Nduna, M; Sterk, C. (2014). Risk factors for unplanned and unwanted teenage pregnancies occurring over two years of follow-up among a cohort of young South African women. *Glob Health Action*, 7.

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC414> doi:10.3402/gha.v7.23719.

Dadoorian, D. (2003). Gravidez na adolescência: um novo olhar. *Psicol. cienc. prof.*, 23 (1).

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100012 doi:

<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100012>.

De Jesús-Reyes, D. Menkes-Bancet, C. (2014). Prácticas y significados del uso del condón en varones adolescentes de dos contextos de México. *Papeles de Población*, 20(79), 73-97.

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252014000100004&lng=es&tlng=es

Dei Schiro, E; Koller, S. (2013). Ser adolescente e ser pai/mãe: gravidez adolescente em uma amostra brasileira. *Estudos de Psicologia*, 18(3), 447-455.

doi: 10.1590/S1413-294X2013000300005.

Del Prette, Z; Del Prette, A. (2008). Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas.

vol.18, n.41, 517-530. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300008>

Del Valle, A. (2009). Educación y pobreza: la hipótesis del capital individual y el capital social. *Co-herencia*, 6(10), 207-237.

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-58872009000100011&lng=en&nrm=iso

Deleuze, G. (1995). *Deseo y placer* Vol. 23. *Archipiélago. Cuadernos de crítica de la cultura* (pp. 17).

Retrieved from http://www.snav2.com.ar/oficina/biblioteca/gd_deseo_y_placer.pdf

Delicado, P. (2008). *Curso de Modelos no Paramétricos* (pp. 200). Catalunya: Universitat Politècnica de Catalunya-Departament d'Estadística i Investigació Operativa.

Delor F; Hubert. M. (2000). Revisiting the concept of 'vulnerability'. *Social Science & Medicine*, 50, 1557-1570.

Dias, A; Pereira, M. (2010). Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. *Paidéia*, 20(45), 123-131. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000100015&lng=en&tlng=pt doi:10.1590/S0103-863X2010000100015.

Diniz Bensaja; Dei Schiro, E; Neiva-Silva, L; Nieto, C; Koller, S . (2012). Características familiares e apoio percebido entre adolescentes brasileiros com e sem experiência de gravidez. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 65-80.

Dubet, F. (2011). *Repensar la Justicia Social* (1era edición ed.). Buenos Aires- Argentina.

Ducrot, O. (1990). *Polofonia y argumentación* (1era edición ed.). Cali-Colombia: Universidad del Valle.

Dux, G. (2012). *Teoría Histórico-Genética de la Cultura: La lógica procesual en el cambio cultural*. Bogotá, D.C: Ediciones Aurora.

EDEX, F. (2015). Habilidades para la vida. Retrieved 02/01/2015, 2015, from <http://habilidadesparalavida.net/>

El Tiempo (2015a). Localidad Bogotá. Retrieved 28/02/2015

Tiempo (2015b). Se agudiza la batalla por los cerros orientales [Press release]. Retrieved from <http://www.eltiempo.com/bogota/debate-por-cerros-orientales/15283035>

Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos* (1era edição ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Elias, N. (2008). *Sociología Fundamental* (Segunda reimpressão ed.). Barcelona-España: Gedisa Editorial.

Elliot, A. (2009). Sexualidades: teoría social y la crisis de identidad. *Sociología (México)*, 24(69), 185-212. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-01-01732009000&lng=es&nrm=iso.

Espada, J; Morales, A; Orgilés, M. (2014). Riesgo sexual en adolescentes según la edad de debut sexual. *Acta Colombiana de Psicología*, 17(1), 53-60. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552014000100006&lng=en&tlng=es.

Esquivel, J. C. (2010). Creencias y actitudes religiosas en sectores empobrecidos de Argentina: individuación y des-institucionalización en los umbrales del siglo XXI. *Soc. relig*, 20(32-33), 60-80. http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-70812010000100006&lng=es&nrm=iso

- Fátima, M (2006). Trayectorias juveniles e intervenciones sociales: repercusiones en las prácticas sociales y en la salud (Río de Janeiro, Brasil). *Cad. Saúde Pública*, 22(1), 193-200. http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000100021&lng=en doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006000100021>
- Femenías, M. L; Soza, P. (2009). Podery violencia sobre el cuerpo de las mujeres. *Sociologias*, 21, 42-65. <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/04.pdf>
- Ferrater Mora, J. (1992). *Diccionario de Filosofía* (Quinta Edición ed. Vol. Tomo I). Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- Figueiredo, B; Pacheco, A; Magarinho, R.(2004). Utentes da consulta externa de grávidas adolescentes da Maternidade Júlio Dinis. *Análise Psicológica*, 3 (XXII), 551-570.
- Flórez, C. E. (2005). Factores socioeconómicos y contextuales que determinan la actividad reproductiva de las adolescentes en Colombia. *Rev. Panamericana de Salud Pública*, 18(6)388-402. http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1020-49892005001000002&script=sci_arttext doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1020-49892005001000002>
- Flórez, C.E; Martínez, C; Gómez, C. et al. (2013). Factores protectores y factores de riesgo del embarazo adolescente en Colombia. In PROFAMILIA (Ed.), Serie de Estudios a Profundidad: ENDS 1990/2010 (pp. 19). Bogotá - Colombia. Retrieved from <http://www.profamilia.org.co/encuestas/Profamilia/Profamilia/images/stories/ENDS%201990%20-2010/Estudio%20a%20profundidad%20-%20Educacion%20sexual%20-%20Final%20.pdf>.
- Fonseca, M. do C; Medina, M. (2003). *Reflexiones sobre los Paradigmas que Explican la Fecundidad*. (Doctoral). Retrieved from <http://www.ced.uab.es/publicacions/PapersPDF/Text223.pdf>
- Fontanella, B; Ricas, J; Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27. doi:10.1590/S0102-311X2008000100003.
- Foucault, M. (1993). *Historia de la Sexualidad: 1- la voluntad de saber* (Vol. I). Mexico D.F: Siglo XXI Editores.
- Foucault, M. (2006). *Seguridad, Territorio, población*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico - FCE.
- Francesconi, M. (2007). Adult Outcomes for children of teenage mothers. *Discussion Paper*, 2778, 1-38. <http://ftp.iza.org/dp2778.pdf>.
- Fraser, N. (2008). La justicia social en la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. *Revista de Trabajo*, 4 (6), 83-99. <http://biblioteca.uahurtado.cl/ujah/856/txtcompleto/txta139922.pdf>
- Frías, S. M. (2011). Hostigamiento, acoso sexual y discriminación laboral por embarazo en México. *Revista mexicana de sociología*, 73(2), 329-365.

Fuentes, H. C; Alvarez, I; Hernández, E. C. (2004). La teoría holístico- configuracional en los procesos sociales. *Pedagogía Universitaria*, 9(1).

Fuini L. (2014). Território e Geografia no BRASIL: uma revisão bibliográfica. *Revista Formação*, 1(31), 3-20. <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/2661/2539>.

Galdos Silva, S. (2013). La conferencia de El Cairo y la afirmación de los derechos sexuales y reproductivos, como base para la salud sexual y reproductiva. *Revista Peruana de Medicina Experimental y Salud Publica*, 30(3), 455-460.

Galindo-Pardo, C. (2012). Análisis del embarazo y la maternidad durante la adolescencia: diferencias socioeconómicas. *Revista Desarrollo y Sociedad*, 69, 54.

Galvis, L. A. (2013). ¿El triunfo de Bogotá?: desempeño reciente de la ciudad capital *Documentos de Trabajo sobre economía regional* (Vol. 182). Cartagena: Banco de la República.

Gamarra-Tenorio, P; Iannacone, José. (2010). Factores asociados que influyen en el inicio de actividad sexual en adolescentes escolares de villa san francisco-Santa Anita, LIMA-PERÚ, 2009. *The Biologist*, 8(1), 54-73.

García de León, M. A. (2009). Cabeza moderna/ Corazón patriarcal (Luces y sombras de un gran cambio social en la identidad de género) *BARATARIA: Revista Castellano Manchega de Ciencias Sociales*, 10, 209-220. <http://silente.es/wordpress/wp-content/uploads/2010/09/2009.10.14.pdf>

García, M; Giorgetti, M; González, M; Sartori, M. et al. (2010). Embarazo adolescente ¿una población de riesgo? 29 (4), 1339-1143. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=91218071002>

Gayet, C; Juárez, F; Pedrosa, L; Magis C. (2003). Uso del condón entre adolescentes mexicanos para la prevención de las infecciones de transmisión sexual. *Salud pública México*, 45(Suppl5) S632-S640. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342003001100008&lng=es

Giddens, A. (1998). *Las transformaciones de la intimidad: sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas*. (E. C. S.A Ed. 2da edición. ed.): Madrid-España.

Giddens, A. (2011). *La construcción de la Sociedad* (Segunda Edición ed.). Buenos Aires-Argentina: Amorrortu Editores.

Gómez-Mercado, C; Montoya-Vélez, Liliana. (2014). Social, demographic, family and economic factors related to adolescent pregnancy in the urban area of Briceño, 2012. *Rev Salud Publica*, 16(3), 393-406.

González, E; Molina, T; Montero, A. et al (2007). Comportamientos sexuales y diferencias de género en adolescentes usuarios de un sistema público de salud universitario. *Rev. méd. Chil*, 135(10), 1261-1269. [.doi.org/10.4067/S0034-98872007001000005](http://doi.org/10.4067/S0034-98872007001000005).

González, J. (2009). Conocimientos, Actitudes y Prácticas sobre la sexualidad en una población escolar adolescente. *Revista de Salud Pública.*, 11(1), 14-26.

González, F; Rosales, D. (2009). Alteridad como eje para la comprensión de los estudiantes de secundaria: una perspectiva que abre el horizonte educativo. *Horizontes Educativos*, 14(1), 25-36. <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=97912444002>

González, H. (2014). Repensar la sexualidad desde el campo migratorio: una etnografía multisituada sobre parejas heterosexuales migrantes colombianas *Rev.estud.soc*, (49), 101-112.

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2014000200009&lang=pt

Gracia, E; Fuentes, M; García, F. (2010). Barrios de Riesgo, Estilos de Socialización Parental y Problemas de Conducta en Adolescentes. *Intervención Psicosocial*, 19(3), 265-278.

Haesbaert, R. (2004). *Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade*. Porto Alegre-Brasil. Haesbaert,

R. (2007). Territrio e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, 9(17).

<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205>

Haesbaert, R. (2008). Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In A. Serpa, org (Ed.), *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações* (pp. 426). Salvador-Brasil: EDUFBA. Retrieved from <http://books.scielo.org>.

Hammersley, M. (2008). Troubles with triangulation. In M. M. e. Bergman (Ed.), *Advances in mixed methods research*. (pp. 22-36). London: Sage.

Heilborn, M. L. (2012). Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência. *Rev. Psicol. clin*, 24 (1), 57 – 68. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652012000100005>.

Heilborn, M. L; Salem, T; Rohden, F. et al. (2002). Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*, 8(17), 13-45.

doi:10.1590/S0104-71832002000100002.

Herrera, M; García, I; Pérez, R. et al. (2010). *Escalamiento de variables de contexto*. (Cuaderno técnico 7 ed. Vol. Cuaderno Técnico 7). México D.F: Centro Nacional de Evaluación para la Educación Superior, A.C. (Ceneval).

Hing Keung, M. (2012). Moral Competence as a Positive Youth Development Construct: A Conceptual Review. *The Scientific World Journal*, 2012, 8. doi:10.1100/2012/590163.

Hing, K. M. (2012). Moral Competence as a Positive Youth Development Construct: A Conceptual Review. 2012,8. doi:10.1100/2012/590163.

Holguín, Y; Mendoza, L; Esquivel T. et al (2013). Factores asociados al inicio de la actividad sexual en adolescentes de Tuluá, Colombia. *Revista Chilena de obstetricia y ginecología.*, 78(3), 209-219.

doi: 10.4067/S0717-75262013000300007.

Hospital San Cristóbal. (2014). Boletín de Resultados de 2013 (1era Edición ed., pp. 13). Bogotá D.C: Hospital San Cristóbal.

House Lawrence Duane; Bates Jessica; Markham Christine M; Lesesne, C. (2010). Competence as a Predictor of Sexual and Reproductive Health Outcomes for Youth: A Systematic Review. *Journal of Adolescent Health*, 7-22.

IBM-Knowledge, C. Análisis de Componentes Principales Categórico. Retrieved 10/01/2015, 2015, from http://www-01.ibm.com/support/knowledgecenter/SSLVMB_22.0.0/com.ibm.spss.statistics.help/spss/categories/idh_cpca_weight.htm?lang=es

ICBF. (2014). Análisis de los factores de riesgo que inciden en la fecundidad adolescente en Colombia *Observatorio del Bienestar de la Niñez* (Vol. 14, pp. 23). Bogotá D.C: ICBF.

IDEA-UN. Herramientas metodológicas para el trabajo en educación ambiental. Retrieved 28/04/2015, from <http://www.virtual.unal.edu.co/cursos/IDEA/2007225/lecciones/capitulo2/01-herramientasmetodologicas.htm>

IDIPRON. (2013). Derecho al trabajo y generación de ingresos (Vol. Boletín No 1 pp. 17). Bogotá-Colombia: IDIPRON.

Jiménez-Barbosa, W; González, J.I. (2014). Calidad de vida urbana: una propuesta para su evaluación. *Revista de Estudios Sociales*, 49, 159-175. doi: <http://dx.doi.org/10.7440/res49.2014.12>

Jiménez, W. G. (2012). Constitucionalismo, Estado y territorio en el contexto de la globalización. *Civilizar Ciencias Sociales y Humanas*, 12(23), 79-96. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-89532012000200007&script=sci_arttext

Jociles, M. (2001). El estudio sobre las masculinidades. Panorámica general. *Gazeta de Antropología*, 17. <http://hdl.handle.net/10481/7487>

Kazyak, E. (2012). Midwest or lesbian? Gender, rurality, and sexuality. *Gender & Society*., 26(6), 825-848. doi: 10.1177/0891243212458361.

Kelly, B; Muñoz, M.A. (2005). Sexual place, spatial change, and the social reorganization of sexual culture. *Journal of sex research*, 42(4), 359-366.

Klein, J. (2005). Iniciativa local y desarrollo: respuesta social a la globalización neoliberal. *EURE (Santiago)*, 31(94), 25-39. Doi:10.4067/S0250-71612005009400002

Kylander, N. (2011). La marca Efecto Niña: Recurrir a la democracia de la marca para fortalecer la afinidad de la marca. Retrieved 06/04/2015, 2015, from http://www.hks.harvard.edu/hauser/role-of-brand/es/documents/GirlEffect_Spanish.pdf.

Lau, P; Wu, F. (2012). Emotional Competence as a Positive Youth Development Construct: A Conceptual Review. *The Scientific World Journal*, 8. doi:10.1100/2012/975189.

León, P; Minassian, M; Borgoño, R y Bustamante, F. (2008). Embarazo adolescente. *Rev. Ped. Elec.[en línea]*, 5(1), 42-52.

Lima-Paixão, D; Oliveira, A. M; Rosa-Lima, F. (2012). Representações sociais da adolescência por adolescentes e jovens. 1(2), 278-294. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ps-sabersocial/article/view/4905>

- Linares, S. L., Diana (2007). Análisis multidimensional de la segregación sócioespacial en Tandil (Argentina) Aplicando SIG *Investigaciones Geográficas*, 44, 149-166.
- Luengo, X; Millán, T; Zepeda, A; Tijero, M. (2012). Adolescentes urbanos: conocimientos sobre la atención de salud sexual y reproductiva. *Revista chilena de pediatría*, 83(6), 540-551.
doi:10.4067/S0370-41062012000600003.
- Malagón, R; Czeresnia, D. (2015). O conceito de Vulnerabilidade e seu caracter biossocial. *Interface-comunicação, saúde, educação*, 19(53).
- Mann J; Tarantola, D; Netter T, eds. (1992). *AIDS in the World* (H. U. Press Ed.). Cambridge, Mass.
- Martín-Crespo B; Salamanca, C. (2007). Muestreo en la Investigación cualitativa. *Nure investigación*, 27, 1-4.
<http://www.nureinvestigacion.es/FICHEROS ADMINISTRADOR/F METODOLOGICA/FMetodologica 27.pdf>
- Martínez- García, J. S. (1998). *Las clases sociales y el capital en Pierre Bourdieu. Un intento de aclaración*. Serie Análisis, (P/10 98-PB94/1382). Salamanca-España.
- Martínez, M. C. (1994). *Análisis del Discurso* (1era edición ed.). Cali-Colombia.
- Martínez, E; Roza, D; Gullaci, M. do C, et al. (2011). Gravidez na adolescência e características socioeconômicas dos municípios do Estado de São Paulo, Brasil: análise espacial. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(5), 855-867. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011000500004>.
- Matas Terrón, A. (2010). Introducción al análisis de la Teoría de Respuesta al Ítem. http://riuma.uma.es/xmlui/bitstream/handle/10630/4711/TRI_aidesoc_2011.pdf?sequen ce=1.
- Meade, J. E. (1985). *La economía Justa*. Barcelona-España: Ediciones Orbis.
- MEN.(2012) 1era Encuesta Nacional de Deserción. Bogotá D.C. Ediciones MEN.
- Menkes C; Suárez, L. (2013). El embarazo de los adolescentes en México: ¿es deseado? *Coyuntura Demográfica*, 4, 21-28.
- Minayo De Souza, M. C. (1996). *O desafio do conhecimento* (4ta edição ed.). São Paulo-Rio de Janeiro HUCITEC-ABRASCO.
- Minayo De Souza, M. C. (2010). Los conceptos estructurantes de la investigación cualitativa. *Salud Colectiva*, 6(3), 251-261.
- Ministerio de Educación Nacional (2012). Encuesta Nacional de Deserción Escolar (1era Edición ed., pp. 134). Bogotá D.C: Ministerio Nacional de Educación.
- Monteiro, S. (2003). Prevenção ao HIV/AIDS: lições e dilemas In M. Goldenberg P, RMG, Gomes MHA, orgs (Ed.), *O Clássico e o Novo* (Online ed., pp. 444). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

Montesinos, R.(2002). *Las rutas de la Masculinidad* (Primera Edición ed). Barcelona:Gedisa-Editorial.

Morlachetti, A. (2007). Políticas de salud sexual y reproductiva dirigidas a adolescentes y jóvenes: un enfoque fundado en los derechos humanos. In CEPAL (Ed.), *Notas de Población* (Vol.85, pp. 180): CEPAL.

Moshman, D. (2005). *Adolescent Psychological Development: Rationality, Morality and Identity* (Second Edition ed.). Mahwah, New Jersey-USA.

Nuñez, I. (2002). Inteligencia emocional en las entidades de información. Cómo encauzar los afectos en bien de la organización? *ACIMED*, vol.10, n.1, 77-82.

doi:http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352002000100006&lng=es&nrm=iso

Nussbaum, M. S., Amartya. (2000). *La calidad de vida* (Segunda Reimpresión ed.). México, D.F: Fondo de Cultura Económica.

Oliveira, D; Munhen de, A.P; Tosoli, M.A. et al. (2009). Conhecimentos e práticas de adolescentes acerca das DST/HIV/AIDS em duas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro. *Escola Anna Nery*, 13(4), 833-841. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452009000400020&lng=en&tlng=pt.

Oliveira, R. C. (2008) Adolescência, gravidez e maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho. 17(4), 93-102. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000400010>

OMS. (2006). *Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health, 28–31 January 2002, Geneva* (pp. 35). Retrieved from

http://www.who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf

ONU. (2000). Objetivos de Desarrollo del Milenio. Retrieved 06/04/2015, 2015, from <http://www.un.org/es/millenniumgoals/>

ONU. (2014). Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 sobre vulnerabilidade e resiliência.

Ornat, M. J. (2009). *Território descontinuo e multiterritorialidade na prostituição travesti no sul do Brasil*. (Postgraduação) Universidade Federal do Rio de Janeiro- Programa De Pósgraduação em Geografia Rio de Janeiro Retrieved from

<http://www.gete.net.br/sistemas/attachments/article/74/Projeto%20de%20TESE.pdf>

Osorio, I. H., Mauricio. (2011). Prevalencia de deserción escolar en embarazadas adolescentes de instituciones educativas oficiales del Valle del Cauca. 42 (3), 303-308.

<http://bibliotecadigital.univalle.edu.co/bitstream/10893/3102/1/prevalence.pdf>

Pacheco, C. I; Rincon, L; Guevara, E. et al. (2007) Significaciones de la sexualidad y salud reproductiva en adolescentes de Bogotá. 49(1), 45-51.

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342007000100007&lng=es.

Parker, R; Aggleton, Peter. (2013). Hiv e AIDS, Desigualdade social e mobilização política. In V. F. Paiva, J; Kalichman, A (Orgs). (Ed.), *Vulnerabilidade e Direitos Humanos. Livro IV: Planejar, Fazer, Avaliar* (Primeira edição ed.). Curitiba: Juruá Editora.

Pelaez Mendoza, J. (1997). Adolescente embarazada: características y riesgos. *Rev Cubana Obstet Ginecol*, 23 (1), 13 - 17. http://www.bvs.sld.cu/revistas/gin/vol23_1_97/gin03197.htm

Penati Ferreira, L; Mariano, A. (2014). *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Paper presented at the Gênero e o Programa Bolsa Família: que papel cabe às mulheres?

Peña, E; Sanchez, A; Portillo, Z. et al (2003). Evaluación dietética de adolescentes embarazadas durante el primer, segundo y tercer trimestre. *53(2)*, 133-140.
http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-06222003000200003&lng=es

Póo, A., Baeza, B., Capel, P., Llano, M., Tuma, D., & Zúñiga, D. (2005). Factores que favorecen la generación del embarazo en la adolescencia desde la perspectiva de adolescentes primigestas en control prenatal. *Rev Sogia*, 12(1), 17-24.

Putnam, R. (2002). *Sólo en la Bolera* (1era edición ed.). Barcelona-España: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores.

Puyana Villamizar, Y. (2007). El familismo: una crítica desde la perspectiva de género y el feminismo: familias, cambios y estrategias. Colombia (pp. 263-278). Bogotá D.C: CES- Universidad Nacional de Colombia. Retrieved from <http://www.bdigital.unal.edu.co/1363/19/18CAPI17.pdf>.

Ramacciotti, N. (2005). Maternidade de adolescentes de periferias sociais e urbanas: algumas análises à luz da psicologia ambiental. *15(1)*, 69-77.
<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/download/19750/21815>

Ramírez- Plascencia, J. (2005). Tres visiones sobre Capital Social: Bourdieu, Coleman y Putnam. *Acta Republicana Política y Sociedad*, 4, 21-35.

Renato, O. (1983). A procura de uma sociologia da pratica: preliminares *Bourdieu, Pierre: Sociologia* (pp. 191). São Paulo: Ática.

Rengifo, H; Córdoba, A; Serrano, M. (2012). Conocimientos y prácticas en salud sexual y reproductiva de adolescentes escolares en un municipio colombiano. *Rev.salud pública*, 14(4), 558-569.
http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642012000400002&lng=en.

Reyes Tovar, M. (2011). La desterritorialización como forma de abordar el concepto de frontera y la identidad en la migración. *Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL*, 1-13.

Reyna, C. B., Silvina. (2011). Evaluación de las habilidades sociales infantiles en Latinoamérica. *Psicología em Estudo*, vol.16, n.3, 359-367. doi:10.1590/S1413-73722011000300003.

Ricoeur, P. (2008). *Lo Justo 2* (1era edición ed.). Madrid-España Editorial Trotta.

Ricoeur, P. (2009). *Tiempo y narración III: el tiempo narrado* (A. Neira, Trans. S. XXI Ed.). México, D.C.

Rocha, A; Horta, B; Pinheiro, R. et al. (2007). Use of contraceptive methods by sexually active teenagers in Pelotas, Rio Grande do Sul State, Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(12), 2862-2868. doi: 10.1590/S0102-311X2007001200007.

Rodríguez, R; Rodríguez; R.M (2004). *Foucault y la genealogía de los sexos* (A. Editorial Ed. 2da edición ed.). Barcelona-España.

Rodríguez, J. (2009). Reproducción Adolescente y Desigualdades en América Latina y el Caribe. http://www.oij.org/file_upload/publicationsItems/document/EJ1264091957.pdf

Román, M. (2013). Factores asociados al abandono y la deserción escolar en América Latina: Una mirada en conjunto. *REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 11(2), 33-59. <http://www.redalyc.org/pdf/551/55127024002.pdf>

Roth, E. (2000). Psicología ambiental: interfase entre conducta y naturaleza. *Revista Ciencia y Cultura*, 8, 63-78.

Sabatini, F; Cáceres, G; Cerda, J. (2001). Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. *EURE (Santiago)*, 27(82), 21-42. doi: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612001008200002>

Santander, S; Zubarew, T; Santelices, L. et al. (2008). Influencia de la familia como factor protector de conductas de riesgo en escolares chilenos. *Revista médica de Chile*, 136(3), 317-324.

Sayago, S. (2014). El análisis del discurso como técnica de investigación cualitativa y cuantitativa en ciencias sociales. *Cinta Moebio.*, 49, 1-10.

Schutz, A. (1979). *Fenomenología e relações sociais* Rio de Janeiro: ZAHAR editores.

Secretaría Distrital de Educación (2013). San Cristóbal Localidad 4 Caracterización Sector Educativo (pp. 1-46). Bogotá D.C.

Secretaría Distrital de la Mujer. (2014). El continuum de violencias contra las mujeres *Mujeres en cifras* (Vol. 3). Bogotá D.C: Secretaría Distrital de la Mujer.

Secretaría Distrital del Habitat. (2011). Diagnóstico Localidad de San Cristóbal- Sector Habitat (pp. 16): Secretaría del Hábitat.

Secretaría Distrital de Planeación. (2013). Segregación socioeconómica en el espacio urbano de Bogotá D.C (Primera Edición ed., pp. 172). Bogotá D.C: Secretaría Distrital de Planeación Dirección de Estratificación/ Universidad Nacional de Colombia.

Secretaría Distrital de Salud (2013). Propuesta de lineamiento de la política distrital de sexualidad de Bogotá 2012 - 2022 (pp. 151). Bogotá D.C.

Secretaría Distrital de Salud. (2013). Plan Territorial de Salud (pp. 253). Bogotá D.C: Secretaría de Salud.

Sen, A. (2000). Capacidad y Bienestar. In F. d. C. Económica (Ed.), *La Calidad de Vida* (pp. 54-82) México D.F.

Sen, A. (2001a) .*Desarrollo y Libertad* (Tercera reimpresión ed.). Bogotá-Colombia: Editorial Planeta.

Sen, A. (2001b). *La desigualdad económica* (Primera edición en Español ed.). México D.F: Fondo de Cultura Económica.

Sen, A. (2004). *Nuevo examen de la desigualdad* (Tercera reimpresión ed.). Madrid: Alianza Editorial.

Sen, A. (2010). *La idea de la Justicia* (Primera Edición ed.). México D.C: Taurus.

Solinís, G. (2009). O que é o terrotório ante o espaço? In Ribeiro, M.T; Sanchez, R.C Orgs (Ed.), *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar* (pp. 321). Salvador-Brasil: Editora da Universidade Federal da Bahia-EDUFBAL. Retrieved from <http://books.scielo.org/id/37t>. doi: 10.7476/9788523209322

Stern, C. (2004). Vulnerabilidad Social y el Embarazo en México. *Papeles de Población*. . 10(39), 129-158. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11203906#>

Sterza Justo, J. (2005). O “ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. 17(1), 61-77. <http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v17n1/v17n1a05.pdf>

Tan, L; Quinlivan, J. (2006). Domestic violence, single parenthood, and fathers in the setting of teenage pregnancy. *J Adolesc Health*, 38(3), 201-207.
doi:<http://dx.doi.org/10.1016/j.jadohealth.2004.10.014>

Taquette, S; Mello, M (2008). Uma contribuição ao entendimento da iniciação sexual feminina na adolescência *Psicologia em Estudo*, 13(1), 105-114.
<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a12.pdf>

Teva, M; Ramiro, M.T (2014). Satisfacción sexual y actitudes hacia el uso del preservativo en adolescentes: evaluación y análisis de su relación con el uso del preservativo. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 42(2), 127-136.
http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-05342014000200007&lng=en&tIng=es.

Toneli, M.J. (2012). Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In A. Jacó-Vilela, e Sato, L., orgs. (Ed.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 147-167). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais,. Retrieved from <http://books.scielo.org>.

Torres Carrillo, A. (1993). Estudios sobre pobladores urbanos en Colombia: Balance y Perspectivas. *Manguare*, 9, 131-146.

Trejo, P; Moreno, P; Macías, M. et al. (2011). Conocimiento y comportamiento sexual en adolescentes. *Rev Cubana Enfermer*, 27(4), 273-280.
http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-03192011000400005&lng=es.

UNFPA. (2011). *Prevenção del embarazo adolescente: una mirada completa.*, 59.

UNFPA. (2013). *Estado de la población mundial 2013. Maternidad en la niñez: afrontar el reto del embarazo en adolescentes.* (pp. 132). Retrieved from <http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/swp2013/SP-SWOP2013.pdf>

UNFPA. (2014). UNFPA - Colombia. Retrieved 18/11/2014, 2014, from <http://www.unfpa.org.co/>

Urquijo-Angarita, M. J. (2008). *La libertad como capacidad: El enfoque de las capacidades de Amartya Sen y sus implicaciones en la ética social y política* (1era edición ed.). Cali, Colombia Programa Editorial Universidad de Valle.

Vattimo, G. (1991). *Ética de la Interpretación* (Primera edición ed.). Barcelona: Ediciones Paidós

Vethencourt, F. (2007). *Justicia Social y Capacidades: un acercamiento al enfoque de Amartya Sen* (Edición Especial ed.). Caracas-Venezuela Banco Central de Venezuela.

Vieira, L. (1997). Os (des) Caminhos da Globalização *Cidadania e Globalização* (pp. 69-131). Rio de Janeiro Editora Afiliada.

Viellas, E. F. G., Silvana Granado Nogueira da; Theme Filha, Mariza Miranda; Leal, Maria do Carmo. (2012). Gravidez recorrente na adolescência e os desfechos negativos no recém-nascido: um estudo no Município do Rio de Janeiro. *Rev. bras. epidemiol.*, 15 (3), 443-454. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2012000300001
doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2012000300001>

Viellas, E; Gama, S, Theme Filha, M. et al. (2010). Gravidez na adolescência e outros fatores de risco para mortalidade fetal e infantil no Município do Rio de Janeiro, Brasil. . *Rev. Cadernos de Saúde Pública*, 26(3), 567-578. http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2010000300014&lng=pt doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000300014>

Vilela, A; Latorre, M; Schor, N (2007). Fatores associados ao início da vida sexual de adolescentes matriculados em uma unidade de saúde da família da zona leste do Município de São Paulo, Brasil. *23(7)*, 1583-1594. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n7/09.pdf>

Villaça, F. (2011). São Paulo: segregação urbana e desigualdade *Estudos Avançados*, 25(71), 37-58.

Wacquant, L. (2008). *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality* (First Edition ed.). Cambridge-UK: Polity Press.

Wetherell, M. P., Jonathan. (1988). Discourse analysis and the identification of interpretive repertoires. In C. E. Antaki (Ed.), *Analysing everyday explanation: A casebook of methods* (pp. 232). Newbury Park, CA: : Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications.

Xavier de Brito, A; Leonardos, A. (2001). A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. *Cadernos de Pesquisa*, 113 7-38. doi: 10.1590/S0100-15742001000200001.

Yazlle, M. E. H. D. (2006). Gravidez na adolescência. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, 28 (8), 443-445. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-72032006000800001>

Zabludovsky, G. (2011). Norbert Elias frente a la teoría sociológica clásica y contemporánea. In V. Weiler (Ed.), *Norbert Elias y el Problema del Desarrollo Humano* (Primera Edición ed., pp. 194). Bogotá D.C: Ediciones Aurora.

Zimmer-Gembeck, M. (2013). Young females' sexual self-efficacy: associations with personal autonomy and the couple relationship. *Sexual Health*, 10, 204-210. doi: <http://dx.doi.org/10.1071/SH12139>

ANEXOS

ANEXO 1

A PRINCIPAIS FERRAMENTAS METODOLOGICAS UTILIZADAS

Tabela A1- B PRINCIPAIS FERRAMENTAS METODOLOGICAS UTILIZADAS

OFICINAS NA SALA DE AULA

Oficinas	Objetivos	No. Oficinas para cada caso	Faixa Etária Dos adolescentes	Idade média	
A Festa	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer sobre as regras e relações sociais, gerais e relacionados ao amor e amizade entre adolescentes. 	11	15 a 19 anos	17 anos	
			15 a 19 anos	17 anos	
			15 a 19 anos	17 anos	
			15 a 19 anos	17 anos	
			16 a 19 anos	17 anos	
Nossas histórias	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as regras e normas sociais, gerais e sobre as relações familiares e de amizade entre os adolescentes no bairro de Cidade. 		3	10 a 15 anos	13 anos
Meu corpo	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as de identidades de gênero e do exercício da sexualidade entre os adolescentes na localidade. 		1	12 a 16 anos	14 anos
Meu entorno	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as regras e normas sociais, em geral e nas relações familiares e de amizade entre os adolescentes no bairro de Cidade. 		1	11 a 17 anos	13 anos
Total				16	

**Tabela A1- PRINCIPAIS FERRAMENTAS
METODOLOGICAS UTILIZADAS GRUPOS
FOCAIS**

Temas	Objetivos	No. Grupos Focais para cada caso	Característica do grupo	Faixa Etária	Idade Média
Anticoncepcionais	Reconhecer, com base na experiência de adolescentes relacionados e não relacionados com o evento da gravidez na adolescência, conhecimentos, crenças e formas de negociação de contracepção com seus parceiros regulares juventude.	3	Com experiência de Gravidez	15 a 17 anos	16 anos
			Com experiência de Gravidez	13 a 17 anos	16 anos
			Com experiência de Gravidez	16 a 17 anos	16 anos
		3	Meninos sem experiência de Gravidez	15 a 18 anos	16 anos
			Meninos sem experiência de Gravidez	15 a 19 anos	17 anos
			Meninas sem experiência de Gravidez	15 a 18 anos	16 anos
Namoro	Reconhecer, com base na experiência dos jovens envolvidos com o caso de gravidez na adolescência, regras morais, estéticos, relações mediatas sociais e culturais de amizade e paixão. Estudar os laços bio-emocionais relacionados: expressões de sublimação, idealizações, ciúme, conflito e suas formas de resolução, as procissões, as expressões de afeto e amor.	1	Com experiência de Gravidez	16 a 17 anos	16 anos
Total		7			

Tabela A1- PRINCIPAIS FERRAMENTAS METODOLOGICAS UTILIZADAS

Observação sistemática com suporte no diário de campo e nos enfoques da etnometodologia

Temas	propósito	Objetivo
Espaços naturais de encontro adolescente	Levar registro sistemático de encontros, cenários, falas e trocas adolescentes na escola, principalmente no tempo livre	Analisar contextos de socialização construídos na interação rotineira dos adolescentes, dando destaque a valores, representações e formas de apropriar o território.
Entorno da vizinhança	Levar registro sistemático de encontros, cenários, falas e trocas de habitantes das vizinhanças das escolas envolvidas na pesquisa	Analisar contextos de socialização construídos na interação rotineira dos adolescentes, dando destaque a valores, representações e formas de apropriar o território.

ANEXO 2

VARIÁVEIS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES DOS LARES E ASPECTOS PSICOSOCIAIS

CAPACIDADES HABILIDADES	VARIÁVEIS Y
Capacidade Cultural	Nível de escolaridade de cuidadores
	Consumos culturais
	Bens culturais representados em livros no lar
	Interiorização de práticas do cuidado do meio ambiente no lar
Capacidade Econômica	Trabalho em adolescentes
	Afetação de direitos do adolescente trabalhador
	Condições do entorno da vivenda
	Condições da família na vivenda (tipo de propriedade da habitação, superlotação, etc.)
	Número de pessoas quem dependem do chefe do lar
	Condições econômicas do lar no último ano
	Cobrimeto de necessidades básicas no lar
	Equipos ou serviços no lar
	Subsídios estatais aplicados no lar
	Ocupação PRINCIPAL da chefiada do lar
Estabilidade laboral da chefiada do lar	
Capacidade Social	Permanência da família no setor a tual de moradia
	Redes de afeito
	Participação social (incluídas organizações cívicas e comunitárias)
	Interação com os adultos do lar
Habilidade Moral	Dilemas morais y a titude para as normas
	Formas privilegiadas de resolver conflitos
	Respeito pela diferença
Habilidade Acadêmica	Continuidade na trajectória escolar
	Desempenho escolar
Habilidade Social	Independência frente à pressão de grupos
	Atitudes para o trabalho em equipe
Habilidade Emocional	Percepção das emoções e seu controle

ANEXO 3

INFORMAÇÃO ENTREVISTAS ADOLESCENTES E CUIDADORES

		No. Diferença de idade com os parceiros(as) em %	
Idade dos adolescentes segundo faixa etária: 14 a 19 anos e número de pessoas entrevistadas	14 a 16 anos:	15	> 1 e 3 anos: 80%
			> 4 e 5 anos: 20%
			< 1 ano y 3 anos: 40%
	17 anos:	10	> 4 e 5 anos: 20 %
			> 6 e 13 anos (+): 40%
			< 3 anos: 7%
	17 a 19 anos:	14	> 1 e 3 anos: 57%
			> 4 e 5 anos: 36%
Condição escolar	Em abandono Escolar	Sexo	8 Homens
	Escolarizados		5
	Egressos		26
Número de eventos de gravidez	1 evento		5
	2 eventos		4
Suporte familiar	3 eventos		0
	Com suporte da família de origem		35
Idade da mãe no momento da gravidez	Sem suporte da família de origem		4
	14 anos		9
	15 anos		11
	16 anos		5
	18 anos		1
No. de adolescentes entrevistados segundo a fonte	19 anos		17
	Listados da escola		Listados do hospital
			22
		*Casos completos	28
**Casos incompletos			11
Número pais ou cuidadores		Listados do hospital	13
		Listados da escola	17
Faixa Etária pais ou cuidadores		34 a 40:	12
		41 a 46:	9
		47 a 52:	5
		53 a 59:	6
Sexo de pais ou cuidadores		Homens:	4
		Mulheres:	26
		Total Entrevistas	70

Complete: Entrevistas do adolescente e do cuidador.

** Caso Incompleto: Entrevista apenas o adolescente, ou cuidador.

*** A Amostra foi constituído utilizando fontes de duas informações: i. Estudantes com lista Experiência grávida, ministrou casca escolas. ii. Lista mãe adolescente nos matriculados Atenção programas, Hospital cabelo ministrado de San Cristóbal San Blas.

